



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Vivian Cristina da Silva Zampa

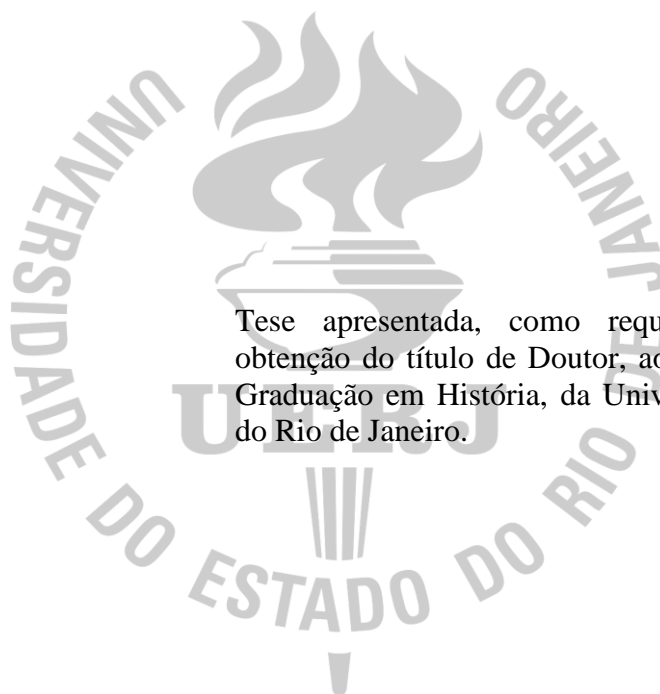
Poder Político e Monopólio da Violência: a militarização da Polícia do Rio de Janeiro entre 1964 e 1985

Rio de Janeiro

2014

Vivian Cristina da Silva Zampa

**Poder Político e Monopólio da Violência: a militarização da Polícia do Rio de Janeiro
entre 1964 e 1985**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Munteal Filho

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

Z26

Zampa, Vivian Cristina a da Silva

Poder Político e Monopólio da Violência: a militarização da Polícia do Rio de Janeiro entre 1964 e 1985 / Vivian Cristina a da Silva Zampa – 2014. 250f.

Orientador: Oswaldo Munteal Filho.

Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Rio de Janeiro (Estado). Polícia Militar – 1964-1985 - Teses. 2. Rio de Janeiro (Estado) – Política e governo - 1964-1985 – Teses. 3. Poder de Polícia – Rio de Janeiro (Estado) – 1964-1985 – Teses.. I. Munteal Filho, Oswaldo. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 351.74(815.3)“1964/1985”

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Vivian Cristina da Silva Zampa

**Poder Político e Monopólio da Violência: a militarização da Polícia do Rio de Janeiro
entre 1964 e 1985**

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-
Graduação em História, da Universidade do Estado
do Rio de Janeiro.

Aprovado em: 10 de abril de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Oswaldo Munteal Filho (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof.^a Dra. Lená Medeiros Medeiros de Menezes
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof.^a Dra. Maria Emília da Costa Prado
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Carlos Henrique Aguiar Serra
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2014

DEDICATÓRIA

A meu pai André Luiz Zampa,
e aos meus queridos tios Manoel, João e Francisco Barbosa da Silva,
In Memoriam

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador, Prof.º Dr.º Oswaldo Munteal. Meu retorno às pesquisas em arquivos, o encontro com a problemática da tese e a volta à Academia só foram possíveis devido à oportunidade e ao incentivo que por ele me foram dados. Muito obrigada pela parceria, orientação cuidadosa, e pelos inúmeros ensinamentos dos últimos anos.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ – agradeço o financiamento, por meio da concessão de uma bolsa de doutorado. Aos Professores Maria Emília Prado, Carlos Henrique Aguiar Serra, Ricardo Mendes e Renato Lessa, com os quais tive o prazer de conviver como aluna durante o curso. Agradeço pelas aulas, pelas discussões e pela bibliografia indicada.

A Daniela Azevedo e Marco Antonio de Abreu, secretários do Programa de Pós-graduação em História Política da UERJ, pelo exímio profissionalismo e auxílio em todos os momentos.

Aos professores Lená Medeiros de Meneses e Carlos Henrique Aguiar Serra por terem integrado a banca do exame de qualificação e feito valiosas sugestões, indicações bibliográficas e comentários, que procurei incorporar à redação final da tese.

A Ana Beatriz Leal e ao Coronel Ibis Pereira Silva, pelas oportunidades de discussão e de composição de trabalhos na área de segurança pública. Ao Íbis, também agradeço imensamente pela abertura das portas do Arquivo e da Biblioteca da Instituição para minhas pesquisas. Ainda em relação a esses locais, agradeço ao Coronel Plácido e ao Sub Tenente Valin, do Arquivo Geral da PMERJ, e à bibliotecária Carmem, da Academia de Polícia D. João VI, sem os quais não poderia ter realizado esse trabalho.

Aos velhos amigos do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Joenir e Joice, pela ajuda prestada nessa importante instituição de pesquisa na área das polícias políticas.

À querida amiga Nívia Pombo pelas conversas, apoio e carinho que sempre me dispensou. Suas palavras e leituras ajudaram-me em muitos momentos.

À amiga, também muito querida Regina Mesquita, por toda ajuda prestada durante a organização do projeto e pelas inúmeras vezes que me auxiliou nos trabalhos por mim desenvolvidos.

A FEUC e, particularmente, aos amigos Marcia Vasconcellos, Jayme Ribeiro, Oswaldo Bendelack, Alexandre Alarcão e Solange Farinha pela torcida e apoio.

Aos queridos amigos Verônica Dalcanal, Alessandra Schmith, Nathália Rodrigues e Alex Vasconcelos que, em variadas fases, acompanharam-me nesses quatro anos de Doutorado.

Aos amigos da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro Silvia de Souza, Zuleica Rainha, Eduardo Cavalcante, Márcia Freire e Paulo Fernandes. Apesar da distância, sei que vocês enviaram boas energias, sempre muito bem recebidas.

Não posso deixar de agradecer aos queridos mestres que me deram a oportunidade de aprender e de trabalhar em diferentes momentos de minha carreira profissional em projetos de pesquisa muito valiosos. Obrigada Sheila de Castro Faria, Cláudia Rodrigues, Nireu Cavalcanti, Roberto Guedes, Cláudia Heynemann, Ângela Porto e Kaori Kodama.

A Solange Oliveira, Guadalupe Feijó, Gabrielle de Deus e Rose Barbieri pelo carinho e incentivo em vários momentos nos últimos anos.

Aos eternos amigos Pedro Sadio, Gustavo Custódio, Francisco Marques, Patrick Grecco e Evelyn Chaves, pela torcida e por terem em muito contribuído para a minha formação política e profissional, desde os tempos da graduação na Universidade Federal Fluminense.

A Ana Paula Botelho, pelo olhar atento e extrema paciência na revisão desse trabalho.

A Paulo Toghstine pelo apoio na coleta e sistematização dos dados utilizados na Tese.

A Marieta Pinheiro de Carvalho, grande amiga e irmã, pela parceria de muitos anos e também nesse trabalho. A seriedade e a dedicação de Marieta sempre me inspiraram. Além disso, sua leitura atenta, em diferentes momentos, o olhar praticamente cirúrgico e as conversas quase diárias foram fundamentais para o desenvolvimento dessa tese. Obrigada, de coração!

Por fim, a toda minha família, que soube compreender as minhas ausências e a importância desse trabalho. Muito obrigada!

RESUMO

ZAMPA, Vivian Cristina da Silva. *Poder Político e Monopólio da Violência: a militarização da Polícia do Rio de Janeiro entre 1964 e 1985*. 2014. 250 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

A tese tem como principal finalidade analisar a estruturação, o preparo e as ações da Polícia Militar do Rio de Janeiro durante o Regime Militar. A partir de 1964 e de uma subordinação mais estreita ao Exército, as Polícias Militares passaram por profundas alterações em sua estrutura e nas atividades desenvolvidas, atuando, majoritariamente como uma força militarizada – em uma ação conjunta com as Forças Armadas – e, em segundo plano, como uma força policial tradicional. Apesar da Polícia e do Exército terem tido suas próprias trajetórias no processo de construção dos Estados modernos, a partir de objetivos, lógicas e práticas distintas, a Polícia Militar brasileira conjugou elementos da referida força armada e da agência policial, unindo em sua estrutura os afazeres do policiamento ostensivo e os das chamadas rotinas militares, que possibilitaram, no caso da PMRJ, a sua participação em diferentes episódios da história política do Brasil. Foi justamente nessa perspectiva que o grau de envolvimento político da Instituição, dos policiais militares e de sua participação no poder foram pensados. Procuramos, assim, compreender a trajetória da PMRJ, como uma força de coação do Estado que, vinculada a um aparato legal autoritário e com bases teóricas e práticas consideradas legítimas, protagonizou um dos períodos mais emblemáticos da história do Brasil.

Palavras-Chave: Polícia Militar do Rio de Janeiro. Regime Militar. Anticomunismo. Legitimidade. Legalidade.

ABSTRACT

ZAMPA, Vivian Cristina da Silva. *Political power and monopoly of violence: the militarization of the Police of Rio de Janeiro between 1964 and 1985*. 2014. 250 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

The thesis principally aims at analyzing the structuring, the preparation and the actions of the Military Police of Rio de Janeiro (PMRJ) during the Military Regime. From 1964 on, the Military Polices, being more closely subordinate to the Army, went through major changes in their structure and in their developed activities, acting mainly as a militarized force – along with the Armed Forces – and secondly as a traditional police force. Although the Police and the Army had their own trajectories in the process of the construction of modern states, with distinct objectives, rationale and practices, the Brazilian Military Police comprised elements of the above-mentioned armed force and of the police agency, bringing together in its structure the duties of an ostensive patrolling and of the so-called military routines, which enabled, in the case of the PMRJ, its participation in different episodes of political history of Brazil. It was in this perspective that the level of political involvement of the Institution, the military policemen and their participation in the power were thought. Our goal was, therefore, understand the trajectory of PMRJ as a State coercive force that, related to a legal authoritarian apparatus and based on theories and practices considered to be legitimate, had a leading role in one of the most darkest periods of the history of Brazil.

Keywords: Military Police of Rio de Janeiro. Military Regime. Anticommunism. Legitimacy. Legality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 –	Efemérides e “Revolução de 1964” nos boletins da PMRJ.....	140
Figura 1 –	Mapa “O domínio comunista na Europa”.....	172
Figura 2 –	Hierarquias Paralelas I.....	185
Figura 3 –	Hierarquias Paralelas II.....	186
Tabela 2 -	Monografias com a temática “Guerra Revolucionária”, do CAO/PMRJ entre 1968 e 1969.....	188
Figura 4 –	Atividades de um Subsetor.....	211
Figuras 5 –	Postos Avançados das Operações Contra Guerrilhas.....	220

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADIs	Áreas de Defesa Interna
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
AP	Ação Popular
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CGIPM	Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CIE	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DASPS	Departamento de Administração do Serviço Público
DESPS	Delegacia Especial de Segurança Política e Social
DFPS	Departamento Federal de Segurança Pública
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DOPS-GB	Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara
DPOS-RJ	Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro
DPS	Divisão de Polícia Política e Social
DSeP	Delegacia de Segurança Política
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DSS	Delegacia de Segurança Social
ELN	Exército de Libertação Nacional
ELO	Esquadrilhas de Ligação e Observação
EME	Estado Maior do Exército
ERA	Esquadrilhas de Reconhecimento e Ataque
EsFO	Escola de Formação de Oficiais

ESG	Escola Superior de Guerra
EsNI	Escola Nacional de Informações
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IGPM	Inspetoria Geral das Polícias Militares
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MEB	Movimento Estudantil Brasileiro
MR-8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirantes
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PMRJ	Polícia Militar do Rio de Janeiro
PSD	Partido Social Democrático
PSE	Postos de Segurança Estáticos
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
S.Iv	Serviços de Investigações
S-1	Seção Política
S-2	Seção Social
S-3	Seção de Armas e Explosivos
S-4	Seção do Arquivo Geral de Segurança Política e Social
Sadis	Subáreas de Defesa Interna
Sc.A	Seção de Administração
Sfici	Serviço Federal de Informações e Contra-Informações
SFM	Seção de Fiscalização de Armas e Explosivos e Munições
SisNI	Sistema Nacional de Informações
SISSEGIN	Sistema de Segurança Interna
SNI	Serviço Nacional de Informações
S-R	Serviço de Ronda e Serviço Reservado
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
1	GÊNESE E DINÂMICA DA INSTITUIÇÃO POLICIAL MILITAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	26
1.1	O termo polícia.....	31
1.2	Polícia e afirmação dos Estados Nacionais.....	38
1.3	O modelo francês de Polícia.....	42
1.4	O modelo de Polícia Inglês.....	43
1.5	O modelo português de Polícia.....	45
1.6	A formação da instituição policial no Brasil.....	47
2	EM NOME DA “ORDEM”, DO “CONTROLE” E DA “SEGURANÇA NACIONAL”: POLÍCIA POLÍTICA E POLÍCIA MILITAR NO BRASIL REPUBLICANO.....	62
2.1	A Polícia Militar no Rio de Janeiro.....	67
2.2	“Segurança Política e Social” – Os casos de polícia no governo Vargas.....	69
2.3	A prevenção de crimes políticos e sociais no período da Redemocratização.....	78
2.4	A Defesa Nacional e o combate a crimes políticos.....	90
3	MILITARES E POLÍTICA NO BRASIL REPUBLICANO: A CONSTRUÇÃO DO “INIMIGO”.....	102
3.1	Organização, doutrinação e ação.....	107
3.2	Pensamento, consenso e ação – O Golpe Civil-Militar de 1964.....	114
3.3	Pensamento, consenso e ação – A “Revolução Gloriosa” de 1964.....	127
3.4	Revolução e Salvação Nacional: Efemérides e Discursos dos Boletins da Polícia Militar do Rio de Janeiro.....	135
4	LEGITIMAR PARA PROSEGUIR: CONCEITOS LIGADOS AO INIMIGO COMUM.....	152
4.1	Guerra Total, Global, Permanente e Indivisível: a Guerra Revolucionária.....	158
4.2	A Guerra Revolucionária no Curso de Formação de Oficiais da PMRJ.....	166

4.3	Operações de Guerrilha e Contra-Guerrilha.....	189
5	OPERAÇÕES URBANAS DE DEFESA INTERNA: O COMBATE AO “INIMIGO” PELA POLÍCIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO.....	199
5.1	Operações Urbanas de Defesa Interna e a Polícia Militar.....	205
5.2	O Papel das Informações.....	213
5.3	Segurança das Tropas e da população.....	217
5.4	Sequência das Operações.....	221
5.5	Meios de Combate.....	225
	CONCLUSÃO.....	234
	REFERÊNCIAS.....	238

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como principal finalidade examinar as atribuições e as atividades políticas desenvolvidas pela Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMRJ)¹, durante o regime Militar, entre os anos de 1964 e 1985. A problemática persegue as investigações iniciadas entre 2008 e 2009, no período em que compus a equipe de pesquisa da PMERJ sobre o bicentenário dessa Corporação, que teve, entre alguns resultados, a redação do capítulo “O período Republicano (1964-2008)” para o livro *200 anos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Na ocasião, deparei-me com fontes do Arquivo da PMERJ e da Escola Superior de Polícia que revelaram atividades políticas que iam além da área de Segurança Pública.

Embora exista uma considerável bibliografia a respeito da repressão durante o regime militar, cabe ressaltar que a proposta de investigar de forma pormenorizada o papel da Polícia Militar do Rio de Janeiro nesse período é inédita na historiografia. A importância do regime constituído no Brasil entre 1964 e 1985 para a compreensão das políticas levadas a cabo nas últimas décadas do século XX vem sendo amplamente discutida pela historiografia brasileira nos últimos anos, por pesquisadores como René Dreifuss, Maria Celina D’Araújo, Celso Castro, Daniel Aarão Reis Filho e Carlos Fico, entre outros. Entretanto, se os estudos sobre a deflagração do golpe militar e a atuação dos movimentos de esquerda despontaram em dissertações e teses contemporâneas, a mesma variedade de trabalhos não pode ser considerada para os níveis de atuação dos diferentes setores militares. A abordagem propriamente histórica sobre o regime militar apresenta-se recente, por meio da incorporação, por parte dos historiadores, de temáticas pensadas, em sua maioria, por cientistas políticos e sociólogos, além das memórias de alguns participantes do período.²

A partir dos anos de 1980, vivenciamos o processo de desmantelamento de grande parte dos regimes socialistas e dos militares que foram implantados para o seu combate. Nos

¹ Durante o período republicano, a atual Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro recebeu diferentes denominações em função das conjunturas políticas nas quais esteve inserida. De Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), desde 1889, passou a se chamar Polícia Militar do Estado da Guanabara (PMEG), após a transferência da capital para Brasília em 1960. Em março de 1975, por ocasião da Fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, ocorreu a unificação das duas corporações policiais militares que atuavam no estado – a Polícia Militar do Estado da Guanabara e a Polícia Militar do Rio de Janeiro – dando origem, dessa forma, à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Como o recorte da tese comporta o período em que recebeu pelo menos três denominações, houve uma opção, a título de normatização e sem prejuízos ao conteúdo da mesma, de identificá-la como Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMRJ).

² FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 20.

países da América Latina que vivenciaram regimes militares, tais como Argentina (1976-1983), Bolívia (1964-1982), Chile (1973-1990), Paraguai (1954-1989), Uruguai (1973-1985) e Brasil (1964-1985)³, proliferaram os organismos de repressão e a produção de documentos que atestam inúmeras práticas desse período. Esses documentos, que foram estritamente necessários para o exercício das atividades repressivas, apresentam-se, atualmente, como fontes reveladoras, não só pelos dados factuais de um passado recente, mas também como instrumento chave para interpretações e análises sobre o golpe de 1964, na produção brasileira⁴.

Nesse sentido, convém destacar que, desde a implantação do regime republicano no Brasil, a participação militar esteve presente de forma direta na política em diferentes momentos, por meio de intervenções para o restabelecimento da ordem institucional e a devolução do poder aos meios civis. Após 1964, outra realidade apresentou-se, quando grupos militares controlaram o Estado por mais de vinte anos.

Uma base comum que caracteriza as instituições militares e a manutenção de sua força e poder perante a sociedade é a sua rígida hierarquia e o respeito à disciplina. A punição torna-se um elemento fundamental, ao passo que legitima a autoridade e cria bases para sobrevivência da entidade. Também, nota-se a formação de uma burocracia atuante, que não permite desvios no interior da instituição. Mesmo com sua adaptação às circunstâncias históricas, conjunturais e estruturais, é essa burocracia a responsável por adaptar a instituição às novas realidades políticas, sociais e culturais do país⁵.

Entre 1889 e 1964, identificamos algumas operações militares, comandadas por esse grupo na história brasileira, justificadas por sua missão constitucional de defensora dos interesses nacionais. Autores como Nilson Borges apontam que o “padrão moderador” das Forças Armadas teve validade no período republicano em diferentes circunstâncias: no ano de 1945, com o golpe que pôs fim ao Estado Novo varguista; com os movimentos de 1955, que

³ D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 314.

⁴ QUINTANA, Antonio González. *Os Arquivos dos Serviços de Segurança do Estado dos Desaparecidos Regimes Repressivos*. Salamanca, 1995. (Mimeo)

⁵ MIYAMOTTO, Shiguenoli; BERTAZZO, Juliana Santos Maia. A Política das Forças Armadas: conflito e institucionalização do regime militar. IN: MUNTEAL FILHO, Oswaldo, FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane (Org.). *Tempo Negro, temperatura sufocante*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-RIO, Contraponto, 2008, pp. 106-107.

garantiram a posse de Juscelino Kubistschek e, nos de 1961, que visavam a não empossar João Goulart.⁶

Tal posicionamento político pode ser constatado desde a década de 1930, quando o conceito Segurança Nacional fez-se presente nos discursos militares, e principalmente nas palavras do general Góis Monteiro, segundo o qual o Estado deveria se estabelecer em bases sólidas, adotando os princípios da organização militar para disciplinar o povo e obter o máximo de rendimentos em todas as atividades públicas. Sob essa orientação, foi criada a Delegacia de Ordem Política e Social, subordinada à Polícia Civil do Distrito Federal, com as incumbências de *organizar estatísticas, prontuários, relatórios e tudo que quanto possa facilitar os serviços preventivos e imprescindíveis à completa ação da polícia.*⁷

A ratificação e a prática desse conceito foram obtidas, sobretudo, após a criação e o desenvolvimento das atividades da Escola Superior de Guerra (ESG). Nesse momento, verificou-se a influência e a justificativa do movimento militar como gestor e protetor dos valores mais sólidos à nação brasileira. Criada em 1949, em meio à conjuntura da Guerra Fria e sob orientação técnica americana e francesa, a ESG tinha o objetivo de se tornar um centro de altos estudos dos problemas nacionais, de forma a capacitar lideranças e formular um conceito de segurança nacional que se tornasse doutrinário para as ações dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento e segurança do país.⁸ Segundo a doutrina da ESG, diante da grave perturbação da ordem, as primeiras atitudes a serem tomadas deveriam ser as repressivas, para impedir a ameaça dos objetivos nacionais permanentes, utilizando para tanto as forças policiais e os grupos militares.

A reorientação política brasileira, em 1964, portanto, reuniu os interesses de grupos das Forças Armadas vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG), e aqueles ligados às empresas nacionais, multinacionais e de setores da sociedade civil temerosos da radicalização política do governo João Goulart. Para seus idealizadores, o movimento de 1964 fora planejado como uma “contra-revolução preventiva”, contrária aos valores do comunismo e da subversão política que assolavam o Brasil e o mundo. Na busca de findar a “revolução

⁶ BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (O Brasil Republicano; v. 4). p. 17.

⁷ PEREIRA, Márcia Guerra; FIGUEIREDO, Miriam Beatriz Collares; REZNIK, Luis. A Reconstituição do Acervo. In: APERJ. *A lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1983, p. 22.

⁸ PINTO, Sérgio Murillo. Escola Superior de Guerra. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins. *Dicionário Crítico do Pensamento de Direita*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000, p. 149.

comunista” que se aproximava, tal governo organizou uma série de medidas, como a imposição dos Atos Adicionais, visando a impedir as rearticulações de seus opositores. A partir de uma formulação teórica pautada no crescimento do comunismo internacional e da guerra revolucionária, qualquer indivíduo poderia ser ou estar sob as mãos do inimigo. Logo, a criação de um sistema de organização permanente de informações de segurança, estruturado e dotado de pessoal especializado, seria essencial para a defesa nacional.⁹

Com base nesses princípios, em junho de 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), com o propósito de articular a espionagem política do Estado à especialização dos quadros militares, por meio da retomada dos cursos de informação oferecidos pela ESG e da criação de centros de inteligência em cada uma das Forças Armadas. Três anos após sua criação, o SNI mudou sua configuração, transformando-se de agente produtor de informações a organizador e gestor de uma ampla rede de espionagem que justificava a escalada e a manutenção da repressão¹⁰.

O regime Militar, por meio da Constituição de 1967 e de suas emendas principais, ratificou a Doutrina de Segurança Nacional e o fortalecimento do Estado, como fatores indispensáveis à ordem e à segurança da nação. Nesse período, em meio às atribuições das Forças Armadas, a Polícia Militar, além de suas competências tradicionais, foi incumbida de operar no combate a movimentos políticos, tais como agitações estudantis e ações das guerrilhas urbanas, em um trabalho conjunto com o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e outros órgãos de inteligência que requeressem o seu trabalho.¹¹

Durante o período em que os Atos Institucionais foram impetrados, as PMs ainda encontravam-se regidas pela Lei 192, de 17 de janeiro de 1936, segundo a qual, exerciam, como força paramilitar, aquartelada e instruída sob a ideologia da ordem, o papel de “reserva operacional do Exército”, devendo ser encarregada da “vigilância e garantia da ordem pública”. A Constituição de 1967, porém, lhes conferiu outras atribuições. De acordo com o decreto-lei 317, de 13 de março desse ano, caber-lhes-ia: “(...) b) atuar de maneira preventiva

⁹ “Manual Básico da ESG”. Apud PEREIRA; FIGUEIREDO; REZNIK, op. cit., nota 7, p. 26.

¹⁰ FICO, op. cit., nota 2.

¹¹ ZAMPA, Vivian. Período Republicano (1964-2008). In: LEAL, Ana Beatriz, MUNTEAL FILHO, Oswaldo; SILVA, Íbis Pereira da. *200 anos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora da PUC/RJ, 2010.

como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem; c) atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem”.¹²

A partir de então, a Polícia Militar operaria em diferentes casos de enfrentamento contra os grupos que se opunham ao regime instalado, fato que se tornou comum nos principais centros urbanos brasileiros. Em um desses episódios no Rio de Janeiro, em março de 1968, um grupo de estudantes organizou uma passeata relâmpago contra o aumento do preço da comida de um restaurante popular, mantido pelo governo, o Calabouço. Os protestos organizados nesse local levaram a PM a dispersar tais estudantes, que, ao se abrigarem no restaurante, utilizaram pedaços de pau e pedras contra os policiais. O pretense ataque à Embaixada dos Estados Unidos por parte desse grupo motivou a investida dos policiais ao Calabouço e o então comandante da tropa, o aspirante Aloísio Raposo, a atirar no secundarista Edson Luís, então com dezesseis anos, com um tiro no peito. O corpo do estudante, velado na Assembléia Legislativa, foi acompanhado por cerca de 50.000 pessoas até o Cemitério São João Batista, local de seu enterro. O fato, que comoveu a todo o país, foi acompanhado por variadas manifestações contra a atuação militar no centro da cidade, chegando a um ponto máximo nos arredores da igreja da Candelária, por ocasião da missa de sétimo dia do estudante, quando soldados a cavalo postaram-se contra a população que a acompanhava.¹³

Os embates entre os meios militares e os civis cresceram progressivamente, atingindo seu auge quando o deputado Márcio Moreira Alves foi acusado de ter ofendido as Forças Armadas, e a Câmara dos Deputados negou-se a processá-lo. Em função desse fato e do fortalecimento dos movimentos oposicionistas, em 13 de dezembro de 1968 foi editado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), determinando o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos; a intervenção federal nos estados e municípios; a cassação de mandatos eletivos; a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão; o fim da garantia do *habeas corpus* e o confisco de bens obtidos por meios ilícitos.¹⁴

Com a decretação do AI-5, oposicionistas de diversos setores sociais, que reuniam desde estudantes, intelectuais e artistas até os meios operários, foram presos, torturados ou forçados ao exílio, edificando-se uma rígida censura às organizações políticas e aos meios de comunicação. O crescimento do aparato repressivo influenciou a criação de organizações que

¹² SOUZA, Benedito Celso de. *A Polícia Militar na Constituição*. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 1986. p. 67.

¹³ FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. Mas veio o tempo negro e a força fez comigo; o mal que a força sempre faz – O Brasil do AI-5. In: MUNTEAL FILHO; FREIXO; FREITAS, op. cit., nota 5, p. 26.

¹⁴ *Ibidem*, p. 27-29.

utilizaram a luta armada contra o regime. Dentre as mais destacadas estiveram a Aliança Libertadora Nacional (ALN), liderada pelo ex-militar e dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) Carlos Marighella, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), comandada pelo ex-militar Carlos Lamarca, e o grupo ligado ao PC do B, responsável pela organização de uma ação de guerrilha na região do Araguaia.

A radicalização da oposição, por meio da luta armada, levou o regime a ratificar a prática da tortura e a eliminar os considerados “terroristas”, introduzindo mudanças no aparato jurisdicional do país, por intermédio da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, que indicava a pena de morte para os crimes de terrorismo. Nessa conjuntura, assistiu-se a uma significativa mudança das funções policiais. Mediante o Decreto-Lei Federal nº 1.072, de 30 de dezembro desse ano, as guardas civis foram extintas do Brasil e suas atribuições transferidas às Polícias Militares, que passaram a responder isoladamente pelo policiamento preventivo e ostensivo¹⁵.

A partir desse período, verificamos uma preocupação direta da Polícia Militar com a teorização sobre as guerrilhas urbanas e combate ao comunismo, por meio dos cursos de aperfeiçoamento dos seus quadros de oficiais, e os respectivos trabalhos de conclusão redigidos. Monografias de conclusão, feitas pelos oficiais da PMERJ na década de 1960, demonstram essa preocupação. O Capitão Ricardo Frazão do Nascimento, teorizou sobre a *Guerra revolucionária*, em 1968, mesmo ano em que o Capitão Jorge D'albuquerque e Castro, redigiu o trabalho *Emprego das polícias militares na luta contra a guerra revolucionária*.¹⁶

A reorientação das atividades das Forças Armadas aproximou a Polícia Militar a órgãos de inteligência como o CIEX (Centro de Informações do Exército), a CISA (Centro de Informações da Aeronáutica) e a CENIMAR (Centro de Informações da Marinha)¹⁷. Com a criação dos Centros de Operações de Defesa Interna, os CODIS, e dos Destacamentos de Operações de Informações, os DOIS – composto por representantes de todas as forças militares, a Polícia Militar, por meio dos Serviços Secretos das Polícias Militares (P2), institucionalizou o trabalho de produção de informações pertinentes a estes órgãos, a busca

¹⁵ ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, Forças Armadas e Polícia: entre o autoritarismo e a democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 74.

¹⁶ Ver: NASCIMENTO, Ricardo Frazão do. *Guerra revolucionária - origens, características, objetivo, desenvolvimento, técnicas e táticas revolucionárias*. Monografia apresentada ao Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 1968. CASTRO, Jorge D' Albuquerque e. *Emprego das polícias militares na luta contra a guerra revolucionária*. Monografia apresentada ao Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 1968.

¹⁷ D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo e a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ostensiva de possíveis suspeitos e o controle de manifestações públicas contrárias ao governo instalado, práticas essas que perduraram durante todo o regime.¹⁸

A dimensão teórica utilizada nessa tese é a da História Política Renovada. Em uma análise sobre a historiografia contemporânea, observamos que, a partir da década de 1930, a Escola dos *Annales*, que Peter Burke com muita propriedade denominou de “a Revolução Francesa da historiografia”¹⁹, transformou a abordagem histórica. A história política, linha de estudo que predominou no século XIX, foi rejeitada. Para Marc Bloch e Lucien Febvre, fundadores dos *Annales*, as análises históricas complexas viam-se reduzidas a um simples jogo de poder. Havia necessidade de se fazer *uma outra história*, nas palavras de Febvre. A partir daí, abriu-se todo um leque de possibilidades ao ofício do historiador.

Na década de 1960, grande parte da linha marxista veio reforçar a falta de interesse dos historiadores pela história política. O Estado, concebido como o principal elemento da classe dominante, era visto como um reflexo da esfera econômica. No final da década de 1970 e início da de 1980, esse quadro começou a se alterar. A crise que atingiu as ciências sociais de uma forma geral forçou os historiadores a reverem suas posições e a buscarem, de acordo com Ângela de Castro Gomes, “(...) novas orientações inovadoras e fundamentais.”²⁰ A historiografia, mais do que recuperar, *renovou* a história política. Segundo Rosanvallon, pode-se afirmar que um dos passos mais importantes dessa renovação foi a aproximação “(...) progressiva das problemáticas de análise do político e de especialistas oriundos de diferentes disciplinas.”²¹ Além disso, o político passou a ser entendido como uma modalidade da prática social, ligando-se às demais engrenagens da vida coletiva e procurando compreender “como o poder é buscado, exercido, desafiado, abusado e negado”.²²

Na esteira desse processo, o estudo sobre instituições militares, partidos políticos, mídia e biografias vêm tomando novo fôlego. Dentro dessa nova vertente historiográfica, o

¹⁸ O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, no Fundo Polícias Políticas, possui documentos relativos à produção de informações da Polícia Militar, como auxílio ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Ver as séries: Prontuário; Secreto; Administração; Confidencial; Distritos; Informações Solicitadas; DOPS; Guanabara; Inquéritos; Sindicatos.

¹⁹ BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989) – a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1990.

²⁰ GOMES, Ângela de Castro. Política: História, ciência, cultura, etc. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, v. 9, p. 59-84, 1996, p. 63.

²¹ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995. p. 11.

²² CARDOSO, C. F. S. História do poder, história político. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. XXIII, n.1, p.123-141, jun. 1997. p. 139.

trabalho ocupar-se-á de uma história política, voltada para o estudo de uma instituição militar e as relações de poder em que esteve envolvida por mais de duas décadas.

Propomos, assim, analisar o condicionamento teórico e prático da PMRJ durante o regime militar, como um dos componentes das forças de coação do Estado. O Estado será aqui pensado a partir da fundamentação de Max Weber. Para esse autor, “Todo estado se fundamenta na força”. Partindo desta perspectiva, as instituições sociais por vezes utilizam a violência como um recurso para eliminação de qualquer vestígio de perigo em relação à sua sobrevivência. Se no passado, variadas instituições utilizaram a força física normalmente, o Estado, atualmente, é considerado como a única fonte de direito ao qual é permitido o uso da violência, “(...) O Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, *o monopólio do uso legítimo da força física* dentro de um determinado território.”²³

Logo, assim como as instituições políticas que o antecederam historicamente, o Estado é composto por homens, cuja relação é mantida por meio de uma violência considerada legítima, isto é, para que o Estado exista, os dominados devem obedecer à autoridade afirmada pelos detentores de poder²⁴. Nesse sentido, a Instituição Militar, no período republicano fora pensada como um agente do Estado encarregada de protegê-lo contra qualquer situação ou inimigo. O próprio nascimento da República parte desse princípio, por meio de um golpe liderado por militares, não prevendo o papel ativo do povo naquele e nos anos que viriam.²⁵ Desde o início da República brasileira, em 1889, até o final dos governos militares, em 1985, dos vinte e dois mandatos presidenciais, nove foram exercidos por militares, *que chegaram ao poder por meio de circunstâncias diretas e indiretas*.²⁶

A relação entre Estado e dominação legítima, também desenvolvida por Max Weber, nos ajudará na compreensão do papel político desempenhado pela PMRJ nesse período. Para o autor, três seriam os principais fundamentos de legitimidade da dominação do Estado: a tradição, baseada na autoridade dos costumes e nos hábitos desenvolvidos; o carisma, ligado à autoridade que se baseia em dons pessoais dos indivíduos; e a legalidade, autoridade que se impõe pela crença nos estatutos legais e nas regras racionalmente estabelecidas. Procuraremos mostrar, ao longo da tese, que esses três fundamentos foram incorporados e desenvolvidos

²³ WEBER, Max. A política como vocação. In.: _____. *O político e o cientista*. Lisboa: Editorial Presença, 1973. p. 98.

²⁴ WEBER, op. cit. nota 23, pp. 98-99.

²⁵ CARVALHO, José Murilo de. *O pecado original da República*. In: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/impressao.php?id=700&pagina>

²⁶ MIYAMOTTO; BERTAZZO, op. cit. nota 5, p. 109.

pela Polícia Militar, propiciando o suporte necessário para que a Instituição atuasse de uma forma considerada legítima e legal.

De uma maneira geral, a linguagem política define o conceito de legalidade como um atributo e um requisito do poder, isto é, o poder legal é exercido em conformidade com as leis. O princípio da legalidade estende-se a todos os mecanismos do Estado. Qualquer órgão público deve atuar no campo das leis, e mesmo tratando-se dos casos excepcionais, estes também já estão previstos nos meios legais.²⁷ A Polícia Militar do Rio de Janeiro, a partir do aparato dos Atos Institucionais e das Constituições de 1967 e 1969, com suas respectivas emendas, foi preparada para atuar no combate a grupos políticos considerados inimigos do regime.

Parte-se do princípio, entretanto, de que a forma como o sistema legal foi reorientado durante o regime militar foi pautada por uma *legalidade autoritária*. O conceito *legalidade autoritária*, de Anthony Pereira, será utilizado para analisar o cuidado da ditadura militar brasileira em respaldar legalmente seus atos, mesmo que de forma arbitrária. De uma forma geral, os líderes dos governos militares do Brasil e do Cone Sul, mesmo chegando ao poder pela força, empreenderam grandes esforços para enquadrar seus atos em um considerável arcabouço legal, unindo parte do antigo e mais ainda o novo. Se, por um lado, toda uma esfera de terror estatal foi desenvolvida, por outro, a de legalidade também foi constituída. No caso do Brasil, fez-se presente em dois momentos. O primeiro, na época do Golpe de 1964, quando os militares lançaram os primeiros Atos Institucionais e criaram uma agência federal de inteligência, o SNI, para coordenar a repressão, com o apoio das Polícias Políticas estaduais e dos Departamentos Estaduais de Ordem Política Social. Essa fase foi marcada por pouca resistência e um uso da violência mais limitado, voltando-se, sobretudo, contra os partidários do governo deposto.

O segundo momento ocorreu em finais dos anos de 1960, a partir do surgimento da esquerda armada. Essa repressão foi mais brutal, generalizada e centralizada que a anterior, tendo como justificativa as ações da esquerda armada. A Constituição de 1946, então vigente, foi progressivamente neutralizada por Atos Institucionais, sendo substituída por uma nova, em 1967. Nesse período, o Congresso foi fechado por alguns meses e inúmeros Decretos e Leis foram lançados, influenciando a revisão e a modificação da recente Constituição, em 1969, de forma a concentrar ainda mais os poderes na esfera do executivo.

²⁷BOBBIO, Norberto. Legalidade. In: _____, MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Coordenação da tradução de João Ferreira. Revisão geral de João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 674 e 675.

Esse regime – composto por elementos híbridos, ao conservar o funcionamento do Congresso Nacional apesar de limitar suas ações, não deixar de realizar eleições, mesmo que em torno do bipartidarismo, e assegurar garantias constitucionais, dentro de um regime de exceção²⁸ – será pensado, desse modo, como uma legalidade autoritária. Esse conceito será utilizado para discutir a formação de todo um aparato de segurança centralizado e violento, cujo fundamento era o anticomunismo e que, de alguma forma, atingiu a todos os seus órgãos de repressão do país, incluindo as Polícias Militares.

É nesse sentido que propomos um estudo das Constituições de 1967 e 1969, de suas Emendas e Decretos, e dos Regulamentos da Diretoria de Ensino e Instrução dos Cursos Superiores da Polícia Militar, entre os anos de 1964 e 1985, a fim de se verificar o tratamento dispensado a esta corporação em termos de sua organização, instrução e garantias, tendo em vista que a partir desses documentos foram definidos novos padrões de “manutenção da ordem pública”, fncados em questões políticas, como o combate ao comunismo e às ideias subversivas.²⁹

Além de uma análise ligada ao conceito de legalidade, também propomos um estudo relacionado à legitimidade de atuação das Forças Policiais, que foi fortalecido, em seu ambiente interno, com a inclusão de cursos voltados à Guerra Revolucionária, às Guerrilhas Urbanas e, de uma forma mais geral, ao combate à subversão³⁰.

Para investigarmos esses princípios, pensaremos o conhecimento como uma estratégia de poder, ou seja, o conhecimento com uma função disciplinar que coloca em funcionamento uma rede de procedimentos que atingem os aspectos mais sutis da realidade e da vida dos indivíduos³¹. Esse conhecimento foi desenvolvido na Polícia Militar, por meio da oferta de disciplinas nos Cursos de Formação de Oficiais. Nesse sentido, a realização da pesquisa procurou estar atenta para o e mentário de matérias oferecidas nos respectivos cursos, bem como a produção, a recepção e a assimilação dos integrantes da corporação sobre a questão da legalidade e da legitimidade da atuação policial no regime militar.

²⁸ De acordo com Giorgio Agamben, dentre as características do Estado de Exceção estaria a abolição provisória da distinção entre poder legislativo, executivo e judiciário em uma prática duradora de governo, visto como necessário. “É como se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação e que, em caso extremo, só pudesse ser preenchida pelo Estado de Exceção, ou seja, criando-se uma área onde essa aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor”. Ver: AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder Soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 49.

²⁹ SOUZA, op. cit., nota 12, p. 128 e 129.

³⁰ PEREIRA; FIGUEIREDO; REZNIK, op. cit., nota 7, p. 26.

³¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

Entenderemos os intelectuais da polícia militar, a partir do conceito de Gramsci. Para o estudioso, os intelectuais são os responsáveis pelas relações entre diferentes classes sociais, possibilitando uma visão de mundo mais unitária e homogênea. Na medida em que os intelectuais apresentam-se em diferentes camadas sociais, os mesmos possuem uma função orgânica que se torna fundamental no processo de reprodução social, vinculando-se, profundamente, às decisões teóricas e práticas, tomadas nesses espaços. Mais do que aquele que somente detém o conhecimento, o intelectual é o dirigente da sociedade possuidor da capacidade de direção e de organização, fazendo parte daqueles que (...) *elaboram a hegemonia da classe dominante, que sem os intelectuais não poderia ser dirigente, seria apenas dominante e opressiva, faltar-lhe-ia a base de massas, o consenso necessário para exercer o seu poder.*³²

Ao partir da noção de que todo grupo social que possui uma função na sociedade elabora os seus intelectuais, analisaremos a produção de monografias da Escola de Formação de Oficiais, entre as décadas de 1960 e 1980, relacionadas ao enfrentamento do comunismo, das guerrilhas urbanas e das ações subversivas. O Tenente Coronel Ângelo Izidoro Guerreiro Britto foi um dos intelectuais que qualificou as atividades que deveriam ser combatidas, à época, pela Polícia Militar – as subversivas – como aquelas de caráter predominantemente psicológico, que buscam conquistar as populações para um movimento político revolucionário de índole comunista ou anarquista, visando à destruição das bases da sociedade³³. Tais monografias constituem uma importante fonte de investigação para a tese, na medida em que discutem o que seriam os crimes políticos e como deveriam ser combatidos, pautados na lógica de Segurança Nacional.

Procuraremos verificar, ainda, se esse conhecimento produzido na Academia de Polícia e os Decretos e Leis lançados na época chegaram a todo o efetivo militar. Para essa análise, investigaremos os Boletins redigidos pela PMRJ (BOL PMRJ). Esse documento, de produção diária, tem o objetivo de informar ao corpo policial sobre suas práticas, por meio de diferentes seções, trazendo, ainda, as Ordens do Dia, redigidas pelos Comandantes Gerais e, em alguns momentos, pelo Ministério do Exército.

Em relação às fontes utilizadas nesse trabalho, cabe indicar a escolha de três grandes conjuntos documentais: o primeiro, composto pelos Boletins da Polícia Militar do Rio de Janeiro; o segundo, vinculado às ementas e monografias da Escola de Formação de Oficiais

³² GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989. p. 84.

³³ BRITTO, Ângelo Izidoro Guerreiro. *Os governos estaduais e sua participação na Segurança Interna*. Monografia de conclusão de curso apresentada ao Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 1971.

da PMRJ e o terceiro relativo aos Manuais e Instruções produzidos pelo Ministério da Guerra, Ministério do Exército, Escola Superior de Guerra e da Inspetoria Geral das Polícias Militares.

Convém, ainda, ressaltar um procedimento metodológico mais específico adotado. Diante de uma ampla bibliografia produzida nos últimos anos sobre o regime militar, privilegiamos os estudos sobre a História Política, a historiografia sobre o regime militar e a história da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e das Forças Armadas.

Quatro foram as hipóteses que procuramos verificar nesta tese: concebida como força reserva operacional do Exército, as funções legais da Polícia Militar sofreram consideráveis alterações com as Constituições de 1967 e 1969, que consolidaram um novo perfil de atuação, relacionado à perspectiva da Segurança Nacional; a criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, e o crescimento de sua influência nas décadas de 1950 e 1960, vincularam-se ao interesse de alguns setores militares e civis em teorizar o anticomunismo e o combate à guerra revolucionária como o arcabouço ideológico para a instalação do regime militar; a Polícia Militar do Rio de Janeiro formou um grupo de intelectuais responsáveis em legitimar diante de seus quadros o seu papel de defensora do Estado e das Instituições, assegurando sua interferência em nome da segurança nacional; e, por fim, a PMRJ, em consonância com os órgãos de coerção civis e militares, foi treinada e operou tanto na captação de informações quanto na repressão física aos opositores do regime.

A verificação e a comprovação dessas hipóteses foram alinhadas em cinco capítulos. O primeiro tem por objetivo discutir o conceito polícia, o nascimento da polícia moderna, sua implantação no Brasil e a legislação e as práticas desempenhadas pela Polícia Militar do Rio de Janeiro no período imperial.

O segundo, intenta compreender a formação da Polícia Política no Brasil Republicano e suas relações com a Polícia Militar. Partiremos da noção de que, se a Polícia Política do Brasil coordenou as ações voltadas ao sistema de informações e combate a elementos subversivos durante décadas; no Regime Militar, ela foi mais um dos componentes de um sistema de informações e segurança bem mais complexo, que será o objeto de nossa análise.

O terceiro capítulo visa a compreender o percurso político dos militares no período republicano e como esse grupo pensou a intervenção de 1964, a partir de materiais produzidos de forma institucional, na época e posteriormente. A proposta também tem a finalidade de analisar a organização do pensamento militar no Brasil, na segunda metade do século XX,

com bases na criação da Escola Superior de Guerra e da formulação de teorias, que legitimaram sua posterior ação no regime militar.

O capítulo quatro busca discutir como o conceito de legitimidade foi desenvolvido durante o regime militar e a maneira que dele se apropriaram como forma de sustentar suas atuações e a manutenção no poder por mais de vinte anos. Para tal, far-se-á uma análise do grupo de poder do período, ressaltando-se o caso da Polícia Militar do Rio de Janeiro e de sua Escola de Formação de Oficiais. Procuraremos destacar que o empenho dos oficiais da PMERJ em construir o reconhecimento das ações desenvolvidas durante o regime traduziu um esforço comum ao grupo de poder no período: utilizar além da força, da tortura e da repressão, uma determinada crença coletiva em torno da necessidade de seus valores e de sua legitimidade política.

Por fim, o quinto capítulo busca compreender como a Polícia Militar, junto ao trabalho de teorização do “inimigo” a ser combatido, foi organizada como uma força de coação do Estado, sendo amparada por uma série de parâmetros legais autoritários, constituídos em torno da noção de guerra interna e sob a coordenação direta da Inspeção Geral das Polícias Militares.

1 GÊNESE E DINÂMICA DA INSTITUIÇÃO POLICIAL MILITAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O papel da polícia é tratar de todos os tipos de problemas humanos quando, e na medida em que, sua solução necessita, ou pode necessitar, do uso da força, no lugar e no momento em que eles surgem. É isso que dá homogeneidade a atividades tão variadas quanto conduzir o prefeito ao aeroporto, deter um malfeitor, expulsar um bêbado de um bar, regular a circulação, conter uma multidão, cuidar das crianças perdidas, administrar os primeiros cuidados e separar os casais que brigam.³⁴

Por mais que existam divergências sobre a necessidade, a funcionalidade e as práticas da polícia militar; a maioria da população é unânime em recorrer a essa Instituição nos momentos em que se sente lesada. Atuando em um universo que congrega as mais variadas manifestações do homem, ela é acionada em casos de roubos, violências, desentendimentos, nascimentos precipitados, ou, ainda, em grandes espetáculos esportivos e artísticos.

Diante dessa complexidade, como definir a Polícia Militar? É possível refleti-la como um bloco homogêneo durante sua trajetória? O que diferencia seu trabalho de outros órgãos armados como o Exército e a Polícia Civil?

De acordo com José Eduardo Azevedo, um primeiro problema detectado ao se pretender definir “polícia” como objeto de estudo de um determinado campo disciplinar é o de demarcar os limites do mesmo.³⁵ Problema gerado, dentre outros, devido a seus múltiplos agentes, instituições e funções, que acentuam o seu caráter difuso e sua grande diversidade analítica.³⁶

Se desde a década de 50 sociólogos, antropólogos e cientistas políticos começaram a pensar a polícia nas suas mais diversas abordagens institucionais, organizacionais e nas relações estabelecidas com a população, foi somente nos idos de 1960 que a Instituição tornou-se objeto de historiadores acadêmicos. Primeiro, na Inglaterra, no contexto da renovação da história social de cunho marxista, no qual se iniciaram interpretações em torno de seu surgimento como mais um dispositivo estatal de dominação de classe. Uma década depois, nos Estados Unidos, seu papel foi colocado no centro das análises, em boa parte como reflexo de debates internos sobre a natureza descentralizada do sistema policial no país.

³⁴ MONET, Jean-Claude. *Polícias e Sociedades na Europa*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 25.

³⁵ AZEVEDO, José Eduardo. Polícia Militar de São Paulo: Elementos para a construção de uma cartografia social da questão policial no Brasil. *Revista LEVS*, Marília, v.1, 2008, p. 11.

³⁶ GONÇALVES, Gonçalo Rocha. Modernização policial: as múltiplas dimensões de um objecto historiográfico. *Centro de Investigação e Estudos de Sociologia*, Instituto Universitário de Lisboa. CIES e-Working Paper n. 116/2011, p. 1.

Durante a década de 1980, emergiram trabalhos sobre a história da polícia na Europa continental ligados, sobretudo, às transformações das formas de Estado e de governo.³⁷

No Brasil, a produção de trabalhos acadêmicos que possuem a polícia como objeto ainda é muito recente³⁸, ampliando-se a partir dos anos 90, sobretudo nas áreas das Ciências Sociais, da Antropologia e da Ciência Política. Nesse sentido, no campo da História, há de se destacar alguns estudos pioneiros, como os de Regina Célia Pedroso *O olhar vigilante: Estado autoritário e ideologia policial no Brasil*; Wellington Barbosa da Silva, *Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)*; Marco Antonio Cabral dos Santos, *Paladinos da ordem: polícia e Sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX*; Marco Antonio Bretas *A guerra nas ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro e Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro 1907-1930*, e o livro organizado por Gizlene Neder *A Polícia na Corte e no Distrito Federal 1831-1930*. Outro pioneiro relevante que merece destaque é o autor da tese de doutorado Nilson Borges *Estado e Militarização: as Polícias militares como aparelhos repressivos do Estado*. Elaborada no Curso de Direito da Universidade Federal de Florianópolis, o trabalho merece ser ressaltado por suas discussões nos campos do Direito, da História e da Ciência Política, focar no estudo sobre as Polícias Militares, como aparelhos repressivos do Estado, em tempos de Ditadura Militar.

Em sendo carentes as análises no campo da História sobre a trajetória da Instituição Policial Militar no Brasil, é nosso intento discutir e delimitar, primeiramente, uma definição para a mesma. Para Robert Reiner, os pesquisadores, de uma forma geral, assumem um determinado conhecimento, tido como já estabelecido, do que é a polícia e das noções que lhes são próprias. Nesse sentido, a polícia é identificada como uma corporação de pessoas patrulhando espaços públicos, usando uniforme azul e armas, para controlar os crimes e exercer funções negociáveis. Por outro lado, também podem ser aqueles detetives não uniformizados, basicamente ocupados com a investigação e o processo de delitos criminais.³⁹

Assim, todas as pessoas que vivem, hoje, em uma sociedade organizada possuem essa noção intuitiva do que é a polícia, principalmente a militar.

A Polícia Militar é mais visível aos olhos da população porque é mais numerosa e fardada. Responsável pelo policiamento ostensivo, ela está nas ruas para prevenir o

³⁷ GONÇALVES, op. cit., nota 36, p.2.

³⁸ Muito embora tenham que ser ressaltadas as análises pioneiras de Paulo Sérgio Pinheiro, Roberto Kant de Lima e Antonio Luiz Paixão.

³⁹ REINER, Robert. *A Política da Polícia*. São Paulo, EDUSP, 2004, p. 19.

crime e zelar pela ordem pública. A instituição se organiza nos moldes do exército, partilhando inclusive do mesmo código disciplinar⁴⁰.

De acordo com David Bayle⁴¹, a palavra polícia refere-se a um grupo de pessoas autorizadas a regular as relações interpessoais dentro da sociedade, por meio da aplicação da força, a partir de três características gerais: força física, autorização coletiva e uso interno.

Como Instituição, a Polícia não pode existir fora de ordens socioeconômicas e políticas organizadas⁴². Suas práticas, entretanto, ligam-se a realidades as mais diversas. Por isso, para seu estudo, torna-se fundamental distinguir a Corporação do conceito policiamento.

Polícia refere-se a um determinado tipo de Instituição social e o policiamento, a um conjunto de processos com funções sociais específicas. Nessa perspectiva, enquanto nem todas as sociedades têm polícia e sua organização pode assumir variadas formas; o policiamento é uma necessidade em qualquer ordem, podendo ser conduzido por inúmeros processos e feições sociais. Logo, “um órgão de “polícia” especializado, organizado pelo Estado, do tipo moderno, é apenas um dos exemplos de policiamento”⁴³.

Diante destas distinções e variedades semânticas, entende-se que o objeto de estudo da presente tese, a atuação política e militarização da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro durante o regime militar (1964-1985), deve ser primeiramente pensado a partir das perspectivas conceitual e genealógica, de forma a analisar a sua natureza e a organização de suas funções, em relação ao tempo e ao espaço.⁴⁴

Ao partir do princípio de que o termo polícia apresentou vários significados ao longo da história; antes de se analisar o percurso da Instituição, é necessário situá-la em diferentes tempos. Pois, levando-se em consideração os pressupostos de Kosellec; de uma forma geral, as tradições da história das ideias políticas incorrem no erro comum do anacronismo, ao imputarem a autores e obras certas intenções, significados que jamais tiveram e não poderiam ter tido, em seus contextos originais de produção, que, grosso modo, resulta na produção de

⁴⁰ CAIXETA, Nívio do Nascimento. “Entre as leis e o mundo: Polícia e administração de conflitos numa perspectiva comparativa”. *Ineac*. Disponível em: <http://www.proppi.uff.br/ineac/curso/nufep/artigos/docente/3/01.pdf>. Acesso em: 3 Jun. 2012. p. 2.

⁴¹ BAYLE, David. Apud REINER, op. cit., nota 39.

⁴² HOBBSBAWN, Eric. *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 22.

⁴³ REINER, op. cit., nota 39, p. 20.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 19.

um conjunto de mitologias históricas.⁴⁵ Nesse sentido, serão analisadas as diferentes denominações da Polícia, a partir da compreensão de que sua concepção e mudanças só podem ser pensadas no contexto no qual foram produzidas.

Por outro lado, a abordagem genealógica a ser utilizada será a expressa por Michel Foucault.⁴⁶ Parte-se do princípio de que buscar as origens da polícia e de suas funções não significa traçar sua evolução ao longo dos séculos e/ou milênios. A partir de seus estudos, entende-se que os acontecimentos emergem da força e não de uma intenção ou determinação prévia. Nesse sentido, a história da polícia será vista como mutação, traçando seu caminho por meio de metamorfoses e não por meras continuidades. A genealogia proposta indica, acima de tudo, uma história que se opere, por intermédio da destruição das evidências e que, assim, “reintroduza o descontínuo em nosso próprio ser, que faça ressurgir o acontecimento no que ele tem de único e agudo”.⁴⁷

Remontar as origens da polícia significará concebê-la como um emaranhado de descontinuidades sobrepostas a uma multiplicidade de tempos.⁴⁸ Será interrogá-la, questionando postulados que se movimentam nos campos político e social como verdade, de forma a desconstruí-la em alguma medida.

Um conceito, todavia, será aplicado à trajetória indicada. É a noção de que, em todos os períodos analisados, a Polícia Militar do Rio de Janeiro será entendida como uma instituição de coação física do Estado. Segundo os pressupostos de Max Weber, o Estado caracteriza-se pela detenção do monopólio da violência física legítima, isto é, “todo Estado fundamenta-se na coação”, na supremacia dos meios de coerção física coberta por uma determinada legitimidade refugiada no campo de leis, uma vez que

O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o “território”, faz parte da qualidade característica -, reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima, pois o específico da atualidade é que a todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita. Este é considerado a única fonte do direito a exercer a coação.⁴⁹

⁴⁵ JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, 2005, p. 27.

⁴⁶ FOUCAULT, op. cit., nota 31.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 28.

⁴⁸ FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos. Vol. II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

⁴⁹ WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade Federal de Brasília, 2009. v. 2, p. 525-526.

A partir dessa noção, parte-se do princípio de que a Polícia Militar do Rio de Janeiro, assim como as demais polícias organizadas no Brasil, foram criadas para serem instrumentos de coação do Estado, reproduzindo, de uma forma geral, a política dominante.

Apesar da defesa e da reprodução dessa política, em alguns momentos, essa Instituição criou, em seu interior, elementos ideológicos corporativistas, que a levaram a confrontar o Estado. Nesse sentido, o fato de ser uma força auxiliar do Exército, muitas vezes, aproximou-a dessa Força Armada – sobretudo nos períodos, cuja ligação foi mais estreitada legalmente – o que a levou a introjetar entre os seus quadros determinados princípios corporativos, especialmente ligados à lógica de salvação da pátria e de defesa interna, mesmo em prol do que seria essencialmente sua função a de assegurar a defesa da cidadania.⁵⁰

Foi, particularmente, em algumas conjunturas políticas, como a do regime militar, de 1964 a 1985, que a Polícia Militar do Rio de Janeiro, assim como as suas outras congêneres estaduais, incorporou a estrutura, organização e associou-se às ações do Exército, de forma a se militarizar ao ponto de constituir um verdadeiro exército urbano. Nessa perspectiva, a instituição punha de lado a sua atuação policial, no exercício de manutenção da ordem urbana e defesa do indivíduo, para atuar especialmente como uma força militar voltada à defesa interna e, conseqüentemente, capacitada a combater os “inimigos internos”, fossem eles determinados indivíduos, grupos políticos ou movimentos sociais.

A partir destas orientações, esse primeiro capítulo fará uma análise do conceito polícia e de sua trajetória ao longo dos séculos. Ressalta-se, primeiramente, que não há uma história “natural” da polícia. As funções desempenhadas por ela nem sempre existiram e fazem parte, acima de tudo, do tempo em que foram sendo inseridas. Assim,

Ela é mais o produto de uma sucessão de rupturas do que a consequência de um desenvolvimento que teria existido em germe desde as origens. Mesmo quando se começa a discernir seus vestígios nas sociedades do passado, nem por isso ela era composta por corpos de agentes profissionais, recrutados e remunerados por uma autoridade pública.⁵¹

Não é possível determinar com exatidão o marco de criação das Instituições policiais, pensadas como grupos ou órgãos com a finalidade de regular as relações interpessoais e zelar pela segurança das pessoas e dos bens. Entende-se, entretanto, que ela faz parte do processo

⁵⁰ BORGES FILHO, Nilson. *Estado e Militarização: as Polícias militares como aparelhos repressivos do Estado*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1989, p.3.

⁵¹ MONET, op. cit., nota 34, p. 31.

de fixação das populações em determinados locais e do crescimento das comunidades, com o objetivo de acompanhar as regras, proibições e tabus, estabelecidos em grupo.⁵²

1.1 O termo polícia

A necessidade de mecanismos de inibição da violência esteve presente em diversas formas de manifestações humanas e períodos históricos. Nesse sentido, já na antiguidade é possível reconhecer referências ao trabalho desempenhado pela mesma. De uma forma geral, o termo polícia bem como “política” vinculam-se ao grego *politeia*, remetendo, por um lado, à cidade *Polis*, denotando uma entidade distinta de outras comunidades políticas, e, por outro, aquilo que mantém a cidade em sua unidade, isto é, a arte de governar.⁵³

A partir de Platão e Aristóteles, no século IV a. C., o conceito muda de conteúdo, ligando-se a duas funções balizares: o conjunto de leis e regras que concerne à administração geral da cidade, a chamada *ordem pública*, à moralidade, ao abastecimento, e, também, com referências aos “guardiões da lei” – citados por Platão em *A República* – responsáveis pelo cumprimento do que fora regulamentado e com qualidades físicas e jurídicas, tais como a perspicácia, a força, a valentia, o saber e o temer aos deuses.⁵⁴ O referido modelo tinha como função principal a preservação da ordem e a sustentação da governabilidade da cidade, uma vez que, conforme Monet, os gregos atribuíam grande importância ao governo e à ordem pública.⁵⁵

Algumas dessas funções cabem a personagens cujos nomes serão – por outros motivos – retidos pela história: Temístocles tem responsabilidades na polícia das águas. Demóstenes na dos cereais. Esses exemplos parecem, aliás, sugerir que o exercício das tarefas policiais constitui nessa época (século V a.C.), se não uma função prestigiosa, pelo menos uma etapa necessária para quem empreende uma carreira administrativa e política.⁵⁶

⁵² MARTINS, João Mário. *Instituição policial Militar e Segurança Pública: análise à luz da Política Jurídica*. 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC. p. 43.

⁵³ MONET, op. cit., nota 34, p. 20.

⁵⁴ MARTINS, op. cit., nota 52, p. 43.

⁵⁵ MONET, op. cit., nota 34, p. 33.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 32.

Em Roma, até meados do século II a.C., a segurança era uma atribuição da iniciativa privada, muitas vezes cabendo aos cidadãos, ajudados pelos parentes das vítimas, capturarem os acusados de crime e levá-los ao magistrado público. Com os romanos, o termo *politeia* foi tomado e latinizado para *politia*, passando a corresponder a dois conceitos, o de *res publica*, a coisa pública, e o de *civitas*, que nomeia os negócios da cidade. Assim, seus juristas deram conteúdo e um lugar específico à noção de polícia, em construções teóricas que procuraram justificar a soberania absoluta do Estado Imperial sobre seus súditos. Nesta concepção, o *Imperium* constitui o fundamento final do poder coercitivo do Estado – a *potestas*- e aquele que se manifesta de forma concreta por meio da ação administrativa, judiciária e policial.

Mais precisamente: o *Imperium*, que corresponde grosso modo à noção de “soberania”, é confiado ao imperador pelo povo que é, pelo menos em teoria, seu único depositário. Única fonte de poder legítimo, ele se atualiza na *potestas* que, por sua vez, compreende dois elementos: por um lado, o direito de promulgar Regras que submetem outrem, por outro lado, a capacidade de por em ação a força legítima para obrigar à observação dessas regras.⁵⁷

A essência da função governamental, portanto, ligava-se à definição das fronteiras entre o público e o privado, por meio da produção de normas, cujo cumprimento era assegurado por órgãos administrativos pontuais que utilizavam, quando necessário, o constrangimento físico. Assim, junto ao desenvolvimento do Império, foi criada uma polícia pública com a finalidade de promover a governabilidade e proteger a população, prevenindo e reprimindo as práticas ilícitas. Dessa forma, o *praefectusurbis*, o “prefeito da cidade”, dispunha de um duplo poder: o de editar regulamentações sobre todos os aspectos da vida social e o de chefiar uma equipe, na qual se incluía o *praefectusvigilium*, que comandava, por sua vez, os *vigiles*, uma polícia especializada e militarizada, responsável pelo patrulhamento das ruas de Roma, que possuía, à época, uma população superior a um milhão de habitantes. Nesse viés, pesquisadores como Luiz Otávio de Amaral entendem que a militarização das instituições policiais é uma prática que remonta ao Império Romano.⁵⁸

Existe uma controvérsia historiográfica em relação aos órgãos de polícia durante a Idade Média. Para Diamantino Sanches Trindade e Manuel dos Reis de Jesus, a invasão da Europa pelos “bárbaros” levou à desarticulação de órgãos responsáveis pela tranquilidade pública e o conseqüente desaparecimento desta função.⁵⁹

⁵⁷ MONET, op. cit. nota 34, p. 20.

⁵⁸ AMARAL, Luiz Otávio de. Poder de Polícia. *Revista Jurídica Consulex*, Brasília, v. 5, nº 110, p. 13.

⁵⁹ Ver: TRINDADE, Diamantino Sanches; JESUS, Manuel dos Reis de. *Subsídios para a história da polícia portuguesa*. Lisboa: Escola Superior de Polícia, 1998, p. 162.

Os estudos de Jean Claude Monet e os de David Bayle, por sua vez, apontam em outra direção em relação à desarticulação das instituições policiais nesse período. Esses últimos reconhecem-na como uma fase marcada por guerras, insegurança e enfraquecimento dos monarcas, na qual a função policial não deixou de existir, mas se descentralizou ao máximo, formando-se inúmeros poderes locais praticamente autônomos, em consonância com a soberania política de então.⁶⁰ Nesse contexto, certo grau de segurança coletiva foi procurado e os senhores de terra transformaram-se em verdadeiros detentores dos meios de coação necessários para efetivá-lo. Nas cidades, em meio à insegurança e à ausência de um poder político capaz de garantir a ordem pública, muitas iniciativas, de ordem particular foram iniciadas, seja em bases locais e comunitárias no mundo anglo-saxônico, na constante vigilância da Igreja na Europa continental ou no sistema de fraternidades⁶¹ em numerosas cidades medievais.⁶²

Logo, se os padrões de policiamento não deixaram de existir, o termo polícia reapareceu no fim da Idade Média, junto à retomada do direito Romano e sua inclusão nos currículos das Universidades de Bolonha e Pádua e, posteriormente, nas de Paris, Colônia e Leipzig, passando a designar o estado em que se encontra uma sociedade que se beneficia de um bom governo, na qual são chanceladas e aplicadas “boas leis”, isto é “a boa ordem da sociedade civil, da competência das autoridades políticas do Estado, em contraposição à boa ordem moral, do cuidado exclusivo da autoridade religiosa”.⁶³

Assim, durante a Idade Média, ocorreu um processo de reestruturação das instituições policiais na Europa, ligado ao sistema político antecessor ao nascimento das polícias modernas, que ressurgem apresentando modelos e características estruturais diversas, como a *Maréchaussée* francesa, com uma estrutura semelhante ao Exército, e o *sherif* inglês, uma espécie de prefeito, representante da coroa nos distritos, com atribuições policiais, em modelos que influenciarão de forma determinante a caracterização da polícia moderna e contemporânea.⁶⁴

⁶⁰ BAYLE, David H. *Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 41.

⁶¹ Chamadas de *hermandades*, em regiões da Espanha na Idade Média, as Fraternidades constituíram-se de milícias populares criadas nas comunas, encarregadas de proteger os peregrinos e os comerciantes, além da defesa dos habitantes contra os eventuais mandos do senhor. Ver: MONET, op. cit., nota 34, p. 41.

⁶² MONET, op. cit., nota 34, p. 38.

⁶³ BOVA, Sergio. Polícia. In: BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, op. cit., nota 27, p. 944.

⁶⁴ MARTINS, op. cit., nota 52, p. 48.

Esta trajetória indicou uma dupla transformação, abarcando tanto as mudanças ligadas as suas funções, quanto a sua própria denominação. Na França, é possível observar transformações no termo que, de forma geral, correspondem às alterações da relação entre o Estado e a sociedade civil.

No dicionário francês-latim de Robert Estienne, de 1539, “polícia” liga-se à atividade governamental, ao poder de editar regras que enquadram a vida social. Décadas após, com Loyseau, nos anos de 1608-1610, o referido poder de editar é definido como uma função exclusivamente real, de forma a reeditar o *Imperium Romano*, segundo o qual as autoridades de polícia do Reino só poderiam intervir com base em uma delegação da autoridade central. Dessa forma, o termo “polícia” foi utilizado na França, por mais de um século, em um quadro de construção jurídica que buscava justificar a existência de um poder soberano.

Uma mudança conceitual pode ser observada na publicação de Nicolas Delamare, entre 1705 e 1710, no *Traité sur la Police*, segundo o qual, a função da polícia seria assegurar a execução das leis e regras administrativas, estando distante da regulamentação social ou judiciária de conflitos. A partir de então, a polícia passa a se distinguir ainda mais da função judiciária, em concomitância ao aparecimento de órgãos de polícia de um novo tipo, os agentes públicos, com responsabilidades e organização próprias, distantes das funções apenas de auxílio do judiciário⁶⁵.

Nessa perspectiva, em 1667, Luís XIV criou o posto de tenente de Polícia de Paris, confiando-o a La Reynie. Uma vez nessa função, o tenente ampliou ao máximo seus poderes administrativos, aumentando consideravelmente os efetivos de agentes que passavam a depender somente de sua autoridade.

Da iluminação pública ao controle da prostituição ou ao abastecimento dos mercados, da organização de serviços de patrulhamento à do traçado urbano, da dispersão do Pátio dos Milagres à espionagem da vida pública e privada das elites, a função policial se identifica doravante com a realização de um equilíbrio social e de uma “felicidade pública” dos quais o Estado e seus agentes e dizem os únicos promotores.⁶⁶

Na Prússia, da mesma forma, o conceito de *Polizeistaat*, do “Estado Policial”, foi desenvolvido a partir de teóricos do absolutismo como o filósofo Christian Wolf. Para os mesmos, a finalidade maior do Estado seria trazer o bem-estar e, até mesmo, a felicidade aos indivíduos. O alcance maior deste objetivo justificaria a extensão de poderes do Estado, pois só ele disporia da capacidade de definir a felicidade de seus súditos, por meio de suas leis e

⁶⁵ MONET, op. cit., nota 34, p. 20-21.

⁶⁶ Ibidem, p. 21.

pelo exercício da coação física. É justamente nessa justaposição, de confusão entre os fins e os meios, entre a felicidade e o poder do Estado, que se tem a origem do conceito “Estado policial”.⁶⁷

Nesse período, sob o estímulo do “estado de polícia” prussiano, procurou-se estabelecer um novo modelo de organização social que introduzisse critérios de racionalidade, ordem, segurança e disciplina no conjunto da sociedade. Pensado em Portugal, por Pombal e membros da elite portuguesa, dentre outros, esse “Estado de Polícia”, para além de um instrumento ou órgão encarregado da repressão aos problemas de ordem pública, também deveria funcionar como um “disciplinador” da sociedade.⁶⁸

Ainda no século XVIII, após a ampliação considerável do conceito de polícia, o mesmo sofreu outras modificações. Nesse período, que coincidiu com o chamado “Despotismo Esclarecido”⁶⁹, surgiu um novo conceito, já que a noção de homens desprovidos de direitos diante de um Estado onipotente tornava-se inaceitável para os filósofos das luzes e seus seguidores. Para estes, cada indivíduo deve poder se auto-determinar e exercer sua liberdade. Nessa perspectiva, o papel do Estado deveria ser o de garantir a segurança necessária à liberdade. Assim, a polícia não deveria mais se encarregar de “todo” o necessário para a felicidade dos indivíduos, mas em apenas garantir a sociedade contra riscos que deveriam ser definidos de maneira legal.

Após a morte de Frederico II, em 1794, foi publicado o código *Allgemeines Landrecht für die preussischen Staaten* que, pela primeira vez, no campo germânico, afirmou o princípio segundo o qual “ao Estado policial sucede o Estado de Direito (*Rechtsstaat*)”. Originado nos principados alemães e sendo levado, posteriormente, para boa parte da Europa continental, desenvolveu-se, na segunda metade do século XVIII, uma teoria do Estado, o

⁶⁷ MONET, op. cit., nota 34.

⁶⁸ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Exército, Milícias e Ordenanças na Corte Joanina: permanências e modificações. *DaCultura*, ano VIII/nº14, p. 28. Disponível em: .
http://www.funceb.org.br/images/revista/5_2q0t.pdf. Acesso em 21/10/2013.

⁶⁹ Expressão empregada para designar governos que, no século XVIII, procuravam conciliar o regime absolutista com ideias e providências com inspirações iluministas. Dessa forma, influenciados por pensadores e filósofos ligados ao movimento iluminista, alguns governos realizaram reformas nos campos político, econômico, religioso e social, tais como o rei Frederico II, da Prússia, e a rainha Catarina II, da Rússia. O termo Despotismo Esclarecido, todavia, foi mencionado pela primeira vez por historiadores alemães, estendendo-se aos franceses, italianos e espanhóis, no século XIX. AZEVEDO, Antonio do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 150.

Estado de Polícia, com uma correspondente disciplina universitária, o *Cameralismo*, responsável por centenas de tratados e uma numerosa legislação.⁷⁰

Por essa mesma ação, fora colocado o princípio da igualdade de todos os cidadãos perante a Lei, e das funções de polícia, que seriam principalmente tomar as medidas necessárias para a manutenção da paz pública, da segurança e da ordem.⁷¹ Se, por um lado, a noção preventiva da polícia fora lançada da Prússia; por outro, a realidade política do reino, diante de variadas mobilizações ao longo do século XIX, fizeram-na regressar à concepção jurídica liberal anterior ao *Cameralismo*, com uma concepção mais alargada do papel do Estado e da polícia.⁷²

Dessa forma, no início do século XIX, os *cameralistas* foram, em alguma medida, superados pela ascensão do liberalismo político, que operou uma verdadeira mudança no conceito de polícia. No período, duas eram as visões que se apresentavam:

Uma, na tradição cameralista, que fazia equivaler polícia a governo, traduzindo toda a ação governativa do Estado; e a outra, a visão liberal, que afirmando o *rule of Law* limitava a polícia à preservação da segurança individual e da propriedade.⁷³

Com o liberalismo, que alcançaria amplo espaço no século XIX, o Estado, apesar de ocupar um lugar mais reduzido, continuava a ter um papel central, devendo, entretanto, ser mais racional, uniforme, coeso e funcionalmente mais ativo. Tais características também se aplicaram às reformas do sistema policial.⁷⁴

A palavra polícia é encontrada de forma mais tardia na Grã-Bretanha, revestindo-se de significados bem mais restritos do que na Europa continental. Na segunda metade do XVIII, em Burke, designa uma política pública posta em ação em um domínio de atividades sociais determinadas, como a construção de alojamentos para os pobres. Adam Smith a identificou com as responsabilidades que as autoridades locais detinham em matérias como a salubridade ou a segurança. Os reformadores da Polícia inglesa no século XVIII, Henri Fielding e Patrick Colqhoun, ao procurar contornar a hostilidade dos ingleses à ideia de

⁷⁰ GONÇALVES, op. cit., nota 36, p. 5.

⁷¹ MONET, op. cit., nota 34, p. 22.

⁷² Ibidem, p. 22.

⁷³ GONÇALVES, op. cit., nota 36, p. 5.

⁷⁴ Ibidem, p. 5.

polícia, conferiram à palavra um campo de aplicação limitado à manutenção da boa ordem e à prevenção de crimes e delitos. A partir de então, a identificação entre a polícia e as suas atividades fora crescente, o que para Jean-Claude Monet explica a ausência de reflexão aprofundada sobre a natureza dos poderes da polícia entre os juristas ingleses, de forma diferente da situação que então prevalecia na Europa ocidental.⁷⁵

Durante o século XIX, o termo polícia ganhou os seus significados atuais na Europa, por meio de um duplo movimento de especialização. A primeira especialização denominava-se policial, tendo em vista que todas as capitais europeias foram palco de motins, insurreições e revoluções, tornando-se, dessa forma, cada vez mais difícil utilizar o exército para a manutenção da ordem urbana. Nesse contexto fundaram-se organizações policiais, com agentes em progressiva organização e treinamento para o controle das multidões. E, uma segunda, a judiciária, pois data desse século a racionalização do direito criminal e do alargamento do aparelho judiciário às instâncias encarregadas das perseguições públicas, além da especialização de organizações policiais em funções de auxiliares da justiça penal.⁷⁶

Mais do que um crescimento quantitativo do aparelho policial, o “longo século XIX” testemunhou uma completa transformação no que se entendia por “polícia”, conferindo-lhe características que continuam hoje a marcar os sistemas públicos de policiamento. A polícia, como hoje a conhecemos, foi nas suas características essenciais, uma “invenção” do século XIX.⁷⁷

Após esse movimento de transformação, o termo “polícia” passou a fazer referência direta ao segmento da organização administrativa encarregada de reprimir as infrações às leis e aos regulamentos, além de evitar movimentos coletivos que se formavam nas cidades. Desse período em diante, na Grã-Bretanha, a polícia fora definida como um setor da organização social encarregado da manutenção da boa ordem, prevenção e detecção de infrações penais⁷⁸.

Em meio a essas mudanças, Jean-Claude Monet aponta para sua definição na Grande Enciclopédia de 1910:

Quase não se concebe sociedade um pouco organizada sem que exista um poder de polícia que assegure a seus membros a segurança interior, reprimindo e prevenindo os crimes contra as pessoas e as propriedades, e, por outro lado, que assegure a

⁷⁵ MONET, op. cit., nota 34, p. 22.

⁷⁶ Ibidem, p. 23.

⁷⁷ GONÇALVES, op. cit., nota 36, p. 2.

⁷⁸ MONET, op. cit., nota 34, p. 24.

obediência aos representantes do Estado e a aplicação das prescrições editadas pelos chefes.⁷⁹

Logo, junto à especialização dos órgãos de polícia, o processo de legitimação das instituições policiais afirmou-se, e já no início do século XX, foi possível pensá-la como um valor essencial das sociedades.

1.2 Polícia e afirmação dos Estados Nacionais

O processo de transformação das instituições policiais, portanto, iniciou-se na transição da sociedade feudal para a moderna, junto ao nascimento dos chamados Estados Nacionais. Nesse período, ocorreram diferentes formas de monopolização, tais como a militar, com o uso das armas sendo vedado ao indivíduo e reservado a uma autoridade central, e a da tributação.⁸⁰

Segundo Foucault, a ruptura entre a arte de governar característica de finais do século XVI e início do século XVII, calcada na conformação, aproximação e com a essência de um governo perfeito, fora transformada em uma arte de governar marcada pelas relações de força entre campos competitivos.⁸¹

Para se assegurar a capacidade dessa nova forma de governar e, conseqüentemente, da organização do referido campo relacional de forças, tornou-se necessária a instalação de dois grandes conjuntos de *tecnologias* políticas. Um primeiro, ligado ao equilíbrio europeu, por meio de uma instrumentação diplomática e a organização de exércitos profissionais; e um segundo, chamado de *polícia*⁸².

Como fora analisada anteriormente, até o século XV, a palavra polícia possuía um sentido bem peculiar e diferente do atual, abrangendo uma série de aspectos em relação à sociedade regida por uma autoridade pública com poder político. Nesse sentido, coincidiam as expressões “polícia” e “regimento”, o último aliado ao sentido de governar, de reger,

⁷⁹ “Grande Enciclopédia de 1910”. Apud MONET, op.cit., nota 34, p. 24.

⁸⁰ ELIAS, Norbert. Sobre a sociogênese do Estado. In: _____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p. 97-98.

⁸¹ FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 419-420.

⁸² *Ibidem*, p. 420.

associado à polícia; além desses, destaca-se outro sentido da palavra, vinculado a “resultado”, na acepção de positivo e valorizado de um bom governo⁸³.

A partir do século XVII, o termo polícia passou a designar o conjunto dos meios adequados para o crescimento do Estado, em nível do equilíbrio entre a sua ordem interna e o crescimento de suas forças, de forma a assegurar o que se convencionou chamar, à época, de “esplendor”⁸⁴, caracterizando, para autores do século XVII e XVIII “a organização capaz de garantir a beleza visível da ordem e o brilho de uma força que se manifesta e que se irradia”.⁸⁵

Foi nesse momento que se constituiu o denominado por Norbert Elias de *processo civilizatório*, acontecido a partir de uma ordem própria, pelas mãos de pessoas responsáveis por regulamentar as atividades humanas em prol de um sentimento de autocontrole entre os indivíduos.⁸⁶

Foucault caracteriza o período como o *desbloqueio da arte de governar*, marcado pela intervenção de processos como a expansão demográfica do século XVII, a abundância monetária e o aumento da produção agrícola. Atenta também para o fato desse desbloqueio estar ligado à problemática da população, que permitiu a eliminação do modelo familiar, de forma a centralizar nas mãos do Estado a noção de economia. Para tal, lançou-se mão de um controle manifestado, por meio da utilização da estatística – que deixou de funcionar apenas no quadro administrativo da soberania e passou a revelar dados sobre a população, tais como o número de mortos, de doentes, a regularidade de acidentes e suas características mais peculiares – o Estado buscou um controle mais efetivo sobre as mesmas.⁸⁷

Nessa conjuntura, ocorreu o nascimento das forças policiais modernas, no processo de formação do Estado Nacional, a partir da necessidade de se organizar forças repressivas para conter uma série de caos instalados, devido às convulsões sociais, às condições econômicas e políticas da época, bem como as ameaças contra a integridade do território, o que fora amplamente defendido por estudiosos do período.

Um dos primeiros autores modernos a pensar na ligação necessária entre o Estado e a Segurança foi Maquiavel. Ao analisar a natureza humana, o autor indicou que os homens são

⁸³ FOUCAULT, op. cit., nota 81, p. 421.

⁸⁴ De acordo com Foucault, a expressão “Esplendor” foi utilizada no início do século XVII em um texto de Turquet de Mayeme e no século VIII por Hohenthal. Ver: *Ibidem*, p. 421-422.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 422.

⁸⁶ ELIAS, op. cit., nota 80, p. 98.

⁸⁷ FOUCAULT, op. cit., nota 81, p. 422.

seres ingratos, mentirosos e ávidos por vantagens, o que expressaria a legítima necessidade do Estado em garantir que seus súditos vivessem em paz, por meio, principalmente, da segurança proporcionada pelo mesmo. Thomas Hobbes também destacou a relação entre as garantias de segurança e o Estado. Partindo do conceito de Estado de Natureza, segundo o qual, no princípio, todos os homens eram iguais e, por meio da força, defendiam seus interesses – o que os levou a uma situação de guerra de todos contra todos, que só poderia ser superada por intermédio da instituição de uma organização maior, o Estado – Hobbes relaciona o Estado de Natureza à falta de continuidade das ações políticas e na autonomia das vontades individuais, junto à diversidade social e cultural da comunidade. Nessa dimensão, indica que, caso não se constituísse um poder suficiente para a segurança, cada pessoa só poderia confiar em sua própria força e capacidade na proteção de todos contra todos. Em outras palavras, o Estado surge para controlar os meios desordenados, servindo para a autopreservação dos homens e criação de uma sociedade política.⁸⁸

Em recente releitura dedicada à obra *O Leviatã*, de Thomas Hobbes – ligada à história das representações artísticas da política – Carlo Ginzburg propõe outra dimensão para a análise do Estado Hobbesiano. Ao indicar que praticamente todos os estudiosos do autor afirmam que esse foi o primeiro a propor uma interpretação secularizada para a origem do Estado – destacando o quanto o poder político pressupõe o uso da força –, Ginzburg questiona essa proposição ao defender que a tese da força por si só não é suficiente, quando não acompanhada também pelas noções do medo e da sujeição orientadas pelo próprio Estado.

O frontispício do *Leviatã* representa o “Deus mortal”, o Estado, com a espada numa das mãos e o báculo na outra. Para Hobbes, o poder do Estado não se apoia somente na força, mas na sujeição, *awe*: a palavra que vimos aparecer em oposição estratégica nos trechos do *Leviatã* dedicados à origem da religião e do Estado.⁸⁹

Nessa perspectiva, segundo Ginzburg, para se apresentar como autoridade legítima, o Estado necessita também de instrumentos como as armas da religião, a partir da reprodução das noções de medo e de sujeição tão propagadas ao longo de sua existência. Logo, para Ginzburg, a noção moderna de Estado, inaugurada por Hobbes, não se assenta somente no Estado secularizado, mas na congregação da religião e do Estado de forma paralela – com o diferencial de não propor nenhuma espécie de autonomia à primeira – no que conceitua como teologia política.

⁸⁸ Ver: ZAMPA, Vivian; MUNTEAL FILHO, Oswaldo e LEAL, Ana Beatriz (Org.). *Perspectiva da administração em segurança pública no Brasil*. Curitiba: Ed. CRV, 2011, p. 12.

⁸⁹ GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 9.

A análise de Ginzburg sobre a teoria de Estado Moderno desenvolvida por Hobbes, apesar de indicar uma dimensão diferente das tradicionalmente propostas, desvinculando-a de seu estado puramente secularizado, de forma a relacioná-la à religião, não se afastou daquilo que interessa observar na composição do Estado moderno, o legítimo o uso da força, mesmo que a partir das noções do medo e da sujeição herdadas da religião, como a única salvaguarda dos indivíduos.

A relação Estado/Segurança também teve lugar na teoria desenvolvida por John Locke. Por meio de uma perspectiva diferente da elaborada por Hobbes, o autor concebeu o Estado de Natureza como um tempo remoto marcado pela paz e reciprocidade, no qual os homens viviam livres, iguais e independentes em suas propriedades, sem serem submetidos ao poder político de outros sem o seu consentimento. Nesse estado, entretanto, apesar de inúmeros privilégios, a ameaça da preservação da propriedade, a falta de um juiz conhecido e indiferente para resolver desacordos e de um poder que apoiasse e sustentasse a sentença quando justa levou os homens a se organizar em sociedade por meio do Estado, destinado à preservação e desenvolvimento dos interesses civis. Nessa dimensão, para a plena realização dos direitos naturais, sem a ocorrência de ameaças, os homens deveriam se organizar sob regras comuns, usando os meios mais adequados para a aplicação das mesmas e nomeando um soberano principalmente para defendê-los.⁹⁰

Em sua análise sobre o nascimento do Estado Moderno, Max Weber o conceitua a partir de sua profunda ligação com o monopólio legítimo da força.

O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este o território, faz parte da qualidade característica -, reclama para si o monopólio da coação física legítima [...] O Estado, do mesmo modo que as associações políticas historicamente precedentes, é uma relação de dominação de homens sobre homens, apoiada no meio de coação legítima.⁹¹

A partir dessas perspectivas, a polícia, em sendo uma instituição autorizada para regular as relações interpessoais por meio da força física, firmou-se no Estado Moderno como um instrumento de coação que era considerado necessário. Nesse contexto, foram consolidados dois modelos principais: o militar, oriundo da França de Napoleão Bonaparte; e o civil, surgido na Inglaterra⁹²; que, de alguma forma, tornaram-se referência para boa parte das instituições policiais criadas e reorientadas contemporaneamente.

⁹⁰ Ver: ZAMPA; MUNTEAL FILHO; LEAL, op. cit., nota 88, p. 12.

⁹¹ WEBER, op.cit., nota 49, p. 525.

⁹² MARTINS, op. cit., nota 52, p.50.

1.3 O modelo francês de Polícia

Na França, em meados do século XIV, sob o reinado de D. João II, criou-se uma força militar comandada por “marechais”, a *maréchaussée*, com atribuições, a princípio, de proteger a retaguarda dos exércitos e caçar os desertores.⁹³ Aos poucos, assume uma função policial, passando a vigiar as populações itinerantes, prender os criminosos e patrulhar as estradas, a partir de uma organização militar que se apropriava tanto da função de aplicar a pena quanto a de executá-la.⁹⁴

Única instituição policial francesa até a segunda metade do século XVII; nesse período, por volta de 1667, foi criado o cargo do Tenente General de polícia, com funções de zelar pela segurança pública, reprimir a criminalidade, evitar os incêndios e epidemias, limitar os efeitos das inundações, guardar os mercados, facilitar o abastecimento cotidiano da capital, estar atento ao movimento das populações e, ainda, acompanhar o “estado de opinião”, a partir do controle das gazetas e livrarias. Sua atuação era circunscrita à região de Paris, enquanto a *Maréchaussée* continuava a realizar suas funções no restante do território francês⁹⁵.

A eclosão da Revolução Francesa, em 1789, e a instituição da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, levou a antiga *Maréchaussée* a ter outra denominação e funções. Passaria a se chamar *Gendarmerie*, destinada à garantia dos direitos do homem, sendo notadamente proibido, que viesse a ser utilizada unicamente em favor do governo, de determinada pessoa ou grupo, de forma a reconhecer: “a garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita da força pública; esta força é então instituída para vantagem de todos e não pela utilidade particular aos quais é confiada”.⁹⁶

Tal modelo de polícia, cuja raiz etmológica por si só já demonstra uma característica determinante – *gens d'armes* / homens armados – era constituído por uma estrutura hierárquica, disciplinar e organizacional semelhante à do Exército, possuindo, além das atribuições de defesa interna, a de auxiliar o Exército em casos de guerra. Conhecido como o modelo francês, latini ou militar de polícia,

⁹³ MONET, op. cit., nota 34, p. 43.

⁹⁴ MARTINS, op. cit., nota 52, p.54.

⁹⁵ MONET, op. cit., nota 34, p. 55.

⁹⁶ “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789” Apud MARTINS, op. cit., nota 52, p. 55.

[...] teria se expandido pelo continente no rastro das invasões napoleônicas. Ele é abrangente na medida em que engloba várias atividades do Estado e se baseia no controle e vigilância dos indivíduos, dentro da ideia do que ainda hoje entendemos por segurança nacional.⁹⁷

Nesse sentido, é possível observar sua influência contemporânea nos *carabinieri* da Itália, na Guarda Civil da Espanha, no *Rijkspolitie* da Holanda, na *Landespoizei* da Alemanha, nos *Carabineros* chilenos, na Polícia Nacional da Colômbia, da Venezuela, e, em boa medida, nas Polícias Militares do Brasil.⁹⁸

1.4 O modelo de Polícia Inglês

Os normandos, nos séculos X e XI, esboçaram regulamentos para garantir o cumprimento das tarefas policiais atribuídas ao Estado. Nessa época, Guilherme, o Conquistador, fez-se rei da Inglaterra, introduzindo inúmeros regulamentos de caráter policial. Posteriormente, com a emancipação das comunas francesas, brotaram organizações policiais permanentes. Em 1327, Paris organizou uma força policial com poderes suficientes para impor a ordem e a lei.⁹⁹

O *Sherif*, termo derivado de *Shire-reeve*, prefeito do distrito, renasceu como a primeira forma de polícia pública da Europa na Idade Média. Nomeado pelos reis normandos do século XII, recebiam uma porcentagem dos impostos cobrados em nome da Coroa, tendo o auxílio em cada grupo de 100 famílias, o *hundred*, de dois *constables*, agentes executivos das leis indicados em cada *hundred*, que não recebiam remuneração.¹⁰⁰

Esse modelo de Polícia – que mesclava elementos públicos, com os *sherif*, e privados com os *constables* –, sofreu poucas alterações até o final do século XVIII, quando passou a ser remunerado com verbas públicas, a partir da iniciativa dos magistrados. Logo, esse tipo de polícia passou a ser exclusivamente público no processo maior de fortalecimento dos Estados Nacionais e no de industrialização da Inglaterra. Essa iniciativa, entretanto, não foi suficiente para o controle da série de revoltas que acometeram Londres no século XVIII. Mesmo assim,

⁹⁷ SILVA, Robson Rodrigues da. *Entre a Caserna e a rua: o dilema do pato*. Niterói: Editora da UFF, 2012.

⁹⁸ MARTINS, op. cit., nota 52, p. 57.

⁹⁹ TORRES, Epitácio. *A polícia: uma perspectiva histórica*. Porto Alegre: IFCH, 1977, p. 26.

¹⁰⁰ MARTINS, op. cit., nota 52, p. 51.

o Parlamento inglês vetou o projeto de criação de uma polícia “militarizada” no estilo francês.¹⁰¹

Em 1829, o Ministro do Interior Robert Peel criou uma nova polícia em Londres, levada, posteriormente, para todo país, segundo a qual a prevenção da violência seria uma alternativa à repressão. Em oposição ao modelo francês, o modelo inglês de polícia prestava serviço ao cidadão, construindo outro conceito de segurança, entendida como um bem público e universal, devendo ser garantido pelo Estado à sociedade, sem distinção de classe social ou interferência da política local. De acordo com seus princípios, caberia à polícia:

1. Prevenir o crime e as desordens como alternativa à repressão destes por meios militares e pela severidade das punições legais. 2. Reconhecer sempre que o poder da polícia de cumprir suas funções e deveres depende da aprovação do público de sua existência, ações e comportamento, e de sua capacidade de assegurar e manter o respeito público. 3. Reconhecer sempre que assegurar e manter o respeito e a aprovação do público significa também garantir a cooperação de boa vontade do público na tarefa de assegurar a observância das leis. 4. Reconhecer que a extensão em que se pode assegurar a cooperação do público reduz proporcionalmente a necessidade do uso de coerção e força física para atingir os objetivos da polícia. 5. Procurar e preservar as boas graças do público, não adulando a opinião pública, mas demonstrando, de modo constante e absoluto, a imparcialidade no serviço da lei, [...] 6. Só usar a força física quando o exercício da persuasão, da advertência e do aviso se mostrar insuficiente para se obter a cooperação do público na medida necessário, numa determinada ocasião, para atingir os objetivos da polícia. 7. Manter uma relação com o público que confira realidade à tradição histórica de que a polícia é o público e o público é a polícia, sendo esta apenas formada de membros da comunidade que são pagos para desempenhar, em tempo integral, tarefas que são incumbência de todo cidadão, nos interesses do bem-estar e da própria existência da comunidade. 8. Reconhecer sempre a necessidade de adesão estrita às funções executiva as da polícia e evitar o que até mesmo se pareça com a usurpação dos poderes do judiciário ou com uma vingança contra indivíduos ou o Estado, bem como julgar falhas de outros de maneira autoritária e punir culpados. 9. Reconhecer sempre que o teste da eficiência policial é a ausência de crimes e desordens, não a violência visível da ação policial em enfrentá-los.¹⁰²

Os estudos de Jaqueline Muniz demonstram que Robert Peel e seus colaboradores pensaram em um projeto de uma nova força policial, moderna e profissional, a partir da perspectiva de que a mesma só conseguiria vencer as resistências no Parlamento e na população se ficasse bem longe do modelo francês de polícia.¹⁰³ Logo, o referido modelo, “[...] teria surgido com a concepção liberal do individualismo inglês, é primeiramente local e

¹⁰¹ MARTINS, op. cit., nota 52, p. 52.

¹⁰² POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. 14/09/1992 - Nota de instrução nº 016/92. Os 9 princípios de policiamento de Robert Peel (1829), p. 62.

¹⁰³ MUNIZ, Jaqueline. *Ser policial é sobretudo uma razão de ser – Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999, p. 26.

visa a atender à comunidade em sua preocupação com a segurança e as liberdades individuais”¹⁰⁴.

Esse modelo inglês de polícia, também chamado de anglo-saxão, é caracterizado, ainda, pela descentralização e pela ausência de subordinação às Forças Armadas, tendo também influenciado instituições policiais do mundo ocidental e oriental.¹⁰⁵

Logo, junto à polícia francesa, a polícia inglesa é considerada uma das matrizes organizacionais das polícias ocidentais atuais, refletindo dois modelos de policiamento que ainda hoje mantém suas marcas nas sociedades. A polícia francesa, marcada por um modelo militarizado, preocupado com a segurança das instituições do Estado, e sujeita a um rígido controle central. O modelo inglês teria, por sua vez, sugerido uma polícia voltada para o maior controle dos cidadãos e preocupada primordialmente com a segurança individual.¹⁰⁶

1.5 O modelo português de Polícia

Uma das primeiras referências à Instituição policial portuguesa data da segunda metade do século XVI, no momento de criação da Guarda Real para a segurança de Felipe I. Por volta de 1644, visando a combater as quadrilhas de ladrões que circulavam no reino, D. João IV instituiu o cargo dos quadrilheiros. Sob o comando dos magistrados, este grupo tinha as funções de policiar as vilas, prender os malfeitores e conter revoltas.¹⁰⁷

As nomeações dos quadrilheiros eram feitas pelos vereadores da Câmara, que os escolhiam a partir de uma lista de um sobre vinte moradores existentes na cidade, para exercer as atividades determinadas por três anos consecutivos, sem soldo fixo. Uma vez nomeados, os quadrilheiros tinham seus nomes identificados no escudo real, prestavam juramento sobre os Evangelhos e recebiam armas reais, tais como lanças e uma vara verde.¹⁰⁸

¹⁰⁴ SILVA, op. cit., nota 97, p. 35-36.

¹⁰⁵ MARTINS, op. cit., nota 52, p. 53-54.

¹⁰⁶ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade*. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro (1907-1930). Rio de Janeiro: Rocco. 1997, p. 39.

¹⁰⁷ MARTINS, op. cit., nota 52, p. 58.

¹⁰⁸ CARVALHO, Marieta Pinheiro de. Período colonial. In: LEAL; SILVA; MUNTEAL, op. cit., nota 11, p. 14.

Uma mudança nesse padrão de policiamento foi efetuada em 1760, junto à criação da Intendência Geral de Polícia da Corte e do Reino. Com a finalidade de cuidar da gerência de todas as esferas de interferência do Estado, esse órgão dispunha de ampla autonomia nas questões ligadas à Polícia, instituição, neste momento, definida como tudo aquilo que tivesse correspondência com o governo, a administração do Reino, e na promoção da ordem e bem-estar da população.¹⁰⁹

Com um sistema de controle restrito ao reino, as principais atribuições da Intendência Geral de Polícia eram a promoção da segurança e da tranquilidade pública, por meio da proibição dos crimes de armas ilegais; a elaboração de livros de registro dos moradores por bairro; o não-consentimento de aluguel de casas a vadios; a anotação da entrada e saída de estrangeiros ou nacionais do reino; o controle dos passaportes; a fixação de regras para a prática de esmolas nas ruas das cidades, vilas e províncias do reino¹¹⁰, com o auxílio dos quadrilheiros.¹¹¹

Tais funções convergem para o que Foucault indicou como o grande referencial de boa parte das polícias europeias, e suas congênicas, no século XVIII, “Polícia e comércio, polícia e desenvolvimento urbano, polícia e desenvolvimento de todas as atividades de mercado no sentido amplo, tudo isso vai constituir uma unidade, a meu ver, essencial [...]”.¹¹²

A necessidade de uma força organizada que auxiliasse a Intendência Geral de Polícia na manutenção da ordem e no desenvolvimento de suas atividades na capital portuguesa foi essencial para a fundação da Divisão Militar da Guarda Real da Polícia de Lisboa, um órgão instituído militarmente, inspirado no modelo francês de polícia, e com homens recrutados do Exército¹¹³

Esta, desenvolvida à semelhança de outros sistemas policiais existentes na Europa, sobretudo o francês, era constituída por 1 Estado-Maior, com 10 homens, 8 companhias de infantaria, com um total de 424 membros, e 4 de cavalaria, num montante de 204 praças. O comandante subordinava-se ao General das Armas da Província e ao Intendente-Geral da Polícia. Era da sua incumbência cuidar também da vigilância da costa marítima, função que acumulou até 1818, quando foi criada a Polícia Marítima de Portugal. Nesse novo sistema de Polícia, instituído após a instalação da Divisão Militar da Guarda Real, para maior repressão dos crimes, os

¹⁰⁹ CARVALHO, op. cit., nota 108, p. 14.

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ MARTINS, op. cit., nota 52, p. 58.

¹¹² FOUCAULT, op. cit., nota 81, p. 455.

¹¹³ TRINDADE; JESUS, op. cit., nota 59, p. 424-426.

soldados desse corpo foram estimulados no exercício de suas atividades, recebendo recompensas de 4.800 réis pela prisão de matadores, ladrões e contrabandistas.¹¹⁴

As instituições policiais portuguesas, bem como a francesa e a inglesa, serviram de modelo para a formação das primeiras formas de controle da colônia portuguesa na América, também para o Império independente e a República, com contribuições correspondentes à estrutura formal de poder, relativas a cada um desses períodos, conforme será visto a seguir.

1.6 A formação da instituição policial no Brasil

A instituição do Estado brasileiro está relacionada ao processo de colonização portuguesa na América e às transformações de natureza econômica e política ao longo dos séculos, considerando-se que, a princípio;

O projeto colonizador tinha, portanto, sólida urdidura com a mentalidade da época absolutista [...] o *sistema colonial* se apresenta como um tipo particular de relações políticas, com dois elementos: um centro de decisão (*metrópole*) e outro (*colônia*) subordinado, relações através das quais se estabelece o quadro institucional para que a vida econômica da metrópole seja dinamizado pelas atividades coloniais.¹¹⁵

Nos primeiros anos de colonização foram instituídos inúmeros mecanismos para a ocupação e preservação da terra conquistada, formando-se uma espécie de simbiose entre o civil e o militar, tendo em vista que os objetivos da colonização tornavam o colono um homem em armas, preocupado com a preservação das terras conquistadas¹¹⁶, conforme ditava um dos regimentos do período:

Por que para defesa das Fortalezas e povoações das ditas terras do Brasil é necessário haver nelas artilharia e munições e armas ofensivas e defensivas para sua segurança, hei por bem e mando que os capitães das capitanias da dita terra e senhores dos engenhos e moradores da terra tenham artilharia e armas seguintes [...] com a declaração de que os que não tiverem a dita artilharia, pólvora e armas se provejam delas, da notificação a um ano.¹¹⁷

¹¹⁴ CARVALHO, op. cit., nota 108, p. 16.

¹¹⁵ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. SP: Hucitec, 1979, p. 62.

¹¹⁶ SOUZA, Benedito Celso de. *A polícia Militar na Constituição*. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito LTDA, 1986. p. 4.

¹¹⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 28-29.

Em um segundo momento, no período de instituição do sistema de Governo-Geral; foram organizados os princípios do militarismo na colônia, uma vez que Thomé de Souza, o primeiro governador-geral, criou instituições e cargos para auxiliá-lo no combate às rebeliões indígenas e na defesa do território contra as invasões estrangeiras, fundando a sede de seu governo na cidade de Salvador, conforme fora indicado no Regimento de 1549:

[...] ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte, em um lugar conveniente, para daí de dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e prover nas cousas que cumprirem a meu serviço e aos negócios de minha Fazenda [...] Em cada uma das ditas Capitánias praticareis, juntamente com o capitão dela, e com o Provedor-mor de minha Fazenda que nela houver, e alguns homens principais da terra, sobre a maneira que se terá na governança e segurança dela [...].¹¹⁸

De uma forma geral, a organização sistemática das primeiras forças policiais e de segurança da colônia será acentuada em meados do século XVIII, estando ligada, dentre outros, à política territorial então indicada. Nesse sentido, a necessidade de inspeção da produção mineira e de um maior controle da parte sul colonial, sobretudo da colônia do Sacramento, foi determinante para a transferência da sede do vice-reinado para o Rio de Janeiro, em 1763.¹¹⁹

Ainda como parte desse projeto, para reforçar a defesa dos domínios e a manutenção da ordem colonial, ocorrera um duplo movimento que, por um lado, trouxe alguns regimentos do reino para a colônia, como os de Bragança, Elvas e de Extremoz e, por outro, criou novos, como o regimento de cavalaria, instituído pelo vice-rei conde da Cunha, no Rio de Janeiro, em 1765.¹²⁰

No Brasil, portanto, a origem das Polícias Militares remonta às corporações que exerciam a repressão aos colonos e escravos, organizadas a partir de três linhas.

- Tropa de 1ª linha (ou simplesmente de linha), regular, força permanente que constituía a principal base de apoio ao poder da metrópole. Seu efetivo de praças era preenchido através de recrutamento compulsório. Os oficiais eram, em sua grande maioria, portugueses.
- Tropa de 2ª linha (ou simplesmente terços), corpos auxiliares das tropas de linha, foram reorganizados a partir do século XVI-II, em regimentos de milícias, designação pela qual passaram a ser conhecidos os seus componentes, recrutados entre os colonos. Não se dedicavam exclusivamente ao serviço policial, podendo exercer as suas ocupações habituais.
- Tropa de 3ª linha (ou simplesmente ordenanças), que além de missões características das Forças Militares, desempenhavam missões policiais. Seus

¹¹⁸ “Regimento de Tomé de Souza, 1549” Apud WEHLING, Arno. (Org.). *Documentos Históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999. p. 14.

¹¹⁹ CARVALHO, op. cit., nota 108, p. 17.

¹²⁰ Ibidem.

efetivos eram recrutados entre os vários segmentos da população colonial, sendo os oficiais escolhidos de acordo com a posição econômica e social e serviços-prestados à coroa.¹²¹

Nessa fase, tendo em vista as constantes ameaças de conflito com a Espanha e a França, dentre outros problemas ligados à defesa da colônia, além da presença de corpos profissionais do Exército, era ressaltada pela administração portuguesa, a necessidade de fortalecimento dos corpos de milícias e ordenanças¹²², uma vez que,

A metrópole não teve, entretanto, em tempo algum, recursos para estabelecer na colônia numerosas tropas de linha. As Milícias servem como solução para o problema. Nelas é que a coroa exercerá o seu esforço e, com isso, definirá a sua posição. Onde se torna necessário, para a preservação da ordem interna, isto é, para a preservação de seus interesses, para assegurar o seu domínio, a Milícia vai adquirir grandes proporções.¹²³

Arno Wehling e Maria José Wehling ressaltam que, embora as tropas milicianas e de ordenanças estivessem formalmente organizadas nas cidades e vilas no Brasil Colonial, a instrução militar deixava a desejar, sendo praticamente inexistente, e marcada pela falta de treinamento e de armas. Assim, na década que antecedeu a vinda da Corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro,

[...] a defesa da então capital do Brasil era composta pelo esquadrão da guarda do vice-rei, com duas companhias, comandadas por um sargento-mor; por três regimentos de Infantaria e um de Artilharia. Os regimentos de Infantaria compunham-se de oito companhias, sendo duas de granadeiros e três de fuzileiros, um “pequeno estado-maior” e oficiais agregados que, em princípio, não exerciam funções. No regimento de Artilharia havia nove companhias, sendo três, respectivamente, de bombeiros, de artífices e de mineiros.¹²⁴

A mudança nos padrões de segurança e controle da colônia portuguesa na América, baseada em boa parte na atuação das milícias, todavia, foi propiciada com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Motivada pelo Bloqueio Continental¹²⁵, decretado por Napoleão Bonaparte dois anos antes, a presença do príncipe regente e de sua corte nestas

¹²¹ BORGES FILHO, op. cit., nota 50, p. 36.

¹²² WEHLING, A.; WEHLING, M. J. op. cit., nota 68, p. 28.

¹²³ SODRÉ, op. cit., nota 117, p. 65.

¹²⁴ WEHLING, A.; WEHLING, M. J., op. cit., nota 68, p. 29.

¹²⁵ No contexto posterior à Revolução Francesa, Napoleão Bonaparte travou uma guerra diante das forças contra-revolucionárias de monarquias absolutistas da Europa e da poderosa Inglaterra. A decretação do Bloqueio Continental, a partir do documento “Decreto de Berlim”, de 1806, determinava que “As Ilhas Britânicas estão em bloqueio [...] O comércio de mercadorias inglesas está proibido e qualquer mercadoria pertencente à Inglaterra ou proveniente de suas fábricas e de suas colônias é declarada presa de guerra [...]”. WEHLING, op. cit., nota 118, p. 58.

terras possibilitou um considerável desenvolvimento da colônia, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, transformada em sede do Império português.¹²⁶

Para criar uma estrutura político-administrativa adequada à Corte, D. João providenciou a instalação de Ministérios, além de órgãos de administração pública e de Justiça, nomeando um conjunto de secretários de Estado para auxiliá-lo.¹²⁷ Assim, para os assuntos ligados às questões militares, foi instituído o Conselho Supremo Militar, em abril de 1808 e para cuidar dos objetos relativos à Fazenda, foi erigido o Erário Régio.¹²⁸

Agora, em 13 de maio de 1808, surge o decreto que manda organizar o Corpo da Brigada Real do Brasil, como os que criam o Arsenal Real da Marinha, a Intendência e Contadoria da Marinha, a Real Academia dos Guarda Marinhas e a Real Fábrica de Pólvora. A reforma não fica neste ponto. O Ministério Linhares lança os fundamentos do ensino militar, com a criação da Academia Real Militar, em 1814.¹²⁹

Nesse processo, também foram organizadas novas formas de controle e de vigilância no Rio de Janeiro, posteriormente estendidas para o restante do Brasil. Assim, nos mesmos moldes de Lisboa, em 1808 foi criada a Intendência Geral de Polícia da Corte, órgão destinado a remodelar a cidade do Rio de Janeiro, por meio, sobretudo, de obras de melhoramento e do policiamento das ruas, tanto com a repressão quanto com a “civilização” da população. Com encargos amplos e variados, que iam desde o auxílio a ministros de estado em suas políticas até a intermediação de conflitos conjugais ou familiares, sua principal finalidade seria impor uma nova ordem pública urbana.¹³⁰

Segundo Thomas Holloway, a ideia moderna de polícia, então inspiradora da Intendência, veio da Polícia Francesa posterior à Revolução de 1789, e sua lógica de prestação de serviço ao cidadão em variadas esferas, com algumas adaptações à realidade dos trópicos, no caso específico do sistema político português, trataria, de forma mais direta, de

¹²⁶ CARVALHO, op. cit., nota 108, p. 17.

¹²⁷ MALERBA, Jurandy. *A Corte no Exílio: Civilização e poder às vésperas da independência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 198.

¹²⁸ CARVALHO, op. cit., nota 108, p. 17.

¹²⁹ SODRÉ, op. cit., nota 117, p. 75.

¹³⁰ HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 47.

representar a autoridade do rei e o controle social do que de criar e manter uma determinada ordem.¹³¹

Paulo Fernandes Viana foi nomeado o primeiro Intendente Geral deste Órgão, acumulando, para tal, amplos poderes nas esferas do legislativo, executivos, policiais e judiciários, sendo, ainda, conselheiro do Paço e Desembargador. Ao longo dos treze anos em que esteve neste cargo foi

Um administrador decidido e com ampla autoridade sobre os serviços urbanos. Seus projetos de obras públicas foram fundamentais para transformar a capital colonial em uma cidade habitável, de acordo com os padrões cortesãos [...] vale lembrar, por sua importância, a pavimentação das principais ruas e vias de acesso que interligavam as diversas partes da cidade, a construção de aquedutos e fontes públicas para melhorar o abastecimento de água e a primeira instalação regular e em grande escala de lâmpões a óleo de baleia para a iluminação noturna.¹³²

Além da autoridade para realizar empreendimentos como os descritos acima, o Intendente Geral também a possuía para prender, julgar e punir os acusados de delitos menores. Logo, “mais do que as funções de polícia judiciária, o intendente-geral era um juiz com atribuições de polícia”.¹³³

Cerca de um ano depois, visando a dar maior segurança e tranquilidade aos ilustres moradores da capital, foi fundada a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia, pelo príncipe regente d. João, contando inicialmente com duzentos e dezoito homens, divididos em três companhias de infantaria e um de cavalaria, sob o comando do coronel José Maria Rebello de Andrade Vasconcelos. Organizada militarmente com base na sua equivalente de Lisboa, a Guarda estava diretamente subordinada ao Intendente Geral, com efetivos recrutados entre soldados da Cavalaria e da Infantaria do Exército, e tinha como principais atribuições cuidar da ordem e perseguir os criminosos.¹³⁴

Sendo de absoluta necessidade prover a segurança e tranquilidade pública desta cidade, cuja população e tráfico tem crescido consideravelmente, e aumentará todos os dias pela affluência de negócios inseparáveis das grandes capitais; e havendo mostrado a experiência, que o estabelecimento de uma Guarda Militar de Polícia é o mais próprio não só para aquelle desejado fim da boa ordem e socego publico mas ainda para obstar-se as danosas especulações do contrabando, que nenhuma outra providência, nem as mais rigorosas leis prohibitivas têm podido cohibir: sou servido crear uma Divisão da Guarda Real de Polícia, desta Corte, com a possível semelhança daquela que com tão reconhecidas vantagens estabeleci em

¹³¹ Ibidem.

¹³² Ib.

¹³³ COSTA, Arthur Trindade Maranhão. *Entre a Lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 87.

¹³⁴ HOLLOWAY, op. cit., nota 130, p. 48.

Lisboa, a qual se organizará na conformidade do plano, que com este baixa, assignado pelo conde de Linhares, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado nos Negócios Estrangeiros e da Guerra. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e o faça executarna parte que lhe toca. I – O commandante desta Guarda será sujeito ao Governador das Amas da Coroa, de quem recebera o santo todos os dias, e ao Intendente Geral da Polícia para a execução de todas suas requisições e ordens que irá em pessoa receber todas as manhãs; sendo obrigado a dar a um e a outro parte de todos os sucessos e novidades que tiverem acontecido no dia e noite precedente, além daquella que deve dirigir ao Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, e dos Negócios do Brazil, que o é também da Fazenda. II – Esta Guarda será formada dos melhores soldados escolhidos entre os quatro Regimentos de Infantaria e Cavalaria de linha de guarnição desta Corte; não só pela preferêncía da sua robustez indispensável para as funções do penoso e aturado serviço a que são destinados, mas ainda pela circunstância de melhor morigeração e conduta.¹³⁵

Dessa forma, a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia encontrava-se subordinada à Intendência Geral da Polícia e ao Governo das Armas da Corte, devendo, informar-lhes sobre todas as suas atividades. Igualmente, também devia obediência a duas outras instituições acima dela: a Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil e a Secretaria da Guerra e dos Estrangeiros.¹³⁶

Elas nasceram, em 1809, como organizações paramilitares subordinadas simultaneamente aos Ministérios da Guerra e da Justiça portugueses, e gradativamente sua estrutura burocrática foi tornando-se idêntica a do Exército brasileiro.¹³⁷

Tal Instituição era considerada como um dos corpos do Exército, e sua ligação com o governo das Armas vinculava-se a tudo o que se referisse a sua parte militar, indo desde a estrutura de funcionamento dos quartéis, até as nomeações dos oficiais e promoções. Já em relação à Intendência da Polícia, sua dependência ligava-se à execução das ordens indicadas pelo Intendente.¹³⁸ Logo, a Guarda Real não guardava autonomia suficiente que pudesse qualificá-la como uma força independente das tropas de primeira linha e seu comandante já nascera subordinado ao “Governador das Armas da Corte”.

A princípio, todas as despesas da Divisão Militar da Guarda Real caberiam aos cofres da Intendência da Polícia. O auxílio no levantamento de verbas para a instituição foi possível devido à criação de novos impostos e leis, tais como a que ordenava que todas as apreensões de contrabando realizadas pela Guarda Real da Polícia se converteriam em dinheiro em seu

¹³⁵ “Decreto de criação da Guarda Real de Polícia” Apud SOUZA, op. cit., nota 116, p. 7-8.

¹³⁶ CARVALHO, op. cit., nota 108, p. 19.

¹³⁷ MUNIZ, Jacqueline. A crise de Identidade das Polícias Militares brasileiras. *Security and Defense Studies Review*, v.1, 2001, p. 179-180.

¹³⁸ CARVALHO, op. cit., nota 108, p. 20.

benefício, e a que os impostos cobrados sobre os escravos trazidos da África para o sul do Rio de Janeiro seriam também destinados a ela¹³⁹, bem como através do pedido de doações aos proprietários mais abastados da cidade.¹⁴⁰

Presente em variados acontecimentos políticos e sociais do chamado período joanino, a Guarda Real ainda participou de episódios como a independência do Brasil e a abdicação de Pedro I. Foi somente após este último, que as forças policiais e militares sofreram alterações, buscando uma adequação às novas necessidades do Estado.

A partir de 1830, a Instituição foi subordinada, de forma direta, ao Ministério da Justiça. Nesse período, a Guarda Real ainda não formava seus próprios oficiais, que continuavam sendo cedidos pelo Exército. De acordo com Jaqueline Muniz, essa prática contribuía para reforçar a afinidade de interesses entre a Guarda e o Exército, diminuindo, assim, os entraves para sua utilização como um recurso adicional do último, quando necessário.¹⁴¹

A ligação da Guarda Real com o Exército, entretanto, ultrapassou essa necessidade, inserindo-se em passagens de descontrole militar e de distúrbios na capital do Império. Em julho de 1831, um grupo de guardas insurgentes, solidários aos militares de um batalhão do Exército desmobilizado pela Regência, promoveu saques e ataques de diferentes naturezas, levando pânico às ruas da cidade do Rio de Janeiro. Como consequência desse episódio, o Exército sofreu uma redução de seu contingente e a Guarda Real da Polícia foi momentaneamente dissolvida.¹⁴²

Dessa Guarda Real original derivaram as instituições policiais uniformizadas de formato militar que ainda hoje fazem o policiamento urbano no Rio de Janeiro. Com exceção de um breve lapso em 1831, quando o ministro da Justiça Feijó extinguiu o rebelado corpo policial, essa instituição tem sido permanente na história do Rio de Janeiro.¹⁴³

Diante dos conturbados momentos que marcaram o início da Regência, a saber, a revolta de militares do Exército e da Guarda Real, o temor pelo crescimento dos motins de

¹³⁹ Ibidem.

¹⁴⁰ BRETAS, Marcos Luiz. A polícia carioca no Império. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 219-235, 1998. p. 222.

¹⁴¹ MUNIZ, op. cit., nota 137, p. 182.

¹⁴² COSTA, Arthur Trindade Maranhão. *Entre a Lei e a Ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 89.

¹⁴³ BRETAS, op. cit., nota 140, p. 222.

escravos e o agitado clima político e social que atingia províncias de norte a sul, em agosto de 1831 foi criada a Guarda Nacional, tendo em vista que “[...] era a força auxiliar do Exército de linha na defesa das fronteiras e costas”.¹⁴⁴

Esse novo corpo era subordinado ao ministro civil da justiça e possuía algumas funções policiais como conduzir presos e condenados e atuar no policiamento regular da cidade. Todo cidadão com idade entre dezoito e sessenta anos e renda igual ou superior a cem mil réis era obrigado a ser membro da Guarda Nacional. Definiam-se suas funções, ainda, como “defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império, mantendo a obediência às Leis, e conservar e restabelecer a ordem e tranquilidade pública”.¹⁴⁵

A destinação legal da Guarda Nacional de conservar e restabelecer a tranquilidade pública voltaria a ser focada dois meses depois, como missão precípua e finalidade básica do corpo armado substituto da Guarda Real.

Após a extinção da Guarda Real, em outubro de 1831 foi criado o Corpo das Guardas Municipais Permanentes, instituição que se estendeu a outras províncias do Brasil, como São Paulo. No Rio de Janeiro, o Corpo das Guardas contava com seiscentos e sessenta e quatro homens, um estado-maior, quatro companhias de infantaria e duas de cavalaria. Os *permanentes*, como ficaram conhecidos no dia a dia da capital do Império, receberam novo uniforme e ficaram alojados nos quartéis de Mataporcos, Aljude e Barbonos.¹⁴⁶ De acordo com o pesquisador Robson Rodrigues da Silva, a nova instituição funcionava como um trunfo na disputa política de Feijó, “devendo estar nas ruas de forma cordial e civilizada ao mesmo tempo em que também estava militarmente pronta para enfrentar eventuais manifestações sediciosas”.¹⁴⁷

Este novo Corpo de Polícia trazia algumas diferenças em relação à Guarda Real da Polícia, uma vez que estava submetido diretamente ao ministro da justiça, cuja composição era voluntária, com os corpos não mais sujeitos a castigos corporais, além de receberem um aumento de soldos. “Mas a principal diferença era, sem dúvida, a disciplina militar em moldes modernos e civilizados, a despeito do liberalismo moderado de seus criadores”.¹⁴⁸ Seu

¹⁴⁴ Leis e Decretos do Brasil, 1875, p. 49.

¹⁴⁵ Leis e Decretos do Brasil, op. cit. nota 144, p. 48-49.

¹⁴⁶ MUAZZE, Mariana. “Período Imperial”. In: LEAL; SILVA; MUNTEAL. op. cit., p. 61.

¹⁴⁷ SILVA, op. cit. nota 97, p. 41.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 41.

primeiro comandante foi o coronel Teobaldo Sanches Brandão e o segundo Luis Alves de Lima e Silva, o futuro duque de Caxias, que permaneceu neste posto de 1832 a 1839.¹⁴⁹

Os Permanentes deveriam atuar diretamente na repressão de ajuntamentos ilícitos, no controle de multidões, nos grandes eventos públicos e no controle do porte de armas. Outra atribuição era a de encaminhar os detidos aos juízes de paz no mesmo dia do crime e ao intendente de polícia no terceiro dia após a prisão, estando autorizados a aplicar a força necessária para esses empreendimentos.¹⁵⁰ Com o comando de Duque de Caxias os Permanentes consolidaram a posição de unidade militar, a partir de obrigações como o patrulhamento diário das ruas.

No ano em que foi criado, o Corpo das Guardas Municipais Permanentes contava apenas com 163 soldados de cavalaria e 191 de infantaria, mais 7 homens que serviam no Quartel General - que funcionava juntamente com o quartel de infantaria no antigo mosteiro dos Barbonos - totalizando 361 homens. Em 1834, apesar de ter crescido para 457 componentes, o efetivo da polícia militar ainda era pequeno para muitas atribuições, dentre as quais estavam: patrulhar a cidade 24 horas por dia nos sete dias da semana, vigiar o Aljube e as galés, manter o posto policial da área portuária do saco do Alferes, ter homens de prontidão em caso de rompimento da ordem pública e, ainda, fornecer 25 Permanentes para os juízes de paz da cidade.¹⁵¹

Para Thomas Holloway, esse modelo de polícia de cunho militar foi, desde o início, uma opção política eminentemente brasileira na gradativa transição do Brasil de colônia à nação. Nesse sentido, no contexto das organizações policiais do período regencial, enquanto a Guarda Nacional era instituída como uma Força caracterizada como “auxiliar do Exército de linha”, as Guardas Municipais Permanentes foram criadas como “auxiliares da Justiça”, sob o controle direto do governo provincial.¹⁵²

O resultado imediato dessa Instituição foi a sua irradiação para as demais províncias do Império, uma vez que estas foram autorizadas a constituir, em moldes próximos, seus próprios corpos permanentes. Destaca-se que, até esse momento, os governos locais não podiam ter um “Exército” próprio para manter a ordem política e social em seus territórios, dependendo, assim, dos escassos efetivos fornecidos pelas tropas de primeira linha. Logo, no processo de reestruturação das forças de segurança, principalmente a partir de 1831, as Guardas Municipais Permanentes – verdadeiras forças policiais das províncias – obtiveram

¹⁴⁹ MUAZZE, op. cit. nota 146, p. 62.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 62.

¹⁵¹ Ibidem, p. 67.

¹⁵² SOUZA, op. cit., nota 116, p. 17.

grande destaque, até mesmo, em relação às tropas de primeira linha do Exército, cuja presença em algumas províncias era de pequeno número e significância.¹⁵³

Posteriormente, sobretudo entre os anos de 1831 e 1840, as guardas municipais permanentes ou municipais permanentes tiveram sua área de atuação ampliada para todo o território das províncias, sendo então denominadas de forma variada, Corpo Policial Permanente, Guarda Policial, Força Policial, Guarda Cívica, Força Pública, Força Militar, Brigada Militar e finalmente Polícia Militar.¹⁵⁴

Se, por um lado, as províncias ganhavam maior autonomia nos assuntos ligados à segurança, por outro, em 1834, ampliou ainda mais esta prerrogativa com a aprovação do Ato Adicional, que estabeleceu as competências das Assembleias Legislativas Provinciais para legislarem sobre “a polícia e a economia municipal”.¹⁵⁵

Durante a Regência, em 1835, também foi criada a Guarda Policial da Província do Rio de Janeiro, com sede na cidade de Niterói. Responsável pelo policiamento de toda a província, com exceção da capital, contava com um efetivo inicial de duzentos e quarenta e um homens, entre dezessete e quarenta anos e era organizada a partir de um estado-maior e três companhias, incluindo a cavalaria.¹⁵⁶

Na década de 1830, ainda, foram aprovados o Código Criminal (1830) e o Código Processual Criminal (1832). Previstos desde a constituição de 1824, esses dois instrumentos legais representaram uma grande mudança no processo de substituição do direito colonial, conduzido, dentre outros, por castigos excessivos, para um código de leis criado a partir dos princípios da Revolução Francesa e do direito clássico¹⁵⁷, respeitando-se os limites da política imperial

Não fosse o paradoxo da escravidão, da pena de açoite, poder-se-ia dizer que adotamos um regime punitivo tecnicamente liberal. A incidência da pena de morte foi drasticamente reduzida (apenas para casos de homicídio, latrocínio e rebelião de escravos), as execuções passaram a ser realizadas de forma austera, sem o espetáculo da mutilação e da exposição do cadáver, com julgamentos se efetivando por um conselho de jurados formado por doze cidadãos, todos “eleitores” (o que, na

¹⁵³ *Ibidem*, p. 17.

¹⁵⁴ MARTINS, op. cit., nota 52, p. 64.

¹⁵⁵ SOUZA, op. cit., nota 116, p. 18.

¹⁵⁶ MUAZZE, Mariana, Op. cit., nota 146, p. 68.

¹⁵⁷ MUAZZE, Mariana, Op. cit. Nota 146, p. 68.

época, significava dispor de poder econômico) e de “reconhecido bom senso e probidade”.¹⁵⁸

O código do processo criminal e o código criminal instituíram um conjunto de diretrizes liberais nos campos do direito penal e dos procedimentos judiciais no Brasil. Nesse contexto, foi construída a Casa de Correção, entre 1836 e 1850, junto à desativação das antigas masmorras da cidade, como o forte de Santa Cruz (1859), o Calabouço (1837, prisão exclusiva para escravos) e o Aljube (1856).

A estrutura do aparelho policial também sofreu alterações com o Código de Processo Criminal. Nesse período, extinguiu-se o cargo de intendente de polícia, passando suas funções a pertencer ao chefe de polícia. Além disso, em 1833, foi criada a Secretaria de Polícia, que incorporava a Guarda Nacional, o Corpo de Guardas Municipais Permanentes, os juízes de paz e os inspetores de quarteirão.

Pelo novo Decreto n. 2081, de 16 de janeiro de 1858, indicavam-se as funções e a organização do Corpo Policial da Corte: “o corpo policial estará à disposição do chefe de Polícia da Corte para todas as diligências do serviço, mas não poderá mover-se para fora dos limites da cidade sem ordem do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça”.¹⁵⁹

Outra mudança foi realizada em janeiro de 1866, quando o Corpo de Permanentes foi dividido em dois grupos: o Corpo Militar de Polícia da Corte e a Guarda Urbana. O primeiro, que mais tarde seria reconhecido como Polícia Militar, foi substituído aos poucos nas ruas pelo segundo e por outras instituições uniformizadas de natureza civil.

Desde 1866 até a proclamação da república, sobretudo na antiga capital da República, as atividades regulares de policiamento passaram a ser exercidas principalmente por outras instituições semi-profissionais, menores e de curta existência como, por exemplo, as guardas municipais e as guardas urbanas. Além das Guardas, a Intendência de Polícia (origem das Polícias Cíveis) e os “inspetores de quarteirão” (voluntários civis não-remunerados e nomeado pelos juízes de Paz) também complementavam as atividades de patrulha urbana.¹⁶⁰

Esse mesmo afastamento das atividades regulares de policiamento não se refletiu na relação da Instituição com o Exército. A participação das instituições policiais militares na Guerra do Paraguai, o maior conflito externo envolvendo o Brasil no século XIX, foi ampla. Boa parte do efetivo dessas instituições atuou junto ao Exército brasileiro, em conjunto com a

¹⁵⁸ CARVALHO FILHO, Luís Francisco. Reforma da Justiça: impunidade no Brasil colônia e Império. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 51, 2004. p. 189.

¹⁵⁹ Decreto n. 2081, de 16 de janeiro de 1858. In: <http://legis.senado.gov.br/legislacao>. Acesso em: 15/12/2013.

¹⁶⁰ MUNIZ, op. cit., nota 146, p. 183.

Argentina e o Uruguai no conflito contra o Paraguai. Em relação ao Rio de Janeiro, o Corpo Policial da Corte e a Guarda Policial da Província do Rio de Janeiro enviaram o 31º. Batalhão e o 12º. Batalhão, respectivamente. Esses policiais participaram das campanhas de Tuiuti, Uruguiana, Esteiro Belaco, Surubyhy, Lomas Valentianas, entrada em Assunção e Tacuaty, dentre outras.¹⁶¹

Pelo menos desde o Segundo Império, as PMs começaram a ser exaustivamente empregadas como força auxiliar do Exército regular tanto nos esforços de guerra (como no caso da Guerra do Paraguai), quanto nos conflitos internos como as rebeliões, os motins, as revoltas populares, além, evidentemente, das operações de grande porte relacionadas ao controle das fronteiras da nação.¹⁶²

Após o retorno dos sobreviventes da Guerra do Paraguai, o Corpo Policial da Corte foi reorganizado, recebendo a denominação de Corpo Militar de Polícia da Corte, em março de 1885. Em 1890, já no regime republicano, sob o governo do Marechal Deodoro da Fonseca, passou a se chamar Regimento Policial da Capital Federal e, ainda nesse mesmo ano, Brigada Policial da Capital Federal. A partir de 1920, esta instituição passou a ser chamada de Polícia Militar.¹⁶³

Durante o período imperial, o trabalho junto às organizações policiais militares no Brasil era extremamente complexo, uma vez que, além das funções específicas da polícia em tempo de paz, essas corporações já se encontravam como uma forma de reserva do Exército, sendo, assim, deslocadas compulsoriamente para atuar em conflitos de diferentes naturezas.¹⁶⁴ Fato que, nas palavras de Robson Rodrigues da Silva, representou uma verdadeira inversão na trajetória original da Corporação. Se com o Corpo de Permanentes foi possível levar a disciplina militar para as ruas, o retorno à Caserna passou a conferir sua vocação eminentemente militar. Da mesma forma, as guardas urbanas, com sua vocação policial, multiplicaram-se nas ruas, passando a se chamar, já no século XX, de guardas civis, até serem extintas ou agregadas à polícia Militar, quando esta mais uma vez retornou às ruas, durante o Regime Militar, instalado em 1964 no Brasil.

A discussão conceitual e genealógica da Instituição policial moderna e no Brasil torna-se oportuna para a definição do objeto da presente tese. Sendo assim, a Polícia Militar deve ser entendida como uma organização estatal, surgida a partir de mudanças políticas e sociais

¹⁶¹ Ibidem, p. 70.

¹⁶² MUNIZ, op. cit., nota 137, p. 182.

¹⁶³ MARTINS, op. cit., nota 52, p. 66.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 64.

do país e investida do monopólio da força para combater os atos considerados ilegais. Essa instituição não é pensada como o desenvolvimento natural de forças repressivas tradicionais, mas de decisões dos governos em momentos definidos de sua organização no Brasil.

Ressalta-se, todavia que, ainda assim, desde sua criação até hoje, o modelo militar de organização profissional serviu de inspiração para a maior parte das polícias militares do Brasil.¹⁶⁵ Haja vista que, tal como no Exército, as Polícias Militares possuem:

Estado Maior, Cadeia de Comando, Batalhões, Regimentos, Companhias, Destacamentos, Tropas, etc. Seus profissionais não fazem uso de uniformes como os agentes ostensivos das recém-criadas Guardas Municipais, eles utilizam “fardas” bastante assemelhadas aos trajes de combate dos militares regulares. Nestas fardas estão fixados diversos apetrechos, como uma tarja com o “nome de guerra”, as divisas correspondentes aos graus hierárquicos e outras insígnias referente à trajetória institucional do policial.¹⁶⁶

A referida “militarização” das Polícias Militares pode ser pensada muito além da assimilação do modelo organizacional do Exército. Reflete também, em boa parte, as necessidades políticas de um Estado em construção, tal qual ocorrera em certos momentos dos períodos Imperial e Republicano, quando suas “missões e mandatos ficaram cada vez mais distantes das atividades rotineiras e convencionais de uma polícia urbana, uniformizada, não-investigatória e voltada para as atividades civis de policiamento que, um dia, fundamentaram a sua criação”.¹⁶⁷

Dessa forma, a despeito da polícia e do Exército terem tido suas próprias trajetórias no processo de construção dos Estados modernos, a partir de objetivos, lógicas e práticas distintas, a Polícia Militar brasileira conjugou elementos da referida força armada e da agência policial, abrigando, em seu arcabouço institucional os afazeres do policiamento ostensivo e os das chamadas rotinas militares. De acordo com a Constituição de 1988, as Polícias Militares ainda são definidas como “Forças auxiliares e reservas do Exército”, sendo os seus integrantes, assim como os do Corpo de Bombeiros, considerados militares estaduais; o que fica mais evidente na Emenda Constitucional nº 18/98: “Os membros das Polícias

¹⁶⁵ Jaqueline Muniz destaca que, desde 1990, muitas polícias militares vêm realizando reformas em sua estrutura organizacional, buscando ajustá-las à realidade operacional do trabalho de polícia. Essa alteração de padrões pode ser observada nos casos da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, e das Polícias Militares de Minas Gerais e da Bahia. Ver: MUNIZ, op. cit., nota 137, p. 180.

¹⁶⁶ Ibidem.

¹⁶⁷ Ib., p. 182.

Militares e Corpo de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos territórios”.¹⁶⁸

A aptidão legal para atuar no campo da segurança, no que diz respeito à preservação da ordem pública e do policiamento ostensivo fardado, mas também em momentos constitucionais considerados especiais, como aqueles em que se vinculou mais diretamente ao Exército, possibilitou a participação direta da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro em diferentes episódios da história política do Brasil. É nessa perspectiva que o grau de envolvimento político da Instituição, dos policiais militares e de sua participação no poder devem ser pensados.

Pois, embora exista certa tradição policial e alguns chefes de polícia¹⁶⁹ que se esmeram em defender que a polícia e o político não devem se confundir, entende-se que esta neutralidade apoia-se em uma concepção muito estreita do que é o político.

Ao tomar de empréstimo as análises de Foucault, há que alargar em muito as concepções ligadas à política e ao poder. Assim, não basta apenas fazer uma análise do Estado e de “seus aparelhos”, é necessário que se parta de uma nova concepção acerca da *anatomia do poder*, percebido não apenas como uma exclusividade do Estado, mas formado por “micro-poderes descontínuos e dispersos no interior da sociedade, visto que para esse autor o poder está em toda parte”.¹⁷⁰

Foram justamente as questões ligadas ao poder no Brasil que orientaram a chamada dupla finalidade das Polícias Militares, como “Polícia” e Força Militar”; atribuições que passaram todos os regimes políticos e formas de governo estabelecidos. Assim, a organização da polícia militar pode ser pensada, de forma direta, a partir de uma perspectiva política, tendo em vista que, desde seus primórdios, foi uma instituição criada e apoiada por diferentes processos políticos, para aplicar os conceitos dominantes do que se entendia por ordem pública.¹⁷¹

Amparada por leis nas práticas de coação, consideradas legítimas e também buscando construir uma pretensa legitimidade para determinadas ações dentro de seus próprios quadros,

¹⁶⁸ Emenda Constitucional nº 18/98 Apud SILVA, op. cit., nota 97, p. 45.

¹⁶⁹ Robert Reiner cita o Comissário de Polícia Metropolitana, a MET, que escreveu no começo dos anos de 1970 “Nós, (a polícia), executamos o desejo comum, e não aquele de qualquer governo, ministro, prefeito ou autoridade pública, tampouco o de qualquer partido político”. REINER, op. cit., nota 39, p. 28.

¹⁷⁰ FOUCAULT, op. cit., nota 31, p. 22.

¹⁷¹ REINER, op. cit., nota 39, p. 28.

como será visto veremos nos capítulos a seguir, as atividades da polícia relacionam-se ao controle de comportamentos, explicitamente definidos de forma política, tendo em vista que, a criação de leis e sua aplicação em uma sociedade desigual são questões objetivamente ligadas ao poder. Poder este, que favorece alguns grupos em detrimento de outros e que se asseguram, sobretudo, na capacidade dos agentes repressivos do estado o conduzirem em diferentes conjunturas.

2 EM NOME DA “ORDEM”, DO “CONTROLE” E DA “SEGURANÇA NACIONAL”: POLÍCIA POLÍTICA E POLÍCIA MILITAR NO BRASIL REPUBLICANO

Todos os Estados nacionais, incluindo os que se organizaram sob a forma de democracias liberais, no decorrer do século XX, em algum momento de suas trajetórias, ao especializarem as funções estatais, constituíram as suas agências de inteligência ou polícias políticas.¹⁷²

A atuação da Polícia no combate a movimentos e determinados posicionamentos políticos marcou diretamente o século XX. Nesse período, a instituição policial aumentou ainda mais as suas funções de repressão e de instrumento de poder comum a governos autoritários e democráticos do Brasil e de uma boa parte de outros países. Para compreender a trajetória dos corpos de segurança estaduais nesse período, faz-se necessário, primeiramente, situar o momento em que houve um recondicionamento do papel do Estado como agente de controle social.

No caso do Brasil, esse recondicionamento foi fruto das mudanças que ocorreram na sociedade entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ligado, sobretudo, ao processo de industrialização e modificações nas relações de trabalho. O período, portanto, foi marcado pela transição de uma sociedade escravista para uma livre.

Essa mudança, todavia, não concretizou os ideais de democracia, tendo em vista que o governo continuou centralizado nas mãos de poucos representantes de segmentos tradicionais da oligarquia agrária e do iniciante empresariado, sob a tutela das Forças Armadas. Nesse período, qualquer tentativa de manifestação e/ou de reação de agrupamentos sociais era considerada caso de polícia.¹⁷³

Segundo Lúcia Carpi e Jéssica Moura Campos, coube “ao Estado regulamentar e enquadrar o ‘mundo do trabalho’ e do ‘não-trabalho’, ‘os bons e os maus cidadãos’”.¹⁷⁴ Nesse sentido, as instituições jurídicas e policiais serviram como importantes ferramentas para a

¹⁷² REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional*. A Polícia Política nos pós-guerra. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 23.

¹⁷³ OLIVEIRA, Nilo Dias de. O aparato repressivo na particularidade do estado republicano: as delegacias de polícia política. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 39, 2009.

¹⁷⁴ CARPI, Lúcia; CAMPOS, Jéssica Moura. Polícia, ciência e higiene social” In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *DOPS: A lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1993. p. 29.

manutenção dessa nova ordem emergente: a polícia agindo como vigilante da sociedade e a justiça fazendo valer os direitos dos indivíduos na mesma.¹⁷⁵ É importante ponderar que nos centros urbanos houve a proliferação de mecanismos que vieram a possibilitar tanto a vigilância quanto a punição dentro de uma política de segurança nacional.

Desde o encontro do ouro, passando pela transferência da capital, as inconfidências e a chegada da família real, o Rio de Janeiro ocupa um lugar de destaque nas questões de poder no Brasil. A simbologia fomentada pelo discurso de unidade transformou a cidade em um modelo, síntese de conceitos e valores que deveriam ser seguidos como “*locus* de construção da identidade nacional”.¹⁷⁶ A tentativa de adaptações à nova ordem mundial gerou transformações tanto em um sentido material quanto humano, pois os olhares de intervenção sobre a cidade modificaram-se, ao ponto de também atingirem as forças de segurança, tendo em vista que a cidade “será o centro popular de todas as transformações ocorridas no interior das instituições policiais”.¹⁷⁷ Nesse sentido,

[...] o policiamento torna-se uma ação fundamentalmente exercida por uma instituição pública. Ou seja, num quadro mais geral de transformações que afetam o mundo ocidental, os órgãos policiais especializados são criados com o objetivo de padronizar e ampliar o controle estatal sobre o espaço público. E, de fato, a instituição policial moderna, tal qual a conhecemos, responsável pelo patrulhamento uniformizado e regular, rapidamente, assume o papel de agente estatal mais próximo dos cidadãos.¹⁷⁸

Logo após o golpe liderado pelos militares em 1889, que definiu o republicanismo como nova forma de governo, pelo Decreto número 1 da República, de 15 de novembro de 1889, anunciava-se a adoção do Federalismo para o país e fixavam-se as primeiras indicações para as suas unidades em termos de organização e segurança.

Art. 5º - Os governos dos Estados Federados adotarão com urgência todas as providências necessárias para a manutenção da ordem e da segurança pública, defesa e garantia da Liberdade e dos direitos dos cidadãos quer nacionais quer estrangeiros.
[...]

Art. 8º - A Força pública regular, apresentada pelas três armas do Exército e pela Armada Nacional, de que existam guarnições ou contingentes nas diversas províncias, continuará subordinada e exclusivamente dependente do governo provisório da República, podendo os governos locais, pelos meios ao seu alcance, decretar a

¹⁷⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: História da Violência nas prisões. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 81.

¹⁷⁶ MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p. 9.

¹⁷⁷ CARPI; CAMPOS, op. cit., nota 174, p. 29-30.

¹⁷⁸ BELCHIOR, Bruna Coutinho Gonçalves. Período Republicano – Parte I. In: LEAL; MUNTEAL FILHO; SILVA, op. cit. nota 11, p. 108.

organização de uma guarda cívica destinada ao policiamento do território de cada um dos Estados.¹⁷⁹

Nesse período, portanto, anunciava-se por meio legal o fortalecimento dos estados, como reação ao mecanismo centralizador e unitário do período monárquico, o que fora ratificado pela Constituição de 1981. Esta Carta concedeu às unidades da União o direito de dispor de sua força militar de polícia, para a manutenção da ordem pública, tendo inclusive o direito de fixar o seu efetivo.¹⁸⁰

No Rio de Janeiro, a organização teve suas peculiaridades. O corpo policial passou a ser chamado de *Brigada Policial da Capital Federal*, sendo administrado diretamente pelo ministro da Justiça, ou seja, atuando independente do Chefe de Polícia do estado, e tendo como comandante, obrigatoriamente, um coronel ou general oriundo das Forças do Exército.¹⁸¹

A ligação dos corpos policiais militares com o Exército e a sua convocação por essa Força Armada seria pontuada de forma mais direta nos Decretos publicados nos anos subsequentes. Por meio do decreto 11.497, de 23 de fevereiro de 1915, ficaria estabelecido que as polícias estaduais, organizadas de forma similar ao Exército, a ele poderiam ser incorporadas nos casos de mobilização ou de grandes manobras. Já o decreto 3.216, de 03 de janeiro de 1917, instituiu a Força Policial e o Corpo de Bombeiros da Capital como forças auxiliares do Exército Nacional “para fins de isenção das exigências do sorteio militar, considerando-as, também, forças permanentemente organizadas, que poderiam ser incorporadas ao Exército Nacional em caso de mobilização deste ou para treinamento nas manobras atuais”.¹⁸²

Foi, entretanto, a partir do Decreto 12.790, de 02 de janeiro de 1918, que se estabeleceu de forma definitiva a posição das Polícias Militares como forças auxiliares do Exército. Nota-se que, até esse período, longe de tratar dos aspectos específicos ligados às funções policiais, a legislação federal esteve mais preocupada em indicar o emprego das Polícias Militares quando mobilizadas e incorporadas ao Exército. Essa época, portanto,

¹⁷⁹ Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889. Apud SOUZA, op. cit. nota 116, p. 21-22.

¹⁸⁰ SOUZA, op.cit., nota 116, p. 22.

¹⁸¹ BELCHIOR, op. cit., nota 178, p. 115.

¹⁸² CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. Dicotomia: Polícia Civil versus Polícia Militar. In: LEAL, Ana Beatriz; PEREIRA, Íbis Silva; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Sonho de uma Polícia Cidadã*: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Rio de Janeiro: NIBRAHC, 2010, p. 136.

marcou uma fase em que as Polícias Militares encontravam-se aquarteladas, seguindo praticamente todas as orientações militares dessa Força Armada.¹⁸³

A partir da década de 20, foram definidas as denominações *Polícia Militar do Rio de Janeiro e Polícia Militar do Distrito Federal*, tendo por objetivo ampliar sua qualidade de força militar, na busca por estabilidade política ao novo regime. Assim, a militarização e o aparelhamento dos batalhões tinham por finalidade “aquartelar as tropas em áreas estratégicas tanto para responder ao comando dos governadores da província quanto do presidente da República, a fim de evitar tentativas de sublevação ou golpes contra o governo estabelecido”.¹⁸⁴

Nessa conjuntura, prevenir e reprimir distúrbios das multidões e agitações populares, tais como a Revolta do Vintém, em 1880, e a Revolta da Vacina, em 1904, tornaram-se tarefas consagradas da polícia; mas foram dois fenômenos de maiores proporções na década de 1890, que incidiram em uma organização mais direta e na necessidade de maior especialização dos casos de polícia ligados à política: as greves e a imigração.

No anexo do Relatório do Ministério da Justiça e de Negócios Interiores, de 1891, chama atenção o escrito do Chefe de polícia do Distrito Federal em relação ao que denomina como “episódios surpreendentes”, sobre o movimento que:

[...] agora agita as nações europeias, formulando como bandeira de combate a guerra contra o capital, contra os elementos conservadores da sociedade, já nos envia também os seus propagandistas que se encarregam de acumular o combustível entre as classes menos abastadas para fazer as suas explosões, alternativamente com menosprezo do princípio da autoridade e estremecimento dos grandes e reais interesses da nossa pátria.¹⁸⁵

A despeito do relatório, prosseguir indicando que as greves não teriam assumido enormes proporções – de forma a ainda não representar uma ameaça à ordem pública – uma questão era indicada de maneira precisa: a diferença entre as greves de fábrica e a de setores essenciais à população, que cerceariam o direito individual, como o de transportes. Assim, de forma paradoxal, o referido relatório recomendava uma orientação diferenciada para essas situações. No caso da primeira, caberia ao Estado “não interferir diretamente nessa luta”,

¹⁸³ CERQUEIRA, op. cit., nota 182, p. 137.

¹⁸⁴ BELCHIOR, op. cit., nota 178, p. 115.

¹⁸⁵ “Relatório do chefe de Polícia da Capital Federal”. In: *Relatório do Ministério de Estado dos Negócios de Justiça*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 3.

adotando um papel de conciliação, enquanto, na segunda, era indicada uma intervenção mais direta.¹⁸⁶

Esses fatos, quatro anos mais tarde, justificariam ações repressivas da polícia, tendo em vista que “[...] a liberdade de trabalhar, sofre logo as mais insólitas agressões, precisando, portanto estas de uma repressão energética e pronta por parte dos poderes públicos”.¹⁸⁷

A vigilância sobre a classe trabalhadora que se constituía no Brasil, especialmente em relação à sua organização e formas de luta, tornou-se uma atribuição cada vez mais presente nos regulamentos policiais, a partir da década de 1890. Foi justamente diante desse quadro de transformações – tendo como norte a manutenção da ordem pública dentro de uma estrutura social que se pretendia modernizante – que surgiu a chamada “polícia política”, responsável por perseguir indivíduos “perigosos” para a sociedade como, por exemplo, anarquistas¹⁸⁸ e comunistas, vistos como “semeadores” da desordem pública, pois seus comportamentos destoavam do ponto de vista político da elite governante representando um perigo à estrutura e segurança do Estado.

Tornava-se uma questão essencialmente de ordem, nos anos iniciais da República, conciliar os problemas de segurança pública com a segurança interna e a defesa nacional. Nesse contexto, a estrutura do Corpo Militar da Polícia foi se alterando e se estabelecendo à semelhança do Exército. Assim, pelo menos desde o final do Segundo Império, as atividades de policiamento urbano ostensivo e de vigilância foram perdendo espaço para uma configuração de força auxiliar do Exército regular. Desenvolvendo-se, assim, mais por ser uma força aquartelada, que já havia atuado em guerras e rebeliões, tais como a da Guerra do Paraguai e a da Farroupilha, na defesa das fronteiras, ou em revoltas populares. É possível atestar, portanto, que o Corpo Militar da Polícia tornar-se-ia, nesse período, uma instituição voltada para a segurança do Estado e da soberania nacional, que atuaria em missões

¹⁸⁶ “Relatório do chefe de Polícia da Capital Federal”, op. cit., nota 185, p. 3.

¹⁸⁷ *Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904, p. 30, anexo C.

¹⁸⁸ De acordo com Georges Woodcock, é um grupo constituído por defensores de um sistema de filosofia social, visando a promover mudanças básicas na estrutura da sociedade e a substituição do Estado autoritário por alguma forma de cooperação não governamental entre os indivíduos livres. Segundo Carlos Addor, três correntes político-ideológicas procurava organizar os trabalhadores urbanos no Brasil entre 1890 e 1920. Os “amarelos” ou “trabalhistas” – principalmente no Rio de Janeiro, então Distrito Federal – que não questionavam o capitalismo e lutavam por melhores condições de vida e trabalho para os operários. E os socialistas reformistas (ou democráticos) e anarquistas (socialistas libertários), que procuram articular a luta imediata por melhores condições de vida a uma crítica filosófica e política ao capitalismo e à tentativa de construção de um projeto alternativo: o socialismo. Ver: BRAVO, Gian Mario. Anarquismo. In: BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, op. cit. nota 27; e ADDOR, Carlos. “Ilusões Revolucionárias”. In: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos>. Acesso em: 28/06/2012.

extraordinárias e àquelas indicadas pelo governo Federal, desvinculando-se, desta forma, das questões ligadas a uma polícia política, de caráter investigativo.¹⁸⁹

2.1 A Polícia Política no Rio de Janeiro

Assim como a Polícia Militar e as demais instituições do Estado voltadas à segurança pública, a Polícia Política constituiu uma força de coação legal, que ganhou amplos espaços no século XX. A compreensão da trajetória ligada à segurança interna no período, portanto, está diretamente relacionada à criação, desenvolvimento e atuação dessa instituição. De uma forma mais pontual, é possível indicar que as funções da polícia política remontam ao ano de 1900, a partir da Polícia Civil, no período em que a competência relativa a qualquer tipo de investigação de natureza política era atribuída ao Chefe de polícia do Distrito Federal.

Com o passar dos anos, as atividades deste órgão foram reorientadas administrativamente, com a criação do *Corpo de Investigações e Segurança Pública* encarregado da prevenção, investigação e vigilância policial, de 1907, e a *Inspetoria de Investigação e Segurança Pública*, na qual se subordinava a Seção de Ordem Social e Segurança Pública, com a incumbência de vigiar o movimento anarquista e de agilizar a expulsão de estrangeiros, em 1920.¹⁹⁰

Os organismos vinculados à polícia política tinham como competência, segundo o Decreto nº 14.079 (BRASIL, 1920), velar pela existência política e segurança interna da República, atender por todos os meios preventivos à manutenção da ordem, garantir o livre exercício dos direitos individuais, nomeadamente a liberdade de trabalho, desenvolver a máxima vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidades do anarquismo violento e agir com solicitude para os fins de expulsão de estrangeiros perigosos.¹⁹¹

A inspetoria fora definida como uma instituição autônoma, subordinada ao chefe de polícia, com a incumbência de, entre outras, manter a ordem pública, diante da onda de greves que assolaram o Rio de Janeiro e São Paulo. Como afirma Eliana Rezende:

¹⁸⁹ BELCHIOR, op. cit., nota 178, p. 110.

¹⁹⁰ PACHECO, Thiago da Silva. *As duas faces da repressão: Semelhanças e diferenças da Polícia Política durante o Estado Novo (1937-1945) e durante a Ditadura Militar (1964-1983)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

¹⁹¹ RORATTO, João Manoel e CARNIELLI, Beatrice Laura. O pensar e a criação de um organismo de Inteligência Federal no Brasil: antecedentes históricos. *Revista Brasileira de Inteligência*, Brasília, v. 2, n. 2, abr. 2006. p. 9.

Desde 1907, o Distrito Federal contou com órgãos que exerceram a função de polícia política. O Corpo de Investigações e Segurança Pública da Polícia Civil foi a primeira instituição policial com a competência para reprimir crimes políticos, ainda que sob essa designação estivesse qualquer tipo de desordem pública. Em 1920, foi criada a Inspetoria de Investigações e Segurança Pública, à qual cabia manter a existência política e a segurança interna da República. Essa inspetoria foi extinta a 20 de novembro de 1922, quando foi criada a 4ª Delegacia Auxiliar com uma Seção de Ordem Política e Social, que investigava e controlava associações operárias, anarquistas e comunistas, além de brasileiros e estrangeiros que atuavam no movimento operário. Essa seção configurava-se como uma das respostas do Estado para enfrentar o clima de grande agitação que dominava o campo do trabalho, e de intensa participação política da população das grandes cidades ao final dos anos 10 e início dos 20. Cabe recordar que Artur Bernardes assumiu o governo em janeiro de 1923 sob a vigência do estado de sítio, decretado no ano anterior após o levante tenentista, e com o Partido Comunista posto na ilegalidade, apenas quatro meses depois de sua criação.¹⁹²

Que pesem as mudanças indicadas, na tentativa mais sistemática de estruturação de um sistema capaz de municiar o governo com informações precisas sobre a segurança nacional e o andamento da atividade subversiva, entretanto, ocorreu durante o governo de Washington Luiz, a partir da criação do *Conselho de Defesa Nacional*, em 1927.¹⁹³

Instituído em novembro de 1927, o Conselho de Defesa Nacional tinha como missão reunir “informações sobre todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da pátria”. O que isso significava, ninguém sabia. Em tese nada específico. Na prática poderia ser absolutamente tudo. O Conselho de Defesa Nacional tinha o direito, por exemplo, de investigar a vida pessoal de adversários políticos do presidente (“questão de moral”) ou espionar operários em greve (“Defesa da pátria”). Assim, o embrião do serviço secreto surgia com um vício que o órgão carregaria para sempre: um mandato excessivamente amplo sob medida para que o governo pudesse utilizá-lo contra quem quisesse. Na maioria das vezes, contra o povo.¹⁹⁴

O referido órgão, contudo, de acordo com Lucas Figueiredo, carecia de condições operacionais mínimas para as atividades de inteligência – tais como uma organização que permitisse a análise de informações ou um plano de metas – configurando-se, muito mais, como uma reunião confidencial entre o presidente, seus sete ministros e os chefes de Estado-Maior do Exército e da Armada, que se reunia duas vezes por ano ou em encontros extraordinários, para trocas de informações pré-existentes.¹⁹⁵

¹⁹² MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. Documentação da polícia política do Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, 1998. p. 2.

¹⁹³ Ver Decreto nº 17.999, de 29 de novembro de 1927.

¹⁹⁴ FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 37-38.

¹⁹⁵ FIGUEIREDO, op. cit., nota 194, p. 38.

2.2 “Segurança Política e Social” – Os casos de polícia no governo Vargas

Quando assumiu a presidência provisória do Brasil, em 1930, Vargas iniciou um processo de redefinição do Estado, na direção de uma maior intervenção governamental. Para isso, foram criadas inúmeras agências estatais, ligadas, cada uma, a diferentes dimensões da sociedade. Foi o período de nascimento de institutos e comissões responsáveis pelo crescimento industrial, pela regulamentação do trabalho e pela legislação social, entre outros. Nesse contexto também se insere a especialização policial, herdeira de mudanças iniciadas no início do século.¹⁹⁶

Esse processo de intervenção, portanto, também atingiu a instituição policial. A nova estrutura administrativa do Ministério da Justiça e a formal subordinação dos corpos policiais aos governadores foram, aos poucos, superadas pela Chefia de Polícia do Distrito Federal. Há de se ressaltar que, a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, motivou uma preocupação do governo federal com as polícias militares, tendo em vista a atuação dos policiais militares de São Paulo. Essa questão, aliada a um projeto centralizador maior, levou desde o aviso nº 102, de 17 de junho de 1933 até a Lei 192, de 1936, a determinação do número do efetivo das Polícias Militares, sua organização, instrução e ensino, bem como o seu emprego e definição de finalidades.¹⁹⁷

Logo, se por um lado a primeira Constituição republicana, de 1891, foi composta por artigos que enfraqueceram o poder central, favorecendo o poderio regional dos governadores dos estados federados, com destaque para o fortalecimento de seu braço armado, isto é, de suas polícias militares; a elaborada no governo Vargas, de 1934, notabilizou-se pelo intervencionismo, tratando, pela primeira vez, de forma constitucional, das questões relativas às Polícias Militares estaduais, em seu artigo 167: “as Polícias Militares são consideradas reservas do Exército e gozarão das mesmas vantagens a este atribuídas, quando mobilizadas ou a serviço da nação”.¹⁹⁸

O decreto-lei, de nº192, em 1936, determinou a estruturação das Polícias Militares, segundo as unidades de infantaria e cavalaria do Exército regular, vedando-lhe possuir

¹⁹⁶ REZNIK, op. cit., nota 172, p. 107.

¹⁹⁷ Ver: Aviso 102, de 17 de julho de 1933 e Lei nº 192, de janeiro de 1936.

¹⁹⁸ Ver: Artigo 167, da Constituição de 1934.

artilharia, aviação e carros de combate. Também definiu seu uniforme de campanha e suas missões específicas, pelo Artigo 2º:

Art. 2º - Compete às Polícias Militares:

- a) exercer as funções de vigilância e garantia da ordem pública, de acordo com as Leis vigentes.
- b) garantir o cumprimento da lei, a segurança das instituições e o exercício dos poderes constituídos;
- c) atender a convocação do governo federal *em caso de guerra externa ou grave comoção intestina*, segundo a lei de mobilização.¹⁹⁹

Assim, a ação policial militar, como um braço forte dos governos estaduais, foi perdendo espaço, nesse período, para um modelo ligado a uma lógica de combate aos inimigos do Estado, personificados em torno de comunistas, estrangeiros, liberais ou quaisquer grupos que representassem uma ameaça ao governo instituído.

Junto à reorientação da estrutura das Polícias Militares Estaduais, Vargas deu continuidade à busca de especialização dos órgãos de inteligência voltados para as atividades políticas, utilizando, sobretudo, as estruturas da Polícia do Distrito Federal, mais precisamente de seu segmento de “Segurança Política e Social”, o que levando-a a novas especializações e à criação da *Delegacia Especial de Segurança Política e Social*, por determinação do decreto nº 22.332 de 10 de janeiro de 1933.

Esta Delegacia, criada pelo Decreto n. 22332 de 10 de Janeiro de 1933 que reajustou o Serviço Policial do Distrito Federal, é como se dispõe no artigo 18 desse Decreto, independente da Polícia administrativa e Judiciária, estando diretamente subordinada ao Chefe de Polícia.

Sentinela avançada do Estado, exerce, em caráter preventivo, vigilância ativa e discreta contra os elementos que possam atentar contra a integridade territorial do país, a sua constituição ou forma de governo e o exercício dos poderes políticos. Rastreia, assim, a marcha de planos que por ventura sejam engendrados, para fazer fracassar no momento oportuno. Nessa ocasião, operando ostensivamente, faz prender os autores de tais planos, para atuando repressivamente, processá-los e entregá-los aos tribunais de justiça.²⁰⁰

Segundo Marília Xavier, “a polícia política seria resultante de um processo de ‘especialização’ dos órgãos da instituição policial, surgindo [...] em 1933 com a criação [...] da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPE)”²⁰¹.

Formada a partir da Polícia Civil do Distrito Federal, a DESPE era independente da polícia administrativa e da polícia judiciária, estando subordinada diretamente ao chefe de

¹⁹⁹ Ver: Artigo 2º do Decreto-Lei 192, de 17 de janeiro de 1936.

²⁰⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo Polícias Políticas. Série DESPE. Setor Administração. Notação 1-cont, Relatório Anual de 1942.

²⁰¹ XAVIER, Marília. Da polícia política. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, op. cit. 174, p. 32.

polícia civil do Distrito Federal. Estava ligada, dessa forma, à Seção de Segurança Política e à Seção de Segurança Social para tratar de crimes políticos e sociais. Essa nova composição, que deu origem à polícia política, contribuiu para a reformulação de toda a estrutura policial do país, a partir do Distrito Federal, já que o modelo concretizado na capital serviu de referência para as demais delegacias estaduais.²⁰²

Um passo decisivo para a referida organização foi a realização, no período, do Congresso Nacional de Autoridades Policiais, no Rio de Janeiro, com o objetivo de unificar o trabalho policial, promover entendimento entre as lideranças regionais e aumentar o prestígio do chefe de polícia do Distrito Federal, além de definir os métodos de perseguição de estrangeiros e indesejáveis, sobretudo anarquistas e comunistas.²⁰³

Essa trajetória de alterações, no entanto, não impediu que instituições policiais de nações da América-Latina, como Brasil, Argentina e Peru mantivessem contato e trocassem informações políticas de interesse comum. O tratado assinado na Conferência Policial de Buenos Aires pelos governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Peru e Uruguai, em fevereiro de 1920, por exemplo, já demonstrava esse comprometimento. Mais tarde, esse

pacto foi ratificado por Vargas no decreto nº 22.388, de 24 de janeiro de 1933, através de novo acordo feito em 1932. Nele, os países ficavam comprometidos a enviar, de forma permanente, informações úteis “sobre tentativas ou execução de feitos anárquicos [...] tendentes à alteração da ordem social [...] ou qualquer outro movimento que se possa considerar subversivo.”²⁰⁴

Assim, o controle policial, por meio da referida especialização, passou a ser essencial para a centralização do poder político por parte de líderes em prol da segurança interna; paradoxalmente, porém, levou à degeneração desse mesmo poder “[...], à medida que as atividades dos órgãos policiais profissionalizados, especializados e autônomos divergem cada vez mais das autoridades e unidades centralizadas que os instituíram [...]”.²⁰⁵

Foi por intermédio da DESPS que o Estado brasileiro estruturou os mecanismos operacionais e os recursos humanos necessários, por meio de investigadores, policiais, informantes e técnicos especializados em diversas áreas, para o exercício das atividades de

²⁰² CONCEIÇÃO, Thaís Francisca Barbosa da. A Delegacia Especial de Segurança Pública e Social do Distrito Federal: permanências e rupturas na construção da polícia política brasileira. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011, p. 6.

²⁰³ CONCEIÇÃO, op. cit., nota 202, p. 7.

²⁰⁴ CASSOL, Gissele. “Uruguai ‘verde-amarelo’: brasileiros presos em terra estrangeira” In: *ESTUDIOS HISTORICOS* – CDHRP – Mayo 2009 – Nº 1 – ISSN: 1688 – 5317, p. 2.

²⁰⁵ HUGGINS, Martha. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 235.

inteligência e repressão. Institucionalmente, portanto, a Polícia Política, na década de 30, constituiu-se como um órgão da Polícia Civil do Distrito Federal, mediante Delegacias Especializadas, que compunham as Polícias Cíveis de cada Estado do Brasil. Por meio das seções Política (S-1), Social (S-2)²⁰⁶, de Armas e Explosivos (S-3)²⁰⁷, Arquivo Geral de Segurança Política e Social (S-4)²⁰⁸, Serviço de Ronda e Serviço Reservado (S-R), desenvolveram-se as funções das referidas Delegacias Especiais.²⁰⁹

Em relação às atividades desempenhadas pelas Seções, a S-1 e a S-2 trabalhavam próximas, atuando em áreas que iam da investigação, instauração de inquéritos, operações de busca, apreensão e prisão, até aquelas ligadas à segurança de embaixadas e personalidades políticas. A S-3, por sua vez, tinha por finalidade principal fiscalizar e monitorar os produtos químicos e inflamáveis, além de controlar a produção, comercialização e circulação de armas de fogo. Era, ainda, responsável pela instrução de tiros e do manuseio dos artefatos eletrônicos dos componentes da DESPS, administrando cursos de formação para a mesma.²¹⁰

O Arquivo Geral de Segurança Política e Social, S-4, compunha o banco de dados com arquivos sobre indivíduos suspeitos ou já investigados, a partir de um departamento que cuidava diretamente das suas fichas, e de outro que fazia o levantamento de informações. Segundo Thiago da Silva Pacheco, quando se desconfiava de uma pessoa, “procurava-se produzir uma ficha para ela, onde constavam informações mais básicas e se ela já tivesse sido presa, então se produzia um prontuário: ali estariam os antecedentes do indivíduo e outras informações mais detalhadas”.²¹¹ Nesse processo, procedimentos que iam desde a espionagem até a coação de partidos políticos, entidades representativas e órgãos de categorias profissionais também faziam parte da esfera de atuação da Polícia Militar, diante da contenção de ameaças à segurança pública.²¹²

Observa-se que, nesse mesmo período, durante o governo Vargas, fora construído um discurso nacionalista, em uma tentativa de se obter maior autonomia financeira, devido à crise

²⁰⁶ Criadas pelo Decreto nº 22.232, de 10/01/1933.

²⁰⁷ Decreto nº 24.531, de 02/06/1934.

²⁰⁸ Portaria nº 4.030, de 10/04/1938, da chefia de polícia.

²⁰⁹ APERJ. Fundo Polícias Políticas. Série DESPS. Setor Administração. Pasta 1-f, Relatório do ano de 1941. Serviço Reservado, Confidencial e Setor Administração, dossiê 1. pasta 1-g. Relatório anual de 1940.

²¹⁰ APERJ, op. cit., nota 209.

²¹¹ PACHECO, op. cit., nota 190, p. 24.

²¹² *Ibidem*, p. 28.

que assolava as nações capitalistas. A conjuntura econômica internacional demandava um projeto político-econômico com vistas a suprir internamente às necessidades advindas da falta de mercado exportador. Concomitante, a política de Vargas buscava, ainda, frear ações *subversivas* no seio da sociedade civil, por meio da ideologia do trabalhismo – em um processo de “construção da nação pela incorporação da classe trabalhadora, através de maior ou menor controle do Estado” – e do uso efetivo da coerção física, pois “o poder de polícia foi um dos pilares do Estado Novo”.²¹³

Após a vitória do movimento liderado por Vargas, as intervenções nos estados e as alterações no exercício de poder criaram um verdadeiro vazio partidário. A agitação política era realizada por ações individuais ou de grupo, desenvolvendo-se sem a organização de um partido que a representasse. A necessidade de um partido que pudesse assumir essa tarefa, entretanto, apareceu com grande força. Dessa forma, em 1932, foi fundado o partido direitista Ação Integralista Brasileira (AIB)²¹⁴ e, a partir de 1935, surgiram as primeiras notícias acerca da Aliança Nacional Libertadora (ANL).²¹⁵ Diante de muitas críticas e da instabilidade política gerada pela atuação da ANL e da AIB, em 1935 foi promulgada a primeira Lei de Segurança Nacional, definidora de crimes contra a ordem política e social:

Crimes contra a ordem política – tentar mudar por meios violentos a Constituição da República ou a forma de governo; opor-se ao livre funcionamento dos poderes da união [...] divulgar notícias falsas que possam gerar temor à população; fabricar, possuir, comprar ou vender, sem licença, armas e explosivos.

Crimes contra a ordem social – incitar o ódio entre as classes sociais; incitar ou preparar atentado contra pessoa ou bens, por motivos doutrinários políticos ou religiosos; incitar ou preparar a paralização de serviços públicos ou de abastecimento da população; induzir empregadores ou empregados à cessação do trabalho; promover, organizar ou dirigir a sociedade no sentido de subverter ou modificar a ordem política e social [...].²¹⁶

²¹³XAVIER, op. cit., nota 201, p. 34.

²¹⁴ Agrupamento partidário, de inspiração fascista, que reunia grande parte da classe média brasileira e grupos do interior, seduzidos pelo apelo de um nacionalismo exagerado e a afirmação de valores tradicionais, reacionários e moralistas, denotados em seu grande lema: *Deus, Pátria e Família*. Ver: ZAMPA, Vivian. *Questionando o Inquestionável: a Desestalinização do PCB (1956-1958)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. p. 78-79.

²¹⁵ A partir de 1935, surgiram as primeiras notícias acerca da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em sua composição estavam os grupos que viam a necessidade urgente de reformas sociais, dentre eles socialistas, sindicalistas e tenentistas. Dessa forma, a aliança apresentava-se, acima de tudo, como um amplo movimento popular que surgira da inevitabilidade de libertar o Brasil das explorações estrangeiras e evitar a aprovação da Lei de Segurança Nacional, em votação no Congresso, além do combate ao fascismo, representado no Brasil pela Ação Integralista Brasileira (AIB). ZAMPA, op. cit., nota 214, p. 78.

²¹⁶ Lei nº 38, de 04/04/1935.

A tentativa de golpe organizada por militantes da ANL junto aos treinados pelo Partido Comunista do Brasil (PCB)²¹⁷ e a alguns militares, em 1935, na chamada Insurreição Comunista, portanto, estimulou a reação direta do governo, que, a partir da Lei de Segurança Nacional, passou a indicar os crimes contra a ordem política e social, que deveriam ser investigados e encaminhados pela polícia política. Um ano depois fora criado o Tribunal de Segurança Nacional, visando a tornar mais ágeis os processos jurídicos abertos contra suspeitos de ameaçar a segurança do país. Em relação aos detidos no movimento conhecido pejorativamente como Intentona Comunista pelos militares, em 1935, figuravam inimigos “subversivos” de diferentes ideologias político-partidárias:

Os presos não eram só homens como Miranda, Caetano Machado, Prestes Ewert, Ghiold, Agliberto Vieira de Azevedo e Agildo Barata, responsáveis ou coadjuvantes da insurreição. Cristiano Cordeiro, que fora contra o movimento, foi parar debaixo de sete chaves, em vez de ocupar a cadeira no Conselho Municipal de Recife, que conquistara recentemente. Os trotskistas, que tampouco deram apoio à revolta, foram vítimas da repressão policial, sendo presos alguns de seus dirigentes. Entre os anarquistas presos estavam José Oiticica, Oreste Ristori²¹⁸.

Nesse período, aliada à divulgação de um falso plano de tomada de poder pelos comunistas – o Plano Cohen²¹⁹ – e, dois anos depois, constituir-se-iam os argumentos mais fortes para a instalação do Estado Novo, em 1937. Em meio à grande tensão social então vivenciada e amplamente difundida pelos meios de comunicação do país, a DESPS/DF deu início a um amplo processo de investigação e prisão de suspeitos ligados ao comunismo, o que fica evidenciado nos relatórios administrativos encaminhados pelos delegados especiais

²¹⁷ Fundado em um congresso realizado nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922, o Partido Comunista do Brasil foi criado por inspiração do *Comintern* (Termo que designa a Terceira Internacional Comunista – 1919-1943 – com o objetivo de reunir diferentes partidos comunistas do mundo); embora sua admissão à Internacional não tenha sido imediata. Suas primeiras sessões foram realizadas no Sindicato dos Alfaiates e Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, e a reunião final, com vistas à sua formalização institucional, na casa da família do jornalista Astrogildo Pereira, no centro de Niterói. Participaram do movimento de criação nove delegados, representando os grupos comunistas de Porto Alegre, Cruzeiro, Recife, São Paulo, Niterói e Distrito Federal. Os fundadores do Partido foram: Astrogildo Pereira, jornalista do Rio de Janeiro; Cristiano Cordeiro, professor, de Pernambuco; João da Costa Pimenta, gráfico, de São Paulo; José Elias da Silva, sapateiro e operário, natural de Pernambuco, mas residente no Rio de Janeiro; Joaquim Barbosa, alfaiate natural de Sergipe e residente no Rio de Janeiro; Luis Peres, vassoueiro, do Rio de Janeiro; Hermogêneo da Silva, eletricitista de Cruzeiro em Minas Gerais, Abílio de Sequete, barbeiro nascido na Síria e residente em Porto Alegre, a Manoel Cedón, nascido na Espanha, e que a exceção dos demais não possuiu ligações com o movimento anarco-sindicalista. Maiores detalhes em: PEREIRA, Astrogildo. *Ensaios Históricos e Políticos*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1979. p. 71.

²¹⁸ DULLES, John W. Foster. *Anarquista e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, Op. cit., p. 27.

²¹⁹ O recurso empregado para o golpe foi a montagem de uma farsa. Os integralistas conceberam um plano que teorizava uma revolução comunista no país, alcunhado de “Plano Chen”. Uma vez o plano caindo nas mãos do capitão Olímpio Mourão Filho, rapidamente foi entregue a Góes Monteiro, que o entregou ao ministro de guerra Eurico Gaspar Dutra e ao presidente Getúlio Vargas. A 30 de setembro, Dutra divulgou o falso plano, e o Congresso suspendeu os direitos constitucionais que havia negado anteriormente a Vargas, de forma a iniciar-se a Ditadura do Estado Novo e um combate ainda maior ao comunismo. Ver: ZAMPA, op. cit., nota 214, p. 82.

aos chefes de polícia, nos quais os comunistas eram indicados como os grandes “inimigos nacionais”, figurando no mesmo patamar de indesejáveis como os “desocupados”, “malandros”, “desordeiros”, “bêbados” e “vadios”, entre outros.²²⁰ Assim,

Comunistas e estrangeiros seriam os objetos primordiais de vigilância e repressão nos anos 1930 até meados dos anos 1940. Foram os atores principais de dois conflitos que marcaram o cenário político brasileiro e internacional no período: a Intentona Comunista e a II Guerra Mundial. A maioria dos agentes internos, dos contatos nacionais e internacionais se relacionavam com esta problemática. Entre fins de 1935 e 1937, promoveu-se uma verdadeira caça aos comunistas, ao Partido Comunista do Brasil, à Aliança Nacional Libertadora, às supostas associações culturais, sociais, sindicais. O ano de 1938 foi marcado pela repressão aos integralistas. Durante a guerra foram esquadrinhados os indivíduos, grupos e associações originários do exterior, especialmente dos países do Eixo: desde redes de espionagem internas até empresas comerciais legalizadas.²²¹

Na conjuntura do entreguerras, marcada pelo extremismo político tanto de setores da dita “esquerda” quanto dos da “direita”, foi realizado um congresso reunindo Secretários de Segurança e chefes de polícia de todo o país, em 1936. Esses, entre outros, elegeram como questões fundamentais a serem trabalhadas pela polícia política: “a propaganda extremista e sua ação nos sindicatos e associações”, a “produção, importação, posse e venda de armas e explosivos”, e a “centralização e padronização das atividades policiais”.²²²

Por ocasião da implantação do Estado Novo, as Polícias Militares estaduais encontravam-se organizadas em boa medida à semelhança do Exército. Aquarteladas, eram instruídas para atuarem como reserva operacional das tropas de infantaria e de cavalaria, com seus BI, Batalhão de Infantaria, BC, Batalhão de Caçadores, BG, Batalhão de Guarda, e RG, Regimento de Cavalaria. Utilizavam uniforme de campanha e recebiam de munições a equipamentos de combate, como o próprio Exército. Essa modificação doutrinária, entretanto, levou-a muito mais a uma preparação para o cumprimento de sua missão de “garantir a ordem pública” e zelar pela segurança das Instituições, do que a um treinamento que a levasse a ter as mesmas condições operacionais do Exército.²²³

À mesma época, a Constituição de 1937 fortaleceu ainda mais o executivo, habilitando-o a fazer frente às agitações internas, questões político-ideológicas e às questões externas do entreguerras. A intervenção ainda mais direta do governo federal no controle das

²²⁰ CONCEÇÃO, op. cit., nota 202, p. 5.

²²¹ REZNIK, op. cit., nota 172, p. 108.

²²² REZNIK, op. cit., nota 172, p. 108.

²²³ SOUZA, op. cit., nota 116, p. 38.

polícias militares visava, naquele momento, a impedir qualquer possibilidade de que os agrupamentos políticos insatisfeitos com o regime instalado se sentissem em condições e motivados para utilizar a força pública estadual, em uma ocasional contestação ao presidente da República.²²⁴

Dois anos depois, o Decreto-Lei nº 1202, ampliou a competência da União para intervir, diretamente, na organização das forças policiais militares dos estados, de acordo com a sua competência de “legislar sobre o bem estar, a ordem, a tranquilidade e a segurança pública”²²⁵, uma vez que estas sofriam as ameaças diretas de comunistas e de estrangeiros.

Em 1938, o governo Vargas promulgou pelo menos cinco medidas legais para o controle das atividades de estrangeiros. O Decreto nº 341, de 17 de março, regulava, de forma específica, a abertura de firmas por estrangeiros. O Decreto-Lei nº 383, de 18 de abril, proibia a atuação de estrangeiros em atividades de caráter público, tais como a criação e manutenção de sociedades, fundações e clubes, entre outros, com o intuito de propagar regulamentos ou normas de ação de seus países de origem. No mesmo mês de abril, no Decreto-Lei, do dia 27, foi regulamentada a expulsão de estrangeiros do Brasil, caso fosse prevista legalmente. Pelo Decreto-Lei nº 406, de quatro de maio, foram indicadas as referências sobre a admissão e a permanência de estrangeiros no país. E, ainda versando sobre a situação dos estrangeiros, o Decreto nº 868, de 18 de novembro, instituiu a nacionalização do ensino primário em todos os núcleos de população de origem estrangeira.

Em 1939, mais três serviços rotineiros foram integrados à DESPS: o Serviço Reservado (SR), para o qual o delegado especial encaminhava serviços diversos, visando a reforçar o trabalho das seções; o Serviço de Ronda, composto por um corpo de agentes a paisana, que circulava pela capital Federal com pistolas e rádios comunicadores, com as funções de patrulhar as ruas da cidade, indicar atividades suspeitas e neutralizar possíveis reuniões secretas; e o Serviço Secreto, formado por agentes infiltrados que deveriam inserir-se em diferentes grupos conspiradores.²²⁶

Somadas essas atribuições às já desenvolvidas pela DESPS, houve um significativo aumento do número de seus investigadores e em torno de sua estrutura. Assim, duas outras seções foram criadas: a Secção de Investigações Secretas (S-5), e a secção de Pesquisas (S-6). À primeira, cabiam as operações reservadas e as infiltrações, por meio do uso de espiões; já a

²²⁴ SENA, Davis Ribeiro de. As Polícias Militares e sua distinção legal. *Revista Militar Brasileira*, Rio de Janeiro: Ed. Centro de Documentação do Exército, v. 117, 1980. p. 115.

²²⁵ Ver Decreto-Lei nº 1202, de 08 de abril de 1939.

²²⁶ REZNIK, op. cit. nota 172, p. 109.

segunda, constituía um setor de arquivo e pesquisa, na tentativa de reformular as atividades de informações. Esses órgãos, todavia, não tiveram uma longa vida na DESPS, uma vez que a S-1 e a S-2 já tinham serviços secretos próprios, e a Seção de Arquivos (S-4), de alguma forma, já exercia as atividades destinadas à Seção de Pesquisa. Assim, a S-5 teve uma sobrevida de seis anos, exercendo atividades de 1942 a 1944 e a S-6, somente de um ano, nos idos de 1942 a 1943.²²⁷

Em relação à Seção Serviço Reservado, é significativo destacar seu treinamento e atividades. Encarregada das missões sigilosas e pela infiltração de pessoal, era também responsável pelas operações de espionagem, infiltração e escutas telefônicas, por meio de espiões, que se colocavam de forma estratégica em diferentes espaços socioculturais. Estes agentes, para se infiltrarem sem risco em grupos indicados pela DESPS, eram munidos por uma estrutura bem articulada, que se apoiava tanto por antecedentes fabricados quanto por documentos falsos, como uma ficha “subversiva”, entre outros. Dessa forma, eles posicionavam-se em locais de “proliferação de ideias de esquerda”. Assim, em sindicatos, aglomerações de trabalhadores em geral e nos meios intelectuais, possíveis criminosos políticos eram observados e acompanhados por agentes que se comportavam e que, igualmente, compunham seus agrupamentos.²²⁸

Segundo Paulo Roberto de Araújo e Leila Menezes Duarte, duas eram as possibilidades para a criação de um agente, ligadas ao “modo inglês”, de preparação, ou ao “modo americano”, de compra. No Brasil, foi preponderante o modo inglês, segundo o qual, na maior parte das vezes, a polícia selecionava um indivíduo e o munia de informações sobre um determinado grupo, como os comunistas. Uma vez conhecendo-o, esse agente era posicionado, de forma estratégica, onde a polícia julgasse mais conveniente, normalmente em sindicatos ou determinados bares próximos a fábricas suspeitas. Nesse processo, por um lado, o indivíduo “recrutado” levava informações para a polícia e, por outro, especializava-se em outras funções, de forma a se inserir, com o tempo, em outros órgãos da DESPS.²²⁹

Apesar de ter a mesma finalidade, o método americano partia de uma premissa inversa. A polícia levantava um indivíduo bem posicionado em determinado grupo ou situação que estava sendo averiguada e escolhia-o, aliciando-o, oferecendo-lhe favores e comprando-o, para que o mesmo fornecesse as informações necessárias. A despeito de ser

²²⁷ ARAÚJO, Paulo Roberto de; DUARTE, Leila Menezes. *Ação e investigação: polícia política e comunismo no Brasil: 1945-1964*. Rio de Janeiro: APERJ, 2000, p. 4.

²²⁸ ARAÚJO; DUARTE, op. cit., nota 227, p. 4.

²²⁹ *Ibidem*, p. 5.

uma estratégia menos utilizada que a primeira em quantidade, tendo em vista a falta de recursos para a compra de agentes, esse método era incorporado quando se encontravam muitas dificuldades para a infiltração de pessoal no meio focado.²³⁰

Ressalta-se que a função primordial desses agentes era a produção de informações. As demais, como a prisão e o interrogatório, pertenciam a outros setores da Polícia, tais como o Serviço Reservado ou o Serviço de Ronda, de acordo com a circunstância apresentada. Destaca-se, ainda que, a despeito do local ou da forma como eram selecionados, os referidos informantes, a partir de então, tornavam-se ligados diretamente à chefia da DESPS que os angariava. Esse procedimento, normalmente, levava à dispensa dos referidos agentes, quando um componente do alto escalão da polícia aposentava-se e, ao mesmo tempo, indicava a necessidade do recrutamento de outros agentes, a partir das demandas dos novos policiais.²³¹

Uma vez estruturada e pormenorizadamente pensada em suas diferentes atribuições, a DESPS alcançaria, com o tempo, um grau de organização e de importância estratégica única no Brasil. Também de forma pioneira em relação às outras instituições próximas que a antecederam, como fora posto, muitos foram os investimentos ligados à eficiência de seus serviços de informação e à valorização de seus profissionais, incluindo um plano de carreira estabelecido por Filinto Müller, de forma diferente a outros órgãos policiais do período.²³²

Assim, a DESPS constituiu-se em uma agência com mais de cem funcionários, distribuídos em diferentes seções e serviços, após dez anos de funcionamento. Por meio do estabelecimento e do repasse de seus métodos, formou profissionais especializados e manteve contatos com grupos próximos nacionais e internacionais, com a finalidade de angariar redes e informações imprescindíveis para sua missão maior: “manter a ordem e a segurança política e social”.²³³

2.3 A prevenção de crimes políticos e sociais no período da Redemocratização

²³⁰ *Ib.*

²³¹ *Ib.*, p. 6.

²³² CONCEIÇÃO, *op. cit.*, nota 202, p. 7.

²³³ REZNIK, *op. cit.*, nota 172, p. 109.

Uma ampla reformulação na Polícia Civil do Distrito Federal aconteceu em março de 1944, quando Getúlio Vargas e o Ministro da Justiça Alexandre Marcondes Filho assinaram o Decreto-Lei nº 6.378, que instituiu uma grande alteração em sua estrutura administrativa, além de alterar a sua denominação para Departamento Federal de Segurança Pública – DFPS. Essa mudança foi estruturada a partir de propostas feitas pelo Departamento de Administração do Serviço Público, o DASP, em 1942, que pleiteava maior autonomia para a PCDF e que seus órgãos não se restringissem somente aos limites do Distrito Federal, atingindo todo o território nacional.²³⁴

O Departamento Federal de Segurança Pública era responsável pelos serviços de polícia e segurança pública, no Distrito Federal, e de polícia marítima, aérea e segurança de fronteiras, em todo o território nacional. Assim sendo, a única divisão de abrangência nacional era a Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. No entanto, “especialmente quando interessada a segurança do Estado e a estrutura das Instituições, o DFSP deveria prestar cooperação aos serviços das polícias estaduais.”²³⁵

As indicações do DASP também envolviam mudanças na DESPS, órgão que, desde 1933, desempenhava as funções de polícia política. As mudanças incluíram a transformação da Seção de Segurança Política (S-1) e da Seção de Segurança Social (S-2), unidades administrativas encarregadas da investigação de crimes contra a ordem política e social, em duas delegacias, além da organização e criação de um sistema mais racionalizado de processamento e disseminação de informações em meados dos anos de 1940.²³⁶ Dessa forma, a maior aspiração era “criar um órgão nos moldes do Federal Bureau of Investigations (FBI) norte-americano. Esse órgão deveria possuir uma organização especializada nas áreas de investigação e inteligência”.²³⁷

Assim, a DESPS, até então uma delegacia especializada, passou a ser a Divisão de Polícia Política e Social (DPS). Sua finalidade vinculava-se estritamente à Lei de Segurança Nacional, em relação à prevenção e repressão de crimes e atividades contra a personalidade internacional, a segurança do Estado e a ordem social.²³⁸ Para Luiz Reznik, essa característica

²³⁴ ARAÚJO; DUARTE, op. cit., nota 227, p. 7.

²³⁵ REZNIK, op. cit., nota 172, p. 110.

²³⁶ REZNIK, op. cit., nota 172, p. 110.

²³⁷ *Ibidem*, p. 111.

²³⁸ Ver Decreto nº 17.905, de 27 de fevereiro de 1945.

vinculada à sua fundação perseguiu todo o percurso dessa instituição, demarcando tanto os seus objetivos quanto a sua atuação e limites.²³⁹

A estrutura administrativa da DPS seguia a seguinte composição: uma Delegacia de Segurança Política (DSeP), uma Delegacia de Segurança Social (DSS), uma Seção de fiscalização de Armas e Explosivos e Munições (SFM), uma Seção de Administração (Sc.A) e um Arquivo (A).²⁴⁰

A Delegacia de Segurança Política era incumbida da prevenção dos crimes contra o Estado, enquanto a Delegacia de Segurança Nacional deveria se responsabilizar pela prevenção dos crimes contra a ordem social, como fora estabelecido pela Constituição de 1946.²⁴¹ Em torno destas missões, a DSP foi subdividida nas seções de Controle de Atividades Nacionais, Controle de Atividades de Estrangeiros, Serviço Secreto e Cartório. A DSS, por sua vez, recebeu as subdivisões Seções de Repressão, Controle, Investigações e Cartório. Estas divisões revelam algumas proximidades, em torno de sua organização com a antiga DESPS, principalmente por basearem-se em uma mesma Lei, terem as mesmas noções de crimes e, ainda, indicar como inimigos políticos principais comunistas e estrangeiros. Divergia da mesma, todavia, de forma mais direta, em relação à duplicação das delegacias e a sua elevação à Divisão.²⁴²

Ressalta-se que a lógica de suspeição de elementos “indesejáveis” denotou um processo de vigilância permanente no intuito de garantir os interesses das classes dominantes, como fora proposto desde o início do século. Segundo Foucault, a “vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar”.²⁴³ Nesse sentido, apesar das mudanças de denominações da polícia política ao longo do tempo, tais alterações não refletiram “na orientação que presidia o órgão”.²⁴⁴ Desta forma, podemos afirmar que suas atribuições permaneceriam intactas: “I – exercer o controle de todas as atividades que

²³⁹ REZNIK, op. cit., nota 172, p. 111.

²⁴⁰ ARAÚJO; DUARTE, op. cit., nota 227, p. 8.

²⁴¹ Eram apontados como princípios da ordem social, a partir da Constituição de 1946, e a defesa dos direitos e garantias individuais, o regime jurídico da propriedade, da família e do trabalho, da organização e funcionamento dos serviços públicos e de utilidade geral.

²⁴² REZNIK, op. cit., nota 172, p. 111.

²⁴³ FOUCAULT, op. cit., nota 175, p. 81.

²⁴⁴ CARPI; CAMPOS, op. cit., nota 174, p. 29.

visem à perturbação da ordem política e social; II – velar pela estabilidade das instituições nacionais”.²⁴⁵

Meses depois da reestruturação da DFSP e da DPS, a primeira foi alterada, com a revogação de seu regimento, após a promulgação dos Decretos-Lei nº 7.887 e 19.476, de agosto de 1945. Corroboraram para essa mudança, os motivos alegados pelo chefe de polícia, ao ministro da Justiça, mediante a Portaria de 14 de agosto de 1945, a qual indicava que os diferentes setores do DFSP “permaneciam ainda extremamente dependentes das decisões do chefe de Polícia. Segundo ele, diariamente, pelo menos cinquenta delegados despachavam em seu gabinete, tornando impraticável dirigir a atenção para solucionar de qualquer outro problema”.²⁴⁶

Nessa mesma exposição de motivos, o chefe de polícia alegava que, com o fim da Segunda Guerra Mundial, não havia mais a necessidade de se manter uma estrutura administrativa tão grande como a da DPS. Com base em tais argumentos, houve a extinção da mesma e a criação da Delegacia de Ordem Política e Social (DOP).²⁴⁷

Uma vez criada a DOP, por meio do artigo 52, do novo regimento do DFSP, foram definidas como novas competências da DOP o controle de todas as atividades perturbadoras da ordem política e social e o zelo pela estabilidade das instituições. Uma Portaria Reservada do chefe de Polícia, de nº 2.399, de setembro de 1945, definiu sua Organização interna, a partir do serviço de Investigações (S-1), do Serviço de Informações (S-2), do Serviço Secreto (S-S) e de um cartório.²⁴⁸

Cada uma das unidades administrativas da DOP, com exceção do Cartório, era subdividida em setores. O Serviço de Investigações possuía setores destinados à vigilância do operariado, à prevenção de perturbações da ordem pública, e a investigações especiais determinadas pelo chefe de serviço.

O Serviço de Informações possuía setores com competência para execução de todas as atividades burocráticas da Delegacia e processamento de informações úteis às investigações. Entre as atividades burocráticas desse Serviço estava a abertura e atualização dos prontuários, a fiscalização e repressão ao porte de arma, o comércio de explosivos e munições, e a elaboração de dossiês, contendo os registros relativos

²⁴⁵ PEREIRA, Márcia Guerra; REZNIK, Luís. DOPS: evolução administrativa - 1955 a 1983. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, op. cit., nota 174, p. 42.

²⁴⁶ ARAÚJO; DUARTE, op. cit., nota 227, p.7.

²⁴⁷ REZNIK, op. cit., nota 172, p. 112.

²⁴⁸ ARAÚJO; DUARTE, op. cit., nota 227, p. 7.

a todos os casos que, por sua complexidade, não pudessem ser anexados em prontuários pessoais.²⁴⁹

Nacionalmente, vivenciava-se, no período, uma grande instabilidade política, diante da participação do Brasil ao lado dos aliados, contra o Eixo nazi-fascista, e a permanência do governo autoritário expresso no Estado Novo de Vargas. Diante das pressões para sua renúncia ou retirada do poder, expandiram-se nas capitais de todo o país, por meio das estações de rádio e de jornais, o chamado movimento queremista, que defendia a continuidade de Getúlio Vargas na presidência e o adiamento da escolha de seu sucessor, como fora registrado pelos agentes do DOP: “elementos do povo resolvem fazer um apelo ao Sr. Getúlio Vargas para que seja candidato do povo à presidência da República no último pleito eleitoral [...] a sala onde se realizou a aludida reunião estava lotada [...]”²⁵⁰

Apesar do movimento queremista e de inúmeras outras manifestações populares, principalmente ligadas ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)²⁵¹ e ao PCB, por sinal constantemente monitoradas pelo DOP, o recém-empossado ministro da Guerra e ex-aliado de Vargas no movimento de 1930 e, em seu governo, general Góis Monteiro, destituiu o presidente em outubro de 1945.

Nesse contexto, o DOP sobreviveu por pouco tempo, apenas três meses, sendo extinto junto à saída do chefe de polícia João Alberto. Logo, a partir dos Decretos-Lei nº 8.168 e 8.198, de novembro de 1945, fora recriada a Divisão de Polícia Política e Social – a DPS²⁵², que voltou a assumir, a partir de então, o *status* de divisão.²⁵³

Pela Portaria nº 2.511, de janeiro de 1946, foram restabelecidas as Delegacias de Segurança Política e de Segurança Social, mantendo-se, ainda, de acordo com a Portaria nº 4.333, os Serviços de Investigações (S.Iv) –cuja competência era a de organizar e manter uma vigilância especializada, permanente, e a de realizar as averiguações indicadas pelas DSeP e DSS –, e o de Informações (S.I) – responsável pelo controle de todas as atividades burocráticas da DPS, além de trabalhos técnicos encaminhados pelas DSeP e DSS.²⁵⁴

²⁴⁹ ARAÚJO; DUARTE, op. cit., nota 227, p. 8.

²⁵⁰ APERJ. Fundo DPS. Fichas Onomásticas, microfilme 36. Apud REZNIK, op. cit., nota 172, p. 112.

²⁵¹ Esses movimentos contavam com o apoio da estrutura trabalhista montada por Vargas e defendiam a passagem para um regime democrático conduzida por este. ZAMPA, op. cit., nota 214, p. 86.

²⁵² ARAÚJO; DUARTE, op. cit., nota 227, p. 9.

²⁵³ Decreto-Lei nº 8.168, de nove de novembro de 1945.

²⁵⁴ Estas instruções, sobre o funcionamento interno da DPS, foram indicadas pela Portaria Reservada nº 4.333 janeiro de 1946,

O Serviço de Investigações foi dividido em campos especializados de verificação de delitos contra a ordem política e social, tendo por referência maior a vigilância ao movimento operário:

Investigar, vigiar, fiscalizar, reprimir foram as atribuições do Serviço de Investigações. Para tanto, estruturava-se em diversos setores: Fiscalização Trabalhista (St-1), que direcionava-se à investigações ligadas à massa trabalhadora; Ordem Pública (St-2), executava os serviços de prevenção às perturbações da ordem pública e de garantias pessoais que interessassem à Polícia Política; Investigações (St-3) e Serviços Especiais (St-4) situavam-se em um campo genérico, como os nomes já faziam supor. Vigilância (St-5) responsabiliza-se por observar os pontos movimentados da cidade, tais como estações ferroviárias, aéreas e marítimas, e por se infiltrar em solenidades ou reuniões fechadas que tivessem caráter político. Controle (St-6) era o setor de coordenação burocrática-administrativa desse serviço; organizava a correspondência, elaborava um boletim reservado diário, a partir dos dados fornecidos pelos diversos setores, e ainda exercia certo controle administrativo do pessoal.²⁵⁵

Uma atividade fundamental da DPS era o processamento de informações, catalogação e preparação das mesmas para serem utilizadas pelos agentes que a requisitavam. Esse trabalho era desenvolvido pelo Serviço de Informações, dividido em setores específicos: o de expedientes (Sr-1), que recebia, registrava, distribuía e escriturava todos os materiais internos, em livros e fichas. O Arquivo (SR-2), depositário de toda a documentação, organizado por meio de prontuários individuais, fichas e dossiês, para catalogar a documentação oficial – boletins de serviço, coleção de leis, regulamentos e decretos -, e as correspondências que por lá circulavam. Ressalta-se, também, a organização de índices, de panfletos e folhetos apreendidos e o clipping de jornais com menção a notícias de interesse da Polícia Política; o Setor Técnico (Sr-3) era o responsável por identificar e fotografar aqueles que eram detidos pela divisão; já o controle de armas era realizado pelo (Sr-4); enquanto os serviços de informações de caráter Secreto cabia ao (SR-5).²⁵⁶

Para Leila Duarte e Paulo Roberto, um importante motivo para a recriação da DPS foi o crescimento de popularidade do Partido Comunista do Brasil, haja vista a coincidência de seu retorno na mesma semana em que o PCB fora registrado oficialmente para concorrer às eleições, após o final do Estado Novo, por sinal, com relativo êxito eleitoral²⁵⁷.

²⁵⁵ REZNIK, op. cit., nota 172, p. 114-115.

²⁵⁶ Ibidem, p. 115.

²⁵⁷ Nas eleições de 1946, após a Ditadura do Estado Novo, o PCB elegeu um Senador, Luiz Carlos Prestes, além de quatorze deputados estaduais diretamente ligados à sua legenda. Nas eleições suplementares em São Paulo, um ano depois, o PCB elegeu mais dois deputados sob a legenda do Partido Socialista Paulista (PSP). Dessa forma, o partido figurou como o terceiro mais votado do Brasil, conseguindo uma média de 10% do total geral de votos. ZAMPA, op. cit, nota 214, p. 86.

Nessa conjuntura de redemocratização, coube à Assembleia Constituinte de 1946 dar continuidade a política interrompida pelo Estado Novo. Assim, a Constituição promulgada nesse mesmo ano manteve o Federalismo, o presidencialismo e retomou o pluripartidarismo no Brasil. Em relação às Polícias Militares, continuaram a ser indicadas como uma *força auxiliar do Exército*, com atividades que deveriam votar-se para a segurança interna e manutenção da ordem:

Art. 183 – As polícias Militares, instituídas para a *segurança interna e a manutenção da ordem* nos Estados, nos territórios e no Distrito Federal, são consideradas como *forças auxiliares, reserva do Exército*.

Parágrafo único – Quando *mobilizada a serviço da União em tempo de guerra externa ou civil, o seu pessoal gozará das mesmas vantagens atribuídas ao pessoal do Exército*.²⁵⁸

Na Constituição de 1946, portanto, as Polícias Militares foram definidas como órgãos de segurança interna e de manutenção da ordem nos Estados e Distrito Federal, porém, ainda concebidas como forças auxiliares e reservas do Exército. Igualmente, foi mantida a prerrogativa da União de legislar sobre sua organização, instrução, justiça, garantias e condições gerais da sua utilização pelo Governo federal nos casos de mobilização ou de guerra.²⁵⁹

Em meio a Guerra Fria, a segurança nacional permanecia como uma questão fundamental para a ação policial. Logo, a militarização das forças policiais estaduais continuava sendo uma condição balizar para o controle de forças contrárias à União ou, ainda, contra as tendências de esquerda que se posicionavam em diferentes países do mundo.

Se a função de Polícia Política já se destacava desde os anos de 1930, a bipolaridade do pós Segunda Guerra Mundial recrudesciu ainda mais a sua atuação no combate aos crimes contra o Estado e à ordem política e social. Não por acaso, no início da década de 1950, a DPS chegou a contar com quinhentos funcionários, dentre os quais profissionais e investigadores.²⁶⁰

Nesse período, apesar do Brasil vivenciar um período de redemocratização, com a DPS atuando no combate a “vadios”, portadores de arma e jogadores, entre outros; assuntos ligados ao poder e à polarização capitalismo/populismo e seus reflexos no Brasil e em

²⁵⁸ Ver Constituição Federal de 1946, Art. 183.

²⁵⁹ LOUREIRO, Ythalo Frota. As Polícias Militares na Constituição Federal de 1988: polícia de segurança pública ou forças auxiliares e reserva do Exército? In: <http://www.pgj.ce.gov.br/servicos/artigos/>. Acesso em: 21/08/2012.

²⁶⁰ APERJ, Fundo PP, Setor Administração 1-S.

diferentes países continuavam despendendo a maior parte de seu tempo; datando dessa época a produção de relatórios internacionais sobre a política na América Latina, no Leste Europeu, na União Soviética, Paraguai, Cuba e Panamá, e outros. O maior número de material produzido, todavia, continuava a ligado à identificação, delimitação de espaços e restrição das atividades comunistas e dos sindicatos, com destaques constantes da ameaça que representavam diante de um povo inculto e facilmente influenciável.²⁶¹

A título de exemplo das referidas investigações vinculadas ao anticomunismo, cabe assinalar o caso de Aldenoura de Sá Porto. Em 1947, a DPS abriu um inquérito contra Aldenoura, uma escritora acusada de ser comunista. Segundo sua ficha de identificação, era desquitada, intelectual e vivia em São Paulo. No momento do inquérito, porém, encontrava-se no Rio de Janeiro para acompanhar a reedição e o lançamento de sua obra “Do outro lado da vida”. Suspeita de carregar uma mina, quando se encaminhava para uma viagem a Alagoas, levou a polícia a abordá-la. Apesar de negar a acusação e de nenhuma prova ter sido encontrada, a escritora ficou detida por algumas horas e chamou a atenção da polícia, o que ficou demonstrado na parte sublinhada do depoimento, por ter admitido simpatia por Luiz Carlos Prestes, senador pelo PCB:

Quando se refere à organização do PCB, elogia-o. Quando se trata da personalidade do Senador Luiz Carlos Prestes, procede da mesma maneira, reputando ao mesmo “o maior intelectual brasileiro” [...] deixa transparecer a escritora já mencionada, a sua admiração em ver um elemento intelectual, um profissional tão interessante e uma inteligência tão rara.²⁶²

Mesmo com a cassação de registro do PCB, em 1947, a DPS não diminuiu o seu ritmo de trabalho, uma vez que a divisão temia que a clandestinidade aumentasse a busca por entradas alternativas da ideologia comunista na sociedade. Em entrevista ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, em 1998, Cecil Borer, que havia ingressado na DESPS em 1938, chefiado o setor trabalhista da DPS e dirigido o DOPS até 1965, assim definiu o que o comunismo representava para a polícia política:

Olha, na época, o comunismo era o pavor. Nós olhávamos com naturalidade a atividade do Partido do Ademar de Barros, as atividades do Partido Trabalhista, mas o Partido Comunista era subversivo. Ele era altamente nocivo e não havia no Partido Comunista uma conduta política, havia uma conduta subversiva. Aí é que ficava a diferença [...] Os militares, então, tinham um verdadeiro pavor daquilo, pavor e

²⁶¹ REZNIK, op. cit., nota 172, p. 127 e 129.

²⁶² APERJ. Fundo Polícias Políticas. Série DPS, Dossiês Intelectuais, 1791.

ódio. Conheci políticos, pessoas que, na época, tinham repugnância física pelos comunistas. Eu era um deles.²⁶³

O levantamento e armazenamento de informações sobre os comunistas, o movimento sindical e o movimento grevista fizeram-se presentes na maior parte dos trabalhos desenvolvidos pela DPS.

As duas maiores fontes de preocupação para a DPS eram as publicações periódicas de cunho comunista – especialmente os jornais “A Classe Operária”, Folha do Povo”, Imprensa Popular e Tribunal popular” – e as inúmeras atividades do setor feminino do Partido, que se expressava especialmente através das mais de 35 Uniões Femininas do Distrito Federal.²⁶⁴

Em torno desses movimentos, equipes foram criadas para lerem jornais considerados subversivos. Prontuários individuais e de grupos suspeitos também eram constantemente alimentados, por meio de um trabalho intenso que poderia se estender, sem interrupções, por dias e madrugadas, dependendo de sua importância para a época, como assinala José de Moraes, um dos responsáveis pelo arquivo da DPS, “quando o parecer Barbedo decidiu pelo fechamento do Partido [comunista], seus arquivos foram apreendidos e encaminhados para a polícia. Foi aí que passei três, quatro dias sem dormir, fazendo fichamento, inclusive fornecendo uma cópia para o Exército”.²⁶⁵

Na produção das referidas informações, os métodos utilizados para sua elaboração e armazenamento eram muito próximos dos realizados pela polícia comum. Prontuários de identificação dos presos políticos eram abertos, em uma adaptação das fichas de detidos comuns, nos quais eram apresentados dados como nomes, endereços, antecedentes criminais, impressões digitais e fotografias de frente e de perfil. O recurso dos fichários preventivos abria a possibilidade de inclusão de nomes de pessoas que não haviam sido presas pela DPS e tampouco eram acusadas de crimes, mas que, por algum motivo, seja por denúncias anônimas de participação em greves ou por suspeita dos agentes, também eram fichadas.²⁶⁶

Um exemplo do alto volume de trabalho da DPS encontra-se no ano de 1948, quando relatórios produzidos por suas diversas unidades administrativas, indicavam a abertura de

²⁶³ APERJ. Entrevista do antigo delegado do DOPS, Sr. Cecil Borer, ao APERJ, em 1998. Mimeo, p. 37.

²⁶⁴ ARAÚJO; DUARTE, op. cit., nota 227, p. 10.

²⁶⁵ Entrevista do Sr. José de Moraes Apud PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. “Polícia Política e Caça aos comunistas”. In: *Trabalhadores em greve – Polícia em guarda...* Op. cit., p. 172.

²⁶⁶ *Ibidem*, p. 173.

56001 fichas, a atualização de 24.456 fichas pelo Serviço de Investigações, 3.080 detenções e 15.748 inserções em sindicatos.²⁶⁷

Durante seu funcionamento, a DPS estabeleceu, de maneira eficaz, relações de cooperação e difusão de informações, além de algumas atividades de repressão, junto às delegacias, Secretarias de Segurança Estaduais e polícias internacionais. Nesse processo, temas como a federalização da polícia política e de uma polícia de informações em nível nacional eram constantemente pleiteados por seus segmentos e por outros ligados à Segurança Pública no Brasil.

Estudos realizados pela Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça, em 1948, apontavam para a necessidade de uma estratégia, em âmbito nacional, de combate às atividades comunistas, a partir do trabalho de órgãos públicos e entidades privadas. Nesse, caberia à DPS prevenir a disseminação dessas ideias, mediante um rígido controle de diferentes associações civis, suspeitas de representarem de forma “legal” o Partido. “Esse controle se deu partir de intensa coleta de informações sobre associações de bairro, movimentos contra a carestia, organizações de defesa dos direitos civis, para citarmos apenas alguns exemplos, resultando disso grande quantidade de dossiês [...]”²⁶⁸

A busca de uma preparação respaldada para o enfrentamento de grupos de oposição foi discutida na I Conferência Nacional de Polícia, organizada em 1951.²⁶⁹ Nessa Conferência fora sugerida a criação de um sistema de troca de informações entre a DPS e os órgãos estaduais de Polícia, ações preventivas contra a organização de associações subversivas e a aplicação da Lei:

Assim a Conferência objetiva, no alto interesse da polícia brasileira, de estabelecer intercâmbio informativo sobre assuntos à mesma pertinente, principalmente no campo da ação política e social, de modo a facilitar medidas necessárias à ordem e à segurança e solucionar dúvidas suscitadas por divergências ocasionais; manter o espírito de cooperação entre todas as polícias em benefício da ordem pública e na esfera das suas atribuições; formatar um maior entendimento entre os vários órgãos policiais do país, decorrente do conhecimento pessoal entre seus dirigentes [...].²⁷⁰

²⁶⁷ ARAÚJO; DUARTE, op. cit., nota 227, p. 12.

²⁶⁸ ARAÚJO; DUARTE, op. cit., nota 227.

²⁶⁹ A I Conferência Nacional de Polícia foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 3 e 8 de dezembro de 1951, contando com a presença do presidente Getúlio Vargas, do Ministro da Justiça e Negócios Interiores Negrão de Lima e do presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Também participaram, em grande número, secretários de Segurança Pública e chefes de polícias estaduais, autoridades policiais e convidados especiais, principalmente magistrados. Ver: REZNIK, op. cit., nota 172, p. 135.

²⁷⁰ APERJ. Fundo Polícias Políticas. Série DPS. “I Conferência Nacional de Polícia”. Cx. 386, D. 14.

Marcada pela troca de experiências entre os envolvidos no Encontro, durante a Conferência foram realizadas visitas à DPS, à polícia Especial, ao Instituto Médico Legal e à Escola de Polícia, com uma grande participação dos principais articuladores da DPS. Além dessas atividades, os participantes representantes de cada estado foram divididos em seis comissões, nas quais discutiram, em cada uma delas as chamadas “teses fundamentais” para a segurança do país. Uma vez colocadas nas comissões, eram apresentadas à Plenária, acompanhadas de um parecer, para serem submetidas, a partir de então, à aprovação.

Nas plenárias, trinta e cinco teses foram defendidas, com a aprovação de praticamente todas. Seus temas incidiam sobre a necessidade de uma nova legislação, a normalização nacional dos procedimentos policiais – com destaque à política nacional de identificação obrigatória, uniformização dos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras, criação de um fichário nacional e padronização de prontuários policiais –, a modernização da polícia, a criação de um Instituto Brasileiro de Polícia, visando à realização de altos estudos pela mesma e a criação de um plano de carreira para seus componentes, o intercâmbio com polícias de outros países e estimular a formação continuada de policiais em universidades do Brasil e do exterior, por meio de bolsas, entre outros.²⁷¹

Em meio às referidas teses, pelo menos sete discutiram diretamente temáticas vinculadas à ordem política e social e à subversão: “Dos atos ilícitos perante os direitos de reunião e associação”; “Da necessidade de articulação entre os serviços de polícia política e polícia técnica na ação contra a sabotagem”; “Da propaganda subversiva falada e escrita. Sua caracterização em presença da Lei brasileira [...]”; “Alianças clandestinas de partidos e associações na ilegalidade, com seções locais de partidos democráticos. Inelegibilidade de seus candidatos [...]”; “Infiltração comunista através de legendas legais”; “A propaganda de teses aparentemente legais, mas em concordância com a diretriz de associações ou partidos ilegais e com a política exterior de nações estrangeiras [...]”; “Ação preventiva conjunta de todas as polícias estaduais, como decorrência da necessária unidade de ação ante as atividades político-sociais de fins subversivos, de âmbito nacional [...]”.²⁷²

Com os objetivos de refletir sobre o dia a dia do trabalho policial, modernizar, racionalizar e, principalmente, padronizar os procedimentos policiais relativos ao período democrático vivido, em meio à Guerra Fria, a I Conferência Nacional de Polícia apontou para a necessidade da continuidade de encontros, agendando-se, ainda nela, outros em Recife,

²⁷¹ APERJ, op. cit., nota 270.

²⁷² Ibidem.

Curitiba e São Paulo, nos anos seguintes. A II Conferência Nacional de Polícia, todavia, só fora realizada em 1958, no Rio de Janeiro.²⁷³

A indicação da necessidade da constituição de um estreitamento de relações entre as polícias do Brasil, e da elaboração de uma pauta de ação pela DFSP e pela DPS, tornaram-se mais eminentes, portanto, em função da I Conferência Nacional de Polícia. “A partir de então, as polícias estaduais passaram a elaborar, conforme sugestão do chefe de polícia do DFSP, boletins quinzenais, dando conta das informações locais relevantes acerca da ‘ordem política e social’ ”.²⁷⁴

A organização de uma rede de cooperação nacional, liderada pela DPS, constituiu-se para além das polícias estaduais. Nesse sentido, ministérios federais, diferentes secretarias estaduais, autarquias, e empresas públicas e privadas, reconheciam na Divisão a maior referência às problemáticas ligadas aos crimes políticos e sociais do país, fornecendo, assim, informações que consideravam importantes para a mesma.

No plano externo, por sua vez, a DPS esmerou-se no envio de agentes para qualificarem-se e trocarem experiência em países estrangeiros, estreitando, assim, suas relações com as polícias políticas do mundo ocidental, principalmente em torno da permuta de informações sobre o comunismo internacional. Em 1948, o diretor da DPS Aduino Esmeraldo deu parecer positivo com a proposta de criação de um organismo de polícia internacional sul-americano, que, no Brasil, deveria subordinar-se à DPS, de acordo com a proposta de uma “Oficina de Coordenação Policial Pan-americana”, encaminhada pelo diretor-geral de investigações do Chile, Luís Brun D’Ávoglio. Apesar do ânimo de policiais de diferentes países da América do Sul, a referida seção ficou somente no plano teórico.²⁷⁵

Com a mudança da capital federal para Brasília, em 1960, foram incididas algumas mudanças nos corpos policiais do Rio de Janeiro. A criação do Estado da Guanabara levou à divisão de sua polícia Militar entre a Polícia Militar do Estado da Guanabara e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

As atribuições de polícia política desenvolvida pela DPS, por sua vez, foram transferidas para o recém-criado estado da Guanabara. Nesse processo, a denominação DFSP foi alterada para Departamento Estadual de Segurança Pública – DESP. Entre os anos de 1960 e 1962, a função de polícia política continuou a ser exercida, em caráter provisório pela DPS,

²⁷³ Ver: REZNIK, op. cit., nota 172, p. 145.

²⁷⁴ Ibidem, p. 147.

²⁷⁵ APERJ, Fundo Polícias Políticas. Série DPS, Setor Sul-Americano, 7.

subordinada ao governo estadual. Cerca de um ano depois, a DPS fora substituída pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Em seu período de vigência, a DPS vivenciou uma situação extremamente dialética e peculiar. A conjuntura democrática brasileira do pós Estado Novo ofereceu, em boa medida, condições de alinhamentos político, ideológico e partidários – mesmo com a cassação do PCB –, além da realização de Encontros, greves, e produção textual, em diferentes instâncias, que foram bem aproveitadas pela Divisão. Por meio da vigilância constante, da imposição de limites, e da continuidade de suas atividades em um ambiente não autoritário, a DPS colaborou com as Delegacias Especializadas no combate aos crimes comuns, mas continuou a ter seu maior volume de trabalho voltado às questões de ordem política e social que, mesmo na ausência de um regime ditatorial, em meio à Guerra Fria, permanecia liderando a missão da polícia política no Brasil.

2.4 A Defesa Nacional e o combate a crimes políticos

Em 1963, devido à mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília, a DPS foi reestruturada transformando-se no Departamento de Ordem Polícia e Social (DOPS), que passou a ser subordinado à Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara, seguindo a orientação das Delegacias de Ordem Política e Social²⁷⁶ dos demais estados da federação:

[...] Art. 12. O departamento de Ordem Política e Social, dirigido por um Diretor de Departamento, auxiliado por um Assessor e um Secretário, compreende:
 I – Serviço de Investigações;
 II – Serviço de Operações;
 III – Serviço de Fiscalização de Armas e Explosivos;
 IV – Serviços Técnicos;
 V – Seção de Diligências Especiais;
 VI – Seção de Administração; e
 VII – Delegacia de Ordem Política e Social [...].²⁷⁷

Mesmo com essa alteração, a instituição continuou a centralizar boa parte do material produzido pelos departamentos de Polícia Política dos demais estados, tendo em vista sua

²⁷⁶ As Delegacias de Ordem Política e Social foram órgãos policiais de repressão política, criados na década de 1920 e que tiveram grande atuação durante o Regime Militar, sendo extintos em 1983. Ver: ISHAQ, Vivien. *A Escrita da Repressão e da subversão, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. p. 54.

²⁷⁷ Lei nº 263, de 24.12 e organizado no ano seguinte segundo decreto “N” n. 28 de 15.06.63.

experiência pioneira e centralizadora das décadas anteriores, quando ligado à Polícia do Distrito Federal.²⁷⁸

A lógica de suspeição de elementos “indesejáveis” continuou a fazer parte de um processo de vigilância permanente no intuito de garantir os interesses das classes dominantes. Nesse sentido, apesar das mudanças de denominação da polícia política ao longo do tempo, tais alterações não refletiram “na orientação que presidia o órgão”.²⁷⁹

A estrutura do DOPS, porém, foi relativamente reorganizada e mais diversificada, certamente contando com o conhecimento produzido pelas antigas DESPS e DPS. Dividido, conforme o Decreto 28, de junho de 1963, em Serviço Técnico, de Investigações, de Operações e Serviço de Fiscalização de Armas e Explosivos, contava, no interior de cada um desses setores, com outras subseções.

O Serviço Técnico e de Investigações, por exemplo, ligava-se às atividades de polícia, como averiguações, papiloscopia e exames de balística, entre outros. Já o Serviço de Operações executava buscas, apreensões, prisões e proteções específicas, em um trabalho mais direcionado ao campo. Enquanto o Serviço de Fiscalização de Armas e Explosivos procurava o controle sobre a compra, a venda e o uso dos citados materiais, tendo em vista tanto uma fiscalização geral quanto evitar que os mesmos parassem nas mãos de dos chamados “criminosos políticos”.²⁸⁰

Cinco anos depois da instalação do Regime Militar no Brasil, em 1969, o DOPS passou por outra grande mudança, a partir da nova realidade política estruturada, organizando-se a partir de três Divisões: Operações, Informações e Fiscalização de Armas e Explosivos, com alterações administrativas que refletiam um novo parâmetro para a Segurança Nacional. No artigo 13, do Decreto “E” n. 3022, de 15 de agosto de 1969, fora definido que o DOPS, dirigido por um Diretor de Departamento, auxiliado por dois assessores Técnicos e um Secretário, passaria a ter as seguintes Divisões:

11.1 – Divisão de Operações, dirigida por um Diretor de Divisão (C-05), auxiliado por um Assessor Auxiliar (F-07), é integrada por Serviços, Seções e Turmas, chefiados, respectivamente, por Chefes de Serviço (F-06), Chefes de Seção (F-07) e Chefes de Turma (F-08). [...] 11.2 – Divisão de Informações, dirigida por um Diretor de Divisão (C-05), auxiliado por um Assessor Auxiliar (F-07), é integrada por Serviços, Seções e Turmas, chefiados, respectivamente, por Chefes de Serviço (F-06), Chefes de Seção (F-07) e Chefes de Turma (F-08). [...] 11.3 – Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos, dirigida por um Diretor de Divisão (C-05),

²⁷⁸ APERJ. *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

²⁷⁹ *Ibidem*.

²⁸⁰ PACHECO, op. cit., nota 190, p. 24.

auxiliado por um Assessor Auxiliar (F-07), é integrada por Serviços, Seções e Turmas, chefiados, respectivamente, por Chefes de Serviço (F-06), Chefes de Seção (F-07) e Chefes de Turma (F-08). [...] 11.5 – Delegacia de Ordem Política e Social, sob a direção de um Delegado de Polícia, auxiliado por um Assessor Auxiliar (F-07), e integrado por um Cartório e um Xadrez, chefiados, respectivamente, por um Escrivão-Chefe (F-07), e um e encarregado de Xadrez (F-08). [...] 11.5 – Seção de Administração, chefiada por um Chefe de Seção (F-07) e integrada por Setores, chefiados por Chefes de Setor (F-08). [...] ²⁸¹

Ao se ter por base a nova organização da Polícia Política no período do regime militar; é necessário pontuar que, enquanto no Estado Novo ela era uma Delegacia Especializada do Distrito Federal, ligada a outras semelhantes aos demais Estados do Brasil, e a DPS uma divisão que também se subordinava à mesma Delegacia, a Polícia Política pós 1969 organizou-se, de forma mais complexa, em Departamentos de Polícias em nível estadual²⁸², com inúmeros delegados e agentes, estando subordinados e coordenados a outras instituições, que compunham o Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN).

Seria um engano, entretanto, considerar que a DESPS, em seu contexto histórico, era uma instituição de importância inferior, por se tratar de uma Delegacia Especializada, se comparada ao DOPS²⁸³, uma vez que este fazia parte de um aparato repressor muito maior, formado por inúmeras instituições e subordinado às chefias militares que comandavam o país.

Em sendo órgão estadual, o DOPS possibilitou ao sistema repressor dos governos militares um amplo alcance de sua capacidade de vigilância, dispondo, como organismos policiais, sua experiência técnica e investigativa às demais instituições do SISSEGIN. Dessa forma, a Polícia Política instaurou-se, durante o Regime Militar, junto a uma rede maior que envolvia outras instituições repressoras, que visavam a identificar e suprimir elementos e atividades consideradas prejudiciais ao Estado instalado. Essa rede era composta, dentre outros, pelo SNI, pelas seções de Inteligência das Forças Armadas e pelos Destacamentos de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

Menos de um mês e meio após a instalação do regime militar, o governo enviou ao Congresso um projeto de Lei, redigido pelo General Golbery do Couto e Silva, para a criação do Serviço Nacional de Informações, de forma a substituir o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (Sfici).²⁸⁴ Dessa forma, em 13 de junho de 1964, o presidente Castelo

²⁸¹ Decreto “E” n. 3022, de 15/08/1969.

²⁸² APERJ, op. cit., nota 277.

²⁸³ PACHECO, op. cit., nota 190, p. 27.

²⁸⁴ O Serviço Federal de Informações e Contra Informações (SFICI) foi criado em 1944, visando a modernizar as estruturas nacionais de inteligência, diante das novas necessidades do pós Segunda Guerra Mundial referentes às agências de informações que a 2º Guerra Mundial. Ver: FIGUEIREDO, op. cit., nota 194, p. 131.

Branco assinou a Lei que criou o Serviço Nacional de Informações (SNI), como um órgão da presidência da República com a missão de coordenar, em todo o território nacional e também no exterior, as atividades de informação e contra-informação e subsidiar o Conselho de Segurança Nacional nos assuntos ligados à Segurança Nacional. Mesmo sendo instituído como um órgão da administração pública direta, foi estabelecido que o SNI teria quadro pessoal próprio, com seus servidores ligados às normas da Consolidação das Leis do Trabalho, com regulamentos e promoções específicas.

O SNI, desde sua criação, fora chefiado pelos generais Golbery o Couto e Silva, de 1964 a 1967; Emílio Garrastazu Médici, de 1967 a 1969; Carlos Alberto da Fontoura, de 1969 a 1974; João Batista Figueiredo, de 1974 a 1978; Otávio Aguiar de Medeiros, de 1978 a 1985; e Ivan de Souza Mendes, de 1985 a 1990.²⁸⁵

O SNI era um órgão estruturado a partir do Gabinete do Ministro e da Agência Central, em Brasília, e por agências regionais com sede nos estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Contava, ainda, com uma Secretaria de Administração e com a Escola Nacional de Informações (EsNI).²⁸⁶

A partir do Decreto nº 82.379, de 1978, foram dispostas novas atribuições ao SNI que, além de sua função principal de assessoramento do presidente da República, deveria acompanhar os planos e as diretrizes governamentais, exercer permanente ação normativa, doutrinária e de direção sobre as atividades de informação para todo o SNI; aprovar e fiscalizar a organização e estrutura dos órgãos de informações do Sistema Nacional de Informações (SisNI), garantindo sua adequação às necessidades de cada Ministério e do próprio SisNI, com exceção dos Ministérios Militares, do Estado Maior e das Forças Armadas. Caberia ao órgão, ainda:

[...] promover, no âmbito governamental, a difusão adequada dos documentos de informações; estabelecer, atualizar e difundir para o SisNI a doutrina nacional de informações; manter atualizado o Plano Nacional de Informações (PNI); promover e coordenar o intercâmbio de informações, visitas, cursos de especialização e outras formas de cooperação mútua com os serviços de informações não militares dos países amigos; incentivar o processo de formação, em diferentes níveis, de pessoal e de informações no país; promover a formação de uma correta mentalidade de informação entre os integrantes do SisNI; aprovar os planos setoriais de informações

²⁸⁵ ISHAQ, op. cit., nota 276, p. 270-271.

²⁸⁶ ISHAQ, op. cit., nota 276, p. 273. A Escola Nacional de Informações foi um órgão criado em 1971, em Brasília, subordinado diretamente à chefia do SNI. A Escola oferecia a seus quadros e a outros órgãos da comunidade de informações vinte e cinco tipos de estágios específicos para funcionários de nível médio e superior, cabendo-lhe, dessa forma, a preparação de civis e militares nas áreas de informação e contra-informação. Ver: SNI, BRANBSB, v3, caixa 14, pasta 15 Apud ISHAQ, op. cit., nota 276, p. 271.

dos Ministérios Cíveis; realizar levantamentos estratégicos; e estabelecer e assegurar os necessários entendimentos e ligações com os governos de estados, Distrito Federal, Territórios, entidades privadas e administrações municipais.²⁸⁷

O SNI passou a desempenhar o núcleo das atividades de Inteligência, informação e contra-informação, durante o Regime Militar, vinculando-se diretamente às ações da Polícia Política. Inspirado em instituições estrangeiras como a CIA, dispunha de amplos domínios, centralizando um grande poder constitucional. Thiago Pacheco aponta que, “enquanto nos EUA, Inglaterra e França, por exemplo, existem duas agências de informações, uma atuando em território nacional, outra no estrangeiro, o SNI reunia em si as duas atribuições e não era regulado por nenhum órgão do governo”.²⁸⁸

Nesse sentido, o órgão já fora criado com a prerrogativa da autonomia financeira, o que sempre fora negado ao Sfici, com verbas que viriam tanto do Orçamento da União quanto de fundos secretos. Poderia ainda abrir, como fez, agências regionais nas principais capitais do país. Seu chefe teria *status* de Ministro de Estado, tendo somente o presidente da República acima dele. Também teria o direito de requisitar civis e militares dos diversos ministérios e órgãos do Poder Executivo, além de incorporar todo o quadro funcional do Sfici.²⁸⁹ Teria, ainda, a prerrogativa de contratar colaboradores fora dos quadros do Serviço Público, quando necessário, por meio de gratificações especiais de forma oposta aos três poderes do Estado, incluindo a presidência da República; não seria obrigado a tornar públicas as informações sobre sua organização interna, regras de funcionamento ou quadro pessoal.²⁹⁰

O objetivo maior era promover uma articulação propícia à prática do conceito de “Comunidade de Informações”, que já era trabalhado em um período anterior à Ditadura Civil-Militar. De acordo com os relatórios do próprio SNI, essa expressão apareceu pela primeira vez na linguagem política do Brasil com a publicação do livro *A produção de informações estratégicas*, do general americano Washington Platt, designando a rede de informações federais estruturada para coletar e difundir, entre si, informações relevantes para a Segurança Nacional.²⁹¹

²⁸⁷ SNI, BRANBSB v8, caixa 8, pasta 13 Apud ISHAQ, op. cit., nota 276, p. 272.

²⁸⁸ PACHECO, op. cit., nota 190, p. 29.

²⁸⁹ Além do quadro pessoal do Sfici, o SNI também herdou deste órgão os seus fichários, inúmeros manuais sobre o funcionamento de serviços secretos estrangeiros, além de se inspirar em sua estrutura no Rio de Janeiro, para a criação de seu setor mais importante, a Agência Central. Ver: FIGUEIREDO, op. cit., nota 194, p. 132.

²⁹⁰ Ibidem, p. 124-125.

²⁹¹ Ver: Comunidade de Informações. In: ISHAQ, op. cit., nota 276, p. 109.

Se, por um lado, esse conceito já era conhecido pelas Forças Armadas, somente no governo Médici, a *Comunidade de Informações* passou de fato a funcionar:

A ideia era aparentemente simples: todos os órgãos públicos que manejavam informações relacionadas à segurança – fossem eles civis ou militares, municipais, estaduais ou federais – passariam a colaborar uns com os outros. Não havia uma hierarquia interna na comunidade, apenas o compromisso de ajuda mútua. Faziam parte da Comunidade o SNI (responsável pela coordenação dos trabalhos), os serviços secretos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, os serviços de informações das polícias militares, as DSI e as ASI, a Polícia Federal e as polícias civis. Tinha uma sigla lúdica (Sisni – Sistema Nacional de Informações), que nunca pegou entre seus agentes. *Comunidade* foi o termo que ficou.²⁹²

Em meio à efetivação da *comunidade de* informações, portanto, a partir do SNI, encontravam-se seções de Inteligência das Forças Armadas e de agrupamentos policiais civis, que também estruturaram a nova dimensão do controle das atividades políticas no Brasil. Dessa forma, vinculados a ele estavam o CENIMAR (Centro de Inteligência da Marinha), o CIE (Centro de Inteligência do Exército) e o CISA (Centro de Inteligência da Aeronáutica). O DOI-CODI organizava as operações repressoras e os DOPS de cada Estado realizavam o trabalho técnico investigativo. Para completar esse quadro, os serviços de Inteligência do Exército, Marinha e Aeronáutica administravam as infiltrações de agentes em manifestações públicas e em diferentes setores da sociedade e na instauração de inquéritos policiais militares. Uma vez encontrando-se os suspeitos, essas seções de inteligência encaminhavam instruções ou requisitavam investigações específicas aos DOPS.²⁹³

O Centro de Informações da Marinha, à exceção dos demais das Forças Armadas, foi criado em um momento anterior ao golpe civil militar. Ele já praticava essas funções pelo menos desde 1955, estando subordinado ao Estado-Maior da Armada. Era composto por um diretor (Capitão de Mar e Guerra) e por um vice-diretor (Capitão de Fragata). O Centro estruturava-se a partir de três divisões: Busca, Registro e Seleção. Em seus primeiros anos de funcionamento, o CENIMAR centrou suas atividades em questões internas da própria Marinha. Com o recrudescimento da luta armada e das atividades de grupos de esquerda, durante o regime militar, o centro também foi incumbido do combate à subversão, a partir de sua reestruturação em março de 1971, quando se tornou um órgão “de assessoramento do Ministro da Marinha, que tem por finalidade a busca de informações, a produção de

²⁹² FIGUEIREDO, op. cit., nota 194, p. 198.

²⁹³ FICO, Carlos. *Como Eles Agiam - Os Subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e Polícia Política*. São Paulo. Record: 2001, p. 20.

informações e a realização de Operações Especiais de informações, dentro do campo de ação do Ministério da Marinha”.²⁹⁴

De todos os serviços secretos militares, o CENIMAR era o mais fechado e misterioso, até mesmo para as cúpulas do Exército e da Aeronáutica. Uma de suas práticas, por exemplo, era colocar agentes secretos nos navios de guerra, sem o conhecimento de seus comandantes, o que levou muitos agentes do órgão a serem pensados como traidores pelos oficiais da Marinha.²⁹⁵

A vocação do CENIMAR para agir nas sombras vinha de longe. A Marinha fora a primeira Força a criar um Serviço Secreto – O Serviço de inteligência da Marinha (SIM), fundado em 1955, um ano antes do Sfici, portanto, e 12 antes do CIE. Em 1957, quando já era o principal instrumento de espionagem das Forças Armadas, o SIM foi rebatizado de CENIMAR, Poucos sabiam de sua existência fora dos círculos militares.²⁹⁶

O Centro de Informações do Exército, de 1967, foi criado para orientar, coordenar e supervisionar atividades de segurança interna e contra-informações, sendo um dos braços do Sistema Nacional de Informações, tornando-se um ostensivo instrumento de repressão política²⁹⁷. O general Milton Tavares de Souza, o *Miltinho* foi o chefe do CIE durante todo o governo Médici. Sob seu comando, o CIE liderou o combate a luta armada no Brasil, uma vez que, de acordo com Lucas Figueiredo

A especialidade do serviço secreto do Exército não era fazer presos e sim exterminar o inimigo. O órgão era bom nisso, mas não apenas nisso. O CIE era obcecado no controle da sociedade. Dentre os órgãos integrantes da *comunidade*, o Centro de Informações do Exército foi o responsável pelo maior número de pedidos de censura à Imprensa. Somente no período de agosto de 1971 a dezembro de 1972, emplacou vetos a 13 assuntos em jornais, Tvs e rádios, quase um por mês. As notícias censuradas por iniciativa do CIE relacionavam-se sempre a ações violentas da repressão, como assassinatos nos porões do regime e desaparecimentos de presos políticos.²⁹⁸

Já o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa) foi criado pelo Decreto nº 66.608, de 1970, como um órgão normativo de assessoramento do Ministério da Aeronáutica. Seguindo os modelos do Centro de Informações da Marinha e do Exército, organizou técnicas a partir da implantação do Núcleo do Serviço de Informações Segurança

²⁹⁴ ISHAQ, op. cit., nota 276, p. 85.

²⁹⁵ FIGUEIREDO, op. cit., nota 194, p. 209.

²⁹⁶ Ibidem, p. 210.

²⁹⁷ ISHAQ, op. cit., nota 276, p. 84-85.

²⁹⁸ FIGUEIREDO, op. cit., nota 194, p. 199-200.

da Aeronáutica e, posteriormente do Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica. Entre as suas atribuições estariam produzir e difundir informações internas e de segurança e de participar do Sistema Nacional de Informações²⁹⁹ e, tal qual o CIE e o CENIMAR, desfrutava de uma semi-autonomia que facilitava o seu “trabalho”, também na perseguição e tortura de opositores ao regime. “Um dos episódios mais repugnantes da ditadura foi protagonizado pelo Cisa quando faltavam seis dias para o primeiro aniversário do órgão. Dele resultou a morte de Stuart Angel Jones”.³⁰⁰

O Centro de Informações do Exterior (CIEEx) teve vigência entre os anos de 1966 a 1988, constituindo-se como uma agência dedicada a monitorar os cidadãos brasileiros que, fora do país, manifestavam sua contrariedade com o regime militar instalado no Brasil. A princípio, pessoas públicas, como políticos e artistas, eram investigados. Com o tempo, O CIEEx passou a observar e a informações para os estrangeiros interessados em viajar para o Brasil, de forma conjunta com a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)³⁰¹, tanto sobre brasileiros que viajavam para o exterior, quanto os que requisitavam um visto de entrada para o Brasil.

Dois meses depois da decretação do AI-5³⁰², uma “Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar³⁰³” (CGIPM) foi montada, fundamentada na exposição de motivos n 46-SG/CSN, da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, órgão este vinculado à Presidência da República. Era composta por representantes das três Forças Armadas sob a presidência de um general-de-divisão, com o assessoramento do Ministério Público. A finalidade era atribuir à Comissão toda a responsabilidade dos inquéritos militares em curso. Em função de seu trabalho, entre outros, de identificação de inquéritos policiais e inquéritos policiais militares nos estados, foi editado, em maio de 1969, um novo *Código de Processo Penal Militar*, com punições mais rigorosas para esses. Dois meses depois, as polícias

²⁹⁹ ISHAQ, op. cit., nota 276, p. 87.

³⁰⁰ FIGUEIREDO, op. cit., nota 194, p. 213. Stuart Angel tinha vinte e cinco anos. Era estudante de economia e guerrilheiro do MR-8. Despertou um interesse particular dos órgãos de repressão por saber onde se localizava o Capitão Carlos Lamarca, desertor do Exército e integrante da luta armada desde 1969. Angel foi preso e levado para a sede do Cisa, na Base Aérea do Galeão. Apesar de seu corpo nunca ter aparecido, outro guerrilheiro, Alex Polari, deu detalhes sobre as sessões de tortura que vivenciaram e o possível momento de sua morte.

³⁰¹ ISHAQ, op. cit., nota 276, p. 85.

³⁰² Maiores detalhes no capítulo III.

³⁰³ Através do Decreto-Lei nº 459, de 10 de fevereiro de 1969.

militares passaram a ser subordinadas ao Estado-Maior do Exército, por intermédio de uma “Inspetoria Geral das Polícias Militares”³⁰⁴.

Nessa conjuntura de radicalização política e de luta armada, o Exército iniciou ações individuais em unidades da federação, que acabaram tendo um alcance muito maior. Sob a alegação de que a Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo era despreparada e não vinha sendo eficaz no combate à subversão, implementou nesse estado, em julho de 1969, a “Operação Bandeirantes” (OBAN). De acordo com Martha Huggins, a instituição desse órgão contou com o apoio direto dos Estados Unidos.³⁰⁵

O maior objetivo da Oban era promover uma ação conjunta e permanente de combate às atividades de guerrilha urbana no país, por meio da atuação do Exército, Marinha, Aeronáutica e das polícias militar e civil, que seriam amparados pelo governo do estado, com o auxílio financeiro de empresários.³⁰⁶

A estrutura da Oban inspirou, de maneira direta, a criação do Sistema CODI-DOI (Centro de Operações de Defesa Interna-Destacamento de Operações de Informações) em 1970, indicado pelo Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, junto a outras diretrizes que estabeleciam o “Sistema de Segurança Interna” (SISSEGIN), também tendo como referência o padrão da Oban.

A implantação do SISSEGIN foi intensamente planejada, contando com seminários e debates para a indicação de suas diretrizes. Nos Comandos militares do Exército distribuídos pelo país deveria ser criado um Conselho de Defesa Interna (Condi), um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e um Destacamento de Operações de Informações (DOI), sob a direção do respectivo comandante do Exército, que era chamado de comandante da “Zona de Defesa Interna” (ZDI). Assim, o Brasil ficou dividido em seis ZDIs, áreas, cujos limites de jurisdição eram idênticos aos que definiam as áreas do I, II e IV Exército e do Comando Militar do Planalto. Poderiam ainda ser criadas Áreas de Defesa Interna (ADIs) ou subáreas de Defesa Interna (Sadis), em regiões que necessitassem de cuidados especiais.³⁰⁷

Assim, foram criados os Codi-Doi em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Brasília e, em 1971, em Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Belém e Fortaleza, com todos os cargos de chefia sendo ocupados por oficiais das Forças Armadas, com exceção dos cargos da área administrativa. Estas estruturas ficaram conhecidas pela denominação

³⁰⁴ FICO, op. cit., nota 293, p. 184.

³⁰⁵ HUGGINS, op. cit, nota 205, p. 189.

³⁰⁶ FICO, op. cit, nota 293, p. 185.

³⁰⁷ FICO, op. cit, nota 293, p. 185.

DOI-CODI, expressando a preponderância que sua unidade operacional assumiu no combate à repressão, em articulação direta com o Centro de Informações do Exército (CIE).³⁰⁸

A definição acima, retirada de verbetes produzidos pelo SNI, indicam a liderança dos DOIs na conjuntura repressiva do Regime Militar. Enquanto os Codis eram órgãos de planejamento, dirigidos pelo respectivo chefe do Estado-maior do Exército, os DOIs eram os responsáveis pelo trabalho contínuo ligado às prisões, interrogatórios, torturas e assassinatos, em sessões geralmente comandadas por um tenente-coronel. Chegando a contar com um contingente de duzentos e cinquenta agentes, dos quais, oitenta eram militares, em 1970, esse órgão dispensava cuidados especiais para que seus agentes não fossem identificados, por meio do uso de codinomes e a proibição de que os mesmos tivessem o corte de cabelo típico dos militares, por exemplo.³⁰⁹

Com o tempo, os DOI-CODI passaram a partilhar as funções de coordenação das ações de repressão com o CENIMAR, o Cisa e também com as Delegacias de Ordem Política e Social, os DOPS e as Polícias Militares. Sua finalidade e justificativa maior era a desestruturação das organizações de esquerda armada, nos mesmos moldes da Oban.³¹⁰ A articulação em torno da *Comunidade de Informações* foi fundamental para o combate da luta armada no Brasil, uma vez que a soma de informações e ações dos diferentes órgãos permitiu à repressão atuar, de forma “eficaz”, em diferentes casos:

Até 1969, operavam no Brasil aproximadamente vinte organizações guerrilheiras de minúsculo, pequeno e médio porte. Ao todo, não reuniam mais que oitocentos militantes. Em cinco anos, foram arrasadas. As primeiras organizações a serem desintegradas – no período de 1970 a 1973 – foram as que agiam nas cidades. De 1973 a 1975, foi a vez da guerrilha rural ser varrida do mapa. Naqueles dias, baixou o inferno no “Anti-Brasil”, como dizia Nelson Rodrigues [...].³¹¹

Em se tratando de um órgão que também atuou diretamente na repressão da ditadura militar, as Polícias Militares, nesse período, encontravam-se ainda definidas pela Lei nº192, de 17 de janeiro de 1936, apresentando desempenho de forças paramilitares, aquarteladas e doutrinadas sob a ideologia da “ordem”, o papel de reserva operacional do Exército, o que fora conservado. Suas atribuições, segundo essa Lei seriam: o “cumprimento da ordem pública” e a “garantia do cumprimento da Lei, a segurança das instituições e o exercício dos

³⁰⁸ ISHAQ, op. cit., nota 276, p. 88.

³⁰⁹ FICO, op. cit., nota 293, p. 185-186.

³¹⁰ ISHAQ, op. cit., nota 276, p. 85.

³¹¹ FIGUEIREDO, op. cit., nota 194, p. 199.

poderes constituídos”. Também o Artigo 83, da Constituição de 1946, que versava sobre sua destinação legal, voltada para a “Segurança Interna e a manutenção da ordem”, foi mantido na Carta Constitucional de 1967.³¹²

A grande diferença era o novo referencial que se apresentava, uma vez que a Segurança Nacional passava a determinar e a justificar a atuação das Forças Armadas e das ações institucionais que se desenvolviam no Brasil. Às Polícias Militares competiam ações de defesa interna, estando inseridas na estrutura maior de Segurança e Defesas Públicas, capazes de atuar preventiva, repressiva e, também, operativamente, no desenvolvimento das atividades de Segurança e Defesa Interna³¹³. Dentro desse novo referencial, as Polícias Militares começaram a retomar gradativamente as suas atividades convencionais de policiamento urbano³¹⁴. Dessa forma, as polícias militares atuaram diretamente na dissolução de reuniões proibidas por ato legal, no controle de elementos suspeitos de agitação e subversão, na desarticulação de pequenos focos de agitação e de atos de perturbação da Ordem Pública e, ainda, na eliminação de focos de guerrilha.

É mister ressaltar, entretanto que, apesar de uma atuação bem sucedida, não existiu uma completa harmonia entre os integrantes da rede repressiva. Na prática, a atuação de um órgão que coordenava instâncias de diferentes serviços secretos, como os DOI-CODI, mostrava-se, por vezes, problemática, principalmente, em torno do relacionamento dos oficiais das Forças Armadas com os integrantes das polícias civil e militar. Constantemente, os primeiros acusavam os segundos de corruptos, ao passo que os policiais denunciavam o despreparo de militares em sua atuação fora da caserna.³¹⁵

Pode-se definir o sistema de segurança nacional, implementado pelos Governos Militares, como um complexo conjunto, tendo por base o SNI e os setores de inteligência do Exército, Marinha e Aeronáutica, principalmente, na identificação e na análise de informações sobre atividades consideradas subversivas. Essa composição era coordenada pelos DOI-CODIS, que também administravam as ações da Polícia Militar e dos Departamentos de Polícia Política de cada unidade da Federação, atuando, especialmente, na repressão direta dos “inimigos” do regime.

³¹² SOUZA, op. cit., nota 116, p. 61.

³¹³ Ibidem, p. 61.

³¹⁴ MUNIZ, op. cit., nota 137, p. 184.

³¹⁵ FICO, op. cit., nota 293, p. 186.

Nas palavras do então Major da Polícia Militar do Rio de Janeiro Alberto Caetano de Almeida, em 1971, somente a partir da “Revolução de 1964” tornou-se possível a estruturação de órgãos capazes de assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contra-informações afetas a todos os ministérios e às áreas de segurança do país. O Major, igualmente, destacou a participação da Polícia Militar do Rio de Janeiro nessa composição

Hoje, já se pode dizer que temos uma comunidade de informações cuja cúpula é ocupada pelo SNI. A eficiência dessa comunicação será função, naturalmente, do progressivo entrosamento e do preparo profissional dos seus componentes no qual esta corporação tem que ocupar lugar de relevo, pois desempenha suas funções de segurança no Estado cidade que foi e sempre será a capital político-cultural do país.³¹⁶

Logo, a partir da reflexão do Major da PMRJ, por sinal comum a outros integrantes da Corporação, e das considerações feitas ao longo do capítulo, torna-se pertinente indicar que, se a Polícia Política do Brasil coordenou as ações voltadas ao sistema de informações e combate a elementos subversivos durante décadas, no Regime Militar ela foi mais um dos componentes de um sistema de informações e segurança bem mais complexo. Sua tarefa principal era dispor de seu aparato técnico, judicial e investigativo, conquistado por meio de toda uma experiência de combate, principalmente ao comunismo, que não era dominado por completo pelas Forças Armadas, mas fundamental para a sua ação diante das tensões políticas que envolviam o Brasil em meio à Guerra Fria.

A título de conclusão, vale ainda pontuar que, com a criação da Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), vinculada ao Ministério do Exército, em março de 1967, as Polícias Militares passaram a ser fiscalizadas, entre outros, até mesmo em seus cursos de formação, com suas atividades controladas, de acordo com a lógica de Segurança Nacional vigente, cuja estrutura levou a uma reformulação de seus currículos, que se voltaram, de forma mais direta, para a ideia de Segurança Nacional.

Se, de forma legal, a Polícia Militar acompanhou as demais instituições civis e militares que deram suporte ao Regime Militar, resta compreender como essas questões foram assimiladas e desenvolvidas pelas Forças Armadas e, principalmente, no interior da corporação policial, isto é, compreender a lógica de atuação desses atores sociais em um dos momentos mais violentos da História do Brasil. Essas questões serão desenvolvidas nos próximos capítulos da tese.

³¹⁶ ALMEIDA, Alberto Caetano de. *Informações na Segurança*. Polícia Militar do Estado da Guanabara. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, 1971. p. 5.

3 MILITARES E POLÍTICA NO BRASIL REPUBLICANO: A CONSTRUÇÃO DO “INIMIGO”

Em nossa lembrança gravou-se indelevelmente o sombrio panorama que precedeu à impressionante sucessão dos acontecimentos de março de 1964, quando a nossa pátria esteve na iminência de se transformar em palco de luta fratricida e possivelmente em um teatro de guerra internacional.³¹⁷

Uma das questões mais discutidas pela historiografia política sobre o regime militar estabelecido em 1964 no Brasil é a trajetória desse grupo relacionada às questões de poder, principalmente em finais do Império e no período republicano, haja vista que, desde a implantação da República, a participação do Exército fez-se presente em diferentes momentos, por meio de intervenções para o restabelecimento da ordem institucional e a devolução do poder aos meios civis. Prática esta quebrada a partir dos anos de 1964, quando grupos militares controlaram o Estado por mais de vinte anos.

Torna-se pertinente, portanto, compreender como os meios militares pensaram as questões políticas nesse período. Igualmente, tomando-os como um grupo heterogêneo, analisar a fundamentação de diferentes concepções de poder na caserna, incluindo a de suas forças auxiliares, como a Polícia Militar, além de suas relações com os meios civis. Mais ainda, discutir se os militares foram o meio principal pelo qual as intervenções foram feitas ou mais um dos instrumentos que, conjuntamente, somaram-se às ações de ruptura política do período.

O reconhecimento dessa instituição como ator social considerável contribui para a referência à Polícia Militar em praticamente todos os trabalhos sobre o Brasil no período republicano. As análises que tratam diretamente das Forças Armadas, o Estado, a sociedade, e o seu grau de contribuição para as mudanças estruturais da política brasileira, principalmente a partir de 1964, todavia, encontram-se em número mais reduzido.

Uma das primeiras abordagens que tratou da questão política e dos militares após 1950 partiu de dimensões institucionais e organizacionais, tendendo a valorizar os elementos próprios desse grupo. Assim, a instituição militar foi pensada como um bloco homogêneo e, em grande parte, autônomo, de forma a marcar acentuadamente a perspectiva da organização em momentos de decisão, em relação à sociedade civil. Representante pioneiro dessa abordagem, Edmundo Campos Coelho, na obra *Em busca de Identidade: o Exército e a*

³¹⁷ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Inquérito Policial Militar nº 709*. O comunismo no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966, p. 10.

*política na sociedade brasileira*³¹⁸, de 1976, argumentou que o Exército, durante as diferentes fases que sofreu modificações, no Império e na República, tornou-se mais presente nas questões políticas e coeso internamente, elaborando objetivos progressivamente organizacionais e afastados da sociedade civil, com uma ação cada vez mais direcionada aos seus interesses. A constituição de um inimigo comum, o comunismo, principalmente após a Insurreição Comunista de 1935, e a organização dos Estados-Maiores, criados para formular valores próprios à instituição sem a interferência direta de elementos externos, foram, segundo o autor, traços fundamentais para a coesão, especialmente de suas mais altas patentes, e para a criação de um relevante grau de autonomia diante da sociedade civil. A saída das referidas bases organizacionais e os movimentos de intervenção na sociedade, para os partidários dessa corrente, aconteceriam diante de uma necessidade e busca pelos meios civis em determinadas conjunturas.

A partir de uma concepção instrumental das Forças Armadas, Nelson Werneck Sodré³¹⁹ levou em consideração as pressões e interesses da sociedade na construção do modelo militar. O autor defendeu, assim, que o Exército foi marcado historicamente por uma participação democrática e, dessa forma, interveio em diferentes fases da história do Brasil, sendo suas dissensões fruto, sobretudo, de contextos externos à Corporação, como no caso do momento de radicalização das esquerdas em 1964. Apesar de Sodré indicar a relação da instituição com a sociedade civil, assim como Coelho, pouco levou em conta as trocas entre esses grupos, isto é, de um processo de construção, indicando as mudanças da corporação como o reflexo do que ocorria na sociedade.

Alfred Stepan foi um dos primeiros estudiosos a avançar nessa abordagem, ao propor a tese do “padrão moderador” das Forças Armadas e de sua interação com a sociedade.

Um aspecto central do poder moderador é que ele mantém as regras gerais do jogo político. Mas, quando estas regras são elas mesmas amplamente questionadas por muitos protagonistas políticos, o papel do poder moderador ou árbitro torna-se menos importante ou praticável. Se, por exemplo, os políticos acreditam que o regime é inoperante, torna-se muito mais difícil resolver a questão de quem deveria receber o poder político depois da deposição do presidente. Abre-se claramente o caminho para os militares assumirem um novo papel político na sociedade: o de dirigente ao invés de moderador do sistema político. Se os próprios militares acham

³¹⁸ COELHO, Edmundo. *Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

³¹⁹ SODRÉ, op. cit., nota 117.

que deve ser adotado um novo conjunto de medidas, seu papel pode mudar de mantenedor para transformador do sistema.³²⁰

Para o autor, a instituição militar constituiu-se de forma politizada e heterogênea. Mas, com o tempo e em função desta organização, em diferentes momentos de fragilidade política, foi cooptada pela sociedade, para depor o executivo e devolver o poder aos civis, experiência que somente foi anulada em 1964.

Alain Rouquié também se destacou, dentre as análises pioneiras, ao organizar o livro *Os partidos militares no Brasil*, publicado em 1980. Esta obra, que traz uma série de artigos de especialistas ligados ao Centro de Estudos e de Pesquisas Internacionais, dedicou-se ao entendimento das influências políticas das Forças Armadas. De uma forma geral, os estudos articulam a interação dos militares com a sociedade civil e os conflitos organizados na corporação, dos anos iniciais do regime militar até o governo Geisel.

É na interação entre o processo político global e o processo político no âmbito das Forças Armadas que é preciso buscar as causas da formação de grupos e subgrupos militares, de suas opções ideológicas ou políticas, e identificar os mecanismos da intervenção militar, quando essa assume a forma institucional.³²¹

A maior contribuição da publicação foi defender a existência de “partidos militares” no interior da instituição, isto é, a existência de grupos com diferentes tendências, que interferem na sociedade e convivem na instituição, a despeito dos esforços da maior parte de seus chefes em organizá-los de forma unificada. Os militares, assim, foram pensados como forças políticas e não meramente como organismos homogêneos a serviço de grupos externos.³²²

É pertinente ressaltar que as referidas obras foram elaboradas em um período marcado pelo regime militar e, conseqüentemente, com muitos limites de acesso às fontes, acentuando uma tendência de, a princípio, serem escritas por brasileiros no exterior, ou, ainda por brasilianistas. Paradoxalmente, junto a esse entrave acadêmico que dificultou a produção de obras com essa problemática, pelo menos desde meados da década de 70 foram publicadas

³²⁰ STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política – As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975. p. 101.

³²¹ PEIXOTO, Antônio Carlos. Exército e Política no Brasil – Uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 68.

³²² Ver: ROUQUIÉ, Alain. Os Processos Políticos nos Partidos Militares do Brasil – Estratégia de pesquisa e dinâmica institucional. In: ROUQUIÉ, op. cit., nota 321.

memórias de oficiais que participaram do movimento de 1964 e outros escritos em torno do tema, por escritores militares, com apoio institucional.³²³

Outra realidade em torno dessa questão apresentou-se a partir dos anos de 1990, diante da possibilidade da análise de documentos do período e da publicação desses estudos. Fato motivado, entre outros, pelo contexto de uma democracia já firmada e a criação e/ou ampliação dos programas de pós-graduação e de instituições de pesquisa. Em relação às últimas, destaca-se a iniciativa do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDoc), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que rompeu com o monopólio de “guardiães da memória” das Instituições Militares ao organizar projetos em torno da memória da mesma, a partir de um método sistematizado de entrevistas, tendo por base a metodologia da História Oral. Assim, tornou-se possível a produção de outras fontes para o período, refletindo a memória militar sobre as questões políticas que os nortearam em uma fase mais recente da República. A primeira referência produzida nessa linha foi a trilogia organizada por Maria Celina D’Araújo, Gláucio Dillon Soares e Celso Castro.³²⁴

Em 2004, no âmbito da efeméride dos quarenta anos do movimento de 1964, os pesquisadores Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay inovaram na produção sobre o tema ao organizarem a obra *Nova História Militar Brasileira*. Ao considerar a história militar como parte integrante da história nacional e o não isolamento dos militares da sociedade civil, os pesquisadores reuniram um conjunto de artigos embasados em diferentes dimensões da história, em seus aspectos social, econômico e cultural, com abordagens sobre as relações de sociabilidade, a origem social, os sistemas de punição, as revoltas e as questões de gênero, entre outros.³²⁵

José Murilo de Carvalho, em 2005, também contribui para a reflexão a respeito do tema com a publicação de *Forças Armadas e política no Brasil*, livro que traz uma série de artigos do autor, redigidos entre os anos de 1970 a 2004. José Murilo faz um balanço historiográfico, apontando uma fase inicial de estudos militares, na qual prevalecia a abordagem política, seguida de outras pesquisas que, por sua vez, trouxeram propostas, sobretudo, socioculturais. Assim, apesar de se reconhecerem as recentes perspectivas

³²³ CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

³²⁴ Ver a trilogia produzida pelos autores: D’ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Dillon e CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; e *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Relume-Dumará, 1995.

³²⁵ Ver: CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, op. cit., nota 323.

militares, é importante ressaltar ainda existir a necessidade de novas análises sobre o grupo, ligado à história política.³²⁶

Destaca-se, ainda, o seu exame sobre as possibilidades e as práticas de intervenções protagonizadas pelos militares na história política do Brasil. Elas fariam parte de três ideologias: a do “soldado-cidadão”, a do “soldado profissional” e a do “soldado corporação”. Aplicadas em diferentes conjunturas, segundo o pesquisador, a última é que teve validade na organização do movimento de 1964, na medida em que defendia uma intervenção militar disciplinada, com todos executando as decisões do alto comando a fim de que ocorresse o fim da política no Exército para se praticar “a política do Exército”.

Tal posição teve desenvolvimento posterior no pensamento de Góes Monteiro, um dos mentores do Exército durante todo o período Vargas. No livro *A Finalidade Política do Exército*, escrito após a revolução, Góes, ex-aluno da Missão Francesa e brilhante oficial do Estado-Maior, via o Exército como uma organização nacional que devia desenvolver política própria: [...] E com mais clareza ainda: “Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército e não a política no Exército”.³²⁷

Para José Murilo de Carvalho, a lógica do poder moderador das Forças Armadas teve, a partir de Góes Monteiro, a sua primeira formulação sistematizada, em uma combinação da experiência intervencionista tenentista com as transformações estruturais da própria organização militar no século XX, de forma a acentuar, assim, o intervencionismo de generais e/ou do Estado-Maior e não somente o de alguns membros dispersos da caserna.

Por fim, cabe destacar a obra de Maud Chirio *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*, de 2012, que traz à tona a problemática de uma atuação não homogênea de oficiais de média e baixa patente em diferentes fases do regime militar, indo desde as conspirações de início dos anos de 1960 até a progressiva militarização, atuação repressiva e distensões no interior do grupo nos vinte e um anos em que estiveram no poder.³²⁸

O comentário das obras acima, embora não esgotem as abordagens sobre a relação da política e dos militares, auxiliam na discussão da formação de um pensamento militar no Brasil, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, que fundamentou a mudança estratégica empreendida pelos mesmos em 1964. Parte-se do princípio, nesta tese, de que esse pensamento não foi concebido de uma forma estritamente organizacional. As influências e

³²⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

³²⁷ CARVALHO, op. cit., nota 326, p. 42.

³²⁸ CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

interações com o meio civil e as conjunturas nacional e internacional também tiveram um peso recorrente em sua formulação.

Nesse sentido, procuraremos compreender, ao longo desse capítulo, como os próprios militares fizeram a leitura de sua trajetória e do processo que os levou à intervenção de 1964, a partir de materiais produzidos de forma institucional, tanto durante o regime que comandaram, quanto posteriormente. Também será analisado como a PMRJ, força auxiliar do Exército, construiu um determinado discurso sobre o movimento de 1964 e as ações de seu governo, disseminando-o entre os seus membros.

A proposta desse capítulo segue, portanto, no sentido de compreender a organização do pensamento militar no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, mediante a criação da Escola Superior de Guerra e da formulação de teorias, que legitimaram sua posterior ação.

3.1 Organização, doutrinação e ação

Entre 1889 e 1964, identificaram-se algumas operações militares, justificadas por sua missão constitucional de defensora dos interesses nacionais, com validade no período republicano em diferentes circunstâncias: no ano de 1945, com o golpe que pôs fim ao Estado Novovarguista; com os movimentos de 1955, que garantiram a posse de Juscelino Kubitschek e nos de 1961, que visavam a não empossar João Goulart.³²⁹

Tal posicionamento político pode ser constatado desde a década de 1930, quando o conceito de segurança nacional já se fazia presente nas conceituações militares. Muitos autores acreditam que a ratificação e a prática desse conceito foram obtidas, sobretudo, após a II Guerra Mundial e da criação, em 1949, da Escola Superior de Guerra (ESG), a partir de uma série de acordos de cooperação firmados entre o governo norte-americano e os países latinos.³³⁰

³²⁹ BORGES, op. cit., nota 6, p. 17.

³³⁰ Segundo Antônio de Arruda, a origem da Escola Superior de Guerra (ESG) remonta a um Curso de Alto Comando, criado em 1942 pela Lei do Ensino Militar e que se destinava a generais e coroneis do Exército. Esse curso teria funcionado até 1948, quando foi criada a primeira ESG, responsável pelo curso de Alto Comando, a que se referia a Lei do Ensino Militar. A partir de uma viagem que o chefe do Estado-Maior, General César Albino fez aos Estados Unidos, em 1948, houve a cooperação desse país para a implantação da referida Escola. A partir dessa inspiração e de princípios fundamentais levantados pelos militares brasileiros, foi redigida a Lei 785, de 20 de agosto de 1949, que oficializou a criação da ESG. Ver: ARRUDA, Antônio de. *ESG. História de sua doutrina*. São Paulo: GRD, 1980, pp. 1-5.

Nesse contexto, visando a ampliar o anticomunismo na América Latina, os Estados Unidos fizeram grandes investimentos para a formulação de um certo pensamento militarista na região, levando alguns de seus representantes para fazer cursos em suas modernas instalações. Ainda nessa conjuntura, o referido governo ofereceu seus aparatos instrumentais para a criação da Escola Superior de Guerra, concebida como uma academia de altos estudos para militares do Brasil, baseada no *National War College* dos Estados Unidos. Assim, esse país manteve uma equipe no Rio de Janeiro para orientar os primeiros dez anos da Escola, indicando pelo menos mais um oficial, para atuar na mesma nos dez anos seguintes. Para Comblin, existia uma considerável influência de escolas militares americanas na ESG, na Academia Superior de Seguridad Nacional do Chile, e em outras similares latinas nesse período:

Os professores dessas escolas indicam aos alunos textos para serem lidos, diversos papéis e esquemas de estudo para os seminários. É este, fundamentalmente, o material que nos permite conhecer a Doutrina de Segurança Nacional. Ora, se compararmos o texto dos Estados Unidos, do Brasil ou do Chile, constataremos uma espantosa semelhança entre eles: a língua difere, porém os conceitos são idênticos. Há certamente uma doutrina muito rígida que vem dos Estados Unidos e é transmitida quase sem modificações nas escolas de Segurança Nacional da América Latina.³³¹

Quatro eram os cursos oferecidos pela ESG em seus anos iniciais: Curso Superior de Guerra, Curso de Comando e Estado-Maior, Curso de Mobilização e Curso de Informações.³³² As principais missões da Escola, a partir de então, seriam: orientar os estudos de assuntos militares; mostrar as soluções encontradas pelos Estados Unidos em relação a esses assuntos; servir como conselheiro dos grupos de estudo de assuntos militares; acompanhar as problemáticas nacionais e discutir as internacionais.³³³ Assim, a escola patrocinou a tradução de livros e trabalhos técnicos de outros serviços secretos, criou os primeiros cursos de informações estratégicas do país e investiu na formação de instrutores e alunos.³³⁴

³³¹ COMBLIN, Joseph. *A Ideologia de Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980, pp. 21-22.

³³² FIGUEIREDO, op. cit., nota 194, p. 546.

³³³ SARDENBERG, Idálio. Princípios Fundamentais da Escola Superior de Guerra. In: FRAGOSO, Augusto. *A Escola Superior de Guerra: evolução, atualidade, perspectiva*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, C1-123-71, 1971. p. 11-12.

³³⁴ FIGUEIREDO, op. cit., nota 194, p. 56.

A Escola Superior de Guerra está, pois, cumprindo o papel que lhe cabe, como Instituto de mais alto nível, devotado ao estudo e formulação de uma Doutrina de Ação Política, Políticas e Estratégias Nacionais e de seus desdobramentos.³³⁵

Apesar do reconhecimento do papel da Escola na fundamentação do pensamento militar no pós Segunda Guerra Mundial, existem diferentes interpretações sobre sua estruturação e graus de influência no Brasil. Para Adolf Stepan, o pensamento desenvolvido pela ESG teve por finalidade questionar o antigo papel dos militares, de moderar a política, e incliná-los à compreensão de que já estariam aptos a dirigir o Brasil, equalizando seus maiores problemas e capacitando-o à modernização.³³⁶

Em seus estudos, o padre Joseph Comblin analisa a criação da ESG e, principalmente, o desenvolvimento do conceito da Doutrina de Segurança Nacional, como uma transposição e síntese de modelos norte-americanos de suas instituições congêneres.³³⁷

Antonio de Arruda, autor de um estudo inteiramente voltado à Escola, também indica a influência norte-americana na sua criação e em seus anos iniciais, ressaltando, entretanto que, com o passar dos anos, essa influência direta diminuiu, em função de uma atuação cada vez mais acentuada dos militares formados pela própria Instituição.

Quanto à influência americana, na Escola foi marcante, a princípio, podendo-se avaliar pela bibliografia citada nos textos mais antigos. Nas primeiras conferências, havia freqüentes menções a autores americanos como Hans Morgenthau, Edward Earle, Spykman, Ralph Williams, Brook Emeny. Mas essa influência foi diminuindo. A própria Missão Militar foi perdendo a importância primitiva. Em 1960, quando o A. fez o curso da ESG, só encontrou ali um oficial americano, cuja função era unicamente a de coordenar a viagem que a Escola fazia anualmente aos Estados Unidos. Em 1973, o oficial americano então lotado na Escola afastou-se dali, não sendo substituído.³³⁸

Em uma dimensão oposta a de Comblin e, em parte, próxima a de Arruda, de acordo com as análises de Vanda Maria Costa Aderaldo, a ESG foi criada para elaborar e difundir princípios militares para a sociedade, além de servir como um espaço de experiências, tanto para civis quanto para militares brasileiros, de propostas políticas para o país, a partir dos interesses dos últimos.³³⁹

³³⁵ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Doutrina Militar Brasileira*. Rio de Janeiro, ESG, 1983, p. 7.

³³⁶ STEPAN, op. cit., nota 320, p. 105.

³³⁷ Ver: COMBLIN, op. cit., nota 331.

³³⁸ ARRUDA, op. cit., nota 331, p. 14.

³³⁹ ADERALDO, Vanda Maria Costa Aderaldo. *A Escola Superior de Guerra: um estudo de currículos e programa*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, 1978. (Dissertação de Mestrado)

De uma forma geral, os estudos de Stepan, Comblin, Arruda e de Vanda Aderaldo afirmam o papel de gestor de um projeto de condução política pela ESG, mas não dimensionam o alcance de sua atuação e, muito menos, os grupos civis que estavam em torno da mesma. Essas questões foram posteriormente desenvolvidas em estudos como os de René Armand Dreifuss³⁴⁰ e Eliézer Rizzo de Oliveira.³⁴¹ Para esses autores, a ESG foi criada pelos militares, mas serviu como um meio utilizado pelas elites brasileiras para legitimar uma intervenção, com um prazo mais estendido, das Forças Armadas no Brasil. Isto é, a Escola não foi um instrumento, compondo, na verdade, mais um dos elementos que desembocaram nas ações militares de 1964.

Depois de iniciadas as traduções de manuais e estudos estrangeiros, o primeiro manual da ESG, versando sobre *A informação estratégica*, foi editado em 1950 com a referência confidencial, sob a autoria do brigadeiro-do-ar Ismar Pfaltzgraff Brasil. Baseando-se em um texto da Divisão de Informações do Exército norte-americano, esse manual era composto por dezessete páginas e, entre outros temas, dedicava-se à análise dos diferentes tipos de informação – indicados como os táticos, militares e estratégicos – e os campos a que estavam relacionados, o militar, o econômico, o político, o biográfico, o topográfico, o sociológico e o tecnológico.³⁴²

Como fora admitido em publicação da própria Escola, seus objetivos seriam a criação, experimentação e aplicação de uma doutrina e de uma política de segurança nacional – partindo de seus conceitos e interpretações – para solucionar os problemas políticos internos e externos do Brasil.³⁴³

Se até 1954, os assuntos discutidos e a produção da Escola eram variados, ligando-se, entre outros, ao levantamento da situação econômica, social e política do país – a partir desse ano houve um aperfeiçoamento de seus métodos, por meio da divisão dos cursos em três períodos: o Doutrinário, que se encarregava das questões relacionadas à Doutrina, à Estratégia e ao Poder; o Conjuntural e o de Aplicação. Nesse processo de aperfeiçoamento da escola foram criados os conceitos “Objetivos Nacionais”, “Poder Nacional”, “Conceito Estratégico

³⁴⁰ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

³⁴¹ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.

³⁴² BRASIL, Ismar Pfaltzgraff. *A Informação estratégica*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1950.

³⁴³ SARDENBERG, op. cit., nota 333.

Nacional”, “Estratégia Nacional” e o de “Segurança Nacional”, que se tornaram fundamentais para a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional, posteriormente.

Os objetivos nacionais eram definidos conforme as metas da guerra e da política, sendo assim enumerados: *Integridade territorial*; ligado à preservação do território nacional em toda a sua extensão, de forma a manter as suas fronteiras; *Integridade nacional*, que visava à consolidação de toda a comunidade nacional – incluindo elementos como a língua, a ascensão moral e a “mistura racial”, entre outros –; *Democracia*, vinculado à adoção de um regime político baseado em princípios democráticos, em consonância com a realidade brasileira; *Progresso*, conquistado, em torno dos recursos materiais e humanos do país, de níveis de vida equivalentes aos melhores do mundo; *Paz social*, criado um sistema de vida embasado na harmonia e solidariedade, a partir do direito, da justiça social e dos valores morais e espirituais, para findar os conflitos entre indivíduos, grupos e classes sociais; *Soberania*, mantendo a nação plenamente auto-suficiente e inatingível em relação a outras nações.³⁴⁴

O Poder Nacional era pensado como a composição de um conjunto de poderes que envolveriam diferentes setores de ação, sendo concebido como a força de organização que o Estado detém em seu sentido mais amplo. Essa organização pressupõe a capacidade de ação sobre variados poderes: *político*, como a capacidade do Estado impor a sua vontade a todos os cidadãos; *econômico*, a partir do controle de toda a economia para integrá-la na mobilização nacional; *psicossocial*, composto pelos fenômenos e valores principalmente psicológicos e sociais, tais como o poder da moral nacional, o poder da comunicação social, o poder da opinião pública, o poder sindical e o religioso, entre outros; e o *militar*, pensado de uma forma conjunta com as ações do Estado, sendo exercido pelas Forças Armadas.³⁴⁵

A Estratégia Nacional é a arte de preparar e por em prática o poder nacional para obtenção ou manutenção dos objetivos definidos pela política nacional, envolvendo, para tal, todas as atividades civis e militares, na busca da segurança nacional.

Esse último conceito, apesar de não ser original, sofreu uma significativa ampliação em função da realidade da bipolarização de então. Assim, tornou-se mais abrangente, sendo pensado como uma teoria geral, abrangendo diferentes áreas, que iam desde as militares até as de educação, cultura, saúde e previdência, em prol do exercício do poder nacional, repousados

³⁴⁴ Ver: GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e democracia: Uma reflexão política sobre a Doutrina da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio Editora, 1975, p. 75.

³⁴⁵ COMBLIN, op. cit., nota 331, p. 60-64.

sobre a concepção de uma guerra permanente e total contra o comunismo. O padre ativista político Joseph Comblin, assim o definiu:

A Doutrina de Segurança Nacional é uma extraordinária simplificação do homem e dos problemas humanos. Em sua concepção, a guerra e a estratégia tornam-se a única realidade e a resposta a tudo. Por causa disso, a Doutrina de Segurança Nacional escraviza os espíritos e os corpos. Sendo um sistema muito aplicado na América Latina, a Doutrina de Segurança Nacional ultrapassa esse continente para ameaçar todo o ocidente. Na verdade, a guerra parece ter se tornado a última palavra, o último recurso da civilização contemporânea; vemos, assim, os defensores da Doutrina de Segurança Nacional inverterem perniciosamente a fórmula de Clausewitz: a política, para eles, seria a continuação da guerra por outros meios.³⁴⁶

O conceito de Guerra Total, portanto, tinha como elemento fundamental o conflito ideológico, permanente e a possibilidade de uma guerra incondicional. Nele, ainda, conjugava-se um apelo para todas as formas de participação na guerra, uma vez que o “inimigo” poderia se encontrar tanto no interior quanto no exterior, em uma conjuntura específica da geopolítica desse momento.

A Geopolítica, outro conceito demasiadamente discutido na Escola, forneceu todo um suporte para diferentes questões trabalhadas na Doutrina de Segurança Nacional.

Qual é o objetivo da geopolítica? A geopolítica estuda a relação entre a geografia e os Estados, sua história, seu destino, suas rivalidades, suas lutas. Difere da geografia política no sentido de que procura nos dados geográficos orientações para uma política: através dela, os Estados procuram em sua geografia os sinais de seu destino. Ela visa o futuro. É a ciência do projeto nacional. É o fundamento racional dos projetos políticos.³⁴⁷

Um dos precursores desse pensamento foi o geógrafo Frédéric Ratzel, ao elaborar uma concepção biológica, expansionista e imperialista do Estado. Concebendo-o como um organismo que necessita de espaço e de expansão como qualquer outro ser biológico. Esse argumento foi utilizado, entre outros, para justificar a necessidade de aquisição de colônias pela Alemanha, em finais do século XIX. O termo geopolítica, entretanto, nasceu nas primeiras décadas do século XX, sendo criado pelo jurista e historiador Rodolfo Kjélen³⁴⁸ com o objetivo de pensar o espaço de uma forma distinta da geografia, de forma a radicalizar a concepção do Estado como ser vivo.

³⁴⁶ Ibidem, p. 17.

³⁴⁷ COMBLIN, op. cit., nota 331, p. 25.

³⁴⁸ Alguns autores defendem que o precursor dessa teoria foi o americano Alfred Tayer Mahan, quando lançou as bases do Destino Manifesto, no século XIX, de forma a demarcar os rumos da política externa norte-americana. Ver: BORGES, op. cit., nota 6, p. 25.

Em tempos de Guerra Fria, a Geopolítica foi repensada, adotando a noção de estratégia ou política de segurança nacional. Mais uma vez, Comblin indicou essa noção para a América Latina:

A grande tese da geopolítica é a divisão do mundo em dois poderes antagônicos e a inevitável integração da América Latina em um desses blocos, por motivos geopolíticos. A América Latina faz parte do Ocidente por uma necessidade cientificamente fundamentada.³⁴⁹

Para esse autor, três outros conceitos também estariam na base da Doutrina de Segurança Nacional: o de Guerra Generalizada, o de Guerra Fria e o de Guerra Revolucionária. Em 1971, no Manual de Campanha do Exército *Guerra Revolucionária*, a Guerra Fria era indicada com preocupação:

A humanidade, no momento, defronta-se com duas grandes correntes ideológicas, o comunismo e a democracia, as quais colocam os seus adeptos em posições antagônicas. A ciência e a técnica proporcionaram, a esses contendores meios bélicos presumivelmente capazes de destruir a humanidade inteira; como consequência mais longínqua fica a possibilidade de um confronto direto – a GUERRA – entre os possuidores desses meios, que buscam se valer de outros, indiretos, para decidir a contenda pela hegemonia mundial. É o “EQUILÍBRIO DO TERROR”. Observa-se que a ideologia mais agressiva e expansionista – o COMUNISMO – mesmo cercada pelo lado militar, jamais esmorece na sua posição de luta. Utiliza, para isso, principalmente a Arma Psicológica. Daí o estágio de tensão mundial, decorrente do que se convencionou chamar de GUERRA FRIA.³⁵⁰

Concepções que associavam o comunismo ao terror, à tensão mundial e às armas psicológicas foram indicadas em estudos e manuais produzidos pela ESG e pelo Ministério do Exército, quando foram indicadas as necessidades de combate ao inimigo externo e, principalmente, aos processos subversivos que estariam ameaçando o país:

2.1.1 – Defesa da Pátria

Significa não só a preservação de seu patrimônio material, sua independência, sua soberania, sua unidade, mas também de seu povo, suas tradições, suas instituições, seus anseios e interesses.

Portanto, às Forças Armadas cabe, fundamentalmente, preparar-se para vencer as guerras do presente e do futuro, dissuadir possíveis ameaças aos interesses vitais da nação brasileira e respaldar decisões independentes, no âmbito nacional. [...]

2.2 – Ações a realizar

2.2.1 – De âmbito interno

- dissuadir atitudes hostis e a concretização de ameaças internas, apoiadas ou não do exterior, aos interesses vitais do país.

Defender as instituições democráticas.

- Garantir a integridade do patrimônio nacional.

³⁴⁹ COMBLIN, op. cit., nota 331, p. 28.

³⁵⁰ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Manual de Campanha Guerra Revolucionária*. Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 1971, p.1.

- Combater os movimentos insurrecionais e os resultantes do processo subversivo, seja em apoio às demais Expressões do Poder Nacional, seja de forma predominante, quando esgotada a capacidade de atuação daquelas. [...]

2.2.1.2 – De âmbito externo

[...]

- Combater o inimigo externo, prevenindo ou repelindo qualquer forma de agressão, seja através de uma ação independente, seja no quadro de uma aliança, no continente americano ou mesmo fora dele. [...]

- Participar de forças, sob a égide de organismos internacionais, como decorrência de compromissos assumidos, no quadro da defesa coletiva do continente americano.³⁵¹

Pode-se afirmar que, de fato, a ESG organizou uma série de teorias de defesa nacional, em consonância com os objetivos de proteção diante da “contaminação comunista” que se espalhava pelo mundo. Nelas, segundo Maud Chirio, “os detentores legítimos de poder, a organização deste e também as opções de política econômica são determinados pela hipótese de uma guerra total contra o comunismo”.³⁵² Além disso, ressalta-se que, longe de ser exclusivamente importado dos Estados Unidos e fomentado pela ESG, o pensamento dos militares brasileiros também foi elaborado a partir de influências diversas e da realidade nacional.³⁵³

O peso da Doutrina de Segurança Nacional formulada pelas ESG na formação das Forças Armadas do Brasil, no período anterior ao movimento de 1964, portanto, há que ser constatado, porém não superestimado ou pensado como o único a desempenhar essa função. Nesse sentido, antes dele ser mais divulgado na imprensa militar e nas Escolas de Formação de Oficiais, outras teorias, como a da “Guerra Revolucionária”³⁵⁴, importada da França, também encontraram um amplo espaço entre os militares no Brasil.³⁵⁵

3.2 Pensamento, consenso e ação – O Golpe de 1964

Tanto a Doutrina de Segurança Nacional quanto as teorias da Guerra Revolucionária e das Guerrilhas Urbana e Rural contribuíram para legitimar uma linha de pensamento, segundo

³⁵¹ ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, op. cit., nota 335, p. 22-25.

³⁵² CHIRIO, op. cit., nota 328, p. 19.

³⁵³ CHIRIO, op. cit., nota 328, p. 19.

³⁵⁴ O conceito de Guerra Revolucionária e sua disseminação entre os militares será discutido no próximo capítulo.

³⁵⁵ CHIRIO, op. cit., nota 328, pp. 19-20.

a qual o pleno desenvolvimento dos potenciais do Brasil passariam necessariamente pela eliminação de quaisquer obstáculos político-ideológico e de ação nas décadas de 1950 e 1960. Em meio à organização de todo um planejamento militar e de setores de inteligência do Brasil, todavia, a sociedade civil também mostrava sinais de desgaste.

Nesse período, o cenário político-econômico sofria uma acelerada mudança. O conflito ideológico entre as duas maiores potências da época acirrava-se. A Guerra Fria seria a materialização do entrave entre as duas grandes potências, representadas pelo capitalismo (EUA) e o Comunismo (URSS). O contexto de bipolarização do globo se refletia nas dinâmicas internas das nações latino-americanas. Pois, sob o seu efeito,

Não se pode esquecer que o desenvolvimento deste processo de polarização política, as tentativas cubanas de “exportação da revolução” através da prática e da teoria do foquismo, bem como o efeito demonstração provocado pelas medidas encaminhadas pelo governo Fidel Castro colaboraram para assustar ainda mais aqueles setores que privilegiavam a democracia (com ou sem reformas). O desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional corroborou esta postura reativa na medida em que buscava privilegiar aspectos como ordem e segurança em detrimento de outras questões.³⁵⁶

Nessa época, portanto, a vigilância política ganhou o reforço da Doutrina de Segurança Nacional, segundo a qual o “inimigo interno” transformava-se em um inimigo comum a todos, “uma vez que as próprias fronteiras territoriais políticas se eclipsaram em favor de uma invisível fronteira ideológica que passou a demarcar com precisão o ‘cidadão da nação’, o ‘patriota’, e o ‘outro’, o inimigo, o ‘comunista subversivo’”.³⁵⁷

Nessa conjuntura, o chamado processo de redemocratização, iniciado oito anos após a Ditadura do Estado Novo, tinha por base uma política econômica de alinhamento ao capital internacional. Dessa forma, o grupo político que defendia uma política nacionalista e progressista, notadamente por meio de seus dois maiores representantes organizados, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD), não conseguiu o apoio das elites brasileiras nos anos de 1960. Assim, em 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros foi empossado presidente do Brasil, com o apoio de partidos direitistas e ligados a um projeto econômico liberal, sob a liderança da União Democrática Nacional (UDN). Pela primeira vez, este grupo assumiu o executivo nacional, “elegendo-se com quase 6 milhões de votos (cerca

³⁵⁶ MENDES, Ricardo Antonio Souza. As direitas latino-americanas: anticomunismo e defesa da legalidade. Anais Eletrônico do VI Encontro da ANPHLAC, Maringá, 2004. p. 11.

³⁵⁷ CASSOL, op. cit., nota 204, p. 2.

de 48% dos votantes) assumiu o poder com força considerável, alimentando as expectativas de um novo começo”.³⁵⁸

O panorama político-econômico desse período mostrava-se complexo. Jânio Quadros assumiu o governo com um contexto considerável de dívidas, oriundas do governo anterior, de Juscelino Kubitschek. Adotando medidas econômicas conservadoras, Jânio buscou salvar a economia e a “moral” do país, desagradando tanto à oposição quanto aos setores que, a princípio, o apoiavam. A criação de comissões para investigar órgãos públicos, na tentativa de, conforme sua campanha para a presidência, “limpar o Brasil”, também contribuíram para um isolamento político cada vez maior.

Outro ponto crucial de seu governo foi a postura adotada em relação à política externa. Procurando uma dimensão cada vez mais autônoma, Jânio estreitou laços com o bloco socialista e com a União Soviética, além de receber com honrarias de governo, líderes revolucionários como Che Guevara. Essa atitude, somada às opções políticas que desenvolveu brevemente, estimulou o receio dos grupos conservadores da época. “A política externa independente irritava os setores conservadores sem angariar os apoios das esquerdas, desprezadas por Jânio”.³⁵⁹

Enquanto fazia uma viagem à China comunista, enviado pelo próprio presidente Jânio Quadros, o vice-presidente João Goulart recebeu a notícia da renúncia do primeiro. Apesar de muitas interpretações para esse ato, de uma forma geral, as análises são quase unânimes ao defendem que “Jânio planejara um Golpe de Estado. A renúncia teria imaginado ele, provocaria a reação popular e, sobretudo, a militar. Retornando com o apoio do povo nas ruas e dos generais com as tropas, ele fecharia o Congresso e governaria sem ele”.³⁶⁰

Diante de uma comoção popular que não aconteceu, pouco antes de deixar Brasília, Jânio Quadros sugeriu uma intervenção militar, que acabou ocorrendo três anos depois. Nesse processo, segundo Daniel Aarão Reis Filho, “a nação, durante duas semanas esteve à beira da guerra civil e do caos”.³⁶¹ Iniciava-se, dessa forma, o processo para o reconhecimento da posse do vice-presidente João Goulart e, também, a reação de militares e de setores conservadores da sociedade, favoráveis a uma intervenção dos primeiros.

³⁵⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p. 25.

³⁵⁹ *Ibidem*, p. 20.

³⁶⁰ FERREIRA, Jorge. *A democracia no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Atual, 2006, p. 75.

³⁶¹ REIS FILHO, op. cit., nota 358, p. 21.

Boa parte dos ministros militares e da alta oficialidade demonstrou insatisfação com o empossamento de Goulart. Por outro lado, o líder petebista gaúcho Leonel Brizola despontava como grande liderança, defendendo, com veemência, a inconstitucionalidade da intervenção pretendida. Foi nesse momento que o militar Marechal Henrique Teixeira Lott, indicou seu apoio à Constituição, distribuindo um manifesto à nação que clamava o povo, em geral, a resistir ao golpe dos ministros militares

Dentro dessa orientação, conclamo todas as forças vivas do país [...] para tomar posição decisiva e energética no respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro, certo, ainda, de que os meus camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcaram sua história no destino da pátria.³⁶²

O lançamento do Manifesto trouxe consequências imediatas e fundamentais para o transcorrer posterior dos fatos, já que, por um lado, foi o estopim para a prisão do Marechal Lott pelos militares e, de outro, fortaleceu a chamada “Campanha pela Legalidade”, iniciada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Por meio desta, rádios gaúchas iniciaram transmissões pró-democracia que, rapidamente, romperam suas fronteiras. As falas também recebiam versões em espanhol e inglês, também chegando até a imprensa internacional.

Ao perceber o crescimento do movimento, ministros militares ordenaram a prisão de Brizola e o bombardeamento de Porto Alegre ao general Machado Lopes, comandante do III Exército da cidade. Este, porém, contrariando as expectativas do comando, em meio a um discurso de Brizola em praça pública, entendeu-se com o governador e, junto a um grande apelo civil, concordou que a ordem legal deveria ser preservada para que Goulart assumisse a presidência.³⁶³

De forma concomitante à defesa da posse de Goulart, no sul, a maior oposição ao movimento da legalidade aconteceu no Rio de Janeiro, sob a liderança do governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Essa postura tornava-se prática tanto por intermédio das páginas de seu jornal *Tribuna da Imprensa*, quanto por meio de seu poder de governador. Nesse sentido, aqueles que protestavam contra o golpe eram repreendidos pela polícia. Além disso, Lacerda impôs censura aos sindicatos e meios de comunicação, tornando-se a grande liderança política a incitar um golpe no Brasil nesse momento. Mesmo assim, a imprensa

³⁶² “Pronunciamento do Marechal Henrique Lott, em 26 de agosto de 1961” Apud FICO, op. cit., nota 2, p. 222.

³⁶³ FERREIRA, op. cit., nota 360, p.79.

noticiou – como foi o caso da revista *O Cruzeiro* – que 81% da população da Guanabara eram a favor da posse de Goulart.³⁶⁴

Em um clima de profunda instabilidade política, o ex-presidente Juscelino Kubitschek também demonstrou o seu apoio à legalidade constitucional

Faço daqui um apelo pessoal ao Marechal Odílio Denis, que foi meu ministro da Guerra, afim de que ouça e sinta a opinião nacional [...] Peço ao Ministro da Guerra que não insistam em se opor à lei e à vontade do povo, colocando em oposição as Forças Armadas e a Nação.³⁶⁵

Junto ao ex-presidente, somente os governadores de Goiás, Mauro Borges e do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, assumiram uma resistência direta ao golpe, com o chamado *Exército da legalidade*. No meio civil, importantes órgãos e instituições, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foram outras vozes de resistência.

De uma forma geral, lideranças políticas e sociais nacionalistas, setores de esquerda e, também, parte de grupos conservadores – colocaram-se contra o golpe e a favor da preservação da Constituição. Enquanto os primeiros desejavam a posse de Goulart em um regime presidencialista, os conservadores da UDN e do PSD defendiam uma mudança no regime político do país para restringir os poderes presidenciais, com a adoção do Parlamentarismo. Após muitos debates em torno da questão, João Goulart assumiu a presidência sob o Parlamentarismo

Goulart declarou aos jornalistas os motivos que o levaram a aceitar a emenda parlamentar: a medida unificaria as Forças Armadas e evitaria maiores sofrimentos ao povo, restituindo-lhe a liberdade ameaçada. Segundo Argelina Figueiredo, ele aceitara a mudança do regime para evitar a guerra civil, mas também porque não queria perder a oportunidade de assumir a presidência da República.³⁶⁶

Mesmo com a insatisfação de Brizola e de outros grupos, Jango tornou-se presidente em um regime parlamentarista. Para Daniel Aarão Reis Filho, três motivos foram decisivos para essa opção: um deles, ligado à surpreendente renúncia de Jânio Quadros e à posição assumida pelos militares; outro referente ao protagonismo dos movimentos populares em seu

³⁶⁴ Ibidem, p. 82.

³⁶⁵ “Discurso de Juscelino Kubitschek contra o golpe, em 30 de agosto de 1961” Apud FICO, op. cit., nota 2, p. 225.

³⁶⁶ FERREIRA, op. cit., nota 360, p. 85.

favor; e o terceiro, ligado à ordem legal, isto é, à ordem democrática que seria possível naquele momento.³⁶⁷

Jango assumiu a presidência, sob o parlamentarismo, fortalecido pelo movimento da legalidade e, rapidamente, tornou-se a esperança para o retorno de um projeto nacional-estatista para o país. Muitos setores de esquerda, nesse momento, passaram também a reivindicar reformas de caráter econômico e social, como forma de possibilitar o desenvolvimento do país, em diferentes dimensões.

Esse período foi marcado por um grande debate na sociedade brasileira. Enquanto as esquerdas mobilizavam-se e pediam mudanças mais profundas, chegando a defender uma revolução social, a reação conservadora colocava-se, resistindo aos projetos de reforma. Procurando uma política de conciliação, Jango esbarrava em ações como a nacionalização de empresas estrangeiras por Brizola, no sul, e também com a crescente crise econômica no país.

A antecipação da consulta popular sobre o retorno ou não do presidencialismo aconteceu nessa conjuntura. A vitória da opção presidencialista ocorreu com o apoio de grupos de esquerda e também com os conservadores, que já vislumbravam seus interesses nas eleições presidenciais de 1965.

Um plano de salvação econômica, o “Plano Trienal”, foi apresentado nesse período, com o objetivo de compatibilizar o combate ao surto inflacionário com uma ampla política de desenvolvimento, para retomar as taxas de crescimento econômico do país. Em pouco tempo, esse plano tornou-se um fracasso, não conseguindo desacelerar a inflação ou mesmo proporcionar o crescimento, de forma a não beneficiar setores conservadores ou de esquerda.³⁶⁸

O lançamento do projeto das Reformas de Base, que se voltava às reformas agrária, urbana, bancária, tributária e eleitoral, entre outras, receberam grande apoio dos grupos nacionalistas e de esquerda que, “erigiam as reformas como condições indispensáveis à ampliação e fortalecimento da democracia política no país”³⁶⁹, aliado ao temor da direção política que se constituía no Brasil, pelos conservadores. Para José Murilo de Carvalho, o período também foi marcado por uma série de outros desajustes políticos

O presidente parecia fazer tudo o que seus adversários pediam a Deus que fizesse para facilitar o golpe. [...] Nomeava generais não confiáveis para o comando de postos-chave, como o do III Exército, mantinha, às vésperas do golpe, no Ministério

³⁶⁷ REIS FILHO, op. cit., nota 358, p. 22.

³⁶⁸ TOLEDO, Caio Navarro de. Op. cit., p. 24.

³⁶⁹ TOLEDO, op. cit., nota 368, p. 6.

da Guerra, um general hospitalizado e, no Gabinete Militar, um outro vítima de alcoolismo a que fora levado por crise familiar, não ouvia os conselhos para agir com mais firmeza na manutenção da disciplina militar ameaçada por rebeliões de sargentos e marinheiros.³⁷⁰

A base de sustentação do novo governo, mesmo buscando a conciliação e os acordos políticos dos grupos de centro-esquerda, logo se configurou em uma política de medo para o período. Um medo que saia do campo das especulações, anteriores ao golpe – ligado à ameaça comunista, pois extinguiria os “valores e as instituições tradicionais do país”³⁷¹ – e se fazia real por meio da repressão à sociedade como um todo.

Ao analisar o frontispício e a obra *Leviatã*, de Thomas Hobbes, Ginzburg destaca o quanto o Estado surge a partir de um pacto nascido, sobretudo, do medo, assim “na Europa assolada pelas guerras de religião, na Inglaterra dilacerada pelos conflitos entre rei e Parlamento, a paz se mostrava a Hobbes como o bem supremo, merecedor de qualquer sacrifício [...]”.³⁷²

É possível estabelecer um sentido muito próximo à valorização do medo, indicada na leitura de Ginzburg, à necessária atuação dos legítimos representantes do Estado na conjuntura anterior a 1964. Para que as Forças Armadas atuassem com o apoio da sociedade, seria imprescindível formar uma opinião pública que valorizasse o medo e se mostrasse a favor de tal incursão. Dessa forma, foi articulada a montagem de toda uma campanha para retirar João Goulart do poder. Tal campanha foi fomentada pelo influxo de correntes oposicionistas que se mobilizaram contra as supostas ilegalidades do governo. René Armand Dreifuss indicou, de forma pioneira, a campanha ideológica organizada pelos intelectuais do bloco econômico multinacional que evoluiu para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada “cujo objetivo era agir contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiassem a sua administração”.³⁷³ Em meio a essas, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) tiveram grande destaque, ao formarem um

[...] complexo político-militar, lançado no final do governo de JK e ativado após a renúncia de Jânio Quadros, formado por intelectuais orgânicos do bloco econômico multinacional e associado que evoluiu para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada “cujo objetivo era agir contra o governo nacional-reformista

³⁷⁰ CARVALHO, op. cit., nota 326, p. 123.

³⁷¹ TOLEDO, op. cit. Nota 368, p. 22.

³⁷² GINZBURG, op. cit., nota 89, p. 16.

³⁷³ DREIFUSS, op. cit., nota 340, p. 161.

de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiassem a sua administração.³⁷⁴

Criado em 1959, o IBAD, patrocinado por empresários brasileiros e norte-americanos, a princípio, fez severas críticas às práticas desenvolvimentistas do governo de Juscelino Kubitscheck. Seus trabalhos voltaram-se, sobretudo, à elaboração de projetos para a associação do Brasil com as grandes empresas internacionais e, nos anos 60, ao financiamento de campanhas de candidatos que faziam oposição ao presidente João Goulart, junto a uma intensa propaganda para denegrir a imagem desse presidente e de seus aliados. Essa postura agressiva e as dúvidas em relação à origem das verbas que o custeavam, levaram à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, em 1963, e ao final das atividades do Instituto nesse mesmo período.

O IPES, por sua vez, foi criado no governo João Goulart, em 1961, sendo, também, patrocinado pelo grande empresariado nacional e pelo capital estrangeiro. O Instituto, de uma forma geral, realizava o estudo e mapeamento do comportamento da classe média e financiava Instituições formadoras de opinião. Para criar um destaque ainda maior à sua fachada, o IPES organizava uma auto-propaganda, entre o grande público, de uma organização educacional engajada, que fazia doações, visando à redução do analfabetismo das crianças pobres e, também, como um centro de discussões acadêmicas, esmerada no combate ao comunismo.³⁷⁵ O fato é que essas duas instituições em muito contribuíram para o desgaste político do governo João Goulart.

Para Heloísa Starling, que analisou a atuação do IPES em Minas Gerais, o Instituto teve um papel significativo no processo de desgaste político do governo Goulart, ao buscar encontrar uma relação entre diferentes setores da sociedade civil, propagandeando, de forma acentuada, a oposição vivenciada entre a sociedade democrática – ligada, entre outros, ao direito à propriedade privada e da liberdade política – e o perigo da instalação de uma ditadura comunista no país.³⁷⁶

Dreifuss também ressalta o destaque dado pelo IPES a uma verdadeira campanha anticomunista no Brasil, ligada diretamente à produção da Escola Superior de Guerra, a partir da disseminação dessas ideias sob a forma de panfletos, folhetos e livros.³⁷⁷ Ainda segundo

³⁷⁴ DREIFUSS, op. cit., nota 340, p. 161.

³⁷⁵ Ibidem, p. 164.

³⁷⁶ STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o Golpe Militar de 1964*. Petrópolis, Editora Vozes, 1986.

³⁷⁷ DREIFUSS, op. cit., nota 340, p. 253.

Dreifuss, organizações como o IPES e o IBAD não eram um fenômeno exclusivamente brasileiro. No fim dos anos de 1950, havia por toda América Latina organizações destinadas a manter a “liberdade política e econômica” por meio, dentre outros, da desmoralização do comunismo. Essas organizações trocavam informações e ajuda, seja a nível nacional (com suas filiadas) ou internacional.³⁷⁸

Além de ações civis ligadas a grupos conservadores, o governo João Goulart vivenciou a radicalização de alguns grupos de esquerda, como as Ligas Camponesas, que lutavam por transformações sociais mais radicais e rápidas e que também, de alguma forma, contribuíram para o aquecimento das tensões políticas.

Não era somente na rejeição em negociar que parcelas das esquerdas também rejeitavam o sistema político vigente como instância efetiva para dirimir os conflitos. Desde princípios da década de 1960 setores da esquerda já haviam optado “pela luta armada no Brasil, em pleno governo democrático, bem antes da implantação da ditadura civil-militar”.³⁷⁹

Se por um lado, setores mais radicais da sociedade criticavam a lentidão da efetivação de projetos de mudança por parte do governo Jango, por outro, o quadro de reformas defendido pelo último no comício de 13 de março, na Central do Brasil, foi rotulado, propositalmente, pelas elites do país como uma tentativa de implementação do Comunismo: “democracia para eles não é um regime de liberdade de reunião para o povo. O que eles querem é uma democracia de um povo emudecido, de um povo abafado nos seus anseios, de um povo abafado nas suas reivindicações”.³⁸⁰

Nesse sentido, a tese de uma fala comunista do presidente fora corroborada por significativa parte da opinião pública, que se lançou numa grande ofensiva, como fora indicado no jornal *O Correio da Manhã*: “Uma exibição sem outra finalidade a não ser a de abrir a perspectiva para uma nova atuação governamental que deixa o País de sobreaviso”.³⁸¹

Segundo Francisco Carlos Teixeira, o Partido Trabalhista do Brasil (PTB), de João Goulart, “possuía características nacionalistas acentuadas, estatizantes em relação à economia; mas de modo algum se constituía em partido de cunho socialista. Seu reformismo buscava,

³⁷⁸ *Ibidem*, p. 169.

³⁷⁹ ROLEMBERG, Denise. O apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil – o treinamento guerrilheiro. Apud MENDES, op. cit., nota 356, p. 9.

³⁸⁰ “Discurso do presidente João Goulart no comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964”. In: www.gedm.ifcs.ufrj.br. Acesso em: 20/05/2013.

³⁸¹ *Correio da Manhã*. 14 de março de 1964.

fundamentalmente, superar o atraso e a pobreza dentro de um quadro geral capitalista”.³⁸² Parte da imprensa da época também observou esse sentido nas reformas: “as reformas de base não significam o fim das liberdades públicas, mas sua extensão. Significam o fim, isto sim, da libertinagem política e financeira [...]”.³⁸³ A transição de 1963 para 1964 marcou, igualmente, a emergência de movimentos militares favoráveis às reformas propostas por Jango e que também foram apoiados pelo presidente. Exemplos são a *Revolta dos Sargentos*, em Brasília, que levou ao isolamento da capital pelos revoltosos e a *Revolta dos Marinheiros*.³⁸⁴

Em relação à última, em março de 1964, marinheiros amotinaram-se, buscando o reconhecimento da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Esse movimento, considerado um grande ato de insubordinação e quebra de regulamento pelo alto oficialato dessa Força Armada, foi de certa forma apoiado por João Goulart, que enviou um Batalhão do Exército para protegê-lo. Para alguns estudiosos, esse ato de proteção à quebra de hierarquia nas Forças Armadas pode ser considerado como uma das principais causas do movimento de 1964.³⁸⁵ Maria Celina D’Araújo, Gláucio Soares e Celso Castro pontuam com exatidão, a memória militar sobre as cisões do grupo nesse período:

A situação tornou-se intolerável para os militares quando a “subversão invadiu a caserna”, atingindo as Forças Armadas em seus dois fundamentos básicos: a hierarquia e a disciplina. Esta é apresentada como uma das razões mais importantes para o golpe, para alguns, por si só decisiva é suficiente para explicá-lo. [...] Outra convergência de opiniões entre os depoentes surge quando os oficiais pró-Jango, de esquerda ou não, são mencionados. Apelidados de melancias (“verdes por fora e vermelhos por dentro”), eles aparecem como oficiais nada exemplares militarmente incompetentes, divididos por vaidades pessoais e, principalmente, mal informados a respeito da extensão da conspiração em curso.³⁸⁶

Para além da questão da cisão militar e de outras pontuais, há que se destacar a conjuntura de crises maior que se apresentava nos meios agrário, sindical e econômico nesse período, o que, de acordo com Demian Melo, gerou uma situação pré-revolucionária no país, que foi liquidada antes mesmo de uma possível reação organizada. Já que “antes que tal alternativa se esboçasse no horizonte histórico, veio o golpe-empresarial-militar de 1964, que

³⁸² SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yeda. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 358.

³⁸³ *Última Hora*. 25 de março de 1964.

³⁸⁴ MENDES, op. cit., nota 356, p. 10.

³⁸⁵ MELO, Demian Bezerra de. *O Plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica da década de 1960*. 2009. 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. p. 84.

³⁸⁶ D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, op. cit., nota 324, p. 12-15.

por isto mesmo foi uma ação contra-revolucionária preventiva das classes dominantes em conluio com o imperialismo”.³⁸⁷

O discurso legitimador da ação militar, portanto, foi construído dentro do próprio sentimento anticomunista e de aversão a possíveis revoluções, que já se encontravam enraizados na sociedade. Há que se considerar que a revolução, como fato histórico, e no sentido moderno de seu termo, apresenta-se como um momento emblemático na História dos povos, provocando inquietações de diferentes matizes que se consagraram na sociedade como algo a se lutar ou temer, já que, em torno delas aglutinaram-se forças políticas, movimentos sociais, bem como guerras, reformas e golpes³⁸⁸, como atesta Isaac Deutscher:

Nenhum evento na história da humanidade levanta tantas controvérsias violentas quanto às revoluções [...] A controvérsia em torno de cada revolução advém do fato evidente de que uma revolução destrói interesses estabelecidos, ideais, tradições e hábitos, empreendendo sua substituição por um modo de vida totalmente novo. [...] O que mantém a controvérsia viva, alimentando-a durante várias décadas, são a complexidade do fenômeno e seu caráter multifacetado.³⁸⁹

A Revolução Russa, em 1917, havia surgido como o exemplo de que uma ruptura social, política e econômica, nos padrões socialistas eram possíveis. O prestígio do Exército Vermelho durante a Segunda Guerra Mundial que, contrariando todas as expectativas, foi capaz de superar sua inferioridade bélica e proceder à reconquista trouxe para suas trincheiras um grande número de adesões. O ideal revolucionário ganhava força e novos adeptos, por meio das vitórias na guerra e dos ensinamentos marxistas propalados por Lênin e posteriormente por Stálin.

Na conjuntura revolucionária, que se abriu a partir do outubro russo de 1917, esperanças seriam (re)novadas, demônios seriam (re)inventados, medos seriam (re)visitados e conspirações seriam (re)enunciadas, através de narrativas que viriam a recuperar imagens, símbolos e modelos de valor enraizados em mitos fundadores.³⁹⁰

Nessa dimensão, Lená Medeiros de Menezes destaca o sensacionalismo construído nos noticiários brasileiros sobre a Revolução de Outubro, com boatos em tons de verdade e metáforas em torno da “onda bolchevique” e da “Praga revolucionária”, palavras

³⁸⁷ MELO, op. cit., nota 385, p. 89-90.

³⁸⁸ CARVALHO, Andrea de Souza de. Elementos Para o Estudo da Ideia de Revolução Socialista na América Latina” In: http://www.proealc.uerj.br/documentos/revista_synthesis/elementos_estudos_rev_socialista_america_latina.pdf. Acessado em 20/06/2012.

³⁸⁹ DEUTSCHER, Isaac. *Marxismo, guerras e revoluções*. São Paulo: Ática, 1991, p. 69.

³⁹⁰ MENEZES, Lená Medeiros de. *Tramas do mal: a revolução de outubro no plano das representações (1917-1921)*. Rio de Janeiro, UERJ, mimeo, 2000, p. 79.

cuidadosamente pensadas para demonstrar o perigo do alastramento de “ideais subversivos” nas nações que vivessem “circunstâncias especiais”. Para a mesma, a difusão dessas e outras falas que ameaçavam o ocidente abriu amplas possibilidades no plano simbólico, ao contrapor uma sociedade sadia – a burguesa – a uma sociedade doente – a russa bolchevique –, que ameaçava com a virulência de suas pragas o mundo civilizado.³⁹¹

Além do plano simbólico, o combate ao comunismo, que já ganhara destaque no plano institucional nos anos de 1930, no governo Vargas, foi ampliado com a notada influência dos Estados Unidos, uma vez que Franklin Roosevelt, em 1938, “autorizou o FBI a ampliar a vigilância interna sobre os ‘subversivos’ [...]”³⁹². Dois anos depois, em 1940, foi criado o Serviço Especial de Inteligência (Special Intelligence Service – SIS) que começou a penetrar nos sistemas policiais latino-americanos, inclusive o brasileiro.³⁹³

Um exemplo da relação Estados Unidos-Brasil foi o treinamento recebido pelos “capitães” da Polícia Política de Filinto Müller – usados como arma particular – especialmente nos casos de Miranda Correia e Jullien. Miranda Correia visitou departamentos de polícia em Washington e em Nova York. Segundo Martha Huggins, “nos Estados Unidos, Jullien teria estado em contato com muita coisa que já conhecia, ou apenas aprendido e aprimorar as técnicas de informações já em uso [pela prática da tortura]”.³⁹⁴

Quando Alcides Etchegoyen assumiu a chefia da Polícia Política, em 1942, ele buscou “ajuda do FBI para a instalação de ‘uma Polícia Nacional de acordo com os padrões do FBI’”.³⁹⁵ Os laços entre os agentes do FBI e policiais brasileiros se estreitavam cada vez mais.

A hegemonia das classes dominantes, por meio de uma ética adequada à sua concepção do real, foi construída não só repressivamente, mas também pela coesão com as demais instâncias sociais, mediante um discurso que tornou o uso da força, seja ela física ou não, legítima.³⁹⁶ O Departamento de Estado norte-americano buscou adaptar seu discurso hegemônico com o contexto sócio-histórico da época. Dessa forma, se durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o nazismo foi o inimigo político a ser perseguido, com

³⁹¹ MENEZES, op. cit., nota 390, p. 107.

³⁹² HUGGINS, op. cit., nota 205, p. 68. Ver também o capítulo II da tese.

³⁹³ *Ibidem*, p. 69. Ver também o capítulo II da tese.

³⁹⁴ *Ib.*, p. 57.

³⁹⁵ *Ib.*, p. 72.

³⁹⁶ GRAMSCI, op. cit., nota 32, p. 21.

o término do conflito, as preocupações voltaram-se para o Comunismo.³⁹⁷ O sentimento anticomunista, muito presente na sociedade brasileira, facilitou a aceitação dos chefes de polícia ao projeto de profissionalização de seus contingentes pelos agentes norte-americanos.

No jogo político maniqueísta entre os dois blocos, foram erigidos regulamentos como a Lei Taft-Hartley, de junho de 1947, que “obriga todos os dirigentes sindicais a prestar um juramento de 'não-comunismo' [...]”³⁹⁸ e a própria Doutrina Truman, de março do mesmo ano, que posicionou os Estados Unidos como os defensores da liberdade de povos que resistiam a tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas.³⁹⁹ Essa doutrina, como bem elucidou Martha Huggins, “permitia estender os recursos norte-americanos para a contenção a regiões do mundo anteriormente consideradas ‘periféricas’ aos interesses norte-americanos e declarava os Estados Unidos em luta global [...] contra o comunismo”.⁴⁰⁰

Durante o governo de Harry S. Truman ocorreu a internacionalização da necessidade da chamada “Segurança Interna”. As agitações políticas e sociais em países “menos desenvolvidos” fomentaram as ideologias de contenção e desenvolvimento econômico como um discurso legitimador da intervenção norte-americana. Nesse sentido, a criação da Organização Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency* – CIA), em 1947, ajudou a estabelecer “um mecanismo para a centralização e coordenação da coleta de informações no exterior”.⁴⁰¹

No Brasil, a assimilação desse conceito, como discutido, ganhou bases, sobretudo, após a criação e o desenvolvimento das atividades da Escola Superior de Guerra (ESG). Criada em meio à conjuntura da Guerra Fria, segundo sua doutrina, diante da grave perturbação da ordem, as primeiras atitudes a serem tomadas deveriam ser as repressivas, para impedir a ameaça dos objetivos nacionais permanentes, utilizando-se, para tal, as forças policiais e os grupos militares.

A reorientação política brasileira de 1964, portanto, reuniu interesses dos grupos das Forças Armadas vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG) e os ligados às empresas nacionais, multinacionais e de setores da sociedade civil temerosos da radicalização política

³⁹⁷ HUGGINS, op. cit., nota 205, p.77.

³⁹⁸ VICENT, Gérard. Ser Comunista? Uma maneira de ser. In: PROST, Antonie Prost; VICENT, Gérard (Org.). *História da Vida Privada*, vol.5. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 402.

³⁹⁹ HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos*. O breve século XX – 1914-1991. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 226.

⁴⁰⁰ HUGGINS, op. cit., nota 205, p. 87.

⁴⁰¹ Ibidem, p. 86.

no governo Jango. Para seus idealizadores, o movimento de 1964 fora planejado como uma “contra-revolução preventiva”, contrária aos valores do comunismo e da subversão política que assolavam o Brasil e o mundo. Na busca de findar a “revolução comunista” que se aproximava, tal governo organizou uma série de medidas, como a imposição dos Atos Adicionais, visando a impedir as rearticulações de seus opositores. A partir de uma formulação teórica pautada no crescimento do comunismo internacional e da guerra revolucionária, qualquer indivíduo poderia ser ou estar sob as mãos do inimigo. Logo, a criação de um regime liderado por grupos militares qualificados seria essencial para a defesa nacional.

3.3 Pensamento, consenso e ação – A “Revolução Gloriosa” de 1964

Se a historiografia produziu estudos que analisaram a conjuntura anterior ao movimento de 1964, a partir de diferentes dimensões, também os militares elaboraram sínteses e manuais, oferecendo, dessa forma, a sua versão sobre o fato e nomeando-o, com precisão, como a “Revolução Democrática Brasileira”. Para se entender esse conceito é fundamental analisar como tais estudos compreenderam os momentos que antecederam a sua ação.

Na primeira parte do livro *1964 – 31 de março. O movimento Revolucionário e sua história*, intitulado “A desculpa dos vencedores”, publicado pela Biblioteca do Exército em 2003, Jarbas Passarinho ressalta que, em 1962, a guerra revolucionária, “estratégia de expansão violenta do comunismo internacional”, representava uma grande ameaça e que muitos brasileiros foram a Cuba para treinamentos de guerrilha. Salientava ainda mais esse “perigo”, ao afirmar que:

Prestes, agradecendo homenagem ao governador Miguel Arraes, no Recife, disse: “Nós, comunistas, estamos no governo, mas ainda não no poder.” Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.⁴⁰²

A visão de Jarbas Passarinho corrobora o principal argumento defendido pelos militares em relação a 1964, que os três anos de vigência do governo João Goulart

⁴⁰² PASSARINHO, Jarbas. A desculpa dos vencedores. In: MOTTA, Ariclides de Moraes (Org.). *1964 – 31 de março. O movimento Revolucionário e sua História*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. p. 25.

representaram o momento de desencadeamento de uma grande crise política, que denominam como a clássica Guerra Subversiva de diferentes setores.

Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veementes discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombream com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade. Epidemia paranoica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar “basta!” ao Presidente Jango. E a paranoia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional. Deste alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de março de 1964.⁴⁰³

Na análise de estudiosos militares⁴⁰⁴, publicada pela Escola de Instrução Especializada do Exército, em 1968, a guerra subversiva era descrita como uma ameaça que circundou o país nos primeiros anos dessa década. Nesse processo, a guerra é dividida em cinco fases, das quais três foram amplamente atingidas e a quarta apenas esboçada.

Na primeira fase, denominada “Entrada em ação de uma infra-estrutura clandestina”, é salientado que os antagonismos políticos existentes no Brasil foram acirrados, a partir, principalmente, da atuação de certos órgãos de imprensa e de pretensos líderes sindicais. As formas de atuação desses grupos foram identificadas a partir dos estudos de Suzanne Labin:

Suzanne Labin no seu livro “Em cima da Hora” bem caracterizou valor dessa fase e tática usada pelos comunistas ao afirmar:

- As palavras são os canhões do século XX.
- Um grande jornal vale mais do que dez porta-aviões.
- Um filme, a televisão, um herói, fazem mais do que dez esquadrilhas de bombardeio.
- Dez frações cripto-comunistas desfazem a obra de cinco regimentos.⁴⁰⁵

Na considerada primeira fase da Guerra Subversiva, os militares destacaram o quanto a imprensa e certos líderes políticos e artistas de renome – a partir da criação de estratégias de amplo alcance nas mídias existentes – procuraram disseminar teorias de esquerda para o movimento, especialmente em jornais e revistas como *Novos Rumos*, *Semanário*, *Orla*

⁴⁰³ PASSARINHO, op. cot., nota 402, p. 25.

⁴⁰⁴ A publicação “Guerra Revolucionária” foi escrita pelos militares: Tenente Coronel Art. QEMA Dario Ribeiro de Castro, Capitão Art. Italo de Agustinis Alipro Vieira, Capitão Art. Levy Nunes da Silva, Cap. Dent. João Miguel, Capitão Art. Arthur de Meneses Cardoso e Capitão IE Eduardo Rocha. E pela equipe que o reformulou e atualizou: Major Inf. Josetti Maria de Souza (chefe), Major Eng. Newlwy Lopes Landeira, Major Art. Oswaldo Batista Horácio e Silva, Major Int. Ney de Oliveira Pedroso, Cap. Eng. Antônio José Blanco, Capitão Cav. Thyrsó Octavio Miragaya Junior e Capitão Art. Antonio Machado de Paiva. Ver: ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA DO EXÉRCITO. *Guerra Revolucionária*. S.Ed., 1968.

⁴⁰⁵ Ibidem, p. 124.

Marítima, O Decentista, Problemas de Paz e do Socialismo, Estudos Sociais, Classe Operária, Módulo, Movimento Mundial Sindical e das gráficas *Editora Itambê, Intuliv, Civilização Brasileira, Editorial Vitória e Editora Universitária (UNE)*.⁴⁰⁶

A segunda fase “Ampliação da infraestrutura clandestina e criação de clima favorável” destaca a infiltração de grande número de elementos subversivos nos órgãos do governo e em sociais, principalmente nos Ministérios do Trabalho, no da Justiça e no da Educação. Ainda segundo os militares da Escola de Instrução Especializada do Exército, os três poderes da República estavam tomados pela corrupção e subversão. Assim, o controle dos órgãos sindicais teria caído em mãos comunistas, tendo-se formado duas organizações “espúrias”, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Pacto de Unidade e Ação (PUA). O Ministério do Exército, em publicação de 1971, indicou o quanto esses órgãos propagandearam ideais de esquerda, sob a máscara do nacionalismo

[...] O CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) que, englobando diversas Confederações de Trabalhadores e outras entidades não confederadas, materializou-se num dispositivo comunista de “unidade sindical”; no PUA (Pacto de Unidade e Ação), reuniram-se grupos de classes – trabalhadores, intelectuais, estudantes e homens do campo – em um só bloco de ação contra os que seriam exploradores do povo.⁴⁰⁷

Os militares apontavam, ainda, a existência de mais três correntes infiltradas nos Movimentos de Cultura Popular e no Programa Nacional de Alfabetização, a saber: o PCB (Partido Comunista Brasileiro), a AP (Ação Popular) e o MEB (Movimento Estudantil Brasileiro), ressaltando que esses agrupamentos, partindo de *slogans* de fácil apreensão pelo povo, alastraram-se pelo país, utilizando campanhas tuteladas pelo próprio governo, para criar o clima necessário de subversão para a organização da terceira fase “Passagem à ação com o início da construção de uma sociedade revolucionária”.

A referida terceira fase, segundo o manual “Guerra Revolucionária”, foi caracterizada pela utilização de violências sistemáticas, pela generalização do terror, pelo fomento do clima de medo entre o povo e das rupturas entre os contatos físico e psicológico da massa e da elite da sociedade, o que fora concretizado a partir das seguintes ações:

- do comício de 13 de março, contrariando violentamente as leis em vigor e onde tropas federais apareceram junto a cartazes nitidamente comunistas.
- da infiltração no meio militar, gerando a indisciplina dos marinheiros nos Sindicatos dos Metalúrgicos.
- da rebelião dos Sargentos, em Brasília.
- da manifestação do Automóvel Clube.

⁴⁰⁶ *Ib.*, p. 126.

⁴⁰⁷ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, *op.cit.*, nota 350, p. 23.

- das bases parciais na infiltração rural pelas Ligas Camponesas.
- do início da organização de forças paramilitares no Nordeste, inclusive com uniformes próprios, apreendidos após a Revolução.⁴⁰⁸

As ações descritas acima marcariam a transição para a quarta fase da Guerra Subversiva, caracterizada pela criação de zonas liberadas, com administração oficial e com a formação de um Exército Regular. Essa fase, de acordo com os militares da Escola de Instrução Especializada do Exército foi apenas esboçada a partir de tentativas, como a dos chamados Grupo dos 11, que teria desenvolvido atividades subversivas, por intermédio de escritos e de programas, da rádio Mairink Veiga e dos meios oficiais de comunicação (DCT), especialmente no interior do país. A participação preocupante desses dois agrupamentos no governo Goulart foi atestada quase quatro décadas após o movimento de 1964, pelo General de Divisão Octávio Pereira da Costa.

Penso que esses grupos exerceram uma ação muito importante, sobretudo de intimidação; a vida rural ficou extremamente agitada com a presença das “Ligas Camponesas” e do “Grupo dos Onze”. Era um vetor revolucionário preocupante, mas gostaria de dizer que – me perdoe quem não aceitar a minha verdade – comparado com o MST, as “Ligas Camponesas eram uma “brincadeira de criança”. Suas ações e ameaças assustaram as oligarquias e os empresários rurais e, conseqüentemente, ajudaram a deflagrar a revolução.⁴⁰⁹

Por fim, a Quinta Fase – de concretização – não chegou a existir, devido à rápida ação militar. Nessa conceituação sobre os momentos anteriores ao movimento de 1964, chama atenção o grau de importância conferido à infiltração comunista no Brasil. Nesse sentido, de acordo com os militares, os Inquéritos Policiais Militares instaurados após abril de 1964, evidenciaram o domínio comunista em diferentes setores, tais como a UNE.

[...] as ligações da UNE com organizações comunistas latino-americanas, como o II CLAJ (II Congresso Latino-Americano de Juventudes – Santiago do Chile), 1º SEMS (1º Seminário Estudantil do Mundo Subdesenvolvido – Salvador, Bahia), como a UIE (União Internacional dos Estudantes), com sede em Praga, como o VII e VIII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes pela Paz e Amizade, realizados em 1959 em Viena e em 1962 em Helsink.⁴¹⁰

Além da UNE, também foram listados Sindicatos, Empresas, Estaleiros da Orla Marítima, Federação e Sindicato dos Professores e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros

⁴⁰⁸ Ibidem, p. 125-126.

⁴⁰⁹ Entrevista com o General-de-Divisão Octávio Pereira da Costa. In: MOTTA, op. cit., nota 402, p. 63.

⁴¹⁰ ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA DO EXÉRCITO, op. cit., nota 404, p. 125.

(ISEB)⁴¹¹. Esse último era apresentado de forma muito preocupante para os militares, uma vez que, junto a seu trabalho de crescente “comunização” da juventude, especialmente por meio de seus cursos de politização, representava um grande “risco” às instituições do país.

O quadro nacional às vésperas de 31 de março era descrito pelos intelectuais militares como o mais caótico de todos. Um quadro que aprisionava, pelas pressões de grupos minoritários comunistas, os reais interesses da maioria. Que trouxera frases feitas, ideias e promessas do exterior, nas quais “quiseram copiar e engastar uma forma estranha ao desenfreado instinto libertário do africano, que vive no individualismo do corpo nacional, servido pela preguiçosa alma indígena”.⁴¹²

Após analisar, de forma pormenorizada, a influência comunista e estrangeira em diferentes agrupamentos do país, o manual militar ressalta o clamor do povo para que os homens da caserna partissem para a ação. Seja nas ruas, onde diante da “desordem”, “angústia” e incerteza” perguntavam: *quando é que vocês vão tomar conta disso?* Ou, ainda, nas ações organizadas por mulheres em diferentes estados do Brasil

A mulher brasileira, do Rio, São Paulo e Belo Horizonte, triângulo vital do país, coadjuvada e estimulada pela totalidade feminina, levantou-se. Armada de psicologia organizou a grande marcha. Seu dístico “com Deus pela Liberdade” foi a gota d’água no patriotismo nacional. O povo a aplaudiu. As Forças Armadas lhe deram apoio [...].⁴¹³

Nessa perspectiva, os comunistas são acusados, por contingentes militares e grupos que os apoiavam, de ativar a subversão, infiltrarem-se nos órgãos do governo, de emergirem e influenciarem negativamente entidades sociais, trabalhistas, estudantis e, também, as famílias, em um quadro que necessitava de uma intervenção.⁴¹⁴

Gostaria de lembrar ter assinalado que existia pelo mundo afora, no quadro da Guerra Fria, um grande esforço de expansionismo marxista-leninista, principalmente, na África e na Ásia e, menos intensamente na América. É óbvio que os partidários do marxismo-leninismo pensavam na possibilidade de mudança da ordem institucional brasileira, no sentido de criar condições para a implantação de um regime desse tipo no país. Acreditava que se isso fosse feito, num país de

⁴¹¹ O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado em 1955 – por intelectuais, tais como Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré, dentre outros – com a finalidade de promover o estudo, o ensino e a divulgação das Ciências Sociais. Também tinha por objetivo levantar dados e formular categorias que servissem para a análise e compreensão crítica do Brasil, contribuindo para a promoção do desenvolvimento nacional. Ver: PRADO, Maria Emília. Os intelectuais e a eterna busca pela modernização do Brasil. *História Actual On-Line*, v. 15, 2008, p. 23. <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2546980.pdf>. Acesso em: 20/12/2012.

⁴¹² ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA DO EXÉRCITO, op. cit., nota 404, p. 127.

⁴¹³ Ibidem, p. 128

⁴¹⁴ Ib.

extensão territorial do Brasil, seria altamente significativo dentro do quadro mundial dessa expansão. Os comunistas já tinham conseguido transformar o Estado cubano. Se Cuba, uma ilha, era uma ameaça imensa aos Estados Unidos, imagine-se o Brasil.⁴¹⁵

Assim, frente à intensificação das atividades comunistas no Brasil, o Exército iniciou os preparativos para sua intervenção. Como fora assumido pelos próprios militares, a Escola Superior de Guerra organizou uma fecunda e patriótica campanha de pregação democrática, visando a despertar a nação e o povo para a real gravidade da conjuntura brasileira. Como forma de legitimar a atuação do Exército, nessa conjuntura, os manuais indicam que as pontuações da ESG

[...] tiveram eco cristalino, e melhor receptividade no seio da Escola e de Comando e Estado-Maior do Exército, de onde se ramificou pelas demais Escolas, Arsenais, Estabelecimentos, Fábricas e Quarteis. A princípio o planejamento era defensivo, em condições de quando necessário, despejar-se numa torrente ofensiva incapaz de ser contida.

O Exército apresentava-se como “O Grande Muro”, perante uma Nação que era avassalada pela comunização [...].⁴¹⁶

As ações militares empreendidas, de acordo com a maior parte dos estudiosos desse grupo, foram marcadas pela rapidez e energia, em um momento preciso para se evitar, ao máximo, o derramamento de sangue, a partir das seguintes operações: ações fulminantes em Sergipe e Pernambuco, de forma a neutralizar os subversivos desses estados; eliminação de uma possível resistência no Rio Grande do Sul; Movimento das tropas sediadas em Minas Gerais, visando a atrair as da Guanabara e, dessa forma, facilitar a progressão das Forças Armadas de São Paulo na direção do Rio de Janeiro. Seguindo esses atos, os militares ressaltam a adesão e confraternização das tropas do Rio de Janeiro com as de Minas Gerais e São Paulo, além do grande entusiasmo contagiante da mocidade militar da Academia das Agulhas Negras.

De acordo com os militares da Escola de Instrução Especializada do Exército, dois documentos básicos serviriam para o entendimento da “Revolução Brasileira”, o “Manifesto às Forças Armadas e à Nação”, do General Mourão Filho, da madrugada de 31 de março, e o discurso de posse de Castello Branco, primeiro presidente militar após a intervenção desse grupo. Assim, das palavras de Mourão Filho, fora destacado na publicação militar:

E A CERTEZA DE QUE O CHEFE DO GOVERNO ESTÁ A EXECUTAR UMA DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ANIQUILAMENTO DAS LIBERDADES

⁴¹⁵ Entrevista com o General-de-Divisão Octávio Pereira da Costa. In: MOTTA, op. cit., nota 402, p. 67.

⁴¹⁶ ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA DO EXÉRCITO, op. cit., nota 404, p.129.

CÍVICAS, AS FORÇAS ARMADAS, e em nome delas o seu mais humilde soldado, o que subscreve este manifesto, não podem silenciar diante de tal crime, sob a pena de com ele se tornarem coniventes. Eis o motivo pelo qual clamamos a todos os brasileiros e militares esclarecidos para que, unidos conosco, venham ajudar-nos a restaurar no Brasil a Constituição e o predomínio da boa fé em seu cumprimento. E continua: O Sr. Presidente da República, que ostensivamente havido como guardião da Lei Magna, deve ser afastado do Poder de que abusa, para de acordo com a Lei, operar-se a sucessão, mantida a ordem jurídica.⁴¹⁷

Na primeira mensagem oficial da “Revolução Brasileira”, Mourão Filho destacou o descumprimento da Constituição, por parte do Presidente João Goulart e a necessidade de restaurá-la e cumpri-la, a partir da punição da autoridade oficial, considerada o grande culpado pela crise política do país, bem como a necessidade do respeito e do predomínio da Lei. Já a mensagem da Revolução, de Castelo Branco é reproduzida e destacada na íntegra

“Meu governo será o das Leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira”. “O que vale dizer que será um governo firmemente voltado para o futuro, tanto que é certo que um constante sentimento de progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e também o sentimento de nossa política nacional”. “Devemos nos empenhar nesta ação com a paixão de uma cruzada”. “Serei o Presidente de todos os brasileiros e não o chefe de uma facção”. “Todas as nações democráticas serão os nossos aliados”. “As históricas alianças que nos ligam às Nações Livres das Américas serão preservadas e fortalecidas”. “Venham a mim os brasileiros, e eu irei com eles, para que com o auxílio de Deus, e com a serena confiança, buscar melhores dias nos horizontes do futuro”.⁴¹⁸

Ao referido discurso somou-se a reprodução da “Diretriz do Comando Supremo Revolucionário”, enviada aos mais destacados chefes militares da “Revolução”, redigida em próprio punho por Castello Branco, a saber:

Restaurar a Legalidade:

- restabelecimento da Federação;
- eliminar desenvolvido plano comunista de posse de poder;
- defender as instituições militares que começam a ser destruídas;
- estabelecer ordem para o advento das reformas legais.⁴¹⁹

Segundo as análises militares, o texto a “Revolução Brasileira” reunia, acima de tudo, uma mensagem de: Perenidade; Ordem, Legalidade e Justiça; Civismo; Progresso, dentro de uma conceituação cristã; Anticomunismo; Anticorrupção; Honra e dignidade da vida pública; Justiça Social e da Destinação Histórica do nosso Povo.⁴²⁰

⁴¹⁷ Ibidem, p. 130.

⁴¹⁸ ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA DO EXÉRCITO, op. cit., nota 404, p. 130-131.

⁴¹⁹ Ibidem, p.131.

⁴²⁰ Ib.

De acordo com o grupo militar que se apossara do poder, a Revolução de 1964 traduziu o interesse e a vontade da Nação, de forma oposta a outros movimentos desencadeados pelas Forças Armadas no país, tais como Revoltas, insurreições, motins e sublevações, como assinala o General de Brigada Ferdinando de Carvalho: “a ideologia que inspirou a Revolução era a de manutenção dos valores da nacionalidade brasileira, porque sabemos que o povo brasileiro nunca aceitou as doutrinas radicais e extremistas”.⁴²¹

Para a Polícia Militar do Rio de Janeiro, uma das Forças Auxiliares do Exército – grupo militar líder do movimento de 1964 – essa ação também representou uma grande revolução para o Brasil. No BOL PMRJ de 25 de dezembro de 1964, em meio às comemorações de natal, a corporação era felicitada, mas também informada da nova conjuntura que se apresentava ao país:

Natal de Cristo.

Depois de um ano durante o qual as alegrias se mesclaram com as tristezas, mas sem sairmos da nossa missão secular de servir, alcançamos novamente o dia da grande festa cristã, quando se comemora o Natal de Cristo. [...]

Vivemos momentos que impõem profunda meditação! O País acaba de passar por grande e salutar transformação, na realização de um ideal cuja consolidação exige de cada brasileiro, um sacrifício para o qual nem todos estão preparados. Mas nós, os milicianos guanabarianos, estamos prontos para a execução daquilo que a Pátria necessitar de nós, com aquele mesmo desprendimento, com aquela mesma consciência do dever com que transpusemos o pórtico histórico do 31 de março para 1º de abril, demonstrando que o povo pode confiar em nós!

Conheço bem os homens a quem comando e, por isto, sabendo mesmo que o sacrifício a fazer ainda poderá ser maior do que o que tem sido feito, confio plenamente em todos, desde o Coronel mais antigo ao soldado mais moderno!⁴²²

Nas palavras oficiais proferidas a todos os componentes da PMRJ, o apoio para o que era denominado “grande transformação passada pelo país” era um chamado para a participação de toda a tropa na nova realidade política instalada. Esse instrumento de comunicação para o efetivo foi utilizado durante o regime militar para gerar um tipo de conhecimento que passou a funcionar como uma estratégia de poder, isto é, teve uma função disciplinar, que colocava em funcionamento uma rede de procedimentos vinculada diretamente ao combate de “inimigos”. A análise dessas falas torna-se fundamental para a compreensão de como os comandantes militares indicavam o posicionamento político da Instituição diante da ação de 1964.

⁴²¹ Entrevista do General de Brigada Ferdinando de Carvalho. In: MOTTA, op. cit., nota 402, p. 159.

⁴²² PMRJ, BOL nº. 163, 25/12/1964.

3.4 Revolução e Salvação Nacional: Efemérides e Discursos dos Boletins da Polícia Militar do Rio de Janeiro

Dois dias após a ação militar que depôs o presidente João Goulart, o Boletim da Polícia Militar do Rio de Janeiro saudava o movimento, ressaltando a participação de parte do agrupamento no mesmo, além de solicitar esses registros para seu efetivo;

Considerando que, desde 1809, vem esta PM participando de fatos históricos da Nação.

Considerando, porém, que muitos deles esta Corporação não dispõe de documentação precisa, o que tem dificultado, em alguns casos, impossibilitado o seu registro histórico.

Considerando, finalmente, que os últimos acontecimentos devem ficar, com a máxima exatidão, em documentos e serem guardados, no Arquivo Geral, junto a outros tantos referentes à gloriosa história de nossa Milícia, para apreciação equilibrada da posteridade;

Determina que os oficiais que participaram, diretamente dos últimos acontecimentos, verdadeiramente históricos, porque passou nossa pátria, remetam à SPM, até o dia 10 do iniciante mês, relatório datilografado, em duas vias, devidamente assinadas, em que sejam narrados, de forma clara, minuciosamente e sem comentários, os fatos que tomaram parte.⁴²³

Os Boletins redigidos pela PMRJ (BOL PMRJ) são documentos administrativos, de produção contínua nos dias úteis, com informes para o corpo policial sobre práticas institucionais ligadas a nomeações, promoções, lotações e punições, entre outros, indicados em seções como: Assuntos Gerais e Administrativos; Mudança de Escala; Movimento de Viaturas e Atos do Secretário de Segurança Pública.⁴²⁴

É justamente nessa última seção e também nas Ordens do Dia, que são reproduzidos discursos que fogem aos aspectos burocráticos e se vinculam a temas mais gerais, incluindo o posicionamento político da Instituição em diferentes conjunturas. Durante o Regime Militar, como uma força legítima de coação do Estado, a Polícia Militar reproduziu, nessas falas, o discurso anticomunista que vinha sendo propagado pelo Exército pelo menos desde os anos de 1930, seja por meio da transcrição de suas Ordens do Dia ou por textos escritos pelos próprios Comandantes da Polícia Militar.

O anticomunismo, segundo Rodrigo Patto Sá Motta é a postura de indivíduos e grupos dedicados à luta contra o comunismo, seja pela palavra ou pela ação. Logo, sua base de sua atuação estaria centrada em uma atitude de recusa expressa ao projeto comunista, entendido,

⁴²³ PMRJ, BOL nº. 62, 02/04/1964.

⁴²⁴ Ressalta-se que essa organização refere-se à época estudada na Tese.

no século XX, como a síntese marxista-leninista que deu origem ao bolchevismo e ao modelo soviético.⁴²⁵

Na primeira metade do século XX, o anticomunismo congregou grupos de diversas naturezas políticas e até mesmo opostos, como os liberais e os fascistas, que em determinados momentos uniram-se, em um grande discurso, no projeto maior de combate ao comunismo.

Mas, em que pese a heterogeneidade, ou talvez por cauda dela, o fato é que o anticomunismo tornou-se uma força decisiva nas lutas políticas do mundo contemporâneo, alimentado e estimulado pela dinâmica do inimigo que era a sua razão de ser, o comunismo. [...] Durante os cerca de setenta anos compreendidos entre a Revolução de outubro de 1917 e a crise do socialismo real ocorrida na virada da década de 1980 para 1990, o comunismo tornou-se muito mais que um espectro.⁴²⁶

Para Maria Celina D'Araújo, Gláucio Soares e Celso Castro, durante as entrevistas realizadas para o livro *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*, o papel que os depoentes militares atribuem ao anticomunismo para a explicação do Golpe é central

A origem histórica desse sentimento anticomunista, disseminado nas Forças Armadas, é a revolta Comunista de 1935. O efeito emocional do que foi visto como uma imperdoável traição perdurou por décadas, ritualizando-se na peregrinação anual ao monumento aos mortos na “intentona”.⁴²⁷

Ainda segundo os autores, esse sentimento era evidenciado na construção de falas que aproximavam o comunismo a práticas “ameaçadoras” e “traíçoeiras”, que tentaram invadir os quartéis no passado e novamente representavam uma ameaça nos anos 60. Além disso, o discurso militar anticomunista era ampliado quando associado à conjuntura internacional do pós-guerra, e a leitura de que sua estratégia passou a centrar-se na guerra subversiva, ou revolucionária, desenvolvida no interior dos países capitalistas.⁴²⁸

A análise dos discursos militares, publicados no período em livros e Ordens do Dia, se torna fundamental para a compreensão do quanto foram úteis para a organização do Golpe e suas posteriores ações. Ao examinar a linguagem como um instrumento de interação social, Bakhtin argumenta que o sujeito produtor passa a ocupar um lugar de destaque em diferentes situações, já que é a partir dele que se produz a compreensão de variadas relações sócio-históricas. Tal sujeito, dessa forma, constrói enunciados que expressam acontecimentos que,

⁴²⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. O anticomunismo no Brasil. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002, p. XIX.

⁴²⁶ MOTTA, op. cit., nota 425, p. XIX-XX.

⁴²⁷ D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, op. cit., nota 324, p. 11.

⁴²⁸ Ibidem, p. 11-12.

necessariamente, exigem: uma determinada situação histórica, a identificação dos atores sociais, o compartilhamento de uma mesma cultura, e, por fim, o estabelecimento de um diálogo.⁴²⁹

Transpondo essa noção aos Boletins da PMRJ ora analisados, é possível pontuá-los a partir da compreensão de que: foram produzidos durante o regime militar, retratando a fala de Comandantes dessa Instituição e/ou do Exército em concomitância com a publicação de Leis e Decretos lançados no período, dentro de uma cultura, sobretudo, anticomunista, a fim de compartilhar valores e conceitos considerados fundamentais, para toda a Corporação.

A leitura dos Boletins da PMRJ possibilita a identificação e o estabelecimento de uma determinada recorrência de palavras e do discurso anticomunista, além do entendimento do quanto foram trabalhados e disseminados na Instituição, de forma a construir os padrões de um novo e perigoso “inimigo” a ser combatido pelos Policiais Militares, uma vez que

[...] a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios.⁴³⁰

Nessa perspectiva, o maior número de discursos anticomunistas e legitimadores da “Revolução de 1964” aparecem, principalmente, em quatro datas exaustivamente referendadas por essa Corporação: 31 de março, aniversário do movimento de 1964, 21 de abril, dia de Tiradentes, patrono das Polícias, 15 de novembro, data da proclamação da República e 27 de novembro, em referência ao episódio da Intentona Comunista.

Nessas datas, de grande significado para os militares, as homenagens à “gloriosa revolução de 1964”, ao patrono das Polícias e herói cívico do Brasil, à Proclamação da República e à memória dos militares assassinados pela “Intentona Comunista”, constituíam importantes espaços para a construção de um discurso que tanto reforçava a identidade institucional quanto possibilitava uma reflexão sobre o período vivido associado, de forma conveniente, aos referidos fatos.

Se nos dias 31 de março, 15 e 27 de novembro evidenciam-se a alternância entre o discurso dos Comandantes Gerais da PMRJ e a reprodução das Ordens do Dia do Exército, tendo em vista a relevância dessas datas para a referida Corporação; o dia 21 de abril marca a

⁴²⁹ BAKHTIN, Mikail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, pp. 283-284.

⁴³⁰ *Ibidem*, p. 41.

publicação exclusiva de textos dos então Comandantes-Gerais da Polícia Militar, voltando-se especialmente às demandas e à realidade dessa Corporação em um dia considerado muito caro – de seu grande patrono –oficializado desde 1946

[...] Considerando que a ação do indômito protomártir da Independência, como o soldado da Lei e da Ordem, deve constituir um paradigma para os que hoje exercem funções de defesa da segurança pública, como sejam as polícias civis e militares, às quais incumbe a manutenção da ordem e resguardo das instituições:

Usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

Artigo único. Fica instituído o Dia das Polícias Civis e Militares que será, comemorado todos os anos a 21 de Abril, data em que as referidas corporações em todo o país realizarão comemorações cívicas que terão como patrono o grande vulto da Inconfidência Mineira.

Rio de Janeiro, 29 de Abril de 1946, 125º da Independência e 58º da República.⁴³¹

Conforme fora estabelecido pelo Decreto-Lei 9208, a opção por Tiradentes como o patrono das Polícias anunciava, acima de tudo, o herói mineiro como um exemplo a ser seguido pelos homens da Lei e da ordem. Embora, desde o início da República, Tiradentes tenha sido escolhido e construído pelos militares em sendo um herói que os representava⁴³² foi somente no início do regime militar, no governo de Castelo Branco, que o “grande homem” militar “Tiradentes, é declarado patrono cívico da Nação Brasileira”.⁴³³

Segundo Raoul Girardet, os processos de heroificação implicam em certa adequação da personalidade do salvador às necessidades da sociedade em um determinado momento de sua história.⁴³⁴ A imagem do herói, nessa perspectiva é reconstruída tanto devido às necessidades do Estado quanto das Instituições que o elegem. No caso das Polícias e, em inícios do regime militar liderado pelo Exército, a escolha e a reafirmação do mito de Tiradentes instigava policiais e militares a seguirem seu modelo exemplar na lógica de salvação da sociedade, que se apresentava naquele momento.

Uma República que foi instituída pelas Forças Militares construiu, assim, um herói que representa o militar, o religioso, o povo e a masculinidade. As múltiplas faces desse herói possibilitam, como dissemos acima, sua constante reconstrução e adaptação às diferentes realidades institucionais, políticas e sociais. Para os militares, a identidade do herói assume principalmente a face do Alferes, o soldado que morreu

⁴³¹ Decreto-Lei Nº 9.208, de 29 de abril de 1946. In: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22 de junho de 2013.

⁴³² Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

⁴³³ Tiradentes foi declarado Patrono Cívico da Nação Brasileira, através da Lei, nº 4897, de 09 de dezembro de 1965. In: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22 de junho de 2013.

⁴³⁴ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 82-83.

em defesa da Pátria. Sua imagem é a de um homem que lutou pela liberdade da Pátria contra os tiranos portugueses.⁴³⁵

Não por acaso, no dia 21 de abril foram publicados inúmeros textos clamando os policiais militares a se esmerarem, como verdadeiros heróis, na empreitada contra a “bolchevização” e os males que afetavam o país.

Herói Tiradentes:

Estejas certo de utilidade de teu sacrifício.

Dentro em pouco desfilarão os teus afillhados e redes vislumbra em cada homem, em cada arma, em cada peito, um instrumento dos teus ideais.

Tua imagem nos guia e conforta em todas as nossas ações.

Na calada da noite agiganta-se a figura do soldado da Polícia Militar, zelando pelo bem estar público, para que a propriedade tenha significado real e que os trabalhadores desfrutem de um justo e merecido repouso.

A alva bandeira da liberdade, que empunhaste, é o estandarte que trazemos em mente, toda vez que se torna necessário empunharmos nossas armas para libertação do Brasil das tendências bolchevizantes, que se chocam com a índole cristã de nosso povo.

Nossa presença aqui não é ato de rotina, mas a confirmação solene de que a Polícia Militar, unida, com um só pensamento, esteve o estará presente em todos os momentos de grave crise nacional, sempre que chamada, tendo o teu ideal por paradigma.

Teu sacrifício há de inspirar as nossas decisões, para que sejamos, como temos sido, dignos de ter-te como padrinho.

Estejas certo que esta terra dadivosa saberá cumprir a sua missão histórica de guardiã dos ideais que espalhastes pelos quatro cantos do nosso Brasil.

Fica certo que tudo fazemos para que nossas ações diárias na calada da noite sejam flores que depositamos aos pés do excelso bronze em que estás esculpido.

Djalma de Andrade Jacó – Coronel Comandante Geral.⁴³⁶

De uma forma geral, o discurso acima foi reproduzido em diferentes momentos do regime militar, acentuando determinados conceitos e noções mais próximos das conjunturas em que se inseriam como as de revoltas estudantis, sequestros ou greves, e outros. A partir deles, portanto, deu-se a organização da tabela abaixo, tendo por base as referências às aludidas efemérides, e considerando, também, outras datas em que foram publicados textos, Decretos e Leis afins.

⁴³⁵ SCHACTAE, Andréa Mazurok. As comemorações de Tiradentes: memória e identidade de gênero na Polícia Militar do Paraná. *Revista de História Regional*, 14(2): 154-177, 2009, p. 157.

⁴³⁶ PMRJ. BOL Nº 081, 21/04/1966.

TABELA 1:
Efemérides e “Revolução de 1964” nos Boletins da PMRJ

Anos	31 de março	21 de abril	15 de novembro	27 de novembro	Outros
1964	X ⁴³⁷	X	X	X	X ⁴³⁸
1965	X	X	X	X	X ⁴³⁹
1966		X	X		X ⁴⁴⁰
1967	X	X	X		X ⁴⁴¹
1968	X	X	X	X	X ⁴⁴²
1969	X	X	X		X ⁴⁴³
1970		X			X ⁴⁴⁴
1971		X			X ⁴⁴⁵
1972	X	X	X		X ⁴⁴⁶
1973	X	X			
1974	X	X			X ⁴⁴⁷
1975	X	X	X		X ⁴⁴⁸
1976	X	X			X ⁴⁴⁹
1977	X	X	X		X ⁴⁵⁰
1978	X	X	X	X	
1979	X	X			

⁴³⁷ Publicação do dia 02/04/1964.

⁴³⁸ Referências à “Revolução Gloriosa” e o combate ao comunismo no Boletim do dia 20/12/1965.

⁴³⁹ Transcrição, na íntegra, do AI-2.

⁴⁴⁰ Transcrição, na íntegra, do AI-3 e do AI-4.

⁴⁴¹ Referências de necessidade do combate ao comunismo no dia 13/05, data do “Espadim”, cerimônia de formatura dos alunos oficiais.

⁴⁴² Transcrição, na íntegra do AI-2.

⁴⁴³ Lista de políticos cassados após o AI-5, publicadas em janeiro e fevereiro de 1968. Transcrição de um texto do Conselho de Segurança Nacional, expondo os motivos que levaram à decretação do AI-5. Transcrição da Lei de criação da Comissão Geral de Inquérito Policial Militar. Transcrição do AI-8, AI-10, AI-14 e da definição dos crimes contra a Segurança Nacional.

⁴⁴⁴ Transcrição das Diretrizes de Ensino e Instrução sobre a Guerra Revolucionária e de um texto relativo ao terceiro aniversário de criação do Inquérito Geral das Polícias Militares (IGPM).

⁴⁴⁵ Texto expressando a solidariedade da Polícia Militar ao Exército, devido ao assassinato de um militar por subversivos. Publicado no dia 31/03/1971.

⁴⁴⁶ Referências à “Revolução de março de 1964” no texto da cerimônia do Espadim Tiradentes.

⁴⁴⁷ Referências aos dez anos da “Revolução Militar” no dia 07 de setembro, no texto de comemoração à independência do Brasil.

⁴⁴⁸ Referências ao governo militar no dia 24 de dezembro.

⁴⁴⁹ Referências ao governo militar no dia 30 de dezembro.

⁴⁵⁰ Transcrição, na íntegra, da Emenda Constitucional nº 7, de 13 de abril de 1977.

1980	X	X			
1981	X				
1982	X	X			
1983					X ⁴⁵¹
1984					
1985					

No dia 31 de março de 1965, fora publicado no BOLPMRJ um texto homenageando o primeiro aniversário da “Revolução Redentora”. Com referências à Grécia Antiga e às solenidades que consagravam os méritos, elogiavam os valores e glorificavam as virtudes, o Comandante Geral Édson Moura Freitas destacava que tais datas não referendavam apenas o culto do passado ou o enobrecimento do presente, mas a afirmação de uma esperança entronizada na história. Esse momento, de acordo com o Coronel, tornava-se ainda mais especial, porque contou com a participação da Polícia Militar.

Aos vos dirigir estas palavras, o vosso comandante geral sente o coração referto de profunda satisfação, pois esta corporação soube ser digna das suas tradições, cumprindo o seu dever com decidida galhardia, sem que se pudesse distinguir, dentre os milicianos guanabarianos, quais os veteranos e quais os neófitos tal a homogeneidade com que se comportaram oficiais e praças, em atendimento a imposição histórica daquele dia inesquecível. Este comando sente, nesta comemoração, aquela mesma emoção que lhe tomou o coração e a alma no momento histórico em que lhe foi dada a notícia de que o ideal dos bons havia vencido. Que a pátria estava livre dos seus algozes vermelhos.

Recordai-vos sempre, meus comandos, das vicissitudes daqueles momentos trágicos e esta lembrança vos fará amadurecer no coração o espírito espartano que é vosso e do qual tão forte e evidente prova soubestes dar.⁴⁵²

Na menção alusiva ao primeiro aniversário do Golpe de 1964, o Comandante Geral da Polícia Militar da Guanabara procurou identificar esse momento com o heroísmo de seus protagonistas, dentre os quais estavam os integrantes da sua Corporação, diante do combate ao “inimigo vermelho” e de defesa das instituições republicanas. Há que se destacar que, nesse momento, o primeiro Ato Institucional já havia sido decretado e o discurso procurava, acima de tudo, justificar os momentos iniciais dos governos militares, desqualificando o governo Goulart e incorporando a Polícia Militar à nova ordem que se apresentava. É nesse sentido, que nos festejos de final de ano de 1965, mais uma vez são encontradas essas menções.

⁴⁵¹ Transcrição, na íntegra, dos Decretos-Lei nº 2010, de 12 de janeiro de 1983 e do nº 88777, de 30 de setembro de 1983.

⁴⁵² PMRJ, BOL nº61, 31/03/1965.

Foi esse amor à ordem que levou a Corporação a equilibrar-se em meio a onda de anarquia que invadia o país e a qual já não resistiam setores tradicionais disciplinados das Forças Armadas.

Foi ainda neste espírito disciplinado que fez a Polícia Militar, na Revolução de 31 de março, marchar, na primeira hora, unida e sem discrepância, coesa e decidida, ao lado das Forças Armadas que resolviam atalhar o caminho do comunismo na nossa Pátria.⁴⁵³

Nos primeiros anos do Regime Militar, portanto, a maior preocupação demonstrada foi a de construir um consenso no interior da Corporação em relação ao combate ao comunismo e aos acertos da nova ordem política que se iniciava, associando-a diretamente ao fortalecimento das instituições democráticas. Cabe ressaltar que a batalha contra o “inimigo vermelho” era justificada a partir do uso de maniqueísmos expressos em distinções como a luta entre o bem e o mal, a ordem e o caos, o lícito e o ilícito, de forma a destacar antíteses que, por um lado, traçavam o perfil do inimigo político da época e, por outro e de forma oposta, do grande serviço prestado pelos militares à sociedade, livrando-a desse “perigo”.

Na primeira década do regime militar, os anos de 1968 e 1969 tornaram-se emblemáticos sob o ponto de vista das publicações nos Boletins da PMRJ, a incursão de temas que se ligavam diretamente às questões políticas. A conjuntura desse período, a princípio, foi marcada pelo surgimento de resistências à nova ordem e às primeiras articulações políticas formais contrárias ao fim dos partidos políticos, como fora decretado pelo AI-2 em 1965. Essa época também foi marcada por organizações que iniciaram um confronto mais direto e, por vezes, violento, contra o regime que progressivamente tornava-se mais repressivo. Assim, no dia 31 de março de 1968, a referência ao aniversário da “Revolução Redentora” não foi feita pelo Comandante Geral da Polícia Militar, mas transcrita da Ordem do Dia do Ministério do Exército.

“O 4º Aniversário da Revolução de Março – 31 de março de 1968”

É com legítimo orgulho cívico e redobrada confiança que o Exército festeja nesta data, em todos os seus quartéis, o quarto aniversário da Revolução de 31 de março.

A consciência da sua verdadeira e grande significação já é, agora, fortalecida, passados apenas quatro anos, pela auspiciosa transformação que tão rapidamente se processou na vida nacional, antes aviltada e tumultuada.

Vemos, hoje, o Brasil trabalhando e produzindo em ambiente de ordem, com o restabelecimento e a dignificação do princípio da autoridade, para recuperar-se, pelo esforço solidário do governo e do povo, unidos no mesmo alto e patriótico propósito de recolocá-lo, definitiva e firmemente, no caminho dos seus verdadeiros destinos. [...]

Foi uma reação do espírito do povo e das Forças Armadas, que agora se prolonga no grande esforço pela recuperação nacional, sob os auspícios e com o decidido empenho deste segundo governo. [...]

⁴⁵³ PMRJ, BOL n°239, 20/12/1965.

Gen. Ex. Aurélio de Lyra Tavares – Ministro do Exército.⁴⁵⁴

A ordem do dia reproduzida procurava destacar o ambiente de estabilidade e a necessidade do uso da autoridade para mantê-la. O segundo governo mencionado nesse texto foi o do presidente Costa e Silva. Durante sua gestão os setores de informação e de repressão que existiam desde o governo Vargas foram mais fortalecidos. Uma repressão que cresceu ainda mais, junto a movimentos de rebeldia que agitaram os estudantes em diferentes países do mundo.

No Brasil, a maior manifestação contra o governo militar aconteceu em junho, quando a Passeata dos Cem Mil, liderada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), por intelectuais e por artistas, ocupou o centro da cidade do Rio de Janeiro, dando sequência a uma série de enfrentamentos entre os manifestantes e as forças de repressão nos principais centros do país. Não por acaso, o BOL PMRJ desse ano conferiu grande destaque à chamada “Intentona Comunista”, lembrando o perigo desse agrupamento político, instado pela “violência” e pela “desordem”, de forma a associá-la aos movimentos comunistas que se organizavam à época.

IV – 27 de novembro

A data que hoje transcorre faz-nos lembrar amargamente, que há 33 anos atrás, o sangue precioso dos nossos valorosos companheiros, jorravam aos borbotões sobre, e em defesa do solo sagrado da mãe pátria das instituições da família brasileira.

Precisamente a 17 de novembro de 1935, irrompia em NATAL e RECIFE, um movimento covarde de cunho comunista, com ramificações no Rio de Janeiro.

Aqui, dez dias após, precisamente no dia 27, porém, prontamente sufocado, graças à imediata e providencial intervenção do governo, tendo na região nordestina uma duração efêmera. [...]

No Recife; as tropas do Exército e brigada militar do Estado portaram-se com denodo sangue frio, preservando a ordem, garantindo a vitória ao governo e ao Brasil.

No Rio; Exército, Marinha e Polícia Militar, irmanados e comungando com o mesmo pensamento, não permitiram nem que se mostrasse ao povo a bandeira dos bolchevistas, encurralando os sublevados do 3º Regimento de Infantaria e Escola de viação.

Pretendiam – não foram a Sentinela sempre atenta e vigilante de nossos soldados – com seus recursos místicos surpreendentes e violentos, que lhes são peculiares, e suas influências ideológicas, a prática de suas realizações sanguinárias, irradiando a ação agressiva e solerte, voltando as armas contra a própria pátria que um dia lhes confiou para defendê-la.

O comunismo, costumeiramente com a sua tática, já por demais conhecida, não podendo se projetar de forma concreta e ostensivamente, sequioso de voltar a atividade primitiva, infiltrando-se em todas as classes com dissimulação e hipocrisia, tenso sempre em mira os meios estudantis universitários, militares e proletários, numa ação lenta e pertinaz, corrompendo, fracionando e solapando os alicerces da disciplina e da ordem [...]

Esta página imaculada de nossos anais, escrita nobremente com o sangue fraterno, será sempre perpetuada aos bravos de 1935, aos quais, entoaremos cânticos de louvor e glória.⁴⁵⁵

⁴⁵⁴ PMRJ, BOL nº 225, 15/11/1968.

⁴⁵⁵ PMRJ, BOL nº 232, 27/11/1968.

O ano supracitado teve grande significado para a intensificação de toda uma linha anticomunista, especialmente voltada a grupos estudantis e trabalhistas, por parte da Polícia Militar. Nesse período, a Instituição operou em diferentes casos de enfrentamento contra os agrupamentos que se opunham ao regime instalado. Em um desses episódios, em março de 1968, estudantes organizaram uma passeata relâmpago contra o aumento do preço da comida de um restaurante universitário, mantido pelo governo, o Calabouço.

Os protestos estabelecidos nesse local levaram a Polícia Militar a dispersar tais estudantes, que, ao se abrigarem no restaurante, utilizaram pedaços de pau e pedras contra os policiais militares. O pretense ataque à Embaixada dos Estados Unidos motivou a investida desses militares ao local e o comandante da tropa, o aspirante Aloísio Raposo, a atirar e matar o secundarista Edson Luís, de dezesseis anos, com um tiro no peito. O corpo do estudante, velado na Assembléia Legislativa, foi acompanhado por cerca de 50.000 pessoas até o Cemitério São João Batista, local de seu enterro.

O fato que comoveu todo o país foi acompanhado por várias manifestações contra a atuação militar no centro da cidade, chegando a um ponto máximo nos arredores da igreja da Candelária, por ocasião de sua missa de sétimo dia, quando soldados a cavalo postaram-se contra a população que a acompanhava.⁴⁵⁶

Nessa conjuntura de desgaste, incrementar a necessidade de combate ao inimigo tornava-se fundamental, especialmente para manter a coesão do Corpo Policial em suas próximas ações, por isso a continuidade do discurso reafirmando a necessidade de combater o maior “inimigo” do período, que já tinha mostrado sua capacidade de ação no passado, e que agora se manifestava por meio dos estudantes.

Acaulem-se, pois, contra as investidas constantes no inimigo vermelho, que nos assedia a todo momento no cotidiano.
Repudie-o, repila-o, enxote-o para longe e reprima-o com todas as forças e energia.
Basta que observemos os acontecimentos estudantis dos últimos tempos.
Assim estás cumprindo o sagrado juramento que prestantes perante a pátria simbolizada no seu pavilhão de defendê-la até a morte, acatar as autoridades constituídas, preservando as instituições e autonomia do Estado.⁴⁵⁷

A preocupação demonstrada pela Polícia Militar refletia um quadro conflituoso bem maior. Os embates entre os meios militares e civis cresceram intensivamente nesse período, atingindo seu auge quando o deputado Márcio Moreira Alves foi acusado de ter ofendido as Forças Armadas, e a Câmara dos Deputados negou-se a processá-lo. Em função desse fato e

⁴⁵⁶ FREIXO; FREITAS, op. cit., nota 13, p. 26.

⁴⁵⁷ PMRJ, BOL nº 232, 27/11/1968.

do fortalecimento dos movimentos oposicionistas, em 13 de dezembro de 1968 foi editado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), determinando o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos; a intervenção federal nos estados e municípios; a cassação de mandatos eletivos; a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão; o fim da garantia do *habeas corpus* e o confisco de bens obtidos por meios ilícitos.⁴⁵⁸ Esse Ato e o complementar nº 38 foram transcritos à íntegra no BOL PMRJ nº 252, de 27 de dezembro de 1968, esclarecendo, assim, à tropa, a realidade que se apresentava junto aos novos parâmetros que deveriam ser incorporados às suas atividades.

Os desdobramentos do AI-5 também figuraram nos Boletins da Polícia Militar. Dessa forma, o BOL PMRJ Nº 8, de 13 de Janeiro de 1969, reproduziu os Atos do Poder Executivo referentes às cassações dos mandatos políticos

IX- ATOS DO PODER EXECUTIVO – TRANSCRIÇÃO

[...]

4- O presidente da república, no uso das atribuições que lhe confere o art 4º do ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista indicação do conselho de segurança nacional, resolve

CASSAR:

Os mandatos eletivos federais e suspender os direitos políticos, pelo prazo de dez (10) anos, dos seguintes cidadãos:

Márcio Emmanuel Moreira Alves – deputado federal – GB

Hermano de Deus Nobre Alves – deputado federal – GB

David José Lerer – deputado federal – SP

Hélio Henrique Pereira Navarro – deputado federal – SP

Gastone Righi Cuochi – deputado federal – SP

José Lurtz Sabiá – deputado federal – SP

Henrique Henkin – deputado federal – RS

Matheus José Schimdt Filho – deputado federal – RS

Renato Bayma Archer da Silva – deputado federal – MA

José Carlos Estelita Guerra – deputado federal – PE

Maurício Filgueira Ferreira Lima – suplente de deputado federal em exercício – PE

5- O presidente da república, no uso das atribuições que lhe confere o art 4º do Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista indicação do conselho de segurança nacional, resolve

SUSPENDER OS DIREITOS POLÍTICOS:

Pelo prazo de 10 (dez) anos, do cidadão Carlos Frederico Werneck de Lacerda.

Brasília, 30 de dezembro de 1968

6- O presidente da república, no uso das atribuições que lhe confere o art 4º do Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista indicação do conselho de segurança nacional, resolve

SUSPENDER OS DIREITOS POLÍTICOS:

Pelo prazo de dez (10) anos, do cidadão Joaquim de Souza Neto, Desembargador-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Brasília, 30 de dezembro de 1968.⁴⁵⁹

⁴⁵⁸ PMRJ, op. cit., nota 457, p. 27-29.

⁴⁵⁹ PMRJ, BOL nº 8, 13/01/1969.

Outras listas foram publicadas nos Boletins da Polícia Militar, no ano de 1969, como reflexo do Ato Institucional nº 5 e da grande mudança na esfera do controle e da repressão que assolavam o país. Nessa conjuntura, atitudes radicais foram fortalecidas tanto pelo lado militar quanto pelo da oposição. O Boletim Nº 28, de 11 de fevereiro de 1969, transcreveu o Ato Complementar Nº 47, do Conselho de Segurança Nacional, que destacava o quadro de insegurança que assombrava o país a partir das práticas de elementos “subversivos” e “contra-revolucionários”, que promoviam a inquietação social e a perturbação da ordem pública, com vistas à derrubada do regime. Nesse contexto, o Conselho evidenciava as seguintes atividades desenvolvidas pelos “esquerdistas”:

- ação perturbadora do clero “progressista”;
- deterioração da ação política no congresso nacional;
- intensificação de ações ostensivas contra as instituições, praticadas pelas diferentes facções comunistas;
- empenho das organizações comunistas vinculadas a China e a Cuba nos preparativos para a condução, a curto prazo, da luta armada;
- ação das cúpulas estudantis e esquerdas, a exemplo do que ocorreu na França no sentido de minar o princípio da autoridade e de motivar a população para aceitar as ocupações das faculdades e as manifestações abusivas contra os responsáveis pelos destinos do país;
- caracterização nítida do terror cultural comunista nas universidades, resultando na marginalização de diversos professores, na acomodação de um grande número de alunos e professores e na distorção dos verdadeiros postulados da democracia;
- veiculação maciça, pelos órgãos formadores da opinião pública, de teses contrárias aos desígnios da Revolução de 31 de março de 1964, em perfeita consonância com a estratégia do movimento comunista mundial. A imprensa, em sua grande maioria dominada pelos comunistas, representou um papel importantíssimo no quadro geral dos acontecimentos;
- campanha conduzida através da imprensa e da televisão em ligação com órgãos estrangeiros de imprensa e de outros estudos internacionais, sobre discriminação racial, visando a criar novas áreas de atritos e insatisfação com o regime e as autoridades constituídas;
- esvaziamento do impacto causado pela invasão da Tchecoslováquia, através da reativação da campanha em torno do conflito do Vietnã.⁴⁶⁰

Da mesma forma, era ressaltada a ação de grupos de anticomunistas extremados, que passaram a atuar, também pichando paredes, distribuindo panfletos à população e praticando outros atos que se enquadravam no esquema do terrorismo urbano. Esse agravamento de ações contra a ordem era creditado à decretação do AI-5, que teria tornado possível ao governo aprisionar, investigar e identificar os responsáveis pelo conturbado ambiente que se irradiava no país.

⁴⁶⁰ PMRJ, BOL nº 34, 21/02/1969.

Os atos de violência praticados por grupos de esquerda, como os atentados terroristas, assaltos a bancos e a quartéis do exército, roubos de uniformes, armas e equipamentos militares também eram expostos, oferecendo um indicativo daquilo que mereceria maior atenção e ação da Polícia Militar:

Como exemplo dessas atividades subversivas e contra-revolucionárias destacam-se:

- apreensão de grande número de armas, explosivos, material de propaganda e pregação ideológica comunista, manuais e folhetos de instrução, resultante da diligência policial, com apoio de elementos do II exército, levada a efeito no conjunto residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP);
- prosseguimento dos assaltos a bancos, principalmente nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Até o presente, já foram realizados cerca de sessenta assaltos e roubados da ordem de 2,1 milhões de cruzeiros novos;
- realização de novos atentados terroristas com maior incidência na Guanabara e em São Paulo;
- confirmação da atividade da política operária (POLOP – dissidência do PCB apologista da ação violenta) em Belo Horizonte, com ramificações em São Paulo, Guanabara e Niterói;
- atividades de elementos da Ala Marighela em Brasília, com ramificações em São Paulo, Minas Gerais, Guanabara, Rio de Janeiro e Ceará;
- finalmente, o furto praticado pelo cap. CARLOS LAMARCA, em sua própria unidade, abrangendo um elevado número de armas de guerra e de peças de uniformes, além de munições e explosivos o que comprova a existência de uma bem montada trama comunista e constitui traição, ignomia, crime infamante e ação deletória, sem precedentes em nosso exército.⁴⁶¹

Se em fevereiro de 1969 era grande a preocupação exposta pelos militares, que vinham realizando constantes apurações a partir da prisão e confissões de presos políticos, meses depois, o afastamento do presidente Costa e Silva por doença e sua substituição por uma junta formada por ministros militares aumentaram ainda mais a tensão política, que atingiu seu ápice em setembro, com o sequestro do Embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick.

Segundo Denise Rollemberg, o sequestro do Embaixador norte-americano causou um duplo impacto negativo para o regime militar. Primeiro, por tratar-se de uma situação inédita no país e, depois, especialmente, pela ousadia dos esquerdistas ao planejarem uma ação contra um diplomata da maior potência ocidental – símbolo máximo do imperialismo e da exploração capitalista – durante a Guerra Fria.⁴⁶²

A resposta da junta militar foi rapidamente configurada por meio da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, que indicava a pena de morte para os crimes “terroristas” e da

⁴⁶¹ PMERJ, op. cit., nota 460.

⁴⁶² ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas Revolucionárias e Luta Armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (O Brasil Republicano; v, 4). p. 68.

edição do Decreto Lei Nº 898, de setembro do mesmo ano, que tratava dos Crimes contra a Segurança Nacional, e que também foi transcrito, no BOL PM 199, de 17 de outubro desse mesmo ano.

DECRETO-LEI Nº 898 – DE SETEMBRO DE 1969

Os ministros da marinha de guerra, do exército e da aeronáutica militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do ato institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o parágrafo 1º do artigo 2º do ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam:

CAPÍTULO I

Da aplicação da lei de segurança nacional

Art. 2º A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.

Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas a preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.

§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa a conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da nação.

CAPÍTULO II

Dos crimes e das penas

Art. 8º Entrar em entendimento ou negociação com governo ou seus agentes, a fim de provocar guerra ou atos de hostilidades contra o Brasil.

Pena: reclusão, de 15 a 30 anos.

Parágrafo único. Se os atos de hostilidades forem desencadeados:

Pena: Prisão perpétua, em grau mínimo e morte, em grau máximo.

Art. 9º Tentar, com ou sem auxílio estrangeiro, submeter o território nacional, ou parte dele, ao domínio ou soberania de outro país, ou suprimir ou por em perigo a independência do Brasil:

Pena: Reclusão, de 20 a 30 anos.

Parágrafo único. Se, da tentativa, resultar morte:

Pena: Prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo.

Art. 13 Redistribuir material ou fundos de propaganda de proveniência estrangeira, sob qualquer forma a qualquer título, para infiltração de doutrinas ou ideias incompatíveis com a constituição:

Pena: Reclusão, de 4 a 8 anos. [...]

Art. 24. Promover insurreição armada ou tentar mudar, por meio violento, a constituição, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela adotada:

Pena: reclusão de 12 a 30 anos.

Art. 25. Praticar atos destinados a provocar a guerra revolucionária ou subversiva:

Pena: reclusão de 5 a 15 anos.⁴⁶³

A radicalização do regime, com o estabelecimento de medidas repressivas e as práticas de tortura, repressão e eliminação sumária dos considerados “terroristas” não arrefeceu as ações da esquerda que, por sinal, continuava investindo na luta armada como o caminho para a desestabilização do regime militar e implantação de um novo modelo político para o Brasil. Dessa forma, nem mesmo a previsão de pena de morte para crimes de “terrorismo” impediu a organização de agrupamentos armados, como o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), entre outros, que pregavam, de uma forma geral,

⁴⁶³ PMRJ, BOL nº 199, 17/10/ 1969.

princípios e ações definidas pelos militares como a Guerra Revolucionária.⁴⁶⁴ Em 1975, na Ordem do Dia em referência a Tiradentes, o Comandante-Geral da PMRJ indicou a necessidade da Polícia Militar conter quaisquer atos de subversão à ordem:

Meus Comandados:

[...] Hoje, quase dois séculos passaram, e Tiradentes, o herói da Inconfidência, aviva-se como que orienta ideais de homens que amam seu país.

Tal como ele deu a vida pela independência, é preciso também, a conscientização de que, se preciso for, o Brasil poderá exigir de cada um o mesmo sacrifício na defesa de suas instituições democráticas, tão bem configuradas no movimento cívico de 31 de março.

Lembremos que ele fez do patriotismo o mais sacrossanto dos deveres e que hoje está a nos orientar na ação policial, sempre justa e energética, particularmente contra aqueles que tentarem por qualquer meio abrigarem-se à sombra de seus propósitos para, traiçoeiramente, subverterem o regime e a ordem.

Soldados de milícias, o culto a esse Patrono Cívico da Nação Brasileira é também a lembrança de que sois filhos dessa mesma pátria.

Nilton Paulo Teixeira Rosa – Coronel Comandante Geral.⁴⁶⁵

Uma ressalva importante há que ser feita em relação à recorrência de discursos anticomunistas e defensores da “redentora revolução militar de 1964” nos Boletins da Polícia Militar analisados. A partir de 1983, as menções a essas e outras questões políticas correlatas praticamente desapareceram dos mesmos. Esse fato tem estreita relação com a vitória de Leonel Brizola, um grande adversário do regime militar, nas eleições estaduais do Rio de Janeiro.

No novo pleito de Brizola, o Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, policial militar e intelectual, tornou-se Comandante-Geral interino da PMRJ e, posteriormente titular, entre os anos de 1983 a 1987, no período, portanto, de transição do regime militar para o democrático. A gestão de Cerqueira foi caracterizada por uma nova concepção de segurança, segundo a qual “policiar não significa violentar os direitos dos cidadãos”, sendo marcado, entre outros, pela iniciativa pioneira de integrar a Polícia Militar com a comunidade, dentro de uma concepção mais democrática.⁴⁶⁶

Nesse sentido, as Ordens do Dia associadas às tradicionais efemérides nacionais apresentaram uma mudança significativa em seus discursos, indo do anticomunismo ultra dimensionado à valorização da ordem pública, da boa convivência humana e do justo e harmônico desenvolvimento da sociedade, como tarefas essenciais da Polícia Militar.

[...] Tiradentes! A Polícia Militar segue o vosso exemplo, na sociedade moderna. Como vós, nós também lutamos em defesa da nossa gente, da nossa sociedade,

⁴⁶⁴ Ver: ROLLEMBERG, op.cit., nota 462.

⁴⁶⁵ PMRJ, BOL nº 025, 21/04/1975.

⁴⁶⁶ ZAMPA, op. cit., nota 11, p. 170.

cumprindo a sagrada e fascinante missão de manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos, agindo em princípio, de forma preventiva, com o policiamento ostensivo fardado nas missões de Defesa Social que informam o vasto campo da Segurança Pública.

Segurança Pública, indispensável à boa e válida convivência humana, cujo estuário formal reside na Ordem Pública este grande condomínio social no qual todos vivemos e do qual ninguém escapa.

A manutenção da Ordem Pública, vale dizer, da defesa da vida, da integridade física, da tranquilidade das pessoas, do Patrimônio, do respeito às Leis, da garantia do trabalho produtivo e do descanso reparador, eis o ponto de encontro entre o nosso passado que hoje cultuamos, no vulto de Tiradentes, igualmente regado pelo sangue de 1 policiais militares mortos e 29 feridos em ações de Defesa Pública apenas no corrente ano. [...]

Na sociedade moderna brasileira, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, vive de forma intensa e profunda, a continuação da mesma missão de defender a sociedade contra os desvios do comportamento e as infrações às Leis.

Essa capilaridade social da ação da Polícia Militar leva nossos homens, do soldado ao Coronel, a viver o dia-a-dia das diferentes comunidades a longo do nosso Estado, comungando, com o nosso povo, suas alegrias e amarguras, ancorados nos princípios básicos da Disciplina e da Hierarquia, obedientes às Leis, convictos que somos, da essencialidade do cumprimento das Leis para o justo e harmônico desenvolvimento da sociedade.[...]

Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira – Comandante-Geral Interino.⁴⁶⁷

A significativa reorientação organizacional e conceitual da PMRJ, a partir de 1983 refletida, entre outros, nos Boletins diários, pode ser associada à concepção caracterizada por Bakhtin como novos gêneros de discurso. Para o autor, esses gêneros estariam associados a diferentes formas de uso da linguagem, que variam de acordo com as diversas esferas de atividade do homem⁴⁶⁸ –, no caso indicado, as novas falas estariam inseridas em outra proposta de Segurança Pública e do trabalho policial militar⁴⁶⁹.

Essa mudança das missões da Polícia Militar no início da década de 1980, todavia, aconteceram de uma forma bem conflituosa, esbarrando na resistência de grande parte da tropa, uma vez que essa, durante décadas, voltou-se a atividades sobremaneira militarizadas – diretamente associada às ações do Exército e dos órgãos de inteligência constituídos no país.

⁴⁶⁷ PMRJ, BOL nº 041, 20/04/1983.

⁴⁶⁸ BAKHTIN, op. cit., nota 429, p. 302.

⁴⁶⁹ Leonel Brizola foi o único candidato a governador, em 1982, eleito por um partido diferente dos ligados à engrenagem política do regime militar. Como foi destacado por Luiz Eduardo Soares e João Trajano Sento-Sé: “No âmbito da segurança pública, uma das áreas em que fora mais enfático em suas intervenções, tomou medidas de impacto que visavam marcar um diferenciador entre o que seria sua gestão e as políticas anteriores. Sempre orientado pelo princípio da extensão do respeito aos direitos humanos às camadas pobres da população e pelo projeto de humanização do trabalho policial, Brizola extinguiu a secretaria de Segurança Pública, identificada como aparelho de controle inspirado na filosofia discricionária e autoritária do regime militar. Para seu lugar, foi criado o Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos.” Ver: SOARES, Luiz Eduardo Soares; SÉ, João Trajano. “Estado e segurança pública no Rio de Janeiro: dilemas de um aprendizado difícil”. In: http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/01_Est_seg_publ_RJ.pdf Acesso em 13/10/2013.

Essas atividades criaram experiências e crenças em torno de um trabalho que por muito tempo pautou-se na guerra contra o “inimigo”.

Convém destacar, dessa forma, que, durante praticamente todo o regime militar, a PMRJ atuou como uma legítima força de coação do Estado, colaborando nas ações de vigilância e combate aos grupos considerados subversivos e contrários à ordem e à segurança estabelecidas.

Se os discursos reproduzidos nos Boletins da PMRJ foram um dos elementos que criaram as bases de sustentação para essa grande ofensiva de combate aos crimes políticos, por outro lado, a fomentação de cursos para os oficiais da instituição, seguindo essas mesmas dimensões, tais como “Guerra Revolucionária”, “Operações de Defesa Interna” e “Guerrilhas Urbanas” – com o propósito de teorizar e instrumentalizar uma ação mais precisa e unificada com as demais Forças Armadas e com os órgãos de Segurança e Informação – também merecem destaque. São justamente esses os temas tratados no próximo capítulo.

4 LEGITIMAR PARA PROSSEGUIR: CONCEITOS LIGADOS AO INIMIGO COMUM

Ameaça à democracia, enfim, não é vir confraternizar com o povo na rua. Ameaça à democracia é empulhar o povo brasileiro, é explorar os seus sentimentos cristãos, na mistificação de uma indústria do anticomunismo, insurgindo o povo até contra os grandes e iluminados ensinamentos dos grandes e santos papas que informam notáveis pronunciamentos, das mais expressivas figuras do episcopado nacional.⁴⁷⁰

Após a implantação do Regime Militar, em 1964, uma série de medidas foram estabelecidas para afirmar a ordem política que estava sendo organizada e repelir qualquer espécie de reação. Para Carlos Fico, uma onda coercitiva levou à suspensão das garantias constitucionais, intervenções em sindicatos, expurgos nas Forças Armadas e no serviço público, além da instauração de inquéritos policial-militares, os chamados Inquéritos Policiais Militares (IPMs), visando à identificação dos funcionários civis e militares envolvidos em questões ditas subversivas.⁴⁷¹

Em meio a uma dimensão de controle construída com base na “força”, o essencial seria a obediência irrestrita, independente do conteúdo da imposição. Nessas bases, a força seria, em última análise, a violência organizada, visando à continuidade de poder ligada à eficiência de ação dos grupos que a presidissem.⁴⁷² Junto às iniciativas, baseadas no uso da força, assentava-se a aspiração por legitimidade em torno do governo constituído, tendo em vista que, como fora formulado por Hannah Arendt, nenhum governo utiliza somente os meios de violência para se manter:

[...] Mesmo o mandante totalitário, cujo maior instrumento de domínio é a tortura, precisa de uma base de poder – a polícia secreta e sua rede de informantes. Somente o desenvolvimento de soldados robôs que eliminassem o fator humano por completo e permitissem a um só homem com um botão de comando destruir a quem lhe aprouvesse, poderia mudar esta supremacia fundamental do poder sobre a violência. Mesmo a mais despótica dominação que conhecemos: o domínio do senhor sobre os escravos, que sempre o excediam em número, não repousava em tais meios superiores de coação, mas numa organização superior de poder – ou seja – na solidariedade organizada dos senhores.⁴⁷³

⁴⁷⁰ “Discurso do Presidente João Goulart no Comício da Central de 13 de março de 1964”. In: www.gedm.ifcs.ufrj.br. Acesso em: 20/05/2013.

⁴⁷¹ FICO, op. cit., nota 293, p. 149-150.

⁴⁷² FAORO, Raymundo. *Assembleia Constituinte: a legitimidade recuperada*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 25.

⁴⁷³ ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo, Perspectiva, 2004. p.128.

A legitimidade como um instrumento de dominação política também foi analisada por Max Weber. Para o autor, o costume, a situação de interesse e os motivos puramente afetivos ou racionais não podem sozinhos construir os fundamentos confiáveis de predomínio por parte de um governo, juntando-se, normalmente a esses fatores, o despertar, o cultivo e a crença em sua legitimidade.⁴⁷⁴

Carl Schmitt, por sua vez, concebeu a legitimidade como a manifestação de uma comunidade política soberana, advindo de forma direta de uma decisão política concreta e reconhecida, segundo a qual a sua natureza não depende de uma base jurídica maior, indicando, assim, o primado do político sobre o jurídico.⁴⁷⁵

De uma maneira geral, qualquer pretensão de poder organiza-se perante o desafio de encontrar meios para a sua legitimidade, a qual não necessariamente se apresenta de forma democrática. A legitimidade constrói-se a partir das bases que são lançadas pelas Instituições, isto é, se o poder se define de forma democrática, a natureza de sua legitimidade o acompanhará, já, se ele for composto por vias ditatoriais, assim também constituir-se-á sua legitimidade.⁴⁷⁶

Em seu significado mais genérico, a legitimidade tem o sentido de justiça ou racionalidade. Para a linguagem política, é um atributo do Estado, que consiste na presença de certo grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força. Assim, a característica primordial para a adesão a um regime fundamentado na legitimidade está no fato de que os governantes e sua política são aceitos pela maioria da população.⁴⁷⁷

Neste sentido, os grupos que se apoderaram do poder em 1964 empenharam-se em atestar que havia plena identificação entre os militares e o povo, difundindo-se, para tal, a noção de ordem social e repressão a determinados grupos que se negavam a se comprometer com o regime instituído, como forma de se atingir os anseios da maioria da população.

A decretação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968 – considerado o mais radical do período – foi justificada pelas articulações contrárias ao regime, tais como a Passeata dos Cem Mil, liderada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), a ação de

⁴⁷⁴ WEBER, op. cit., nota 49, v.1, p. 139.

⁴⁷⁵ SCHMITT, Carl. *Legalidad y legitimidad*. Madrid: Aguilar, 1971.

⁴⁷⁶ REZENDE, Maria José. *A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade. 1964-1984*. Londrina: Ed. UEL, 2001. p. 29.

⁴⁷⁷ LEVI, Lucio. Legitimidade. In: BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, op. cit., nota 27, p. 674-675.

intelectuais e artistas, por meio de movimentos culturais⁴⁷⁸ e a manifestação de alguns políticos⁴⁷⁹. Após sua decretação, estudantes, intelectuais, artistas, operários e oposicionistas de diversas classes foram presos ou coagidos ao exílio, estabelecendo-se uma rígida censura aos meios de comunicação e penalizações às organizações políticas contrárias, em nome do combate ao comunismo e à subversão da ordem que fora instituída.

Na busca de um consenso em relação ao regime e para que o mesmo fosse reconhecido como legítimo, além dos mecanismos de persuasão e violência, os militares também buscaram construir sua aceitabilidade por meio da defesa de valores vinculados à preservação da ordem, de forma a transformar, paulatinamente, a obediência em adesão. O esvaziamento dos valores fundamentais da vida política convivia com a necessidade de convencimento da população – que também agregava os próprios militares que estavam envolvidos nesse processo – de que poderiam existir certos problemas na atuação de determinados governantes, mas não do regime e do grupo que, como um todo, estava no poder. Nesse período, tal grupo de poder era constituído por meio da relação entre os militares que governavam diretamente, aqueles com poder de decisão e os indivíduos e organizações que agiam politicamente para assegurar os interesses econômicos e os valores sociais do regime.⁴⁸⁰

A construção de uma pretensa legitimidade para o combate de “inimigos” que estariam se fortalecendo e ameaçando o Brasil, todavia, deveria ser construída principalmente no interior dos próprios meios militares, que deveriam acreditar nos motivos de uma possível e necessária ação.

Nesta perspectiva, bem antes da deflagração da luta armada no Brasil, em 1961, o Ministério do Exército publicou o Manual de Campanha *Operações Contra-Guerrilheiros*, que trazia, entre outros, artigos ligados aos exemplos de atividade de guerrilhas durante e após a II Guerra Mundial; variadas modalidades de ações de guerrilhas; organizações das Guerrilhas; operações de Guerrilhas; e o maior de todos, ligado ao Combate às Guerrilhas, a

⁴⁷⁸ Uma das formas mais diretas de confronto ao regime no meio artístico ocorreu por meio dos Festivais da Canção, promovidos por emissoras de televisão e dos Festivais Universitários, com a ação de compositores que, mediante versos e metáforas, protestaram em nome de sua geração. Nos Teatros Arena, Opinião e nos Centros Populares de Cultura (CPC) também se discutia a realidade nacional e a bandeira de resistência ao Regime. ZAMPA, op. cit., nota 11, p. 158.

⁴⁷⁹ Nesse período, o deputado Márcio Moreira Alves foi acusado de ter ofendido as Forças Armadas e, mesmo com a pressão dos militares, a Câmara dos Deputados negou-se a processá-lo. Tal atitude é considerada como um dos principais motivos que levaram à decretação do AI-5.

⁴⁸⁰ REZENDE, op. cit., nota 476, p. 8.

partir de suas generalidades, forças empregadas, informações, medidas administrativas, segurança, ação ofensiva, unidades especiais contra guerrilha e considerações especiais.⁴⁸¹ Tal Manual trazia, ainda, a seguinte recomendação:

O Chefe do Estado Maior-do-Exército, usando da atribuição que lhe confere o número 5 do regulamento para publicações Militares do Ministério da Guerra (R-150), aprova, em caráter provisório, e manda por em execução o Manual de Campanha C31-20 – Operações Contra Guerrilheiros.⁴⁸²

Em meio à conjuntura da Guerra Fria, era grande a preocupação do Exército com as ações de guerrilha, pontuadas como todos os tipos não regulares de guerra para, entre outros, provocar uma mudança na ordem político-social de um país. As inquietações com a conjuntura política do período, entretanto, não eram personificadas somente a partir dessa temática.

Já no final dos anos de 1950, no governo de Juscelino Kubitscheck, a Escola Superior de Guerra iniciou uma série de estudos sobre a chamada “Guerra Revolucionária”. O interesse por essa temática era atestado a partir da tradução e publicação de textos de militares franceses na revista “A Defesa Nacional”⁴⁸³ e, ainda de forma mais direta, após uma conferência do coronel Augusto Fragoso sobre o tema.⁴⁸⁴ Dois anos depois, em 1961, o então chefe do Estado Maior do Exército (EME), general Humberto de Alencar Castello Branco, lançou as bases para o início do “estágio” de um curso sobre questões ideológicas, Guerra Revolucionária e outros problemas afins, lançando a proposta da necessidade de que se organizasse um novo currículo no qual se tratasse dessas questões. De acordo com João Martins Rodrigues, esses planos foram adiados em função da renúncia de Jânio Quadros e da grande crise política que abateu o Brasil em agosto de 1961 que, com precisão, abalou as estruturas da corrente militar anticomunista, atrasando os projetos do Estado Maior do Exército.⁴⁸⁵

⁴⁸¹ MINISTÉRIO DA GUERRA. *Manual de Campanha – Operações Especiais – Operações Especiais Contra Guerrilheiros*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1961. (C 31-20) Índice de assuntos.

⁴⁸² MINISTÉRIO DA GUERRA, op. cit., nota 481, contra-capá.

⁴⁸³ A Revista militar “A Defesa Nacional” foi criada em 1913, por um grupo de oficiais do Exército, conhecidos como “jovens turcos”, que estagiaram por dois anos na Alemanha. Ver: FONSECA, Raquel Silva da. “Guerré Revolutionnaire: fundamentos da doutrina e sua presença no Brasil (1958-1963). In: www.snh2011.anpuh.org Acesso em: 25 de março de 2012.

⁴⁸⁴ ARRUDA, op. cit., nota 330, p. 245.

⁴⁸⁵ MARTINS FILHO, João Roberto. A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964. In: www.2.ufscar.br/forumgolpistas.doc. Acesso em 20/01/11, p.1.

A negativa do curso e das mudanças curriculares previstas não significou o afastamento completo dessas concepções no governo João Goulart. Em agosto de 1962, na sala de cinema do prédio do Estado-Maior do Exército no Rio de Janeiro, iniciar-se-ia um curso sobre a Guerra Revolucionária, tendo como base o currículo do Primeiro Curso de Guerra Contra-Revolucionária, organizado na Argentina, e assistido por três oficiais brasileiros, no ano anterior. O curso oferecido no Brasil teve como público-alvo

[...] sessenta oficiais das cinco seções do EME, vinte outros das quatro diretorias do Exército, além de cinco oficiais da Marinha e cinco da Força Aérea, três instrutores, um tenente-coronel e dois majores do Exército, coordenados pelo instrutor chefe, coronel Mário de Barros Cavalcanti.⁴⁸⁶

Encerrado em novembro do mesmo ano, esse curso fomentou tanto o início de um novo programa quanto a consolidação do entendimento e de doutrinas voltadas ao campo político, que deveriam ser desenvolvidas pelos militares. Não por acaso, o Ministério da Guerra, por meio de seu Estado Maior, lançou em 1963 a publicação “Ação Educativa contra a Guerra Revolucionária”.⁴⁸⁷

Logo, momentos antes do Golpe de 1964, a doutrina da Guerra Revolucionária começava a ser propagada no Brasil, podendo, dessa forma, ser associada com “[...] a recepção, no interior das Forças Armadas brasileiras, de uma doutrina militar que ajudou de forma decisiva a preparar o golpe de 1964 e, depois do golpe, teve efeitos importantes nas práticas da ditadura militar”.⁴⁸⁸

Como fora indicado nos capítulos anteriores, o desenvolvimento do anti-comunismo nas Forças Armadas, remonta pelo menos aos anos de 1930, tendo um papel fundamental na preparação e na execução do movimento de 1964. Sua fundamentação, todavia, ultrapassou a passagem do 31 de março/primeiro de abril, indicando a organização de uma linha de pensamento e ação que se apresentou durante os vinte e um anos de Regime Militar do Brasil e o de outros países do Cone Sul. Como afirma o jornalista e pesquisador Agassiz Almeida;

⁴⁸⁶ MARTINS FILHO, op. cit., nota 485.

⁴⁸⁷ MINISTÉRIO DA GUERRA. *Ação Educativa contra a Guerra Revolucionária*, escrita pelo Tenente Coronel Mário de Assis Nogueira. Disponível em: http://arquivonacional.gov.br/mr/arquivos/64_59.pdf. Acesso em: 30 de novembro de 2010.

⁴⁸⁸ MARTINS FILHO, op. cit., nota 485, p. 2.

“As ditaduras militares, quem as comandava? Generais forjados no espírito do ódio e num anticomunismo doentio”.⁴⁸⁹

De fato, a lógica anticomunista perpassou os cursos de formação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e também de suas Forças Auxiliares, tais como as Polícias Militares Estaduais. Nesse sentido, os currículos das referidas Forças Armadas foi modificado, voltando-se para os novos objetivos conjunturais que se apresentavam. Assim,

Escolas Militares reciclavam os seus currículos, adaptando-os à conjuntura da Guerra Fria. Instituiu-se, como cadeira principal, o estudo, tática e estratégia contra o marxismo-leninismo. Sob o pálio da doutrina de segurança nacional, as Instituições militares traçaram novos e definidos objetivos, visando ao fortalecimento do “Estado Militar”. Dos EUA as principais escolas militares a destacar: National War College, Industrial College of the Armed Forces, Interamerican Defense College, Escola das Americas (Us Army School of the Americas) e várias outras situadas na Zona do Canal do Panamá.

No Brasil assinala-se a Escola Superior de Guerra; na Argentina, a Escuela Nacional de Guerra [...].⁴⁹⁰

Em sendo um segmento constituído por parte do grupo que estava no poder, a Polícia Militar do Rio de Janeiro também buscou legitimar o regime instituído, por intermédio da atuação de seus Cursos de Oficiais. Acredita-se que a produção de conhecimento dentro das Forças Armadas fora utilizada como uma estratégia de manutenção de poder, isto é, o conhecimento passou a desempenhar uma função disciplinar que colocava em funcionamento uma rede de procedimentos que atingia os aspectos mais sutis da realidade e da vida dos indivíduos.⁴⁹¹

No caso da Polícia Militar, esse conhecimento foi desenvolvido por meio da oferta de disciplinas relativas ao anticomunismo e à defesa das chamadas instituições sólidas da sociedade, na Escola de Formação de Oficiais ou Escola Profissional (EsFO)⁴⁹² e no Curso de

⁴⁸⁹ AMEIDA, Agassiz. *A Ditadura dos Generais*. Estado Militar na América Latina: o calvário na prisão. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 167.

⁴⁹⁰ ALMEIDA, op. cit., nota 489, p. 183.

⁴⁹¹ FOUCAULT, op. cit., nota 31.

⁴⁹² Em 1920, pelo Decreto nº 14.508, de 1º de dezembro, foi criada a Escola Profissional para a Formação de Oficiais (Atual ESFO), sendo organizada nas mesmas bases das Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armadas. Nesse período, sua criação foi considerada um “gigantesco passo” na profissionalização do oficialato policial militar, embora, na prática, a Corporação continuasse sendo comandada por oficiais de alta patente do Exército. Em outubro de 1988, pelo Decreto Estadual nº 24.731, a EsFO recebeu sua última e atual denominação “Academia de Polícia Militar D. João VI. Ver: MUSUMECI, Leonarda e MUNIZ, Jaqueline. “As instituições de Segurança Pública do Rio de Janeiro”. In: *Projeto MARE-CAPES – Reformas do Estado e Proteção Social – Subprojeto Segurança Pública*. p.7. E, também, SILVA, op. cit., nota 382, p. 71.

Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO).⁴⁹³ As monografias desenvolvidas nesses cursos, entre as décadas de 1960 e 1980, discutiam problemas políticos ligados ao enfrentamento do comunismo, à guerra revolucionária, à defesa interna, às guerrilhas urbanas e às ações subversivas.

Nessa perspectiva, a Polícia Militar do Rio de Janeiro sofreu uma reformulação em seus currículos de Ensino Superior, a partir da criação das disciplinas “Guerra Revolucionária”, “Guerrilhas e Contra-Guerrilhas” e “Segurança Interna e Defesa Interna”, além da incorporação de temáticas políticas anticomunistas, de forma direta, também na disciplina Educação Moral e Cívica.

Este capítulo tem por finalidade discutir a busca por legitimidade para as ações políticas desenvolvidas durante o regime militar pela Polícia Militar do Rio de Janeiro. Parte-se do pressuposto de que as ementas e bibliografias das referidas disciplinas oferecidas na Escola de Formação de Oficiais (EsFO), recorte escolhido nesta tese, contribuíram para a incorporação de três conceitos fundamentais para a construção do “inimigo” a ser combatido na época: o “anticomunismo”, a “Guerra Revolucionária” e as “Guerrilhas Urbanas”. Essas questões foram trabalhadas exaustivamente em sala de aula e também se transformaram em temáticas escolhidas para discussões dos próprios alunos oficiais, em suas monografias de conclusão de curso.

4.1 Guerra Total, Global, Permanente e Indivisível: a Guerra Revolucionária

Cerca de três anos após o movimento de 1964, o Decreto nº 314, de 13 de março de 1967, indicou a seguinte definição sobre a Guerra Revolucionária “[...] é o conflito interno geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação”.⁴⁹⁴

O Manual de Campanha *Guerra Revolucionária* (C100-20), publicado pelo Ministério do Exército, a qualificava como uma forma de luta que, sem deixar de lado os fundamentos gerais da guerra clássica, buscava conquistar os seus objetivos a partir de uma conjugação de

⁴⁹³ Criado em 24 de abril de 1933. Ver: ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA MILITAR. *Projeto Político Pedagógico*. Niterói, 2009.

⁴⁹⁴ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 350, p.2.

fatores militares e psicológicos, podendo, entretanto, servir a qualquer grupo que buscasse chegar ao poder por meio da subversão. Essa forma de luta era indicada, ainda, como aquela que, por meio da corrupção, das dissensões internas e também entre as nações, de uma maneira rápida, possibilitou a implantação do comunismo em vários países.

Essa definição é corroborada com a afirmação de que, se em 1939 as potências do ocidente controlavam, de forma direta ou indireta, nove décimos da população mundial e o comunismo reduzia-se a um único país, no início da década de 1970 já se expandira para cerca de um terço do mundo.⁴⁹⁵ Assim, de forma sintetizada, a Guerra Revolucionária englobaria os seguintes aspectos:

- visa à conquista total do poder, com base na participação ativa da população revoltada;
- emprega técnicas especiais, metódica e rigorosamente aplicadas, visando a conseguir o controle progressivo da população, através da atuação de uma adestrada minoria de revolucionários; estes oferecem, à população, pretextos que a impelem a agir contra o poder legalmente constituído, ou contra a autoridade que detém o poder de fato;
- materializa um conflito que abrange desde a simples divergência de ideias, ao fanatismo e à luta armada.⁴⁹⁶

De uma forma geral, o conceito Guerra Revolucionária empregado pelo Exército era aproximado às ações do comunismo, especialmente quando associada ao emprego de técnicas que teriam a capacidade de “iludir” parte da população civil, levando-a às suas ações. Em 1968, a Escola de Instrução Especializada do Exército classificou o seu principal objetivo – a instauração da sociedade comunista no mundo.⁴⁹⁷

Os conceitos Guerra Revolucionária e Guerra Subversiva foram extremamente utilizados entre os anos de 1960 a 1990 nos meios militares da América Latina. Países que viveram regimes militares, tais como Brasil, Bolívia, Chile, Argentina, Uruguai, Peru e Equador⁴⁹⁸ empreenderam uma grande ofensiva contra o “inimigo comum” que se apresentava.

⁴⁹⁵ Ibidem.

⁴⁹⁶ Ib.

⁴⁹⁷ ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA DO EXÉRCITO, op. cit., nota 404, p.183.

⁴⁹⁸ Os países indicados sofreram intervenções militares a partir nos seguintes anos: Bolívia, em 1969, com a tomada de poder pelo militar nacionalista General Ovando e, em 1971, pelo General Hugo Banzer, que implantou o Estado de Segurança Nacional; Argentina, golpe de estado, com o general Videla assumindo o poder; Chile, golpe de estado militar, com o General Pinochet assumindo a presidência e decretando, de imediato, o Estado de Segurança Nacional; Uruguai, o presidente civil dissolve o Congresso, em 1973, e passa a exercer todos os poderes, mascarando um Estado Militar de Segurança Nacional Peru, Golpe de Estado militar e governo militar nacionalista revolucionário do General Juan Velasco Alvarado, substituído pelo General Morales

En esa concepción, la guerra comunista es descrita como un hecho que tiene, entre otras, las siguientes características principales. Primero, la subversión es una arma del movimiento comunista, siendo este su único origen; [...] Segundo, la guerra subversiva comunista tiene como objetivo el control de la población, y por instrumentos principales la política, el terror y una gama de medios que se definen como psicosociales. Tercero, es una guerra donde la definición de los propósitos propios, de los del enemigo y de los que pretenden alguna suerte de “tercera posición”, está teñida de muy fuertes connotaciones morales. Cuarto, es una guerra total y lo es en muchos y muy variados sentidos. Quinto, es una guerra contra un enemigo indeterminado o, mejor, difícil, casi imposible de determinar.⁴⁹⁹

Apesar da conceituação de uma Guerra contra a Subversão ter encontrado grande espaço no período da Guerra Fria e, principalmente, após as Revoluções Chinesa, Cubana e do Vietnã, sendo comumente relacionada à participação direta dos Estados Unidos; o combate ao comunismo e à subversão chegaram ao Brasil e em outros países da América do Sul em um momento anterior ao supracitado e sob a influência de outros países.

De acordo com João Roberto Martins Filho, em finais dos anos de 1950, em momento anterior à Revolução Cubana, os franceses eram os únicos a discutir a temática da guerra revolucionária, tendo em vista que a derrota em Dien-Bien-Phu e o início da rebelião na Argélia demonstraram a projeção de um novo tipo de guerra, caracterizado pela indistinção entre os meios militares e não militares e a combinação entre política, ideologia e operações militares, que ela iniciara.⁵⁰⁰ Nessa perspectiva, a nova doutrina “oferecia um diagnóstico e um remédio para aquilo que um influente grupo de militares de carreira franceses via como a doença principal do mundo moderno – a falência do Ocidente em enfrentar o desafio da subversão comunista atea”.⁵⁰¹

Em meio à descrição do novo inimigo que se apresentava, reforçava-se a ideia da guerra comunista, manifestada em uma visão conspirativa da história, isto é, a subversão aparecia como a consequência necessária dos locais onde existisse, como oposição, um partido comunista.⁵⁰²

Bermudes, em 1975, que inicia uma virada ao Estado de Segurança Nacional clássico, um ano depois; Equador, golpe de estado militar de tendência nacionalista, efetuado pelo general Guillermo Rodríguez Lara e, em 1976, um novo golpe orientado para o Estado de Segurança Nacional, a partir de uma junta presidida pelo almirante Poveda. Ver: COMBLIN, op. cit., nota 331, p. 19-20.

⁴⁹⁹ Ibidem, p. 171-172.

⁵⁰⁰ MARTINS FILHO, op. cit., nota 485.

⁵⁰¹ SHY, John Shy; COLLIER, Thomas W. Revolutionary War. In: PARET, Peter (Ed.), *Makers of Modern Strategy*, Princeton, Princeton University Press, 1986, p.852. Apud. MARTINS FILHO, op. cit., nota 485.

⁵⁰² HERRERA, Genaro Arriagada. *El pensamiento político de los militares*. Chile: Editorial Aconcagua, 1981. p. 172.

Nessa linha de combate ao inimigo ideológico, o Exército francês, em 1955, inaugurou o primeiro centro de ação psicológica, no mesmo período de instalação dos chamados *bureaux psychologiques*, na Argélia, com o objetivo de informar os militares sobre os aspectos políticos da guerra colonial. Um ano depois, o Ministério da Defesa Nacional criou o *Service de Action Psychologique et D'Information* que, sob o comando do coronel Lacheroy, passou a ser o principal centro de produção do ideário da *guerre révolutionnaire*.⁵⁰³ Dentre todas as tarefas que se apresentaram ao Serviço, caberia “espalhar suas ideias onde quer que encontrassem uma audiência atenta”.⁵⁰⁴

João Roberto Martins Filho indica a dimensão alcançada pela ideologia francesa no período, quando reproduz a fala do coronel Augusto Fragoso em audiência realizada na Escola Superior de Guerra em 1959:

[...] a bibliografia francesa sobre a Guerra Revolucionária é, pode-se dizer, a única existente. A bibliografia de origem norte-americana não deu até agora ao assunto a importância merecida: nos catorze últimos números consultados da *Military Review* (de janeiro de 1958 a fevereiro de 1959) não há nenhum estudo, artigo ou tópico que fale, no título, de *Guerra Revolucionária*, *Guerra Insurrecional* ou *Guerra Subversiva*.⁵⁰⁵

Traduções de artigos franceses publicados na *Revue Militaire* forneceram as primeiras e mais utilizadas acepções sobre a Guerra Revolucionária no Brasil. O então Coronel Carlos de Meira Mattos, em 1963, no prefácio da obra *Guerras Insurrecionais e Revolucionárias*, escrita pelo coronel francês Gabriel Bonnet, também ressaltou o quanto os franceses foram precursores nessa discussão e sua importância para o acompanhamento da conjuntura político militar do período

O livro do Coronel Bonnet já é obra consagrada na França e no Brasil. Em nosso país, desde que se ensaiaram os primeiros estudos sobre esse insidioso tipo de conflito que Mao Tse Tung chamou de Guerra Revolucionária, foram os artigos do Coronel Bonnet, publicados na “Revue Militaire” e agora consubstanciados em seu magnífico livro, que forneceram os melhores subsídios à compreensão e à difusão do assunto, realizada inicialmente nas nossas Escola Superior de Guerra e Escola de Estado-Maior do Exército.⁵⁰⁶

Além das teorias disseminadas pelos franceses, com uma influência que rapidamente ultrapassou os limites desse país, atingindo outros da América do Sul, como o Brasil e a

⁵⁰³ MARTINS FILHO, op. cit., nota 485.

⁵⁰⁴ Ibidem.

⁵⁰⁵ Ib.

⁵⁰⁶ Ver: Prefácio escrito pelo Coronel Carlos de Meira Mattos. In: BONNET, Gabriel. *Guerras Insurrecionais e Revolucionárias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1963.

Argentina, também nos Estados Unidos organizaram-se iniciativas de ajuda aos militares do continente americano, com o objetivo de “desenvolver, incentivar e proteger os interesses norte-americanos no exterior, e promover, no exterior e internamente, a imagem norte-americana de ‘segurança nacional’”.⁵⁰⁷

Desde os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos esmeraram-se no treinamento das polícias latino-americanas em torno do combate à ameaça de subversão da esquerda e das insurreições de guerrilhas armadas, que julgavam mais que iminentes.⁵⁰⁸ Apesar da forte influência norte-americana e de sua doutrina de contra-insurreição, João Roberto Martins Filho pondera que é difícil pensar os exércitos franceses e americanos como modelo para o continente americano no mesmo patamar de igualdade. Para o autor, existem alguns fatores principais que corroborariam essa diferenciação.

Em primeiro lugar, porque a doutrina americana do começo dos anos 60 nunca deixou de ser um artigo de exportação e de restrito consumo interno no interior das Forças Armadas americanas, apesar da obsessão de Kennedy pelo tema. Já o aparelho de Estado civil não podia contar com agências como os serviços coloniais britânicos e franceses, indispensáveis para integrar os aspectos políticos e militares da guerra revolucionária. Por sua vez, o Exército do EUA “desconfiava de um grupo treinado para operações irregulares”, o que se expressou anos depois, no Vietnã, nos desencontros entre essas tropas – que operavam em estrito contacto com a Central Intelligence Agency - e o comando do Exército. O Exército francês, ao contrário, instalou a *guerre révolutionnaire* no centro de seu pensamento militar e de sua doutrina operacional. Em segundo lugar, e talvez mais importante, um dos pressupostos fundamentais da doutrina francesa era a idéia de que, se o controle das informações é o elemento decisivo da guerra revolucionária, é impossível combater esse tipo de inimigo sem um comando político-militar unificado. Assim, essa doutrina entra, com um tempero francês, no caldo apimentado das relações da guerra com a política. Ao fazê-lo, não hesita em afirmar que se a sociedade democrática é incapaz de fornecer ao Exército o apoio necessário, então é necessário mudar a sociedade, não o Exército.⁵⁰⁹

A partir dessa perspectiva, um novo modelo de guerra, agora revolucionária, teria sido sistematizado e apresentado ao mundo pelos franceses. Essa noção de uma origem e influência notadamente francesa é endossada nas palavras do General de Divisão Octávio Pereira da Costa

Eis que surgiu, então, a doutrina da guerra revolucionária. Essa doutrina – as pessoas confundem um pouco – pois pensam que foi trazida dos Estados Unidos. A Escola das Américas contribuiu muito, ajudou em outros aspectos, sobretudo nos ligados à repressão e ações policiais, mas esse clima da guerra revolucionária foi importado da Escola Superior de Guerra de Paris, que passou a desenvolver a teoria da Guerra Revolucionária. Recordo-me claramente, estava na Escola de Estado-Maior, como

⁵⁰⁷ HUGGINS, op. cit., nota 205, p. 1-2.

⁵⁰⁸ Ibidem, p. 3-4.

⁵⁰⁹ MARTINS FILHO, op. cit., nota 485, p. 7.

instrutor, e as conferências da Escola Superior de Guerra versavam sobre Guerra Revolucionária.⁵¹⁰

Para o pesquisador Genaro Herrera, uma das grandes distinções que se apresentavam em relação às guerras clássicas e à Guerra Revolucionária era a luta pelo controle da população. Dessa forma, de maneira diferente das guerras empreendidas nas décadas e séculos anteriores – calcadas na conquista da capital do inimigo, como fora no século XVII, no aniquilamento do Exército adversário, ou ainda pela busca de grandes áreas econômicas na Segunda Guerra Mundial – um novo tipo de guerra teria se estabelecido em busca do controle dos habitantes de determinados Estados. Uma guerra em que o povo tornaria-se objeto de manipulação, por meio da oferta da satisfação de todas as suas aspirações políticas e econômicas. Logo, de acordo com o autor, “surge así una guerra muy compleja, en la que el hombre procura ser condicionado por la esperanza y por El terror, por la inseguridad que la organización subversiva deliberadamente CREA como antesala de la población”.⁵¹¹

Uma das principais características da doutrina da *guerre révolutionnaire* francesa era o projeto de intervenção militar na sociedade. Historicamente presente na história militar e política francesa⁵¹², a concepção sobre a função dos militares na política encontrou ressonância entre os militares latino-americanos e, concomitantemente, destruiu o mito de que as ações intervencionistas compunham aberrações típicas dos países atrasados.⁵¹³

As relações entre os meios militares e a política, junto ao exemplo francês de intelectuais militares cujo pensamento perpassava pelo mesmo patamar de seus aliados civis, foram incorporados de forma substancial no Brasil em meados do século XX. A comparação entre os estudos de geopolítica empreendidos no Cone Sul por Genaro Arriagada Herrera leva à constatação de que, no Brasil, encontramos textos sobre geopolítica alguns anos antes da Segunda Guerra Mundial. O fato, certamente, estaria ligado à influência do pensamento geopolítico francês, que só foi devidamente estudado e citado pelos militares no caso brasileiro.⁵¹⁴

⁵¹⁰ Entrevista de Octávio Pereira da Costa. In: MOTTA, op. cit., nota 402, p. 59-60.

⁵¹¹ HERRERA, op. cit., nota 502, p. 174.

⁵¹² De acordo com João Roberto Martins Filho, esse pensamento poderia ser encontrado desde as formulações do general Lyautey, no século XIX, sobre a atuação do Exército nas colônias, até o anti-bolchevismo de importantes grupos do Exército que teria como consequência o regime de Vichy. Ver: MARTINS FILHO, op. cit., nota 485, p. 7.

⁵¹³ Ibidem. p. 7.

⁵¹⁴ HERRERA, op. cit., nota 502, p. 155.

Ressalta-se que a doutrina militar francesa oferecia aos homens da caserna um sentido maleável e funcional do inimigo a ser atingido, além de, no plano geopolítico, destacar o Terceiro Mundo como o grande palco da guerra fria, visto que, nas palavras do general Octavio Costa “enquanto os Estados Unidos e seus aliados estavam hipnotizados pela perspectiva da guerra nuclear, o comunismo flanqueava as defesas do Ocidente a partir do Sul, e se não fosse contido destruiria, ao fim, a civilização ocidental”.⁵¹⁵

Segundo essa concepção, o inimigo era classificado de forma ampla, para se encaixar nas mais variadas conjunturas nacionais, isto é forjava-se a ideia de invisibilidade e indeterminação do inimigo, como fora assinalado na Sentença ditada a 16 de abril de 1975, pelo comandante do Comando de Combate Aéreo da Força Aérea do Chile no processo Judicial Militar sobre subversão mais destacado, no momento posterior ao golpe de 1973.

Antiguamente – dirá un tribunal militar chileno – cada Estado o cada grupo opositor sabía quién era su enemigo y onde se encontraba; la Victoria se lograba poniendo em juego todos los recursos bélicos, Morales y materiales. Hoy día no hay frontera física que separe los dos campos; la línea que marca la diferencia entre el amigo y el enemigo se encuentra, generalmente, en el corazón de la nación, en la misma ciudad, en el lugar de trabajo, en El propio seno de la familia e, incluso, infiltrado en organismos de información y em instituciones sociales, políticas, culturales y religiosas, ocupando a veces cargos de importancia vital para la vida de la nación.⁵¹⁶

A partir da criação de um inimigo indeterminado tornou-se possível para aqueles que estavam no poder munirem-se para definir, como foi o caso do Exército argentino, o peronismo como o seu maior inimigo, ou ainda, no caso do Exército brasileiro, ter a justificativa adequada para a perseguição de nacionalistas, de movimentos pela Reforma Agrária e, majoritariamente, os comunistas.⁵¹⁷

Logo, na conjuntura de implantação das ditaduras militares no Cone Sul, o conceito de Guerra Revolucionária foi apropriado no sentido de ser uma Doutrina internacional capaz de extrair seu nome do próprio fenômeno das Revoluções e lutas comunistas, anticolonialistas e por reformas, que se fizeram após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com analistas como Peter Paret⁵¹⁸, a Guerra Revolucionária apresenta-se como um processo diversificado e prolongado, diferente da convencional, devido a algumas questões básicas: a preparação

⁵¹⁵ General Octávio Pereira da Costa Apud MARTINS FILHO, op. cit, nota 485, p. 8.

⁵¹⁶ “Sentencia dictada El 16 de abril de 1975, por El Comandante Del Comando de Combate Aéreo de la Fuerza Aérea de Chile en le proceso rol-173”. Apud HERRERA, op. cit., nota 502, p. 181.

⁵¹⁷ MARTINS FILHO, op. cit., nota 485, p. 8.

⁵¹⁸ Peter Paret organizou um livro com textos sobre as teorias estratégicas militares ao longo dos séculos.

minuciosa da população; a preparação de grupos subversivos, controlados pelos militantes, que articulam bases para subverter a ação governamental, por meio de manifestações e sabotagens; A constituição de grupos armados, utilizando o terrorismo como o principal meio de ação; a criação de bases impeditivas ao acesso do Exército regular; a criação de um governo provisório, buscando reconhecimento externo; e, por fim a conquista final do poder. Etapas essas que são organizadas de maneira fluida e adaptadas às realidades políticas, econômicas e culturais de cada território.⁵¹⁹

Segundo o general do Exército Antonio Jorge Corrêa, em publicação da Bibliex, o estudo da Guerra Revolucionária foi amplamente realizado por essa instituição, uma vez que visava a:

- O fortalecimento dos militares – ativa e reserva – quanto à consciência dos valores fundamentais que caracterizam a democracia brasileira;
- O conhecimento das finalidades da doutrina, dos processos e das técnicas utilizadas pelo comunismo, para que e tornassem claras as suas características contrárias á formação brasileira, e a necessidade da utilização de uma técnica para neutralizá-lo e combatê-lo;
- A instrução relacionada com a tática e técnica da Guerra revolucionária e das operações especiais.⁵²⁰

O militar ainda conclui que esses estudos possibilitaram, por um lado, o conhecimento das ações comunistas e, por outro e a partir deste, principalmente salvar os militares e a pátria dos mesmos que “avançavam firmemente na conquista de postos de governo e na tentativa de subverter a ordem das Forças Armadas pela inversão da hierarquia e pela indisciplina, abalando sua coesão”.⁵²¹

Também os Estados Unidos, com maior intensidade a partir da década de 1960, tomariam como problemática fundamental a Guerra Revolucionária, posto que

Com a Revolução Cubana e, sobretudo, após 1961 (ano da criação da Escola das Américas, no Panamá), a estratégia norte-americana para a América Latina havia passado a privilegiar o tema da “guerra revolucionária” e do “inimigo interno”, por intermédio de programas de segurança voltados para o interior do continente e do envio de materiais leves e equipamento militar antiguerrilha. Em caso de ameaça externa (uma hipotética iniciativa de guerra por parte da União Soviética), os Estados Unidos assumiriam a responsabilidade da defesa continental, sendo este o motivo por que os

⁵¹⁹ MARTINS FILHO, op. cit., nota 485, p. 9.

⁵²⁰ Entrevista de Antônio Jorge Corrêa. In: MOTTA, op. cit., nota 402, p. 34.

⁵²¹ Ibidem, p. 32.

exércitos latino-americanos deveriam voltar-se prioritariamente à segurança interna e à ação cívico-social.⁵²²

Dentro de uma perspectiva de Guerra criada pelos franceses e ratificada pelos norte-americanos a partir da década de 1960, caberia, ao Estado e às Forças Armadas dos países “democráticos” coibir a Guerra Revolucionária de forma a retardar o processo de insurreições e tomadas de poder que se avolumaram durante a Guerra Fria. Para tal, seria necessário o reconhecimento desses agentes revolucionários, o controle de suas atividades e o combate aos mesmos por meio de quadros especializados que conseguissem articular o poder de polícia às questões ideológicas do período. Lançava-se, assim, um forte argumento para a incorporação dessa temática nos Cursos de Formação Militar, nesse período.

4.2 A Guerra Revolucionária no Curso de Formação de Oficiais da PMRJ

A preparação de quadros militares imbuídos pela perspectiva da Guerra Revolucionária levou à inclusão desta temática, discutida originalmente na Escola Superior de Guerra, em todas as Forças Armadas

Essas ideias, desenvolvidas, primeiro, na Escola Superior de Guerra, passaram às escolas de Estado-Maior das três Forças Armadas. As apostilas começaram a correr por todo o estamento militar. Mais tarde, já sendo chefe do Estado Maior o futuro Presidente Castello Branco, a doutrina da guerra revolucionária tomou conta do Exército, os currículos de todas as escolas militares estavam com um percentual enorme de guerra revolucionária, ninguém ensinava nada que não tivesse de 30 a 40% de guerra revolucionária.⁵²³

Essa perspectiva de discussões voltadas à política nas Forças Armadas também foi transplantada para instituições auxiliares como as polícias militares estaduais. É nesse sentido, que os currículos voltados à formação e aperfeiçoamento dos oficiais, em locais como o Rio de Janeiro, em finais dos anos de 1960 e nos anos de 1970, passaram a incorporar, entre outras, a disciplina Guerra Revolucionária, uma vez que “estas seguiam a linha traçada pela

⁵²² GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano 40, nº 1, 1997, p. 30.

⁵²³ Entrevista do General de Divisão Octávio Pereira da Costa. In: MOTTA, op. cit., nota 402, p. 61.

IGPM e tinham um claro objetivo de preparar o combatente militar para lidar com o ‘inimigo interno’ do momento, inclusive para ‘estourar seus aparelhos’⁵²⁴.

Nessa perspectiva, com o objetivo maior de capacitar o aluno-oficial à compreensão dos problemas ligados à subversão comunista, sabotagens e distúrbios civis, de uma forma geral, a disciplina Guerra Revolucionária apresentava um ementário com os seguintes objetivos:

- preparação psicológica e técnica para opor-se a qualquer tipo de ação subversiva;
- assimilação de conhecimentos sobre os fundamentos e objetivos da guerra revolucionária e ações subversivas;
- conhecimento das finalidades da doutrina dos processos e das técnicas utilizadas pelo comunismo, para que se tornem claras as suas características à formação brasileira e a necessidade de utilização de uma técnica para neutralizá-lo e combatê-lo.⁵²⁵

O manual “Guerra Revolucionária”, de duzentos e cinquenta páginas, foi uma das bibliografias mais utilizadas nesse curso. Tratando de temas como “O comunismo e sua expansão, a vida sob o regime comunista, Ação comunista para o domínio do mundo, A democracia brasileira, A Guerra Revolucionária, Ações preventivas, Repressivas, Contra-Guerrilheiros e Pacificação”⁵²⁶, chama atenção por quanto o conceito guerra foi explorado. Segundo essa referência, a doutrina de Guerra do Brasil era concebida a partir de três tipos: a nuclear, a convencional e a interna, enquanto a última era subdividida em insurrecional ou Revolucionária.⁵²⁷

A Guerra insurrecional é definida como uma guerra interna, que não se apoia em uma ideologia, em que parte da população engaja-se contra a autoridade que detém o poder, com o objetivo de destituí-la ou de forçá-la a aceitar determinadas condições.⁵²⁸ A Guerra Revolucionária, por sua vez, é associada diretamente ao comunismo sendo sintetizada como

[...] aquela de concepção marxista-leninista que visa a conquista do poder e é apoiada em uma ideologia. [...] Ela se apresenta no campo político, no campo social, no campo econômico, na estrutura moral de um povo, nos costumes e crenças religiosas, enfim, não possui áreas delimitadoras, não tem atividades específicas, não tem doutrina padronizada. Ela é total e usa todos os recursos que sirvam aos seus

⁵²⁴ SILVA, op. cit, nota 382, p. 117.

⁵²⁵ POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA GUANABARA. Plano de Matérias. Ensino Profissional da ESFO. Ementa da Disciplina Guerra Revolucionária. 1975-1978.

⁵²⁶ ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA DO EXÉRCITO, op. cit., nota 404, Índice.

⁵²⁷ Ibidem, p. 93.

⁵²⁸ Ib.

fins. Poderíamos expressá-la sob a forma de uma equação: G.R. = Guerra + Ação Psicológica.⁵²⁹

Conceituada a partir de múltiplas dimensões, que iam do político ao econômico e moral, perpassando pelo psicológico, a Guerra Revolucionária tornou-se uma disciplina curricular obrigatória nos cursos de Oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro, desde finais dos anos de 1960, a partir de uma tripla orientação: defini-la, mostrar o seu desenvolvimento e indicar as ações para o seu combate; acepções que foram pontuadas no ementário do referido curso de 30h

Repertório de Assuntos

- 01. O comunismo e a sua expansão – conceituação, antecedentes filosóficos – conceituação – características e peculiaridades da GR. 2h
- 02. Desenvolvimento da GR. 01h.
- 03. Emprego da GR – Princípios táticos – Táticas Revolucionárias. 01h
- 04. Atividades destrutivas e Construtivas. 03h.
- 05. Processos empregados na GR – Operações Psicológicas – Processos Políticos, Terrorismo e sabotagem. 03h
- 06. Guerrilhas – Características – Classificação da Guerrilha Revolucionária. Ações táticas. 02h
- 07. Guerrilhas Urbanas – Características. 01h
- 08. Guerra Regular – Bases da Organização Militar. 01h
- 09. O Combate à GR – A democracia como filosofia de vida e como regime político – A Revolução de 31 de março de 64 (Democrática). 01h
- 10. Ação contra a GR. Ideias básicas, Métodos de Ação. A informação e contra-informação. 01h
- 11. Ação Psicológica. Propaganda e contra-propaganda contra o terrorismo. 2h
- 12. Operações de contra-guerrilha. 02
- 13. Combate À Guerrilha Urbana. 03
- 14. Peculiaridade da preparação para a Guerra Revolucionária. 01
- 15. Adaptação das Unidades de PM para as missões de contra-guerrilha. 01h
- 16. Aspectos legais do emprego da PM. 01h
- 17. Aspectos particulares da Ação Militar.⁵³⁰

Os temas descritos acima foram trabalhados a partir de uma bibliografia com bases nos manuais produzidos pelo Exército, no período e, também, pela Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM). A saber: *Guerra Revolucionária*, de Hermes de Araújo Oliveira; *Guerras Insurrecionais e Revolucionárias*, do já citado Gabriel Monnet; *o Manual C31 – 20* (Manual de Campanha – Operações Especiais – Operações Contra-Guerrilheiros); *Manual 100-20* (Manual de Campanha Guerra Revolucionária); *Guerra Revolucionária* (Publicação EsIE); *O Comunismo no Brasil (IPM 709)* Coronel Ferdinando de Carvalho; *Guerrilhas e Contra Guerrilhas Urbanas*, publicação do IGPM.

Na perspectiva das leituras realizadas pelos militares, buscar-se-á compreender como ocorreu a construção discursiva das mesmas, a partir da seleção de fatos e de argumentos

⁵²⁹ ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA DO EXÉRCITO, op. cit., nota 404, p. 93, grifos do autor.

⁵³⁰ POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA GUANABAR, op. cit., nota 525.

apresentados, a serem pensados a partir do processo social, histórico e cultural bem mais amplo no qual se inseriam. É nesse espaço que o discurso ganhava maiores significados. Essa análise torna-se relevante na tese, pois permite, a partir do reconhecimento dos argumentos estabelecidos, identificar os juízos de valor mais caros da época⁵³¹ e que também foram postos em prática por meio da ação militar.

Nesse sentido, a primeira sessão do curso “O comunismo e a sua expansão – conceituação, antecedentes filosóficos – conceituação – características e peculiaridades da Guerra Revolucionária”, coincide, praticamente por inteiro, com o primeiro capítulo da publicação da Escola Superior de Instrução Especializada do Exército, *Guerra Revolucionária*. Esse capítulo faz um balanço da história, a partir da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, indicando o advento do capitalismo, das diferenciações entre a burguesia e o proletariado e o contexto no qual foi criado e desenvolvido o pensamento socialista.

O Socialismo pode ser conceituado como um movimento político que pretende modificar radicalmente as relações dentro da sociedade, suprimindo as diferenças de classes e a propriedade privada, é a socialização, a estatização da economia. Esse movimento pode abranger os teóricos pacifistas, teóricos que acreditam na realização de seus planos pela persuasão; os revolucionários – que só confiam em modificações pela violência; os democratas – que preferem a evolução por meio das eleições e através do Parlamento.⁵³²

O texto prossegue, em forma de sínteses, indicando definições e características do que conceitua como o Socialismo Utópico, a partir de referências a Thomas Morus, Saint Simon, Charles Marie Fourier, e Joseph Proudhon, de forma a destacar que “todos esses utopistas, embora reconhecendo os males da organização social vigente, não tinham ideias claras sobre a maneira de passar da teoria à realidade”.⁵³³

Enquanto o Socialismo Utópico é classificado como aquele que não produziu uma forma concreta de ação, o Socialismo Democrático é considerado uma espécie de “revisão”, ao substituir a revolução pela ação parlamentar e pela atuação dos sindicatos. Rejeitado, a princípio, pelos partidos socialistas europeus, teria passado, com o tempo, a inspirar a política de inúmeros países e partidos sociais-democratas, como os da Bélgica, Holanda, Suíça, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia e Grã-Bretanha.⁵³⁴

⁵³¹ Ver: BAKHTIN, op. cit., nota 429.

⁵³² ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA DO EXÉRCITO, op. cit., nota 404.

⁵³³ Ibidem, p. 5.

⁵³⁴ Ibi., p. 5-6.

O Socialismo Revolucionário, por sua vez, é descrito, logo depois, como uma teoria marcada pela “evolução violenta”, com destaque para as obras e ações de Louis Blanc e, principalmente, de Karl Marx e Friederich Engels, nascendo dos dois últimos as obras conceituadas como “Marxismo”. A apreciação do “Marxismo” é prosseguida com a trajetória de Marx e Engels, a descrição do “Manifesto Comunista”, e uma considerável análise dos principais conceitos dessa concepção, tais como a dialética e o materialismo histórico.

Apesar do reconhecimento de que as contradições sempre estiveram presentes na história da humanidade, os militares autores do manual “Guerra Revolucionária”, em diferentes momentos, ressaltam o quanto essa questão já havia sido trabalhada anteriormente por Hegel, que a aplicava às ideias, e fora apropriada de uma forma combativa por Marx e Engels, que a voltaram para a sociedade de maneira “indiscriminada”.

Ora, em qualquer setor da vida humana sempre há a possibilidade de existirem contradições, realmente pré-existentes ou artificialmente provocadas, que serão consideravelmente ampliadas e exacerbadas pela agitação e propaganda. Que estas contradições sejam reais ou fictícias, ao comunismo não interessa. Tampouco lhes interessa fazê-las desaparecer; ao contrário, o comunismo quer arrastar-nos à prática de sua dialética, jogando uma classe contra outra, patrões contra empregados, inquilinos contra proprietários, civis contra militares, sargentos contra oficiais.⁵³⁵

Os autores ressaltam, ainda, que essa contradição fora explorada com muita conveniência por Marx e Engels, incitando a tomada de poder pelo proletariado, com vistas à ruptura do sistema então vigente, a destruição dos quadros governamentais e, por fim, a implantação do comunismo. Prosseguem destacando, também, que, se de acordo com a dialética, esses passos seriam assegurados, impreterivelmente, pela evolução da sociedade, foi somente a partir de Lênin que os referidos pressupostos, com alterações precisas, chegaram à prática:

Segundo a dialética de Marx, as massas, isto é, o proletariado, alcançariam o poder pela evolução da sociedade; Lênin demonstrou que uma minoria determinada e inflexível podia e devia substituir-se à maioria, sem que os ideais marxistas seriam irrealizáveis. Enquanto Marx e Engels preconizavam a liquidação dos governos e o fim dos Estados, Lênin cria o Estado-Partido, onisciente e onipresente, dono da verdade e dos destinos de seus concidadãos.⁵³⁶

Assim, concluem que o definido por Revolução Comunista, no século XX, é uma consequência das teorias e práticas de Lênin, que teria sabido aproveitar, de todas as formas, o

⁵³⁵ ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA DO EXÉRCITO, op. cit., nota 404, p. 12.

⁵³⁶ Ibidem, p. 13.

nome e a autoridade de Marx para pô-la em ação. Isso poderia ser explicado, tendo em vista que todos os Partidos Comunistas aplicariam os métodos leninistas e não o marxismo tradicional: “daí passar-se a chamar-se leninista-marxista a doutrina seguida, nos dias de hoje, pelos Partidos Comunistas de todo o mundo”.⁵³⁷

A vida combativa de Lênin, os descaminhos do czarismo, as greves de 1905, a realização da Duma, os acontecimentos de fevereiro de 1917, o retorno de Lênin a Rússia e as forças organizadas por ele e Trotsky em outubro de 1917, em torno dos bolcheviques e dos soviets, levando a instalação do socialismo nos domínios czaristas, constituem outra temática considerável sobre a expansão do comunismo

Lênin conseguira sobrepor-se aos líderes que haviam imposto a abdicação do czar, valendo-se da anarquia e confusão que se seguira à queda do antigo regime; os bolchevistas e decidida uma revolução dentro de outra revolução conseguiram derrubar o novo e vacilante governo; uma minoria ativa e decidida impusera-se à força à uma ação combatida pela guerra. Pela primeira vez o socialismo-marxismo chegava ao poder setenta anos após a publicação do Manifesto Comunista.⁵³⁸

Como fora afirmado no trabalho de conclusão da turma de alunos oficiais da CAO, em 1984, *Guerra Revolucionária - A Revolução Russa*, tal revolução era um tema fundamental para as análises das Polícias Militares, devido ao seu pioneirismo como um movimento comunista bem sucedido e que servira de exemplo e de estímulo a outras ações que se espalhavam pelo mundo.⁵³⁹ Reforçava-se, igualmente, a problemática da grande diferença entre o marxismo tradicional e o marxismo leninismo, desqualificando, sob diferentes aspectos, esse último.

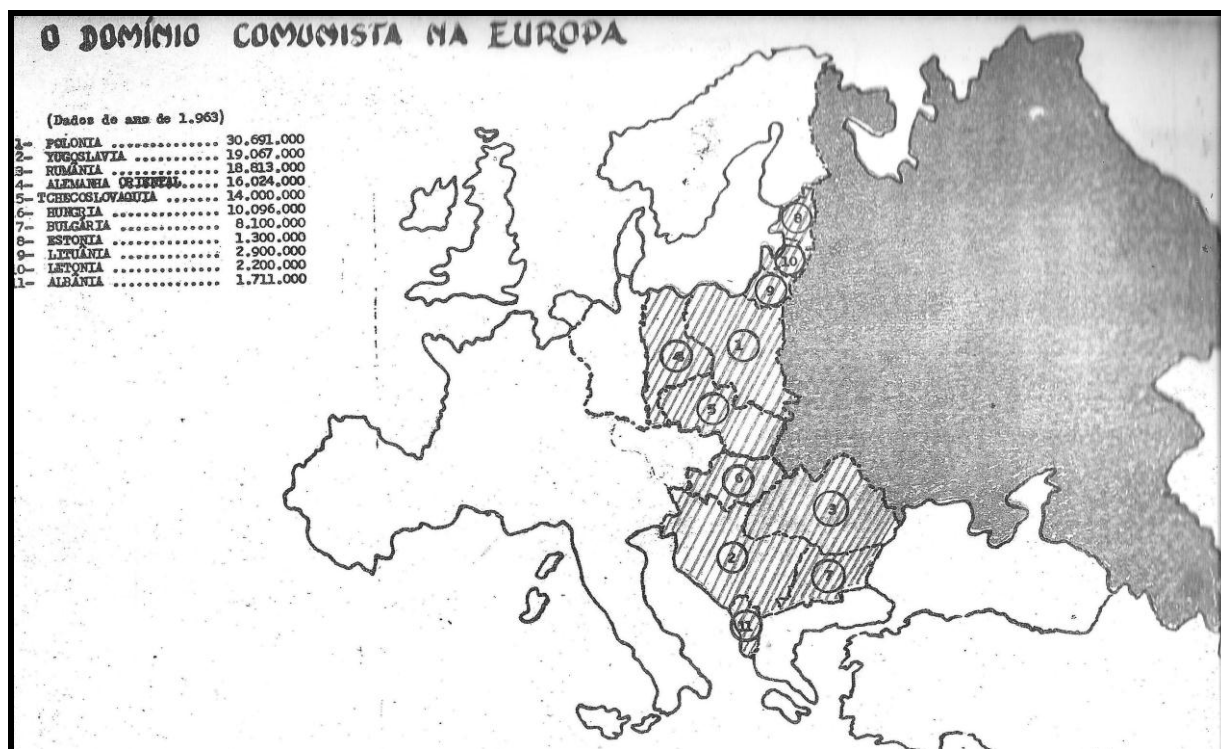
Assim, a noção de que Lênin, apossando-se das doutrinas oriundas do mundo ocidental conquistou o poder, transformando de forma negativa os princípios de Marx e Engels – com a supressão total da liberdade e a implantação não da Ditadura do proletariado, mas a do grupo que ele liderava – era tratada como uma verificada e indiscutível realidade. Com o tempo, e por meio do Exército russo e das ações do Partido, principalmente a partir de uma intensa propaganda, essa prática teria ultrapassado as fronteiras soviéticas “[...] estendendo os seus tentáculos às nações bálticas, criando na Europa Ocidental, os Estados satélites controlados por comunistas obedientes a Moscou”.⁵⁴⁰

⁵³⁷ ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA DO EXÉRCITO, op. cit., nota 404, p. 13.

⁵³⁸ Ibidem, p. 16.

⁵³⁹ Todos os oficiais alunos. *Guerra Revolucionária. Revolução Russa*. Rio de Janeiro: CAO, 1984.

⁵⁴⁰ ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA DO EXÉRCITO, op. cit., nota 404, p. 20.

Figura 1 – Mapa, O domínio Comunista na Europa⁵⁴¹

O expansionismo russo, mais tarde o soviético, conforme o mapa acima, é trabalhado a partir do conceito “imperialismo eslavo”. Na verdade, os militares brasileiros fizeram uma transposição do antigo imperialismo existente na Rússia czarista às novas atividades de expansão propagada pelos comunistas do país. Logo, essa ampliação seria a responsável pela implantação do comunismo nos mesmos moldes soviéticos em países do Báltico, a partir da introdução de “[...] métodos hoje bem conhecidos, exterminando as pessoas que poderiam reagir a planos soviéticos ou deportando para a Sibéria para trabalhos forçados, ao mesmo tempo em que ocupava o território com russos para substituírem os mortos ou deportados”.⁵⁴²

Igualmente, são analisados os casos de domínio soviético nos Bálcãs, a Revolução Comunista na China e também o caso cubano, com Fidel Castro. O exemplo chinês é descrito com grande preocupação, uma vez que viria desse país, e, principalmente, de seu líder Mao Tse Tung a teorização da Guerra de Guerrilhas, que passava a ser utilizada por diferentes países com vistas à Revolução. Logo,

Mao Tse Tung, que se apresenta hoje como o maior teórico da Guerra Revolucionária, apoiado por uma enorme experiência que a Revolução Chinesa lhe deu, diz em seu livro “Estratégias da Guerra Revolucionária na China”: “Somos contra as campanhas longas e a estratégia de decisão rápida, porque preferimos

⁵⁴¹ ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA DO EXÉRCITO, op. cit., nota 404, p. 42.

⁵⁴² Ibidem, p. 21.

estratégia da guerra longa e campanhas de decisão rápida [...] “Preferimos a guerra de manobra e de aniquilamento. As armas são: a guerrilha, o terrorismo, a infiltração e a organização.”⁵⁴³

Uma ressalva é feita, ainda, em relação à penetração dessas ideias em nações subdesenvolvidas, marcadas por contradições sociais, e que se tornariam “presas” fáceis às “pregações” comunistas. Por isso a necessidade do conhecimento e do entendimento dos princípios teóricos do marxismo-leninismo e seus principais métodos de ação, conforme a conclusão do primeiro capítulo do manual “Guerra Revolucionária”: “Este trabalho, este brado de alerta, é destinado a você, militar das Forças Armadas, soldado da democracia e guardião deste imenso e sagrado Brasil, e em você confiamos na luta contra a doutrina leninista- marxista e escravizadora”.⁵⁴⁴

A aproximação entre a Guerra Revolucionária e o marxismo constituiu um dos discursos mais trabalhados nos manuais que trataram do tema, a partir de muitos exemplos colocados, sobretudo, após a Revolução Russa, e de conceitos como a “vanguarda revolucionária” e a tomada de poder pela “violência”. Em sendo um discurso reproduzido em leituras e aulas, essa noção também foi indicada nos trabalhos desenvolvidos pelos oficiais da PMRJ.

O objetivo da Guerra Revolucionária é efetivamente a instauração da sociedade comunista, no mundo. Esse objetivo, na concepção marxista, não será alcançado, senão mediante luta que, incessantemente renovadas, constituem a dialética histórica.⁵⁴⁵

Postas as questões ligadas à criação e à expansão do marxismo-leninismo, a segunda sessão do curso, “Desenvolvimento da Guerra Revolucionária”, tratava basicamente da chamada “evolução do processo revolucionário”. A compreensão desse desenvolvimento vincular-se-ia diretamente aos países líderes do bloco comunista que deslocariam a Guerra Revolucionária para um plano diferente e altamente conveniente: da perspectiva tradicional da luta de classes para o da luta dos países subdesenvolvidos contra os países industrializados e desenvolvidos.⁵⁴⁶

O elemento primordial para a efetuação dessa luta seria a conquista e o manejo do instrumento clássico das revoluções – a população. A criação de uma estrutura capaz de enquadrar a população e, a partir de então, tomar o poder, guiar e organizar um novo regime e

⁵⁴³ ESCOLA DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA DO EXÉRCITO, op. cit., nota 404, p. 101.

⁵⁴⁴ Ibidem, p. 27.

⁵⁴⁵ VITA, Antônio Carlos Bastos. *Guerra Revolucionária*. Monografia de conclusão de curso, CAO. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1968, p. 2.

⁵⁴⁶ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 481, p. 12.

de educar as massas. E, por fim, de um elemento destinado à ação em força, para apressar a tomada de poder, apoiá-lo e ajudá-lo em sua manutenção.

Um desdobramento inquestionável dessa nova modalidade de guerra seria o seu encaminhamento não por fases definidas, mas procurando adequar-se às características da época e também do meio, sem necessariamente seguir um modelo ou normas gerais. O manual, entretanto, agrupa suas ações de mesma natureza, com a finalidade de exemplificar uma análise esquemática da Guerra Revolucionária, a partir dos itens: início da organização revolucionária; criação do clima revolucionário; franca e aberta subversão, rebelião plena e contra ofensiva geral.

O começo da coordenação revolucionária consistiria na colocação em funcionamento de uma infraestrutura clandestina, para o início da organização e preparo da população. Para tal, seriam constituídos núcleos de propaganda, de ativistas e organizações de base, para explorar com profundidade as contradições internas do país e da sociedade.

A criação do clima revolucionário constituiria o segundo momento, no qual seria feita a infiltração da organização revolucionária e a criação de uma situação de exploração dos antagonismos já agravados por essas ações. Assim, “são desencadeados os movimentos grevistas, as sabotagens, desordens, tumultos, motins, protestos e todas as manifestações contrárias à ordem vigente, que a Revolução procura destruir”,⁵⁴⁷ principalmente, por meio de palavras de ordem.

No terceiro momento, da “Franca e aberta subversão”, ganhariam espaço o recurso à violência e à utilização indiscriminada do terror, pelo qual

São criadas «bases» e «bandos armados» que, pela violência, procuram «eliminar» os adversários temíveis, «intimidar» os fracos, os neutros e os indiferentes e «desmoralizar» os órgãos de repressão do Poder Legal.

Há o aparecimento da administração revolucionária clandestina – com a criação da «Organização Política Administrativa» (OPA) – e surgem as primeiras ações de guerrilha, com apoio nas «bases» já estabelecidas.⁵⁴⁸

Às ações acima somar-se-ia a “Rebelião Plena”, fase em que seriam criadas as chamadas “zonas liberadas” (Z Lib), a partir da multiplicação e ampliação das bases. Nessas áreas, seriam colocadas em prática a Organização Política Administrativa (OPA) que, com o tempo, transformar-se-iam em “governo revolucionário, para dar uma aparência legal ao movimento, visando, em última instância, ao reconhecimento do Governo Revolucionário. Também nessa fase seriam incrementadas as ações de guerrilha, com ações de grupos

⁵⁴⁷ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 481, p. 13.

⁵⁴⁸ Ibidem, p. 14.

armados responsáveis por disseminar o terror e a persuasão para, por fim, em seu período final tenha lugar o “Exército de Libertação Nacional (ELN) – que representa complemento final e valioso à aparência legal e legítima da Revolução”.⁵⁴⁹

A “Contra ofensiva geral” – também conhecida como “ofensiva geral” ou das “operações militares clássicas” – constituiria a última das fases do desenvolvimento da Guerra Revolucionária, com o desencadeamento de ações políticas, sociais e militares, de caráter geral e total, contra o governo instituído. É nessa fase que o Exército de Libertação Nacional passaria das ações guerrilheiras para as operações militares clássicas.⁵⁵⁰

Nas pesquisas realizadas sobre a Guerrilha do Araguaia, o jornalista e historiador Hugo Studart teve acesso ao manual de guerrilha do PC do B, reproduzindo um trecho que vincula as pretensões políticas com a ação ofensiva na Guerra Revolucionária – conforme fora indicado nos manuais e trabalhos feitos por militares – pelos membros do Partido Comunista do Brasil.

Diz o Manual do PC do B: “A Guerra Revolucionária exige uma orientação política (do partido como um todo; o grifo é nosso) e uma linha militar justa, uma direção firme, audaz, e com capacidade de guiar-se acertadamente em todas as situações com ampla visão política e o domínio da arte militar. Reclama, portanto, um intenso trabalho ideológico entre as massas e especialmente entre os combatentes”.⁵⁵¹

Apesar do desenvolvimento da Guerra Revolucionária ter sido explicado, inclusive com a apresentação de etapas e exemplos, uma importante ressalva era feita pelos militares – esse desenvolvimento deveria ser compreendido somente como um dado a mais de entendimento – uma vez que diferentes correntes do comunismo internacional pregam não haver necessidade de serem percorridas as diversas etapas da Guerra Revolucionária, mas sim o seu maior objetivo: tomada direta de poder.

O emprego da Revolucionária, a partir de seus princípios e práticas, compunha a terceira sessão do Curso Guerras Revolucionárias. Para os militares do Brasil, a tática, nas diferentes correntes do movimento comunista internacional, apresentava o mesmo conceito relativo às operações militares, aplicando-se às ações empreendidas para alcançar o objetivo maior de conquista de cada país. Elas variariam nesses, em função da época, do povo e do regime político de cada um.

⁵⁴⁹ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 481, p. 14-15.

⁵⁵⁰ Ibidem, p. 15.

⁵⁵¹ STUDART, Hugo. *A Lei da Selva*. Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a guerrilha do Araguaia. São Paulo: Geração Editorial, 2006. p. 209-300.

Nesse sentido, são apontados e distintos os chamados *Princípios Táticos Essenciais*, ligados ao planejamento e à difusão das ideias comunistas e as *Táticas Revolucionárias*, em um sentido maior de ações práticas. Os princípios táticos essenciais apresentados são:

Precedência da ação política sobre a militar, isto é, a condução das ações cabe ao grupo político e a ação militar nada mais é que uma alternativa complementar à luta global; *Prioridade para a conquista e o controle da população*, traduzindo a concepção do marxismo-leninismo, realizável não por outro meio do que a Guerra Revolucionária; *Necessidades de serem criadas e difundidas ideias forças*. Esse princípio evidenciaria o quanto os comunistas sabiam que não era possível fazer a Guerra Revolucionária simplesmente com pregações de sua ideologia, assim:

É necessário fornecer à população outras ideias mais condizentes com seus anseios e aspirações imediatas e, portanto, mais fáceis de serem compreendidas. Daí o aparecimento de «bandeiras», «ideias força» e ideológicas intermediárias, isto é, aquelas que servirão para alcançar o poder e, por seu intermédio, implantar o comunismo.⁵⁵²

Tão importante quanto a difusão de ideias revolucionárias, seria a *Necessidade de apoio do exterior*, leia-se, dos países socialistas. Hugo Studart pontua que, embora a Guerrilha do Araguaia tenha sido deflagrada entre os anos de 1972 e 1974, para sua organização e desenvolvimento foi fundamental o apoio dado pela China ao PC do B.

Foi assim na chamada *Guerrilha do Araguaia* (1972-1974), quando a rebelião começou a ser gestada nos idos de março de 1964, quando o primeiro grupo de militantes do PC do B foi mandado à China a fim de receber treinamento militar.⁵⁵³

De posse de determinadas informações fornecidas pelos centros de inteligência organizados na época, os militares indicaram a necessidade do apoio dado pelo exterior aos adeptos da Guerra Revolucionária, pontuando, também, a importância da tática *Flexibilidade*. Segundo essa estratégia, o movimento revolucionário não ficava confinado a planos preconcebidos ou métodos de luta política, devendo, antes de mais nada, adaptar-se às condições do momento. Logo, esse princípio ligar-se-ia diretamente ao próximo elencado, o *Oportunismo*, uma vez que

Os comunistas, apesar de possuírem uma ideologia monolítica e objetivos rigidamente prefixados, no que se refere a princípios de ação revolucionária, procuram tirar o máximo proveito de qualquer situação que os conduza a um «passo

⁵⁵² MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 350, p. 18.

⁵⁵³ STUDART, op. cit., nota 551, p. 301.

a frente» no caminho do poder, mesmo que saí resulte a impressão de uma traição à linha ideológica.⁵⁵⁴

Outro princípio devidamente colocado foi o da *Divisão dos oponentes*. Segundo esse, na mesma proporção em que busca o seu fortalecimento, os comunistas procuram enfraquecer os seus adversários, por meio de sua divisão, incentivando, assim, de forma direta ou indireta, as dissensões em meio aos agrupamentos políticos que consideravam convenientes.

Tão relevante quanto essa estratégia, seria a da *Utilização das instituições existentes*, pela qual os revolucionários comunistas procuravam colocar-se dentro dos organismos existentes, por meio de infiltrados, para utilizá-los a serviço da revolução. Outra tática empregada pelos revolucionários seria aproveitar-se ao máximo das tendências pacíficas de alguns governos democráticos, por meio da chamada *Exploração das tendências conciliatórias*. Apesar de, a princípio, indicarem táticas pacíficas; outro princípio a ser considerado seria o *Uso da Violência*, principalmente para intimidar os “fracos” e eliminar os “irredutíveis”.

Para o alcance de todos esses princípios somar-se-iam a *Determinação e a Disciplina* de seus condutores, que deveriam ser capazes de sacrificar-se, em qualquer sentido exigido, para o sucesso revolucionário. Esses agentes, entretanto, teriam que esmerar-se para o alcance da considerada última das táticas, a *Utilização de auxiliares*.

As organizações de frente ou fachada são órgãos temporariamente postos a serviço do PC, mas que podem ter outras finalidades. Normalmente, não foram criadas pelos comunistas, mas servem aos seus propósitos, distribuindo a propaganda e defendendo os pontos de vista dos Partidos Comunistas.⁵⁵⁵

O discurso produzido pelos militares evidencia uma grande preocupação com os chamados auxiliares do movimento revolucionário. Esses foram classificados em diferentes categorias: os *Cripto-comunistas*, comunistas não declarados – por medo ou conveniência – mas que se manifestariam em ocasiões favoráveis; os *simpatizantes*, agentes parcialmente adeptos às ideias de comunistas e que constituiriam o grupo mais numeroso de auxiliares, formando o grosso de sua massa de manobra; os *oportunistas*, que por interesses pessoais ou receio, associam-se a ações partidárias para conseguir vantagens; os *inocentes úteis*, homens que se prestam, por vaidade, desconhecimento ou inconsistência, às manipulações dos comunistas; os *companheiros de viagens ou aliados*, elementos não comunistas, que, em determinados momentos, unem-se àqueles, com vistas à conquista de objetivos comuns; e, por

⁵⁵⁴MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 350, p. 19.

⁵⁵⁵MINISTÉRIO DA GUERRA, op. cit., nota 487, p. 28.

fim, os *agentes de influência*, comunistas colocados em posições de alcance, como jornais, igrejas ou na administração pública, e com grande capacidade de persuadir a população.⁵⁵⁶

Uma vez colocados os princípios essenciais para a penetração das ideias comunistas, em espaços progressivamente maiores e diferentes, são apresentadas as *Táticas Revolucionárias*, cerca de treze ações que concretizariam diversos princípios utilizados no período, especialmente pelo movimento comunista internacional.

A primeira delas seria a *Coexistência Pacífica*, apresentada como o processo empregado pelos comunistas para iludirem os democratas quanto às suas verdadeiras intenções de provocar o relaxamento nas defesas de muitos países; a *Guerra limitada*, tática utilizada para destruir as forças oponentes sem a utilização direta de seus recursos na luta, como fora o caso do Vietnã; A *Via eleitoral*, que visa à conquista do poder, mediante eleições. Uma ressalva é feita em relação a essa prática: como os comunistas não contariam com a maioria eleitoral necessária para vencer em diferentes países, utilizar-se-iam de alianças com partidos comunistas para elegerem partidários ou simpatizantes.⁵⁵⁷ Essa tática teria sido muito utilizada no Brasil no período anterior ao movimento de 1964.

A *Conquista do Parlamento* constituiria uma prática ligada à anterior, segundo a qual, eleitos os representantes comunistas ou simpatizantes, iniciar-se-ia uma campanha para a implantação de leis revolucionárias capazes de alterar a estrutura política e social do país. Igualmente, são feitas ressalvas em relação a essa prática, ligando-a à realidade do Brasil: “essa tática também já foi tentada no Brasil, onde corpos legislativos municipais, estaduais e da União, foram infiltrados por comunistas ou simpatizantes antes de março de 1964”.⁵⁵⁸

O *Apoio a movimentos nacionais* seria a tática de participar de todos e quaisquer movimentos populares, especialmente os que teriam por objetivo perturbar a ação do governo ou provocar o seu enfraquecimento. O Manual mais uma vez apresenta o Brasil, como país que sofreu essa ação:

No Brasil, essa tática foi empregada nos movimentos ligados à exploração do petróleo, os quais congregavam comunistas e democratas em torno de lemas tais com “a Petrobrás é intocável” e “O petróleo é nosso”. Uma vez infiltrados nos movimentos populares, os comunistas, apoiados em sua organização, podem orientá-los no sentido dos objetivos da revolução comunista.⁵⁵⁹

⁵⁵⁶ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 350, p. 19-20.

⁵⁵⁷ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 350, p. 20.

⁵⁵⁸ Ibidem, p. 22.

⁵⁵⁹ Ib., p. 22

Conforme o apoio a movimentos nacionais é indicado por ser uma tática inquietante para a realidade brasileira, a *Frente Única* também é apresentada como uma ação preocupante, pois se basearia na reunião de setores diversos da população, agrupados em torno de uma ideia única, normalmente fornecida pelos comunistas. Para esse caso, os militares apresentam o exemplo da frente pela unidade sindical que, reunindo diversas confederações de trabalhadores, deu origem ao Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Essa seria uma tática bem sucedida e amplamente explorada no Brasil:

A tática da «frente única» tem sido considerada pelos comunistas como a mais promissora das táticas revolucionárias. Após a revolução de 31 de março de 1964, os maiores esforços têm sido feitos no sentido de reunir, contra o governo, todos os grupos que tiveram interesse contrariados pela Revolução. As táticas do «Apoio aos Movimentos Nacionais» e da «Frente Única», em conjunto, constituem a parte principal das «pressões de base», já referidas.⁵⁶⁰

Diferentemente da Frente Única, a tática do *Pacifismo* basear-se-ia não em uma ação direta, mas na exploração de anseios individuais e coletivos de vidas isentas dos horrores da guerra. Por isso, segundo os militares, a propaganda da paz vinha sendo feita pelos comunistas em todas as oportunidades, mesmo quando essa prática não correspondia às suas ações. O Apelo de Estocolmo⁵⁶¹ seria um grande exemplo. Enquanto a União Soviética promovia um grande abaixo-assinado mundial em favor da “paz”, alimentava os preparativos da invasão da Coreia do Sul, por intermédio da Coreia do Norte.

Da mesma forma, o *Neutralismo*, com a difusão da ideia de que a omissão constituiria a melhor defesa dos interesses nacionais e o *Nacionalismo*, método utilizado para lançar os países subdesenvolvidos não comunistas contra as grandes potências igualmente não comunistas, eram indicados com temor: “um dos motivos dos sucessos comunistas, atualmente, é o emprego de uma técnica muito sutil confundir a opinião pública e a boa fé dos militares, com o emprego de termos dúbios, entre os quais o nacionalismo”.⁵⁶²

A *Nacionalização* era outra prática vista com preocupação pelos militares. Aplicada ao campo econômico, levaria os governos a desapropriar empresas estrangeiras, arcando com responsabilidades administrativas as quais não estaria preparado e, de alguma forma, traria proximidade para com os países socialistas; A *Autodeterminação e não-interferência*,

⁵⁶⁰ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 350, p. 23.

⁵⁶¹ Em março de 1950, o Comitê Mundial dos Partidários da Paz reuniu-se na cidade de Estocolmo, organizando as diretrizes do *Movimento pela Paz* e a sua primeira campanha: a *Campanha pela Proibição das Armas Atômicas*, também conhecida por *Apelo de Estocolmo*. Ver: RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Os Combatentes da paz: Os comunistas brasileiros e as campanhas pacifistas dos anos 1950*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2011. p. 15.

⁵⁶² MINISTÉRIO DA GUERRA, op. cit., nota 487, anexo: Criação da Seção de Guerra Psicológica. p. 1.

igualmente, representariam um ideal subversivo, identificando a negação na busca do apoio exterior a um país democrático tomado pela Revolução Comunista; o *anti-imperialismo*, era indicado como a exploração dos países mais fracos e subdesenvolvidos pelos países socialistas e o *Anticolonialismo*⁵⁶³, bandeira levantada para os povos subjugados colonialmente, mas que serviria diretamente ao Movimento Comunista Internacional, que os levaria para sua órbita.⁵⁶⁴

Destaca-se que esses princípios eram associados de forma direta aos anos que precederam o Golpe de 1964 no Brasil, de forma, também, a justificá-lo. E, nessa perspectiva, a partir da lógica da Doutrina de Segurança Nacional, qualquer movimento que fugisse aos padrões políticos constituídos pelas potências capitalistas e seus aliados – fossem os de guerras de libertação nacional ou de caráter nacional reformistas – eram percebidos como guerra revolucionária.

Na quarta e quinta sessões do curso, os policiais militares estudaram as chamadas *Atividades Destrutivas e Construtivas e os Processos empregados na Guerra Revolucionária – Operações Psicológicas – Processos Políticos, Terrorismo e sabotagem*. As atividades destrutivas seriam aquelas destinadas a atingir a ordem social e a seus defensores, por meio da sua desintegração, buscando a conquista da população e a dificultar possíveis resistências à ação revolucionária. As atividades destrutivas mais utilizadas seriam a: Desmoralização, Corrupção, Intoxicação, Dissolução, Intimidação e a Eliminação.

A desmoralização era apresentada como uma atividade que atua sobre a estrutura político-administrativa-militar do país alvo, por meio do enfraquecimento das instituições deste e de seu sistema jurídico-legal. A desmoralização dos êxitos, o exagero nos insucessos e a descrença na justiça seriam propagados por agentes infiltrados em diferentes organizações, inclusive as mais rígidas e tradicionais, tais como a Igreja e as Forças Armadas, a partir das seguintes ações:

- notícias falsas ou tendenciosas;
- interpretação falsa de atitudes individuais;
- calúnias e inverdades sobre pessoas;
- estigmatização de classes sociais;
- ridicularização do sentimento religioso

⁵⁶³ De uma forma geral, os militares que redigiram os manuais utilizados como fontes nessa tese, estavam inseridos em uma época em que, após a II Guerra Mundial, a corrente anticolonialista foi amplamente associada ao marxismo. Segundo Berstein e Milza, embora não tenha criado muitos teóricos, essa corrente deu origem e atraiu homens de ação, que uniram a teoria e a prática militante, uma vez que líderes como Ho Chi Minh, no Vietnã, Sjarifuddin, na Indonésia e Than Tun, na Birmânia, adaptaram seus conceitos básicos para as massas, convocando-as para lutar pela autodeterminação e pela igualdade social. Ver: BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *História do século XX*. Volumes II e III. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007, p. 152.

⁵⁶⁴ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 350, p.23-26.

- deformação do patriotismo;
- deturpação da história da pátria;
- enfraquecimento dos laços de família;
- quebra da hierarquia militar;
- incentivo à corrupção e à ambição.⁵⁶⁵

Segundo os militares, o objetivo maior dessas ações seria a desmoralização pública das Instituições do governo, visando a comprometê-las, para a execução da Revolução Comunista. “a técnica de tentar desmoralizar as Forças Armadas, por meio de difamações e calúnias, publicadas em jornais comunistas ou simpatizantes, tem sido, também, muito explorada”.⁵⁶⁶

A *Corrupção* estaria ligada a tal ação, uma vez que buscaria envolver com suas práticas as autoridades e os agentes do poder legal, que, com suas atitudes reprováveis, tornar-se-iam instrumentos fáceis para serem atacados, também servindo, dessa forma, ao processo revolucionário.⁵⁶⁷

A *Intoxicação* é outra atividade classificada como complementar à desmoralização. Definida pelo uso de meias-verdades convenientes, visaria, principalmente, a atingir os indiferentes, neutros e oportunistas, aqueles que ainda não teriam uma posição política definida, para que estes, mesmo não aderindo à causa comunista, fossem mantidos fora da luta, assim “[...] o governo perde apoio da população e são criados antagonismos, dentro da sociedade, entre os que desejam a luta e os indiferentes”.⁵⁶⁸

A *Dissolução* é apontada como a atividade que buscaria criar um clima geral de “desassossego” e a sensação de insegurança, práticas que com o tempo, levariam ao enfraquecimento da ordem social. Ela é dividida em dois grupos: as pacíficas ou legais (comícios, passeatas, greves e resistência passiva) e as violentas ou ilegais (passeatas proibidas, comícios ilegais e greves ilegais). Um cuidado especial em relação a essas ações era indicado à polícia.

Algumas vezes, os revolucionários desacatam a polícia para provocar, deliberadamente, derramamento de sangue e criar os chamados mártires da revolução. A massa é levada a considerar a «missão sagrada de não trair a fé dos mártires mortos». E o sangue derramado pode transformar o mais banal

⁵⁶⁵ Ibidem, p. 28-29.

⁵⁶⁶ MINISTÉRIO DA GUERRA, op. cit., nota 487, anexo: Criação da Seção de Guerra Psicológica, p. 1.

⁵⁶⁷ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 350, p. 29.

⁵⁶⁸ Ibidem, p. 29.

dos acontecimentos em um fato de grande repercussão, por sua exploração emocional.⁵⁶⁹

Junto às tentativas de desestabilizar a ordem legal, como no caso indicado com grandes preocupações à polícia, a *Intimidação*, constituiria outro recurso de combate à legalidade e à população. A partir da estratégia do medo, os revolucionários poderiam se aproveitar da ineficiência dos meios de repressão e praticar ações violentas, tais como: os distúrbios civis (passeatas agressivas e assassinatos generalizados); o terrorismo indiscriminado (violência contra pessoas ou objetos de alto valor simbólico, o terrorismo seletivo (sobre determinadas personalidades de relevo); a sabotagem (violência contra bens materiais); e, por fim, a Guerrilha, buscando causar baixas nos governos e por meio da luta armada no campo e/ou na cidade.⁵⁷⁰

Segundo as análises militares, a maior finalidade da intimidação seria criar um estado de pânico e desespero na população, de tal forma que esta poderia passar a aspirar, acreditar ou mesmo aceitar uma nova ordem. Esses métodos, todavia, ainda poderiam ser mais radicais face ao não sucesso das práticas anteriores. Por isso, o emprego da tática da *Eliminação*, com procedimentos que variariam desde a coação psicológica até a agressão e ao assassinato. “É o ‘terror revolucionário’, no qual serão eliminados os ‘reacionários’, isto é, aqueles que não concordam com o movimento comunista internacional e lutam contra o comunismo”.⁵⁷¹ Essa tática já teria sido utilizada, por mais de uma vez, em atividades de dissolução e intimidação, sob as formas do terrorismo e da guerrilha.

Após a consecução das Atividades Destrutivas somar-se-iam, no plano maior da Guerra Revolucionária, as Atividades Construtivas. Pois, segundo a lógica militar, na mesma medida em que se processam a destruição das estruturas sociais, haveria a aspiração pela construção de uma “nova sociedade”, por parte dos revolucionários e das grandes técnicas, que progressivamente gerariam a vontade de lutar e criariam os meios de combate para o estabelecimento do novo Estado. Essas atividades foram resumidas no seguinte trecho:

Seleção e formação de quadros
 Seleção (importação de técnicos estrangeiros
 (Seleção de técnicos nacionais
 (Seleção de descontentes
 (Seleção de simpatizantes
 Formação (Treinamento de agitadores e propagandistas
 (Treinamento de agentes especiais

⁵⁶⁹ *Ib.*, p. 29-32.

⁵⁷⁰ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, *op. cit.*, nota 350, p. 32-34.

⁵⁷¹ *Ibidem*, p. 34.

- (Treinamento de auxiliares
- (Treinamento de dirigentes
- Difusão da ideologia revolucionária na massa
 - (Escolha e discussão da ideologia básica
 - (Escolha e discussão das ideologias intermediárias
 - (Organização de células de agitadores e propagandistas
- Enquadramento da massa
 - (Hierarquização de associação
 - (Hierarquização territorial
 - (Hierarquia do partido
 - (Impregnação psicológica
 - (Lavagem cerebral
- Edificação de Novas estruturas
 - (Construção de bases de apoio
 - (Governo Provisório
 - (Criação de Zonas Liberadas
 - (Governo comunista⁵⁷²

De acordo com militares, na seleção e formação de quadros, os comunistas esmerar-se-iam em encontrar elementos ativos para convencê-los sobre a necessidade de uma ação comum. Por isso, o empenho nas atividades de seleção e formação, seguidas pelo treinamento, visando à constituição de agentes especiais, auxiliares do “novo regime”, e dos dirigentes responsáveis pela Revolução. Nesse processo, a organização de escolas teria um papel especial, com cursos preparados e executados com meticulosidade e métodos pedagógicos modernos. Os militares salientam ainda que, os alunos com mais qualidades e aptidões completariam os seus estudos em escolas estrangeiras, como em Moscou, Tachrent, no Turkmenistão soviético, em Praga, em Pequim, nos países socialistas da África e, especialmente, em Cuba⁵⁷³, o que fora indicado em estudo do Ministério do Exército já em 1963,

De todos os países da AMÉRICA saem personalidades em visita a CUBA; normalmente são indivíduos já conhecidos por suas tendências esquerdistas e que, de lá voltam, fazendo propaganda do regime.

Várias reuniões com objetivos comunistas se realizam naquele país, com o comparecimento de indivíduos de todas as partes do mundo, principalmente da América. [...]

A influência psicológica que a comunicação de Cuba exerce nos países da AMÉRICA LATINA é extraordinária. O retrato de FIDEL CASTRO é distribuído por todas as Américas e há vários indivíduos que deixam crescer a barba, do tipo daquele ditador.⁵⁷⁴

O terceiro passo, após a seleção e formação de quadros, seria a difusão da Ideologia Revolucionária na Massa. A escolha de uma ideologia ou causa seria imprescindível para as

⁵⁷² *Ib.*, p. 36.

⁵⁷³ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, *op. cit.*, nota 350,, p. 36-37.

⁵⁷⁴ MINISTÉRIO DA GUERRA, *op. cit.*, nota 487, p. 45-46.

atividades revolucionárias. Não sendo marxista, essa ideologia deveria ir de encontro às massas, de preferência, tendo um fundo patriótico e capaz de empolgar a população, sem normas rígidas e dentro das peculiaridades de cada país. “Assim, a ideologia básica da revolução cubana não é a do Vietname ou da Argélia. Até mesmo dentro de um país, ela pode variar de uma para outra região”.⁵⁷⁵ Além da ideologia básica, segundo os militares, também eram escolhidas ideologias auxiliares que facilitariam a difusão da primeira. Nessa perspectiva, o nacionalismo, a independência nacional e a coexistência pacífica de todos os povos, entre outros, eram temáticas apreciadas pelos revolucionários em diferentes espaços do mundo.

Escolhidas as ideologias básica e auxiliares, os agitadores, devidamente preparados, organizariam as células com a missão de difundir-las. Tal ação era classificada como “semeadura”. Todavia, para que fosse bem sucedida, dependeria do controle das massas.⁵⁷⁶

De forma didática, os militares procuraram explicar que, na doutrina comunista, não existem seres livres e todos são incluídos em três categorias: militar, funcionário civil ou membro de uma associação, como, por exemplo, sindicatos de operários, movimentos de juventude e sociedades de juventude. Esse enquadramento deveria ser feito pelos dirigentes comunistas, tendo em vista que:

Os militares e funcionários, vivendo sob um regime rígido e sob permanente fiscalização, não apresentam, quanto à “lealdade”, os mesmos problemas que os demais indivíduos. Esses devem ser, então, vinculados a alguma coisa que possibilite o seu controle adequado pelos dirigentes comunistas. Surgem daí as “hierarquias paralelas”.⁵⁷⁷

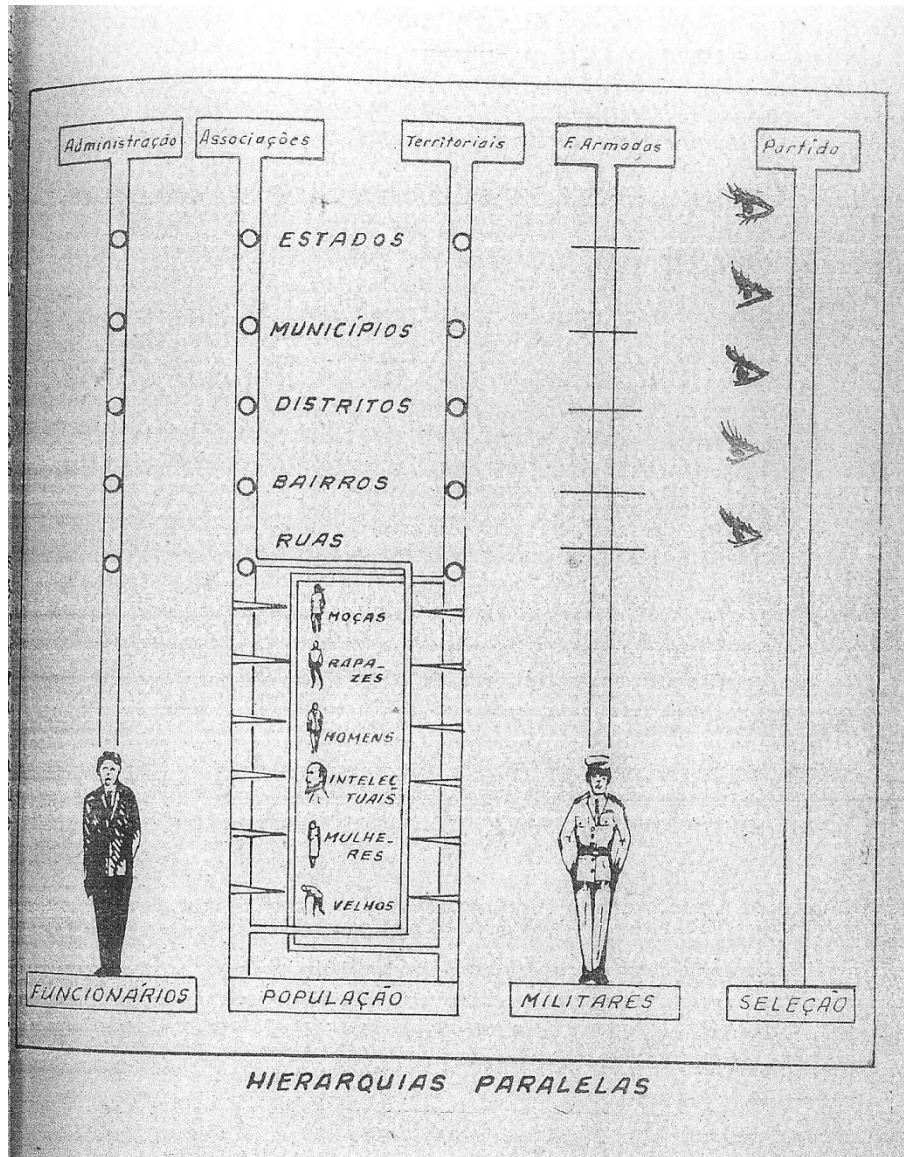
Nessa dimensão, se o indivíduo não fosse funcionário nem militar, seria obrigatoriamente vinculado a uma associação dirigida pelo Partido, de onde nasceria uma hierarquização, chamada de “associação”. Dois esquemas foram preparados pelos militares para ilustrar as chamadas “hierarquias paralelas”.

⁵⁷⁵ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 350, p. 38.

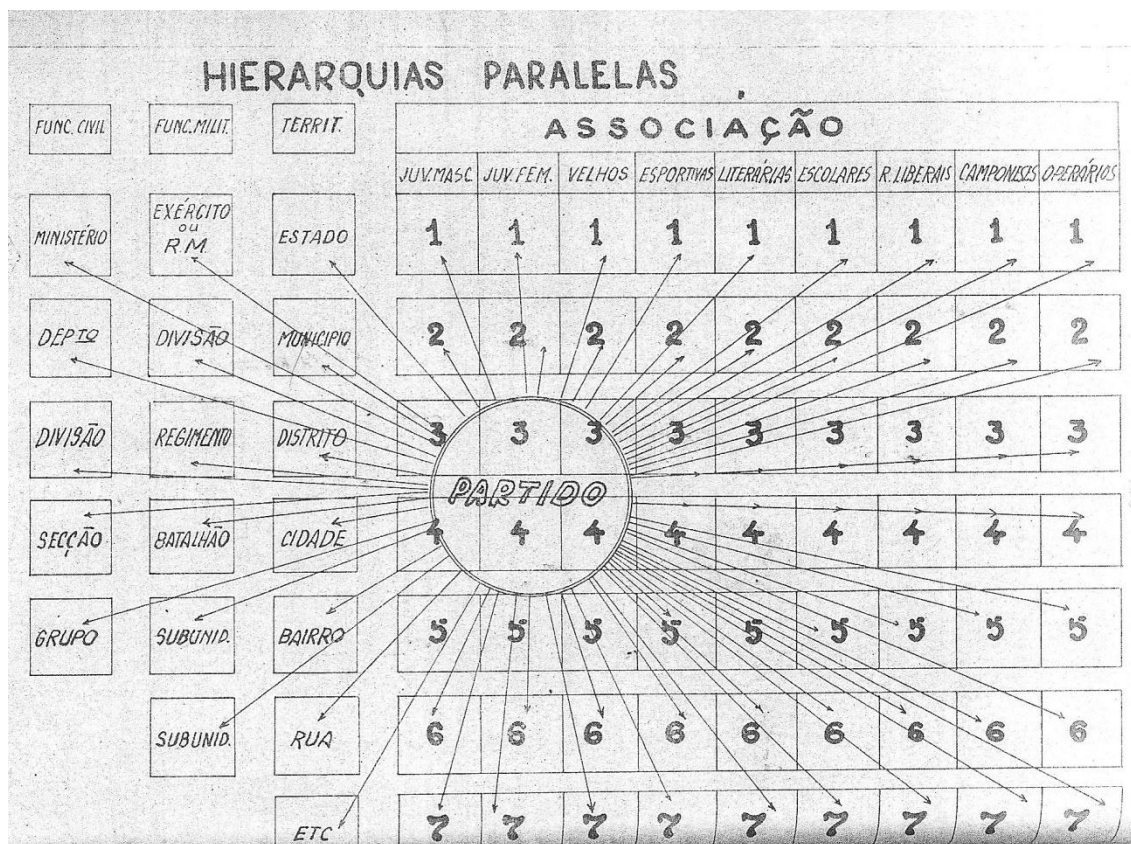
⁵⁷⁶ NUNES, Ilie Marlen Lobo Pereira. *Guerra Revolucionária: Prevenção e Defesa*. Monografia de conclusão de curso, CAO. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1969, p. 3.

⁵⁷⁷ Ibidem, p. 41.

Figura 2 – Hierarquias Paralelas I⁵⁷⁸



⁵⁷⁸ NUNES, op. cit., nota 576, p.39.

Figura 3 – Hierarquias Paralelas II⁵⁷⁹

Feito o enquadramento dos militares, funcionários e população em hierarquias paralelas, sob o controle do partido, os comunistas passariam à conquista da vontade e da energia da massa, por meio de uma verdadeira “impregnação ideológica”, seguida da “lavagem cerebral”.

Pela lavagem cerebral, destrói-se a personalidade dos indivíduos. Os mais duros, os que não querem se render aos revolucionários, são os escolhidos para a aplicação dessa técnica, que consiste em provocar, nos indivíduos submetidos ao tratamento, neuroses experimentais, a fim de fazer desaparecer, ou, pelo menos, enfraquecer em suas mentes as convicções que lhes são próprias e, em seguida, através de um intenso doutrinação, incluir as novas ideias ou exigências do Partido. As “autocríticas”, em geral, decorrem de processos semelhantes à chamada “lavagem cerebral”.⁵⁸⁰

Segundo publicação do Ministério da Guerra, voltada às “Técnicas Revolucionárias Psicológicas”, o “doutrinação” descrito acima fazia parte das “Guerras Psicológicas”, efetuadas a partir de técnicas desenvolvidas, sobretudo, pelos russos, na busca da cooptação das massas,

⁵⁷⁹ NUNES, op. cit., nota 576, p.40.

⁵⁸⁰ Ibidem, p. 42.

Admitem os psicólogos russos que os homens, tal como os irracionais, são passíveis de condicionamento e preparam a sua propaganda com esse objetivo.

Há quase meio século, os russos buscam meios de controle da vontade humana e aperfeiçoaram seus métodos, atingindo, nesse particular, o máximo rendimento, com as célebres “lavagens cerebrais”.⁵⁸¹

Após todas as etapas, coroadas com a lavagem cerebral, ocorreria a chamada “Edificação das Novas Estruturas” pelo referido grupo. A saber: a construção de uma primeira base física de apoio, para o planejamento e o laboratório das ações revolucionárias; a construção de outras bases análogas; a liberação das áreas abrangidas pelas bases, formando as zonas liberadas; a instalação do governo provisório e, por fim, a implantação do governo comunista.

A primeira base pode ser uma região cuja população esteja submetida a severo controle, ou uma região serrana, inóspita, de difícil controle pelo governo. (A revolução cubana utilizou, magnificamente, a Sierra Maestra como base de Operações). Pode ser uma região extensa, conhecida e fortemente defendida ou uma região pequena, clandestina e subtraída à penetração das forças legais. Nela, a revolução dispõe de inteira liberdade de ação e suas forças são “cobertas” pela cumplicidade geral e tem o apoio integral da população.⁵⁸²

A continuidade desse processo criaria as bases para a instalação definitiva do governo revolucionário, que daria um caráter pseudo legal à revolução, com o apoio de um já nomeado e constituído “Exército Regular” e o reconhecimento de estados amigos, restando tão somente a sua consolidação, que, por vezes, fora feita por governos “provisórios” e, em seguida, o “governo comunista”.

Entre os anos de 1968 e 1969, um ano, portanto, após a inclusão da disciplina Guerra Revolucionária nos Currículos da Polícia Militar, seis monografias foram redigidas pelos capitães policiais, no CAO, tratando de forma direta a Guerra Revolucionária.

⁵⁸¹ MINISTÉRIO DA GUERRA, op. cit., nota 487, p. 5.

⁵⁸² MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 350, p. 43.

Tabela 2 - Monografias com a temática Guerra Revolucionária, do CAO/PMRJ entre 1968 e 1969⁵⁸³

Ano	Capitão PM	Monografia de Conclusão de Curso
1968	Ricardo Frazão do Nascimento.	A Guerra Revolucionária - origens, características, objetivo, desenvolvimento, técnicas e táticas revolucionárias.
1968	Antônio Carlos Bastos Vita	Guerra Revolucionária.
1968	Jorge D'Albuquerque e Castro	Emprego das polícias militares na luta contra a guerra revolucionária.
1968	Geraldo Ribeiro Gomes	A PM e a luta contra a Guerra Revolucionária.
1969	Ile Marlen Lobo Pereira Nunes	Guerra Revolucionária - prevenção e defesa.
1969	Adriano Antonio Gouveia Ferreira	Guerra Revolucionária
1969	Sérgio Silva Guimarães	Teorização da Subversão e a Polícia Militar
1969	Wlander José Rolemberg Cruz	A guerra de hoje, o banditismo e a PMEG

A investida em um conhecimento abrangente e meticuloso sobre a Guerra Revolucionária gerou a produção de estudos, que se consubstanciaram na elaboração de manuais, difundidos nas Forças Armadas e nas Polícias Militares como bibliografias de cursos, cobradas com precisão nos exames realizados nos mesmos, fosse por meio de provas ou de monografias finais. Nos discursos militares tornava-se evidente a lógica de se conhecer bem o inimigo para combatê-lo, em uma linha muito próxima daquilo que os militares retiraram dos estrategistas considerados, naquele momento, precursores da guerra revolucionária, como o escritor militar chinês Sun Tzu, na “Arte da Guerra”, em cerca de 500 ac:

Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece, mas não conhece o inimigo, para cada vitória sofrerá uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si, perderá todas as batalhas.⁵⁸⁴

O conhecimento das características e possibilidades de mutação da Guerra Revolucionária, portanto, eram associados ao desenvolvimento de inúmeras ações desenvolvidas no Brasil e em uma conjuntura internacional nesse período. A integração dos

⁵⁸³ Levantamento realizado a partir da Biblioteca do Curso Superior de Polícia Militar.

⁵⁸⁴ TZU, Sun. *A Arte da Guerra*. In: http://www.defesabr.com/media/livros_sun_tzu_01.html. Acesso em: 24/06/2012. Em muitos manuais militares credita-se que a referida obra tenha sido utilizada por diversos estrategistas ao longo da história, tais como Napoleão Bonaparte, Adolf Hitler e Mao Tse Tung. É justamente essa aproximação de sua teoria com as estratégias desenvolvidas durante a Revolução comunista chinesa que aproximaram o autor da chamada “Guerra Revolucionária”.

militares em torno dessa percepção era considerada o fundamento mais importante para o aniquilamento do maior inimigo do período: o comunismo, revestido de diferentes versões.

As próximas nove sessões do curso “Guerra Revolucionária”, para os oficiais da PMRJ, foram destinadas à análise e combate às guerrilhas e contra-guerrilhas urbanas. Ressalta-se que esse tema teve grande espaço no currículo da Polícia Militar do Rio de Janeiro, pois, além de ser tratado na disciplina já indicada, teve também uma própria, “Operações de Contra-guerrilha”, além de ser trabalhado, de forma direta, em outra matéria “Operações de Defesa Interna e Externa”, e da produção de materiais próprios destinados à Corporação.

4.3 Operações de Guerrilha e Contra-Guerrilha

No emblemático ano de 1968, meses antes do que se tornaria o auge das políticas repressivas do regime militar no Brasil com a decretação do AI-5, o Estado Maior do Exército aprovou uma nota de instrução sobre a Guerrilha e a Contra-Guerrilha Urbanas, voltada especificamente para as Polícias Militares.

O chefe do Estado Maior do Exército, usando da atribuição que lhe confere a letra i do item 4, das Diretrizes Gerais de Instrução para o Biênio 1968/1969 (Port. Nº 353-GB, de 31 de Out. 1967 – Res.), resolve aprovar a Nota de Instrução nº1/68, «A Guerrilha e a contra-Guerrilha Urbanas», elaborada pela IGM e destinada a orientar a instrução das Polícias Militares. Gen. EX. Adalberto Pereira dos Santos – Chefe do EME.⁵⁸⁵

A aprovação dessa nota demonstra por si só o quanto as guerrilhas – que já vinham sendo discutidas indiretamente nas palestras e cursos sobre a Guerra Revolucionária, e que de alguma forma já se apresentara à realidade nacional desde 1965⁵⁸⁶ – ganhavam um espaço ainda maior na formação dos oficiais e em um treinamento específico das Polícias Militares. Pensada como um dos mais velhos processos de fazer-se a Guerra⁵⁸⁷, a Guerrilha recebeu a seguinte definição para a Corporação supracitada.

⁵⁸⁵ Portaria nº 71/EME de 10 de setembro de 1968.

⁵⁸⁶ Segundo Hugo Studart, em 1965 ocorreu o primeiro ato armado contra o governo militar desde o regime implantado em 1964, o atentado de Guararapes, quando uma bomba explodiu no aeroporto de Recife, matando duas pessoas. Ver: STUDART, op. cit., nota 551, p. 12.

⁵⁸⁷ C 31-20. Prefácio

É um dos processos empregados pela insurreição ou pela subversão para alcançar seus objetivos. Consta de operações de natureza predominantemente militar, caracterizadas pelo grande emprego de táticas não ortodoxas, levadas a efeito por forças irregulares, agindo seja independentemente, seja em conjunto com as forças regulares. Tais operações estão sempre apoiadas e acompanhadas por operações políticas e econômicas, tanto ostensivas quanto ocultas de indivíduos e grupos, integrando ou agindo em conjunto com essas forças.⁵⁸⁸

Nos estudos traduzidos no Brasil, principalmente os de Gabriel Bonnet, as ações de guerrilha eram apresentadas em um histórico associado a ações de guerras não regulares, que remontavam à antiguidade, quando o cônsul romano Fábio – conhecido por parte dos patrícios como o “Escudo de Roma” – utilizou táticas militares de fuga e fustigação, para evitar o confronto direto e esgotar física e moralmente os inimigos de Cartago. Para o autor, a partir dessas táticas seguiram-se muitos outros exemplos de guerras não regulares.⁵⁸⁹

Na Europa, as formas de guerrilha, foram classificadas como “guerra de partisans”, expressão oriunda dos partis de guerra, da França medieval, na qual soldados eram recrutados para desenvolver incursões especiais de espionagem, sabotagem e/ou terrorismo em espaços inimigos. Segundo Bonnet, os termos guerrilha e guerrilheiros surgiram no início do século XIX, quando os referidos métodos de combate foram ampliados. Neste período, 200 grupos de *partisans* espanhóis organizaram-se para resistir à invasão de Napoleão Bonaparte, matando cerca de 80 mil soldados franceses no ano de 1807, sem nenhuma batalha campal.⁵⁹⁰ Pode-se afirmar, portanto, que guerrilheiro passou a ser a tradução ibérica de *partisan*.⁵⁹¹

As ações de guerrilha eram pensadas em momentos da Primeira e Segunda Guerra Mundial⁵⁹², e também no caso brasileiro da Coluna Prestes, movimento em que *partisans* comandados por Luiz Carlos Prestes e Miguel Costa percorreram o interior do país e jamais foram derrotados pelas forças legais.⁵⁹³ Foi, sobretudo, após a vitória de Mao-Tse-Tung, na China, que tais ações passaram a despertar especial interesse das Forças Armadas ao serem utilizadas como uma das táticas empregadas na Guerra Revolucionária.

Atualmente acha-se o mundo convulsionado por distúrbios e citamos: Estados Unidos, França, Itália, Alemanha, Uruguai, Japão, Chile, Espanha e Brasil. Todos esses movimentos parecem receber influência de um comando central da China e

⁵⁸⁸ INSPETORIA GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES. *Guerrilha e Contra-Guerrilha Urbanas*. Brasília, IGPM, 1968, p. 10.

⁵⁸⁹ BONNET, op. cit., nota 506, p. 44.

⁵⁹⁰ BONNET, op. cit., nota 506, p. 47-48.

⁵⁹¹ STUDART, op. cit., nota 551, p. 11.

⁵⁹² BONNET, op. cit., nota 506, p. 48-49.

⁵⁹³ STUDART, op. cit., nota 551, p. 11.

sua linha auxiliar cubana, com ações violentas, reivindicando transformação social e, em consequência, a derrubada política dos governos. As ações desempenhadas nestes países são de características violentas. Os dirigentes de movimento universal planejam, com uma exatidão impressionante, uma ação progressiva que lhes coloque em situação melhor para desfechar o golpe de ocupação total. A GUERRILHA URBANA é a próxima experiência-teste que o comunismo internacional lança para enfraquecer os regimes democráticos.⁵⁹⁴

O crescimento de insurreições armadas na América Latina em meados dos anos 1960 e, principalmente, diante da vitória de Che Guevara e Fidel Castro em Cuba no contexto maior da Guerra Fria levou à associação quase sistemática do pensamento comunista às ações de guerrilha, fato atestado na monografia de Otávio Pessoa de Albuquerque, em 1971.

A Guerrilha Urbana é a atual experiência-teste do Movimento Comunista Internacional, de suas frentes e de outros grupos ideológicos, para a implantação da subversão nos países democráticos, derrubada do governo e assunção do poder.⁵⁹⁵

Para o professor Nilo Odália, esse momento indicou uma peculiaridade relevante para as ações de guerrilha, trazendo pelo menos três consequências importantes: a noção de que a guerra de guerrilhas poderia ser utilizada contra um governo nacional opressor; a convicção de que seria a expressão da violência revolucionária do período e, ainda, que pode também ser considerada como elemento essencial para a deflagração de um processo revolucionário de transformação social.

O caso de Cuba merece uma reflexão à parte. A violência revolucionária aí foi exercida diretamente contra um governo nacional. O fato desse governo ser, de um lado, tão opressor e tão autoritário, tão sanguinário, quanto qualquer invasor ou colonizador estrangeiro e, de outro, poder ser considerado um governo títere do imperialismo americano, não elimina, a meu ver, o caráter inovador da Revolução Cubana. O sucesso ruidoso da luta de Fidel contra Batista não foi sem consequências para a teoria revolucionária.⁵⁹⁶

A noção de que as guerrilhas seriam um elemento fundamental para a transformação social desenvolveu-se sob a forma da teoria foquista. Essa teoria enfatizava o papel desempenhado pela vanguarda armada, que deveria progressivamente ampliar o seu espaço de ação até a eclosão da revolução final e total, com a participação integral da população.⁵⁹⁷

⁵⁹⁴MARTINS, Jacy Lopes. *Guerrilha Urbana*. Trabalho Técnico Profissional do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Estado da Guanabara: Polícia Militar do Estado da Guanabara, 1972, p. 13.

⁵⁹⁵ALBUQUERQUE, Otávio Pessoa de. *Combate à Guerrilha Urbana*. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Estado da Guanabara: Polícia Militar do Estado da Guanabara, 1972, p. 1.

⁵⁹⁶ODÁLIA, Nilo. *O que é violência?* São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 77.

⁵⁹⁷Ibidem, p. 77-78.

Ainda mais estimulados por esse fato, as Academias militares e os cursos de Estado-maior das três Forças Armadas – que já haviam estudado desde a arte de guerra do chinês Sun Tzu aos manuais anti-guerrilhas franceses, passaram a indicar quatro tipos de Guerra de Guerrilhas: Guerrilha de Montanha, Guerrilha de Selva, Guerrilha de Campo e Guerrilha Urbana.

Todos esses tipos de guerrilha estariam ligados às regiões de atuação das forças insurgentes. Uma distinção, todavia, mostrava-se relevante. Enquanto no campo seria difícil uma operação de guerrilha irromper subitamente, sem que informações chegassem às autoridades; nas cidades, com um número muito maior de habitantes e de facilidade de locomoção e comunicação, essas tenderiam a ser de mais fácil organização.

Dessa forma, o manual da PMRJ e o curso de mesmo tema, ministrado na Corporação, voltavam-se quase por completo a estudos sobre as guerrilhas urbanas. Definida como uma “forma de operação que obedece a processos empíricos ou circunstanciais empreendidos por forças irregulares em centros urbanos”⁵⁹⁸, a guerrilha urbana também é pontuada como aquela organizada de acordo com um planejamento minucioso, considerando os fatores:

- local a ser utilizado para o movimento.
- recrutamento e preparo do pessoal.
- classes, organizações e grupos sociais que serão utilizados como instrumentos.
- organização de comandos e células.
- sistema de segurança.
- sistema de informações.
- obtenção, preparação, depósito e distribuição de armas e material subversivo.
- Sistema de comunicações.
- ordens e Normas de ação para atuação, e para fazer face às contingências (por exemplo: plano para fuga e evasão de líderes).⁵⁹⁹

O fato de as ações enumeradas serem de mais fácil realização nos centros urbanos, contribuía, segundo os manuais militares, para o desenvolvimento de atos de perturbação da ordem, lícitas ou não, visando a desmoralizar a segurança instituída, a partir da consolidação de ações de violência, tais como o bloqueio de ruas e sequestros, entre outros.⁶⁰⁰

Nesse processo, as ações de guerrilha teriam duas fases principais: uma preliminar, na qual os tumultos sobressairiam; e uma plena, em que a guerrilha urbana firmaria suas

⁵⁹⁸ INSPETORIA GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES, op. cit., nota 588, p. 12.

⁵⁹⁹ ALBUQUERQUE, op. cit., nota 595, p. 1-2.

⁶⁰⁰ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 350, p. 88.

posições por meio da consolidação de ações de violência até o seu objetivo final, a imposição do território livre.

Dentre as principais características da fase preliminar, destacar-se-iam as passeatas, os comícios e a busca de confrontos diretos com a polícia, a partir da ação de grupos ativistas, suicidas, de propaganda e de segurança. Já na segunda fase organizar-se-iam as ações mais diretas e preocupantes para as Forças Armadas e suas auxiliares:

- Ataque e roubo de armas de postos policiais e militares, de quartéis e de lojas de armamento.
- assaltos a bancos para obtenção de fundos.
- Fuzilamento de policiais isolados, inclusive de guardas de trânsito, nas ruas e nos seus postos de serviço;
- Ameaças a todas as entidades e pessoas instaladas na área, contrárias ou pressupostamente contrárias à subversão.
- Outras ações de terrorismo e sabotagem.⁶⁰¹

Uma grande preocupação indicada nos estudos da Polícia Militar do Rio de Janeiro em relação a essas ações era o grau de aperfeiçoamento dos métodos que já eram aplicados no Brasil. Práticas como a reunião dos manifestantes em locais diversos e predeterminados e o seu deslocamento quando necessário, a organização de comícios relâmpagos, o posicionamento de alguns indivíduos em obras, jogando objetos ou mesmo atirando contra a polícia e a utilização de armas improvisadas como estiletos de ferro, porretes, pedras e garrafas quebradas⁶⁰², e o seu aprimoramento pelos grupos mais organizados com a tomada de armamentos nos quartéis, poderiam fornecer as bases para a realização de outras e maiores guerrilhas.

Os fatores humanos, dessa forma, são apresentados como o grande diferencial no êxito ou no insucesso da guerrilha urbana, uma vez que compreenderiam a coragem, o limite da tolerância humana e, sobretudo, o valor dado à vida, pela parte da população que se submete a esse tipo de ação, principalmente nas suas bases de liderança

Um movimento eficiente de guerrilha urbana somente terá êxito se encontrar uma base em indivíduos que tenham coragem e vigor para resistir às privações, suportar tarefas árduas e saibam encarar o perigo iminente na luta contra inúmeros fatores estranhos. Comando e chefia são essenciais e precisam ser considerados em conjunto com esses fatores básicos. Embora o povo possa individualmente possuir características favoráveis, os chefes precisam surgir para transformar essas características em ações positivas.⁶⁰³

⁶⁰¹ ALBUQUERQUE, op. cit., nota 595, p. 3-4.

⁶⁰² INSPETORIA GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES, op. cit., nota 588, p. 17.

⁶⁰³ Ibidem, p. 20.

Nessa dimensão, caberia aos líderes de guerrilha tanto angariar o apoio a essas ações quanto buscar locais considerados mais seguros para a fomentação das atividades iniciais. Na escolha desses locais, seriam levados em consideração alguns fatores de repercussão psicológica que poderiam trazer vantagens para o alcance de seus objetivos finais:

- 1) áreas de grande movimento, ou por ser um local de aglomeração obrigatória (proximidade de estações rodoviárias, ferroviárias, etc.), ou por ser um local de aglomeração eventual (cinemas, zona comercial etc.);
- 2) ter em suas proximidades prédios que, pela natureza do trabalho que seus ocupantes desempenha, possa os manifestantes se refugiar sem que sejam molestados pela interferência de forças contrárias ao movimento (Assembleias Legislativas, Templos etc.);
- 3) ter em suas proximidades um ou mais prédios que permitam aos manifestantes confeccionar e armazenar todo o material de que se vão utilizar na concentração, tais como: faixas, pedras, óleos, armas etc.;
- 4) escolher um local próximo a uma ou várias ruas de trânsito intenso de veículos;
- 5) obter a conivência de órgãos de imprensa, no sentido de criar na opinião pública uma imagem exagerada da força e extensão do movimento.⁶⁰⁴

Segundo os militares, os locais de atuação da guerrilha eram minuciosamente escolhidos e, normalmente, ainda contavam com um plano alternativo de deslocamento, quando necessário. A polícia, todavia, deveria manter-se atenta, já que o guerrilheiro escolheria sempre o percurso mais movimentado para, primeiro, dar a impressão de um maior número de manifestantes do que existia e, segundo, dispersar-se com mais facilidade em meio à multidão.⁶⁰⁵

Outra preocupação dos corpos militares incidia sobre o planejamento das ações de guerrilha e de sua combinação em diferentes fases. A propaganda, a organização de células e comandos, a preparação e distribuição de armas, materiais e publicações, a coordenação dos sistemas de comunicação e a preparação das ordens empreendidas demonstravam a capacidade de união, adesão à causa e crença do militante. Além dessas, também ressaltavam sua capacidade de adaptação, tendo em vista que ainda eram antevistas normas de ação para serem usadas diante de um imprevisto.⁶⁰⁶

Não por acaso, as características dos guerrilheiros descritas acima também foram devidamente indicadas na Ficha de Estudos e Trabalho em Domicílio do Curso Superior de Polícia, intitulado “Fundamentos da Guerrilha e da Contraguerrilha”. Com os objetivos de propiciar os conhecimentos sobre as guerrilhas necessários às operações contraguerrilhas e dos fundamentos que regem o planejamento e o emprego de forças policiais militares, a ficha

⁶⁰⁴ *Ib.*, p. 21.

⁶⁰⁵ MARTINS, *op. cit.*, nota 594, p. 14.

⁶⁰⁶ INSPETORIA GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES, *op. cit.*, nota 588, p. 20-22.

de estudos traz a síntese de determinados padrões dos guerrilheiros. A saber: *natural da região; discreto; desapego à vida; resistência física. Motivação, crença no sucesso e capacidade de adaptação.*⁶⁰⁷

De uma forma geral, a referida ficha de estudos propiciava o conhecimento dos temas de guerrilha e contraguerrilha, trabalhados em sala de aula junto aos oficiais, e de conceitos básicos que eles deveriam dominar em seu dia a dia, tais como “guerra interna”, “guerra civil”, “guerra de resistência”, “guerra de independência”, “rebelião”, “guerra insurrecional”, “guerra revolucionária”, “subversão”, “subversão comunista internacional”, “movimento revolucionário”, “estrutura dos movimentos revolucionários”, “condições favoráveis”, “processos e instrumentos”, “movimento comunista internacional”, “atividades destrutivas”, “atividades construtivas”, “enquadramento das massas”, “hierarquias paralelas”⁶⁰⁸, “terrorismo de agitação”, “sabotagem”, “aspectos particulares do comunismo na América Latina” e estrutura da OPA.⁶⁰⁹

As referidas temáticas, de cunho político, ainda eram devidamente cobradas sob a forma de perguntas, que serviam de base para as três avaliações da disciplina e possíveis trabalhos de conclusão de curso:

Questionário

Operações de Guerrilha

- 1) Como se organizam, distinguem e se compõem as guerrilhas?
- 2) Quais os princípios de guerra aplicáveis à guerrilha?
- 3) Quais as condições para o êxito nas operações de guerrilhas?
- 4) Quais as ações ofensivas realizadas pelas guerrilhas?⁶¹⁰

A análise e exame das guerrilhas e do anticomunismo ainda encontrariam espaço na disciplina Educação Moral e Cívica. Com um total de dez horas, a mesma voltava-se à História da Polícia Militar e das chamadas “falsas d sociais”, trabalhada na quarta sessão do

⁶⁰⁷ POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA GUANABARA. *Fichas de Estudos e Trabalhos em Domicílio: Fundamentos da Guerrilha e da Contraguerrilha*. Doc. N°1-A, 1971, p. 1-4.

⁶⁰⁸ Em relação às hierarquias paralelas utilizadas e com potencial para serem utilizadas pelo partido, a ficha de estudos traz os seguintes exemplos: Nação: Confederação Nacional de Donas de Casa – Confederação Nacional de Escoteiros – Confederação Nacional dos Trabalhadores – Confederação Nacional de Ex-Combatentes – Org. Nacional Central CE (Secretariado). Região Estado: Federação Estadual de Donas de casa – Federação de Escoteiros do Estado – Federação Estadual dos Trabalhadores – Federação de ex-Combatentes do Estado – Org. Est. Ou Reg. Comitê CE. Município, cidades: União Municipal das Donas de Casa – União Municipal de Escoteiros – Sindicato dos Trabalhadores em mineração – Sindicato dos Gráficos – Sindicato dos Trabalhadores em Construção Civil – Associação dos Ex-Combatentes – Org. Mun. Comitê (Secretariado). Distrito, Bairro: Associação das Donas de Casa – Tropa de Escoteiros – Org. Dst. Comitê (Secretariado). Rua, casa: Associação das Donas de Casa – Tropa de Escoteiros – Org. Base (Secretariado). TERRITORIAL – DE ASSOCIAÇÃO – PARTIDO COMUNISTA. *Ibidem*, p. 31.

⁶⁰⁹ POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA GUANABARA, *op. cit.*, nota 607, p. 23-33.

⁶¹⁰ *Ibidem*, p. 18.

curso intitulada “O comunismo face à democracia”. Nela, mais uma vez o livro Guerra Revolucionária, da EIES era indicado como uma referência obrigatória.⁶¹¹

Diante do rol de disciplinas, bibliografias e temas políticos analisados e trabalhados nas monografias de final de curso dos oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro, entende-se que houve um exímio esforço de reflexão, produção, recepção e assimilação de alguns membros da corporação, pensados aqui como os intelectuais da mesma, sobre a questão da legitimidade do regime militar. Para tal, partiu-se do conceito de intelectuais de Gramsci. De acordo com o autor, os intelectuais são os responsáveis pelas relações entre diferentes classes sociais, possibilitando uma visão de mundo mais unitária e homogênea. À medida em que os intelectuais apresentam-se em diferentes camadas sociais, possuem uma função orgânica que se torna fundamental no processo de reprodução social, vinculando-se, profundamente, às decisões teóricas e práticas, tomadas nesses espaços. Mais do que aquele que somente detém o conhecimento, o intelectual é o dirigente da sociedade, possuidor da capacidade de direção e organização, fazendo parte daqueles que “[...] elaboram a hegemonia da classe dominante, que sem os intelectuais não poderia ser dirigente, seria apenas dominante e opressiva, faltaria-lhe a base de massas, o consenso necessário para exercer o seu poder”.⁶¹²

Entendemos, assim, os oficiais da PMRJ enquanto intelectuais da Corporação, que foram submetidos à construção de uma responsabilidade moral colocada, sobretudo, a serviço da coletividade⁶¹³. O envolvimento desses militares com o seu tempo não lhes permitiu a possibilidade de permanecer indiferentes aos embates sociais e políticos da época, uma vez que, até mesmo a passividade poderia ser pensada como uma tomada de decisão.

A partir da noção de que todo grupo social possuidor de uma função na sociedade elabora os seus intelectuais, a produção de monografias da Escola Superior de Polícia, entre as décadas de 1960 e 1980, atesta a discussão de problemas políticos ligados ao regime militar, bem como a defesa de seus valores mais caros. Tais monografias, à medida em que discutiam quais seriam os riscos para o modelo vigente e como deveriam ser combatidos em nome do ideário de democracia do regime militar, procuraram criar condições para divulgar, internalizar e legitimar a atuação dos grupos de poder.

⁶¹¹ POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA GUANABARA. Plano de Matérias. Ensino profissional. Educação Moral e Cívica. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1971.

⁶¹² GRAMSCI, op. cit., nota 32, p. 84.

⁶¹³ BASTOS, Elide Rugai; REGO, Valquíria D. Leão (Org.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'água, 1999. p. 127-146.

As temáticas belicistas vinculadas à política, ora alisadas, deixaram de fazer parte dos currículos da PMRJ, como disciplinas, na transição do regime militar para o democrático em meados dos anos de 1980. Entretanto, como assinala o coronel Robson Rodrigues da Silva, suas marcas extremamente militarizadas e voltadas à guerra ainda estão presentes em algumas práticas da PMRJ

Com a redemocratização, essas atividades foram aos poucos substituídas. Dessa vez, a carga de matérias jurídicas, que já era considerável, foi ainda acrescida de novos títulos. Os estágios de contra-guerrilha urbana foram substituídos pelos “Estágios de Operações Especiais”, administrados anualmente para os cadetes pelo Batalhão de Operações Especiais (BOPE), no entanto estes ainda pareciam guardar velhos elementos da “ideologia de segurança nacional”. Com algumas pequenas distinções, também traziam algo da *caserna*: eram marcados pela emoção e visavam, segundo os próprios nativos, a dar rusticidade ao policial para que assim pudesse encarar os perigos da *rua*.⁶¹⁴

Em que pese essa influência nos dias atuais, torna-se mister destacar, o empenho dos oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro em construir o reconhecimento das ações anticomunistas desenvolvidas durante os idos de 1964 a 1985 traduziram um esforço comum ao grupo de poder desse período: utilizar além da força, da tortura e da repressão, uma determinada crença coletiva em torno da relevância de seus valores e de sua legitimidade política.

A elaboração de um discurso que motivasse a aceitabilidade e, mais ainda, a necessidade do regime militar entre os membros das PMs, tornou-se uma peça fundamental no processo de criação de uma consciência coletiva sobre os “inimigos” do período e de defesa da “democracia” expressadas nas ações das Forças Armadas. Há que se ressaltar, portanto, a importância das Polícias Militares compreenderem a legitimidade das ações organizadas nessa época, com as quais estavam profundamente articuladas. Nesse sentido, para Max Weber, as funções de mando são essencialmente políticas e baseadas na legitimidade, existindo três tipos de domínio legítimo:

1. De caráter racional: baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação (dominação legal), ou
2. De caráter tradicional: baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições representam a autoridade (dominação tradicional), ou, por fim,
3. De caráter carismático: baseada na veneração extra cotidiana da santidade, do poder heroico ou do caráter exemplar de uma pessoa a das ordens por estas reveladas ou criadas (dominação carismática).⁶¹⁵

⁶¹⁴ SILVA, op. cit., nota 382, p. 117-118.

⁶¹⁵ WEBER, op. cit., nota 23, p. 141.

Torna-se oportuno nessa análise pensar as formas de legitimidade construídas, assimiladas e reproduzidas na Polícia Militar do Rio de Janeiro, a partir de dimensões que, para além da racionalidade das leis, também eram apoiadas por critérios ligados à tradição, ao carisma e às emoções. Desta forma, como um agrupamento militar, ela desenvolveu características vinculadas ao caráter tradicional⁶¹⁶ – baseada nas tradições perpetuadas há décadas na Instituição⁶¹⁷ –, de caráter carismático – uma vez que buscava nos exemplos acertados do Exército e da própria PMRJ⁶¹⁸ um modelo a ser seguido – e, especialmente de caráter racional, já que, era acima de tudo uma instituição moldada em padrões de hierarquia e obediência às Leis, que foram ainda mais estreitadas nesse período, temática a ser desenvolvida no próximo capítulo.

⁶¹⁶ Para Karl Mannheim, o tradicionalismo significa uma tendência a se apegar a certas formas de vida consideradas como razoavelmente onipresentes e universais entre determinados grupos. Ver: MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974, p. 102.

⁶¹⁷ Essas tradições estão associadas aos hinos da PMRJ, ao pioneirismo da Guarda Real de Polícia, de 1809 e, ao hasteamento das bandeiras e, ainda, a rituais como a incorporação de novos soldados e o Espadim Tiradentes. “O ‘Espadim Tiradentes’ foi instituído em 1956 para uso dos alunos da Escola de Formação de Oficiais, na gestão do General João Ururahy de Magalhães, Comandante Geral da então Polícia Militar do Distrito Federal. Segundo a tradição nativa, foi a partir daí que o Espadim se transformou no ‘símbolo de idealismo e destemor’ do Cadete PM” e a referência a essas datas, constantemente rememoradas nos Boletins da PMRJ. Ver: SILVA, op. cit., nota 382, p. 84.

⁶¹⁸ Vide as Ordens do Dia com referência a Tiradentes e à memória da Instituição em batalhas como a Guerra do Paraguai, da Guerra de Canudos e ao próprio movimento de 1964.

5 OPERAÇÕES URBANAS DE DEFESA INTERNA: LEIS E COMBATE AO “INIMIGO” PELA POLÍCIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL – EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS – TRANSCRIÇÃO

(...) O Conselho de Segurança Nacional, após sua reunião do dia 16 de julho, distribuiu nota oficial em que caracterizava “um quadro no qual a consolidação dos princípios revolucionários de 31 de março de 1964 vêm sendo sistematicamente tumultuada pela ação dos elementos subversivos e contra-revolucionários, cujo objetivo imediato é promover a inquietação social e perturbação da ordem pública, para alcançar a derrubada do regime e a substituição do Governo que tem a missão condicional de defendê-lo.”⁶¹⁹

A exposição do Conselho de Segurança Nacional sobre as ações “subversivas” e “contra-revolucionárias” que assolavam diferentes pontos do Brasil foi publicada no Boletim da PMRJ, em fevereiro de 1969, sendo mais um dos elementos a contribuir para a publicação de instruções voltadas à defesa interna e às operações antiguerrilhas. Na Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro, os cursos e as atividades sugeridas criaram o ambiente de legitimidade considerado necessário para a atuação da Corporação.

Como destacado no capítulo anterior, as ações que envolveram as Forças Armadas e suas auxiliares, como a Polícia Militar, permitiram o desenvolvimento de diferentes formas de dominação, necessárias à legitimidade pretendida para os grupos que estavam à frente do processo organizado nesse período. No caso da Polícia Militar do Rio de Janeiro, por um lado, reforçava-se, por meio dos BOLs e de rituais praticados há décadas, a autoridade do “eterno ontem”, do costume e, dessa forma, de uma “dominação tradicional” que, se no passado era exercida pelo patriarca e pelo príncipe patrimonial, como bem indicou Weber, naquele momento figurava-se em torno do Exército. Em um segundo plano, a Corporação também vivenciava uma dominação da autoridade “carismática”, do dom de graça pessoal, entregue ao heroísmo e qualidades de um líder. Para a PMRJ, essa noção de carisma foi construída a partir de discursos que associavam as Forças Armadas à salvação do país do golpe subversivo que se organizou em 1964, e, mais ainda, de toda uma estrutura montada para desarticular as possíveis ações desse grupo nos anos posteriores.⁶²⁰

⁶¹⁹ PMRJ, BOL n°34, de 21/02/1969.

⁶²⁰ WEBER, op. cit., nota 49, p. 526.

Por fim, cabe assinalar uma importante noção de dominação posta em prática na época e assimilada pela PMRJ, como uma instituição militar associada à “legalidade”, isto é, na crença na validade de estatutos legais e da obediência aos deveres fixados nos mesmos.⁶²¹

Nesse período, se mudanças políticas motivaram, por um lado, a necessidade de um consenso das tropas sobre o perigo do inimigo, de ordem política, que se apresentava; por outro, em uma perspectiva considerada legal, a Constituição de 1967, suas emendas principais, e os inúmeros Decretos e Leis estabelecidos condicionaram o fortalecimento do Estado como um fator indispensável à ordem e à segurança da nação.

Nesse sentido, alguns princípios dos Atos Institucionais, promulgados desde 1964, foram incorporados pela Constituição de 1967, substituindo o conceito de Segurança Nacional, associado ao inimigo externo, pelo princípio do “inimigo interno”, além de deslocar o conceito de “fronteiras territoriais” para o de “fronteiras ideológicas”. Nesse mesmo ano, foi outorgada a Lei de Segurança Nacional, LSN, Decreto-Lei nº 314, que previa trinta e oito espécies de crimes contra a segurança nacional e diversos delitos ligados à “guerra revolucionária” ou “subversiva”.⁶²²

[...]

Dos Crimes e das Penas

Art. 5º Tentar, com ou sem auxílio estrangeiro, submeter o território nacional, ou parte dele, ao domínio ou soberania de outro país, ou suprimir ou pôr em perigo a independência do Brasil: Pena - reclusão, de 5 a 20 anos.

Art. 6º Entrar em entendimento ou negociação com governo estrangeiro ou seus agentes, a fim de provocar guerra ou atos de hostilidade contra o Brasil: Pena - reclusão, de 5 a 15 anos.

Art. 7º Praticar atos de hostilidade contra potência estrangeira, capazes de provocar, por parte desta, guerra ou represálias contra o Brasil; Pena - reclusão, de 3 a 10 anos.

Parágrafo único. Se a guerra for declarada ou forem efetuadas as represálias, a pena será aumentada de um terço.

Art. 8º Aliciar indivíduos de outra nação para que invadam o território brasileiro, seja qual fôr o motivo ou pretexto: Pena - reclusão, de 3 a 10 anos.

Parágrafo único. Verificando-se a invasão, a pena será aplicada no dobro.

Art. 9º Concertarem-se mais de 2 (duas) pessoas para a prática de qualquer dos crimes previstos nos artigos anteriores: Pena - reclusão, de 1 a 5 anos.

Art. 10º. Comprometer a segurança nacional, sabotando quaisquer instalações militares, navios, aviões, material utilizável pelas Forças Armadas, ou, ainda, meios de comunicação e vias de transporte, estaleiros, portos e aeroportos, fábricas, depósitos ou outras instalações, eventualmente necessários à defesa nacional; Pena - reclusão, de 4 a 12 anos.

⁶²¹ Ibidem, p. 526.

⁶²² JOFFILY, Mariana. *No centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. p. 14.

Art. 11º. Redistribuir material ou fundos de propaganda de proveniência estrangeira, sob qualquer forma ou a qualquer título, para a infiltração de doutrinas ou ideias incompatíveis com a Constituição: Pena - reclusão, de 1 a 5 anos.⁶²³

Adiciona-se a essa, a modificação de boa parte da legislação vigente. Em 1969, a partir do Decreto Lei nº 898, houve uma alteração da aplicação da Lei de Segurança Nacional, com o aumento das penas previstas, considerando alguns crimes políticos como crimes comuns e também a previsão da pena de morte e a prisão perpétua em casos de subversão.⁶²⁴

Maria Aparecida de Aquino chama atenção para a quantidade de leis criadas e reorientadas nesse período. De acordo com a autora, o regime militar brasileiro foi profícuo na produção de leis, mesmo quando estas foram estabelecidas somente para regulamentar a prática da repressão e à oposição da sociedade, como nos casos da Lei de Segurança Nacional, que previa condenação aos crimes contra a segurança interna.⁶²⁵

Essa perspectiva vinculada a legalidade no Brasil, em certa medida aproximou-se dos estudos empreendidos Carl Schmitt em relação à necessidade da preponderância do primado político sobre o jurídico, sobretudo, nas situações de exceção. Para o autor, diante do surgimento de contradições no interior do Estado, esse deveria contê-las, mesmo que fosse preciso colocar de lado as questões constitucionais empregando-se meios “extra-constitucionais” para assegurar os direitos, tanto em relação à “desordem interior” quanto às “ameaças exteriores”.⁶²⁶

De uma maneira geral, a linguagem política define o conceito de legalidade como um atributo e um requisito do poder, isto é, o poder legal é exercido em conformidade com as leis. O princípio da legalidade estende-se a todos os mecanismos do Estado. Qualquer órgão público deve atuar no campo das leis, e mesmo tratando-se dos casos excepcionais, estes também já estão previstos nos meios legais.⁶²⁷

Parte-se do princípio, entretanto, de que a forma como o sistema legal foi reorientado durante o regime militar foi pautada pela *legalidade autoritária*. O conceito *legalidade autoritária*, de Anthony Pereira é aqui utilizado para analisar o cuidado da ditadura militar brasileira em respaldar legalmente seus atos, mesmo que de forma arbitrária. De uma forma

⁶²³ Decreto Lei nº 314, de 13 de março de 1967. In: www2.camara.leg.br / Acesso em: 21/06/2012.

⁶²⁴ Decreto Lei nº 314, de 13 de março de 1967, p. 15.

⁶²⁵ AQUINO, Maria Aparecida de. A especificidade do regime militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. p. 273.

⁶²⁶ SCHMITT, Carl. *La Dictadura*. Madrid: Revista de Occidente, 1968, pp. 257-258.

⁶²⁷ BOBBIO, Norberto. Legalidade. In: BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, op. cit., nota 27, p. 674-675.

geral, os líderes dos governos militares do Brasil e do Cone Sul preocupavam-se com as questões legais de seus governos. Mesmo chegando ao poder pela força, eles empreenderam grandes esforços para enquadrar seus atos em um considerável arcabouço legal, unindo parte do antigo e mais ainda o novo. Se, por um lado toda uma esfera de terror estatal era desenvolvida, por outro, a de legalidade também era constituída. Antony Pereira cita o caso da Argentina para elucidar essa questão, uma vez que lá

[...] os cidadãos podiam processar o governo em tribunais em casos de direito civil e ter ganho de causa, enquanto concidadãos seus eram capturados nas ruas e executados por grupos clandestinos de matadores, acobertados pelo governo. Mas entre esses dois extremos, havia também uma área cinzenta onde o governo tentava legalizar a repressão por ele praticada, por meio de decretos, alteração das constituições, reorganização e manipulação do judiciário e pela promulgação de novas leis.⁶²⁸

As práticas de legalização dos mecanismos de repressão inserem-se, dessa forma, na chamada “Legalidade autoritária”; cuja presença no Brasil, ocorreu em dois momentos. O primeiro, à época do Golpe de 1964, quando os militares lançaram os primeiros Atos Institucionais e criaram uma agência federal de inteligência, o SNI, para coordenar a repressão, com o apoio das Polícias Políticas estaduais e os Departamentos Estaduais de ordem Política Social. Essa fase foi marcada por pouca resistência e um uso da violência mais limitado, voltando-se, sobretudo, contra os partidários do governo deposto. Além disso, a Constituição não foi alterada e o Congresso, apesar de ter parte de seus membros cassados, não foi fechado.

O segundo momento ocorreu em finais dos anos de 1960, a partir do surgimento da esquerda armada. Essa repressão foi mais brutal, generalizada e centralizada que a anterior, tendo como justificativa as ações da esquerda armada. A Constituição de 1946, então vigente, foi progressivamente neutralizada por Atos Institucionais, sendo substituída por uma nova, em 1967. Nesse período, o Congresso foi fechado por alguns meses e inúmeros Decretos e Leis foram lançados, influenciando a revisão e a modificação da recente Constituição, em 1969, de forma a concentrar ainda mais os poderes na esfera do executivo.

Esse regime – composto por elementos híbridos, ao conservar o funcionamento do Congresso Nacional, apesar de limitar suas ações, não deixar de realizar eleições, mesmo que em torno do bipartidarismo, e assegurar garantias constitucionais, dentro de um regime de

⁶²⁸ PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão*. O autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 53-54.

exceção⁶²⁹ – será aqui pensado como uma legalidade autoritária. Esse conceito, portanto, será trabalhado para discutir a formação de todo um aparato de segurança centralizado e violento, que tinha por base a ideia da guerra interna e que, de alguma forma, atingiu todos os seus aparelhos de repressão do país, incluindo as Polícias Militares.

Durante o período em que os Atos Institucionais foram impetrados, a Polícia Militar ainda encontrava-se regida pela Lei 192, de 17 de janeiro de 1936, como força paramilitar, aquartelada e instruída sob a ideologia da ordem, segundo a qual exercia o papel de “reserva operacional do Exército”, devendo ser encarregada da “vigilância e garantia da ordem pública”. A Constituição de 1967, porém, lhe conferiu outras atribuições. O decreto-lei 317, de 13 de março desse ano, reorganizou as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos estados e no Distrito Federal, dispondo do que seria de competência das Polícias Militares:

- a) Executar o policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;
- b) Atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem;
- c) Atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas;
- d) Atender à convocação do governo Federal, em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave subversão da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se ao Comando das Regiões Militares, para emprego em suas atribuições específicas de polícia e de guarda territorial.⁶³⁰

O Decreto determinava, ainda, que as polícias Militares deveriam se subordinar ao órgão que, nos governos dos Estados, Territórios e do Distrito Federal fosse responsável pela ordem pública e pela segurança interna. Em uma conjuntura marcada pelo que se convencionou denominar pelos militares de uma guerra interna, as Polícias Militares sofreram uma alteração legal autoritária, a qual acentuou sobremaneira o seu caráter militar, deixando em segundo plano a preocupação de seu funcionamento como uma força policial tradicional. Ressalta-se, ainda, que também a partir dessa Lei, as Polícias Militares deixaram de ser subordinadas aos governadores estaduais e passaram ao controle direto das Regiões Militares das Forças Armadas

⁶²⁹ De acordo com Giorgio Agamben, entre as características do Estado de Exceção estaria a abolição provisória da distinção entre poder legislativo, executivo e judiciário, em uma prática duradora de governo, visto como necessário. “É como se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação e que, em caso extremo, só pudesse ser preenchida pelo Estado de Exceção, ou seja, criando-se uma área onde essa aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor”. Ver: AGAMBEN, op. cit., nota 28, p. 49.

⁶³⁰ Decreto-lei 317, de 13 de março de 1967.

Art. 5º O Comando das Polícias Militares será exercido por oficial superior combatente, de serviço ativo do Exército, preferentemente do posto de Tenente-Coronel ou Coronel, proposto ao Ministro da Guerra pelos governadores de Estado e de Territórios ou pelo prefeito do Distrito Federal

SS 1º O provimento do cargo de Comandante será feito por ato dos Governadores dos Estados, Territórios ou pelo Prefeito do Distrito Federal após ser designado por decreto do Poder Executivo Federal. O oficial que ficará à disposição dos referidos Governo e Prefeito para esse fim. SS 2º O oficial do Exército, nomeado para o cargo de Comandante da Polícia Militar será comissado no mais alto posto da Corporação, se sua patente for inferior a esse posto.⁶³¹

Essas mudanças asseguraram definitivamente o controle das Polícias Militares pelo Exército que organizou, também, toda uma padronização para a organização e atuação das Polícias Militares do país, a partir da criação da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), pelo Capítulo IV do citado Decreto-Lei.

Capítulo VI

Da Inspeção Geral das Polícias Militares

Art. 20 – Fica criada no Ministério da Guerra a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM) diretamente subordinada ao Departamento Geral do Pessoal (DGP)

Art. 21 – O cargo de Inspetor Geral das Polícias Militares será exercido por um General de Brigada.

Art. 22 – Compete a IGPM:

- a) centralizar e coordenar todos os assuntos de alçada do Ministério da Guerra relativo às Polícias Militares;
- b) inspecionar as Polícias Militares, tendo em vista o fiel cumprimento das prescrições deste Decreto-Lei;
- c) Preceder ao controle da organização dos efetivos, de armamento e de material bélico das Polícias Militares;
- d) peculiares de cada Unidade da Federação e a utilização das mesmas em caso de convocação, inclusive mobilização em decorrência de sua condição de forças auxiliares, reservas do Exército;
- e) Policial em cada Unidade da Federação, com vistas a sua destinação constitucional, e às atribuições de guarda territorial em caso de mobilização;
- f) propor, através do Departamento Geral do Pessoal, ao Estado-Maior do Exército os quadros de mobilização para as Polícias Militares de cada Unidade da Federação, sempre, com vistas ao emprego e suas atribuições específicas e guarda territorial.
- g) cooperar o estabelecimento da legislação básica relativa às Polícias Militares.

Art. 23. O Ministério da Guerra proporá ao Presidente da república, no prazo de 30 (trinta) dias, atos necessários à organização da Inspeção Geral das Polícias Militares, bem como as normas gerais de seu funcionamento.⁶³²

Além da centralização e coordenação dos assuntos relativos à Polícia Militar, também caberia ao IGPM baixar normas, diretrizes e fiscalizar a instrução da Corporação em todo o país, levando em consideração as condições peculiares de cada unidade da federação e a sua mobilização, quando necessário, como uma força auxiliar reserva do Exército.

⁶³¹ Ibidem.

⁶³² Decreto-lei 317, de 13 de março de 1967.

Este capítulo segue com a intenção de compreender como a Polícia Militar, junto ao trabalho de teorização do “inimigo” a ser combatido, foi organizada como um órgão de coação do Estado, amparada por uma série de parâmetros legais autoritários, constituídos em torno da noção de guerra interna e sob a coordenação direta da Inspeção Geral das Polícias Militares.

5.1 Operações Urbanas de Defesa Interna e a Polícia Militar

Em 1969 foram aprovadas pelo Estado-Maior do Exército as *Instruções Provisórias Operações Urbanas de Defesa Interna* (IP 31-17), com a finalidade de “proporcionar orientação aos comandantes e estados-maiores de unidades do Exército que tenham como missão destruir as forças irregulares do inimigo em centros urbanos”.⁶³³ Esse manual englobava desde as Considerações Gerais, Comando e Controle até os Meios, Operações e o Apoio Administrativos, que deveriam ser empregados pelas Forças Armadas e suas auxiliares nas operações de Defesa Interna. Na prática, as Operações constituíam verdadeiras forças antiguerrilhas urbanas, cujo objetivo era o de destruir as forças irregulares do “inimigo”, controlar a população, isolá-la dessas forças irregulares e, por fim, eliminá-las.

As ações desenvolvidas pelos militares tinham como alvo maior o surgimento de organizações que, ao recuperarem os princípios marxistas-leninistas da inevitabilidade da revolução e do papel histórico revolucionário da classe operária, partiram para ações armadas.⁶³⁴ Nesse sentido, as principais ações organizadas de combate às guerrilhas foram desenvolvidas a partir da criação da OBAN⁶³⁵, em 1969, com o intuito maior de promover uma ação conjunta e permanente de combate a essas atividades por meio da atuação do Exército, Marinha, Aeronáutica e das polícias federal, militar e civil.⁶³⁶

Nos estados, o principal elemento de composição da OBAN eram as polícias militares. Um componente que alimentava essa posição era o fato de os coronéis das polícias estaduais, por pertencerem às Forças Armadas e devido às características das corporações que dirigiam,

⁶³³ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Instruções Provisórias. Operações Urbanas de Defesa Interna* (IP 31-17). Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 1969, p.1.

⁶³⁴ Ver: REIS FILHO, Daniel Aarão Reis Filho. *A Revolução faltou ao Encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁶³⁵ Ver capítulo II.

⁶³⁶ FICO, op. cit., nota 293, p. 185.

participarem e terem conhecimento tanto da elaboração de Planos de Segurança Interna a nível Nacional quanto dos planos mais específicos ligados aos estados. Desses planos surgiria o

Plano Estadual de Segurança Interna, cujo planejamento era elaborado por uma comissão composta do Comandante da Polícia Militar e por um representante do Estado-Maior do comando militar da área. A supervisão dos trabalhos ficava a cargo do Secretário de Segurança Pública. Esse plano tinha como objetivos principais analisar a situação de segurança do Estado, identificar as principais áreas geradoras de problemas e os agentes perturbadores da ordem, definindo as ações a serem tomadas.⁶³⁷

Nessa perspectiva, segundo as “Instruções Provisórias das Operações Urbanas de Defesa Interna”, em um primeiro momento, as forças legais estaduais seriam empregadas, uma vez que caberiam aos estados a manutenção da ordem e a defesa interna dos territórios sob a sua jurisdição. Caso essas forças não se mostrassem capazes, empregar-se-iam as federais, tanto para reforçar as do estado quanto para substituí-las, de forma a liberá-las para missões consideradas mais compatíveis.

Assim, como uma força estadual recrutada para essa missão, a Polícia Militar do Rio de Janeiro instruiu o corpo de oficiais, indicando que a maior finalidade da Contraguerrilha urbana era proteger e isolar a população dos guerrilheiros, para “neutralizar a subversão; eliminar a fonte de recursos e a rede de informações do inimigo e mobilizar a população para a sua própria defesa”.⁶³⁸

Igualmente, fora ressaltado pela Polícia Militar que o êxito das guerrilhas teria causas políticas, psicossociais, econômicas e militares, dependendo, entre outros aspectos, do apoio da população, do apoio externo, de um terreno favorável, da liderança das mesmas, da disciplina dos insurgentes, da propaganda e, principalmente, de sua vontade de resistir.⁶³⁹

De fato, a Polícia Militar fundamentou o seu preparo teórico e prático em consonância com as “Operações das Forças Legais”, a partir de um planejamento amplo e objetivo que abrangia para além dos aspectos políticos, administrativos e militares da Operação, as atividades das forças antiguerrilha das áreas próximas. Esses eram os quesitos considerados básicos pelo Exército brasileiro para o êxito das Operações de Contraguerrilha. Uma vez que, em seu entendimento, “evitar a formação de um movimento subversivo é mais fácil que

⁶³⁷ Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina. Plano Estadual de Segurança Interna. Documento reservado, 1969 Apud BORGES FILHO, op. cit., nota 50.

⁶³⁸ POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA GUANABARA, op. cit., nota 607, p. 6.

⁶³⁹ Ibidem, p. 6.

combatê-lo após ter sido organizado”.⁶⁴⁰ Ou seja, seria mais fácil liquidar o movimento em sua fase inicial do que em sua plena fase de organização.

Nessa perspectiva, de acordo com Capitão da Polícia Militar Jacy Lopes Martins, deveria ser dada prioridade às ações preventivas de Segurança Interna, uma vez que essas poderiam evitar a eclosão e o desenvolvimento da Guerrilha Urbana.⁶⁴¹

No manual da Inspetoria Geral das Polícias Militares, outro ponto destacado era que as guerrilhas não poderiam sobreviver sem o apoio de alguns setores da população civil. Logo, as operações que iriam subsidiá-las, deveriam incluir medidas especiais para neutralizá-las. Por isso, boas informações sobre a área urbana, população e os guerrilheiros eram avaliadas como indispensáveis.⁶⁴² Essa orientação foi colocada em prática por meio de inúmeras detenções de indivíduos que desenvolviam atividades de propaganda subversiva e, ao mesmo tempo, procuravam “desestabilizar” o regime.

Delegacia de Polícia Política e Social
 Serviço do dia 15 para 16 de novembro de 1976
 Comissário do dia Dr. Olavo Martine Palha
 Às 09:30 horas, o detetive Antero Alves de Kima, lotado na DGIE, apresentou Sebastião Moura, filho de Pedro José de Moura e de Laudelina de Carvalho, brasileiro, natural do Estado do Rio de Janeiro, com 44 anos de idade, nascido a 02 de novembro de 1931, de cor preta, casado, trabalhando na SISAL IMOBILIÁRIA SANTO ANTONIO S/A, localizada na Avenida Almirante Barroso, 81, 5º andar e residente na AV. Edson Passos n. 168, na Usina, portador da carteira de trabalho do INPS nº 15.082, série número 390. Esclarece o condutor que hoje, por volta das 08:00 horas, ao passar pela Avenida Edson Passos, nas proximidades do nº 1.170 viu o apresentado escrevendo alguns dizeres num dos muros. Ao se aproximar pode constatar que estava escrevendo palavras como: “General porco” “força comunista dentro do INPS”. Assim pediu auxílio ao soldado da PM Nilbaldo Rodrigues Batista, de serviço nas proximidades, conduzindo o apresentado a essa Delegacia, juntamente com a lata de tinta e o pincel utilizado por ele.⁶⁴³

Esse caso exemplifica uma prática policial muito adotada no período, ligado ao monitoramento e detenção da população, especialmente para os considerados maiores alvos das guerrilhas, a saber: estudantes, trabalhadores sindicalizados e outros agrupamentos “suspeitos”. Como destaca Thomas Skidmore, nessa época foram realizadas verdadeiras operações redes de arrasto pelas polícias militar e civil, nas quais ocorreram milhares de

⁶⁴⁰ INSPETORIA GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES, op. cit., nota 588, p. 31.

⁶⁴¹ MARTINS, Jacy Lopes Martins. GUERRILHA URBANA, Monografia de conclusão de curso, CAO. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1972, p. 4.

⁶⁴² INSPETORIA GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES, op. cit., nota 588, p. 31.

⁶⁴³ APERJ. Fundo Polícias Políticas. Série Administração, 103, volume 369.

detenções, exames de documentos e a utilização de todos os meios para obter as informações consideradas necessárias.⁶⁴⁴

Em relação às normas de mando, a responsabilidade dos comandantes, dos estados-maiores gerais e dos estados-maiores especiais nas operações urbanas deveriam ser as mesmas empregadas nas ações regulares. No caso específico das guerrilhas, entretanto, deveriam dar uma maior ênfase à (ao):

- Planejamento minucioso de operações de pequena escala, descentralizadas;
- Amplo planejamento para o emprego das forças de repressão (reservas) nas diversas contingências;
- Coordenação pormenorizada do esforço de busca de informações;
- Planejamento e coordenação detalhados das atividades relacionadas com a população civil;
- Incorporação das atividades de ação psicológica e de assistência à população aos planos operacionais;
- Minuciosa integração das funções de apoio administrativo em todos os planejamentos.⁶⁴⁵

Esses princípios gerais, bem como suas técnicas de aplicação, deveriam ser adaptados às condições do período, de forma a ocorrer uma constante adaptação dos projetos. O planejamento, composto de doutrinas e planos para uma determinada área, cidade e estado era composto a partir de uma análise pormenorizada do país e de seu povo e também de seus costumes, tendências, esperanças e aspirações.

Nesse trabalho, fora redigido um modelo de Estudo de Situação entregue aos componentes das forças legais. De acordo com esse modelo, fatores como as características da região de operações – condições climáticas e meteorológicas – e o terreno deveriam ser as primeiras a serem consideradas:

- Situação existente
- Observações e campos de tiro
- Analisar as características das edificações, ruas, praças, arborizações, sistema de iluminação etc.
- Cobertas e abrigos:
- Analisar as edificações, praças e ruas como locais para homizio, reuniões e proteção.
- Obstáculos:
- Analisar os existentes ou potenciais (pontes, canais, viadutos, túneis, ladeiras, arborização, rede elétrica etc.)
- Acidentes capitais
- Considerar particularmente nas áreas centrais as praças, locais de prováveis engarrafamentos de trânsito, edifício, instalação de serviços essenciais, etc.
- Levantar em toda a área considerada regiões favoráveis ao homizio do inimigo ou favorável à atuação pelo mesmo (favelas, universidades, fábricas, trechos não urbanizados e de difícil acesso).

⁶⁴⁴ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964 – 1985*. 8 ed.. Rio Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 180-181.

⁶⁴⁵ INSPETORIA GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES, op. cit., nota 588, p. 32.

- Instalações de serviços essenciais (terminais, instalações de gás, energia elétrica, depósitos de combustíveis, centrais telefônicas, instalações de telecomunicações, entrepostos de governo etc.)
- Instalações militares e de governo.
- Obras de arte.
- Regiões favoráveis à interdição da área suburbana com a rural.⁶⁴⁶

Segundo o modelo, ainda deveriam ser considerados, nos terrenos, as vias de acesso (avenidas, ruas, vias férreas, aeródromos e aquátéis), os efeitos do terreno sobre as ações do inimigo, com a exploração de recursos e execução de sabotagens, a situação econômica, política, psicossocial, fatores históricos e as influências externas, devendo-se realizar, a partir dessas análises, uma síntese das conclusões parciais.

O segundo ponto a ser destacado era a situação do “inimigo”, a partir de seus valores e composição, as forças irregulares e regulares do movimento revolucionário, a organização psicológica, as atividades mais importantes desenvolvidas e as peculiaridades e deficiência das mesmas.

As Forças Legais, no tocante à sua composição, contariam com as Forças Auxiliares, a Polícia Civil, as Forças Paramilitares e as Forças Armadas, levando em consideração os recursos econômicos empreendidos, os reforços e apoios necessários, a situação política existente, o valor relativo das ações inimigas e amigas, as possibilidades do inimigo e as linhas de ação.⁶⁴⁷

Há a necessidade de estreita coordenação com os organismos comunitários responsáveis pela segurança urbana (Policiais: Federal, Militar, Civil, Corpo de Bombeiros, Sv de trânsito, etc.) e amplos serviços essenciais e de bem estar social (Serviços Públicos: água, energia, comunicações, rede hospitalar, sistema de estabelecimento, etc), tendo em vista: adaptar o planejamento às condições locais; proporcionar economia nos meios ou permitir o seu emprego com oportunidade; manter o funcionamento dos serviços essenciais e permitir a restrição ou o corte desses serviços à parte da localidade sob controle da subversão.⁶⁴⁸

Nessa composição, a Polícia Civil, por sua experiência, era empregada, sobretudo, como agentes infiltrados na população, na busca de informes e captura de líderes ou elementos suspeitos. Suas investigações tinham como maior objetivo descobrir possíveis reuniões de agitadores, postos de comando do inimigo ou material subversivo que interferisse nas operações legais.

As guardas civis, que normalmente faziam o patrulhamento das ruas, nas operações urbanas também colocavam em alguns de seus componentes trajes civis e misturavam-nos à

⁶⁴⁶ Ibidem, p. 86.

⁶⁴⁷ INSPETORIA GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES, op. cit., nota 588, p. 86-87.

⁶⁴⁸ Portaria 84/EME-68, p. 5.

população para melhor cumprirem a missão de localizar os perturbadores da ordem. Nesses casos, deveriam usar sinais comuns de reconhecimento com a Polícia Militar e demais elementos das Forças Legais, para uso especialmente no caso de serem descobertos ou ameaçados fisicamente por “inimigos”.

As equipes do Corpo de Bombeiros permaneciam aquarteladas, estando subordinadas ao Comando Geral das Operações, que as usavam em missões nas cidades ou para reforçar as equipes de choque, quando necessário.

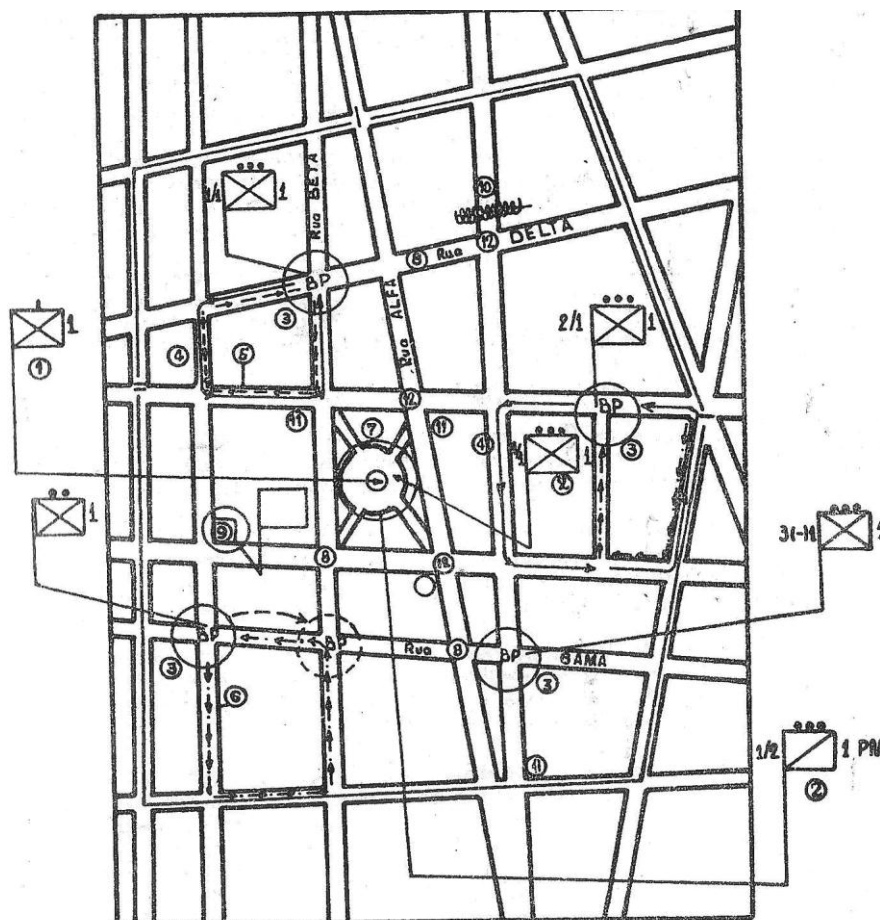
As Polícias Militares constituíam o maior elemento de força dos governos estaduais. Quando estes eram encarregados pelo comando das operações, a área conflagrada era dividida em áreas de responsabilidade de unidades, cabendo, a princípio, aos comandantes da PM

[..] assumir o comando dos setores (áreas de responsabilidade de batalhão) e sub.setores (áreas de responsabilidade de subunidades). Nos subsetores, os comandantes das unidades instalarão bases de operações tipo polícia. Destas, partirão os pelotões e (ou) grupos para operações tipo polícia.⁶⁴⁹

Esses pelotões instalavam bases de patrulhas móveis das quais partiam patrulhas para ações de reconhecimento, com alguns componentes trajados de civis. Já o restante da subunidade permanecia na base de operações, compondo as forças de choque, se revezando com os integrantes já empenhados nas operações tipo polícia, ou, ainda, engajados em operações ofensivas. O esquema abaixo indica as atividades de um subsetor no qual a Polícia Militar, junto a outras forças legais, era empregada.

⁶⁴⁹ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 633, p. 27.

Figura 4 - Atividades de um Subsetor⁶⁵⁰



Conforme o esquema, no subsector aparecem as bases de patrulha (BP), que eram lançadas por uma companhia da Polícia Militar. Dessas bases de patrulha partiam a maior parte das patrulhas da subunidade, que poderia também, quando necessário, aumentar o seu efetivo, buscando, inclusive, o apoio das Forças Federais.

As Forças Federais eram compostas pelas Forças Armadas, pela Polícia Federal e pelos Órgãos de Informações Federais. Quando o governo federal assumia as operações antiguerrilha, a área acometida era dividida em áreas de responsabilidade de unidades. Nesses casos, aproveitava-se a divisão de áreas, segundo um planejamento já existente, reajustando-o de acordo com as necessidades apresentadas, em cooperação com as polícias militares.

As referidas forças federais compunham as bases de operação de choque, encarregadas das ações ofensivas. A Polícia Federal, por sua vez, atuava em estreita conexão com as

⁶⁵⁰ Ibidem, p. 28.

polícias civis dos estados, especialmente na apuração de infrações penais contra a segurança nacional. Já os órgãos de Informações Federais recobriam a ação de seus similares estaduais e, quando empregados em operações, eram subordinados ao comandante das Forças Armadas responsável pelas mesmas.

Em meio a todos esses agrupamentos, todas as instruções indicavam a importância da coordenação dos elementos que compunham as Forças legais. Principalmente quando eram plenamente utilizadas. Neste caso era organizado um Plano Geral. “O PLANO GERAL (âmbito federal) deve condensar todos os PLANOS REGIONAIS (âmbito estadual), que por sua vez coordenam todos os PLANOS LOCAIS DE OPERAÇÕES contra-guerrilhas urbanas”.⁶⁵¹

O planejamento e a direção geral das operações de manutenção da ordem, ou contraguerrilha, deveriam ser centralizados no mais alto grau, enquanto sua execução deveria ser progressivamente descentralizada. Assim, nas cidades onde a ordem fosse afetada, quando a responsabilidade das operações fosse do governo estadual, deveria reunir, para o combate do inimigo interno no município afetado, todos os seus órgãos vitais e Forças Legais em um Comando Único.

Tornava-se proibido, dessa forma, que as Forças Estaduais atuassem sob comandos diversos, pois essa decisão poderia gerar conflitos e polêmicas entre as organizações. Dessa forma, tornava-se desaconselhável que a Polícia Civil atuasse separadamente da Polícia Militar e esta da Guarda-civil e de outras correlatas.⁶⁵²

Já quando a responsabilidade das Operações fosse das Forças Federais, pressupunha-se que essas complementariam a ação das Forças Estaduais, fosse pela incapacidade dessas frente à gravidade dos acontecimentos ou pela importância dos mesmos. No caso específico do Comando das Forças Armadas Federais, na hipótese de existir mais de uma envolvida, uma preocupação a mais era indicada:

Se houver mais de uma Força Armada empregada nas Operações deverá, além do comando único, haver um estado-maior combinado. Este estado-maior deverá ser aumentado com representantes do Estado, elementos das Forças Estaduais e outros que se façam necessários na órbita federal tendo em vista a mais ampla coordenação das ações repressivas e preventivas e uma ação de comando mais efetiva sobre todas as Forças Legais. Com o crescimento desses Estados-Maiores, poderão os mesmos ser subdivididos em Estados-Maiores gerais e Estados-Maiores Especiais.⁶⁵³

⁶⁵¹ INSPETORIA GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES, op. cit., nota 588, p. 32.

⁶⁵² MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 633, p. 6.

⁶⁵³ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 633, p. 67.

Além da possibilidade de diferentes comandos, dependendo da situação que se apresentasse, também era prevista uma coordenação de mútuo apoio mais ampla, unindo todos os elementos interessados na manutenção da ordem e restabelecimento da normalidade, a partir da constituição de uma *Junta de Ação Civil*. Esta Junta poderia ser composta por líderes civis locais, representantes das classes empresariais e representantes da Polícia Militar, da Polícia Civil e das Forças Armadas.

5.2 O Papel das Informações

As informações e Contra-Informações eram avaliadas como elementos fundamentais para o bom funcionamento do Estado e, na conjuntura vivida pelos militares que estavam no poder, para o combate à subversão. Como fora destacado pelo então Major da Polícia Militar Alberto Caetano de Almeida, a II Guerra Mundial deixou ensinamentos preciosos sobre o papel desempenhado pela informação para a segurança de uma nação. Um dos casos mais comentados nas imprensas mundial, geral e especializada fora o ataque arrasador das forças aéreas japonesas contra a base aeronaval americana de Pearl-Harbor, no Havaí. Os americanos nem chegaram a esboçar uma leve reação, foram totalmente apanhados de surpresa, embora houvesse indícios veementes de um possível ataque japonês.

Técnicos militares que estudaram a questão, foram unânimes em concluir que toda essa tragédia fora motivada pela falta de uma agência de informações que, em tempo útil, colhesse e interpretasse todas as informações capazes de denunciar planos japoneses.⁶⁵⁴

Pelo Decreto nº 6862, de 08 de julho de 1970, estabeleceu-se que as Polícias Militares deveriam integrar o serviço de informações e contrainformações do Exército, conforme dispusessem os seus Comandantes ou os Comandantes Militares de Áreas, em suas respectivas jurisdições.

A aproximação das Polícias Militares com a política de informações do período pode ser atestada, no caso da PMRJ, a partir de um decreto da Presidência da República, de 1971, publicado para a Polícia Militar do Estado da Guanabara, intitulado *Regulamento das*

⁶⁵⁴ ALMEIDA, op. cit., nota 489, p. 4.

Divisões de Segurança e Informações. Essa publicação trazia a transcrição do Decreto Regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis⁶⁵⁵, indicando a necessidade de cooperação das PMs com as referidas Divisões. Nessa dimensão, policiais militares eram alocados para receber correspondências sigilosas e prestarem todo o apoio solicitado

Ofício nº 1356/75/JSN
Do Diretor da Divisão de Normas e Controle de Segurança
Ao Sr. Diretor do Departamento Geral de Investigações Especiais
Assunto: Apresentação.
Senhor Diretor.
Apresento a V. S^a, o soldado STANLEI PROTA TOLEDO, RG nº 07.842, que fica credenciado a receber desse órgão, qualquer correspondência sigilosa destinada a essa Instituição.
Outrossim, reitero o PB nº 95/75/JSN, de 19 de novembro de 1975, em face da urgente necessidade dos dados solicitados.
Aproveito o ensejo para apresentar a V. S^a, os protestos de estima e apoio.
Lenilton Gaetner Ribeiro (Divisão de Normas e Controle de Segurança).⁶⁵⁶

A partir de manuais e materiais produzidos pelo Exército, os integrantes da Polícia Militar assimilaram os conceitos e as características mais usuais do campo das Informações. Nessa dimensão, a distinção entre Informação e Informes mostrava-se crucial nos trabalhos produzidos pelos Oficiais da PM.

Apesar de lexicamente informes e informações apresentarem o mesmo significado, ligado a notícias, parecer e comunicação, entre outros, a doutrina da informação indicava significados diferentes para essas palavras. Dessa maneira, o informe era apresentado como a descrição de um fato assim como fora visto. Todavia, se esse informe fosse cotejado com outros obtidos, que se relacionassem, levando a algum tipo de informação, produziria uma informação.⁶⁵⁷ Logo,

Diz-se que os informes são os ingredientes, a “matéria-prima” e as informações, os produtos elaborados. Sherman Kent, professor da Universidade de Yale, em seu livro “Strategic Intelligence for American World Policy”, entende que a informação é mais do que o simples conhecimento. É o conhecimento adquirido, isto é, houve intenção e esforço para consegui-lo. Ninguém se esforçaria para conhecer como um fato se passou, ou em colher detalhes a respeito de um assunto, se não tivessem um objetivo. Por isso Kent afirma: “Reconhece-se que a INFORMAÇÃO não é

⁶⁵⁵ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Polícia Militar do Estado da Guanabara*. Regulamento das Divisões de Segurança e Informações. (Decreto nº 67/325, de 2 de outubro de 1970). Rio de Janeiro: PMEG, 1971.

⁶⁵⁶ APERJ, Fundo Polícias Políticas, Série Confidencial, 08, maço 4.

⁶⁵⁷ ALMEIDA, Cosme Rubem de. *Informações: considerações sobre o uso da PMERJ*. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, 1968, p. 2.

conhecimento pelo simples fato de se conhecer, mas sim pelo que tem de prático para empreender-se uma ação”.⁶⁵⁸

No caso de qualquer infração da ordem legal e conseqüente trabalho do poder judiciário, constituir-se-ia uma competência da autoridade policial retirar das testemunhas do fato e dos indícios existentes os esclarecimentos sobre as circunstâncias em que ele se verificou – os informes. Além desses, caberia à autoridade policial, ainda, usando de sua experiência e formação, analisar os informes colhidos para se chegar a uma conclusão lógica sobre o assunto, de forma a produzir uma informação. Nesse sentido, o Major da PM Alberto Caetano de Almeida apresenta as fases do processo de elaboração mental da informação:

Necessidade de se conhecer como o fato se passou – MOTIVAÇÃO.
 Esclarecimento das testemunhas do fato e indícios existentes – INFORMES.
 Experiências e argúcia da autoridade policial (qualidades pessoais) – REATIVOS.
 Conclusão da autoridade policial - INFORMAÇÃO.⁶⁵⁹

Somente de posse dessa elaboração, ligada diretamente às atividades policiais, é que o trabalho da autoridade judicial era levado adiante. Em relação ao Estado, se as informações tinham um papel de destaque no dia a dia policial e do judiciário, durante o regime militar elas foram colocadas em um patamar bem mais complexo e elevado, uma vez que passaram a ser associadas diretamente às operações contraguerrilhas.

A lógica desenvolvida foi a de que se em situações regulares as informações e contra-informações eram necessárias e aplicadas, mas que, diante da subversão e da organização de guerrilhas, tornava-se fundamental uma produção contínua de informações precisas e oportunas para o seu pleno combate. Ressaltava-se, ainda, o papel das operações do tipo polícia nesse processo, uma vez que a fonte considerada mais segura para obtenção das informações era a população local.⁶⁶⁰

Nessa perspectiva, eram consideradas como Informações Especiais necessárias no processo de combate às Guerrilhas Urbanas:

- Locais de esconderijo dos guerrilheiros;
- Levantamento dos líderes, personalidades e movimentação dos mesmos;
- Tendências da população de um modo geral ou de uma classe em especial de apoiar a subversão;
- Pontos de apoio logístico;
- Locais de reunião;
- Decisões tomadas pelos guerrilheiros;

⁶⁵⁸ Ibidem, p. 2.

⁶⁵⁹ Ib., grifos do autor, p. 3.

⁶⁶⁰ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Instruções provisórias. Operações Contraguerrilhas* (IP-31-16). Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 1975, p. 6.

- Objetivos reais colimado pelos líderes e todas as informações necessárias à complementação do Estudo de Situação.⁶⁶¹

Nesse processo, de acordo com o “Manual da Inspetoria Geral das Polícias Militares”, uma importância ainda maior deveria ser dispensada à coleta de informes que pudessem conduzir à captura ou anulação dos líderes e dos elementos mais importantes das guerrilhas, uma vez que “a prisão do líder dos guerrilheiros pode constituir um golpe mortal para o movimento”.⁶⁶²

Para o desenvolvimento dessas ações, o trabalho dos agentes especiais era ainda mais valorizado. Eles deveriam infiltrar-se em locais subversivos, da maneira mais conveniente possível, para produzir informes e informações sobre os planos dos guerrilheiros, direcionados ao repasse e tomadas de contramedidas necessárias por parte do comando das operações.

Uma das formas encontradas pelo governo para estimular essas ações era a entrega de uma medalha, a “medalha do pacificador”; em tempos de paz, era a mais alta condecoração concedida pelo Comandante do Exército aos militares e civis que se destacassem no cumprimento de missões de caráter militar, a partir de atos pessoais de abnegação, coragem e bravura, com risco de vida.⁶⁶³

Muitos atos de bravura concedidos nessa época estiveram relacionados à problemática das comunicações. As comunicações eram um componente especial na Rede de Informações montada em locais de grande “perturbação da ordem”, nas quais as comunicações militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica deveriam ser complementadas pelas das Polícias Militares e Civis. Para esse trabalho, o rádio era o meio mais indicado, tendo em vista que o telégrafo e o telefone eram os primeiros alvos da sabotagem.

Nessa perspectiva, as comunicações via rádio não diferiam muito daquelas empregadas em uma operação militar, devendo contar, necessariamente, com a *Flexibilidade*, capacidade de cada assinante do rádio poder falar com qualquer outro; *Capacidade de tráfego adequado*, para permitir um tempo de transmissão maior do que o que usualmente era concedido a cada assinante; *indestruibilidade*, para assegurar que o sistema não sofresse sabotagens em pontos vitais; *simplicidade de operação*, tendo em vista que muitos usuários

⁶⁶¹ INSPETORIA GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES, op. cit., nota 588.

⁶⁶² Ibidem, p. 35.

⁶⁶³ BETTAMIO, Rafaella Lúcia de Azevedo Ferreira. *O DOI-CODI carioca: memória e cotidiano no "Castelo do Terror"*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2012, p. 73.

poderiam não estar acostumados a usar comunicações via rádio e a *possibilidade de chamadas de emergência*, diante da impossibilidade da polícia proteger tudo.⁶⁶⁴

A segurança dos serviços essenciais dependeria da capacidade de solicitação de auxílio imediato, *mobilidade*, de forma a permitir o acesso a locais de perturbação e *amplitude*, para proporcionar um sistema modificado que pudesse ser compartilhado por um maior número de usuários.⁶⁶⁵ O sistema de rádio, somente poderia ser posto fora de ação se ocorresse a destruição individual de cada aparelho, retirando-o de ação. Dependendo da situação e dos locais ameaçados, o sistema telefônico também deveria ser retirado de ação, uma vez que poderia ser um importante meio de comunicação dos “subversivos”.

O então Major da Polícia Militar do Rio de Janeiro Alberto Caetano de Almeida, em monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, reconheceu a importância da “Comunidade de Informações” para o trabalho da Corporação:

Sendo as Polícias Militares, partes integrantes, dessa equipe e, principalmente a do Estado da Guanabara, face a sua localização e tradições históricas, deve a mesma dotar-se de um órgão de informações capaz de fornecer, não só ao Comandante da Corporação, os conhecimentos necessários para que este Comando adote linhas de ação capazes de cumprir as missões que lhe são específicas, mas, também, como membro da COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES, possibilitar ao governo, através de conhecimento de reais valor, realizar a consecução dos objetivos que elevarão o BRASIL ao conceito mundial e trarão a segurança e a tranquilidade de que tanto necessita os lares de nosso país.⁶⁶⁶

O discurso do oficial PM atesta, em boa medida, o quanto os policiais militares em 1971, um ano, portanto, após o lançamento do Decreto que uniu de forma legal as Polícias Militares à comunidade de Informações, já se sentiam parte relevante do grupo maior em que estavam inseridos.

5.3 Segurança das Tropas e da população

De acordo com o *Manual de Campanha de Operações Especiais Contra-Guerrilha*, as áreas ameaçadas exigiam uma maior intensidade de medidas de segurança para a proteção das tropas, instalações e linhas de comunicações. Ressaltava-se que o não cumprimento dessas

⁶⁶⁴ Ibidem, p. 37.

⁶⁶⁵ Ib.

⁶⁶⁶ ALMEIDA, op. cit., nota 489, p. 11, grifos do autor.

medidas exporia os habitantes à coação e exploração dos guerrilheiros. Logo, uma segurança adequada e medidas defensivas, tanto diminuiriam as perdas quanto concorreriam para desencorajar as ações de guerrilha.⁶⁶⁷

Nessa dimensão, uma das maiores responsabilidades e deveres do comando era a segurança das tropas. Todos os escalões deveriam estar informados sobre a existência de forças de guerrilha, fossem conhecidas ou suspeitas. Medidas de segurança, como o intenso patrulhamento, serviriam para diminuir as perdas advindas de ataques e das emboscadas dos guerrilheiros. Um cuidado especial era indicado para a metódica supervisão e disciplina, tendo em vista que, caso as operações de guerrilha acontecessem em grandes intervalos, esses períodos de calma poderiam produzir uma tendência ao afrouxamento da segurança.

Outro cuidado apresentado era a *economia dos suprimentos*. Ela era rigorosamente exigida, devendo-se levar ao conhecimento das tropas e demais unidades correlacionadas que provisões extraviadas, vendidas ou desperdiçadas poderiam ser recuperadas pelos guerrilheiros e utilizados contra as Forças Legais.

A mesma atenção era exigida para as *instalações*. Deveria prover-se de segurança a todos os tipos de instalações contra os ataques e a sabotagem dos guerrilheiros, com atenção especial à segurança das armas. Nesse processo, e para economizar pessoal, seria conveniente a escolha de instalações que oferecessem facilidades para a defesa, com

Largo emprego de obstáculos e outros meios como arame farpado, minas, material de alarme, iluminação, projetores e áreas interditas é feito para proporcionar maior proteção ao pessoal. Faz-se a limpeza dos campos de tiro e constroem-se fortificações de campanha para as forças de guarda e segurança.⁶⁶⁸

O sistema de guarda e segurança deveria ser complementado por um rigoroso sistema de patrulhas, onde todos os soldados envolvidos seriam instruídos nas táticas de contraguerrilhas. Cães especialmente treinados poderiam ser empregados junto às guardas e patrulhas. Duras medidas eram previstas, ainda, para os trabalhadores locais, incluindo a seleção, identificação e supervisão para prevenir a sabotagem dentro das instalações. Todas as medidas de segurança deveriam ser adotadas, conforme a doutrina de combate, sendo

⁶⁶⁷ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Manual de Campanha*. Operações Especiais. Operações Contra Guerrilheiros (C 31-20). Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 1967. p. 89.

⁶⁶⁸ *Ibidem*, p. 90.

imprescindível que os soldados mantivessem as suas armas em condições de serem rapidamente empregadas.⁶⁶⁹

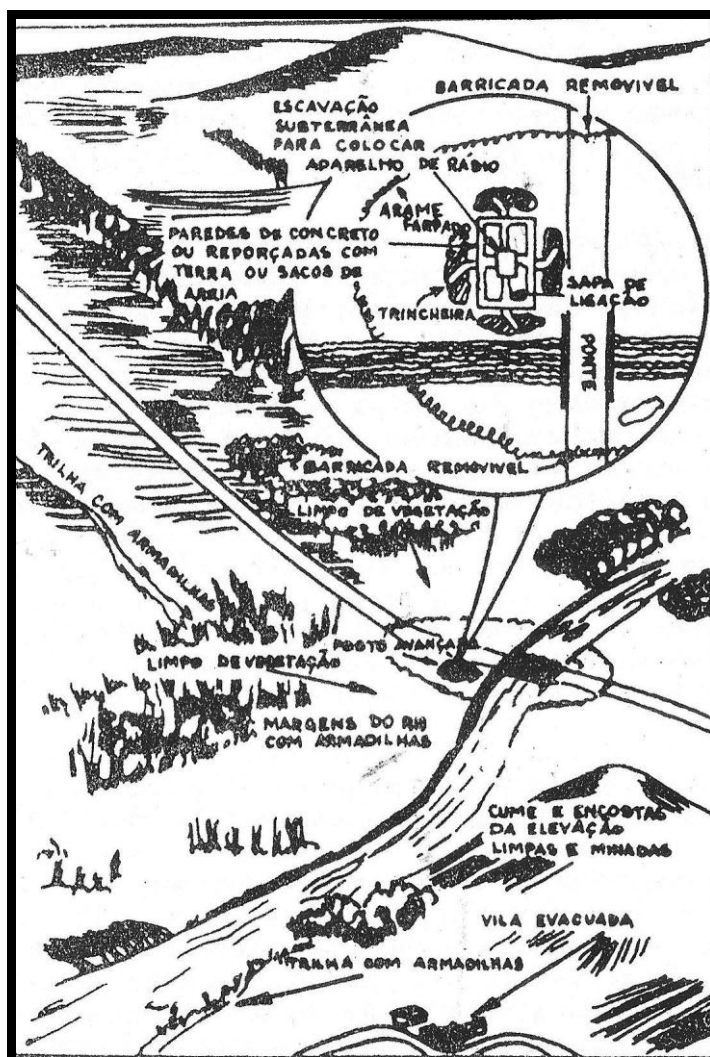
O efetivo, a organização e o equipamento dos destacamentos de segurança deveriam ser determinados de acordo com a natureza da missão, efetivos de forças de guerrilha hostis e pela atitude da população civil. Destacamentos de segurança em zonas afastadas deveriam possuir maiores efetivos e infraestrutura do que os mais próximos às áreas de apoio, uma vez que não deveriam depender da população local quanto às instalações e suprimentos.⁶⁷⁰

Para o início dos combates às guerrilhas, deveriam ser organizadas e preparadas posições para a defesa em todas as direções. Guardas e patrulhas adequadas eram devidamente projetadas para evitar surpresas. Nos itinerários cobertos de acesso à posição, deveriam ser colocadas minas e armadilhas. A eficiência no combate estava vinculada diretamente ao treinamento e aos exercícios de alerta. A imagem abaixo indica a preocupação das Forças Armadas na constituição de um posto avançado de segurança para as defesas contra as guerrilhas.

⁶⁶⁹ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 667, p. 90.

⁶⁷⁰ Ibidem, p. 90-91.

Figura 5 - Posto Avançado de Segurança para as Operações Contraguerrilhas⁶⁷¹



É possível observar que o posto avançado é situado em uma área repleta de elementos de segurança e informações, com a instalação de uma barricada removível, escavações subterrâneas para a guarda dos rádios, paredes de concreto ou reforçadas com terra e sacos de areia, trincheiras para a defesa, e um cerco de trilhas com armadilhas.

A segurança também deveria ser reforçada nas vias de transporte. Instalações importantes, tais como pontes, viadutos, túneis, caixas-d'água, oficinas e parques ferroviários eram os mais indicados a proteção. Assim, a linha férrea e uma zona distante até cerca de 300 metros dessa linha era declarada e assinalada como zona interdita, com a retirada dos moradores civis. Também deveriam ser retirados os arbustos e matos das ferrovias, ocupando-

⁶⁷¹ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 667, p. 92.

as com patrulhamentos frequentes, visando a impedir a violação dessas áreas. Os trens deveriam, ainda, conduzir destacamentos de segurança para a defesa dessa via de transportes contra a ação dos guerrilheiros.⁶⁷²

Os trens conduziriam destacamentos de segurança para defendê-los contra os ataques de guerrilha. Durante a travessia de zonas prováveis de emboscada (ravinas, desfiladeiros, florestas e bosques), os tiros de armas automáticas poderiam produzir efeitos morais desfavoráveis ao inimigo, porém benéficos às forças aliadas.⁶⁷³

O disparar de tiros, entretanto, só deveria ser efetuado a partir da ordem do comandante da composição. Os destacamentos de segurança deveriam ter os seus sistemas de comunicações próprios, justapostos aos da administração da ferrovia sob os seus cuidados. A segurança das rodovias que atravessassem zonas “inimigas” de guerrilheiros deveria receber processos semelhantes aos empregados nas rodovias. Logo, “viaturas isoladas ou em comboio que não sejam capazes de prover a sua própria segurança são escoltados por destacamento de segurança armados”.⁶⁷⁴ Da mesma forma, era ressaltado que todo trânsito de viaturas em zonas perigosas mereceria um planejamento ainda maior.

5.4 Sequência das Operações

Como fora ressaltado anteriormente, uma grande infraestrutura e organização era dispensada nas operações de defesa urbanas. Após analisar os manuais produzidos pelo Exército, o grupo de trabalho da Inspeção Geral das Polícias Militares apontou três estágios de intensidade que poderiam acometer as Guerrilhas Urbanas.

No primeiro, o “inimigo” procuraria agrupar a população para provocar distúrbios urbanos. Nesse estágio, a repressão deveria ser uma atribuição das Forças Estaduais, com o reforço das Forças Federais, dependendo da intensidade do movimento. O segundo estágio seria marcado por uma maior organização das técnicas de guerrilha. Nesses casos, as forças estaduais seriam capazes de restabelecer a ordem, porém com uma ajuda mais constante das

⁶⁷² MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 667, p. 93.

⁶⁷³ Ibidem, p. 94.

⁶⁷⁴ Ib., p. 95.

Forças Federais. Eles compreenderiam, dessa forma, as Operações Preventivas, que visavam, sobretudo, ao reconhecimento do “inimigo” e à oferta de segurança à população.⁶⁷⁵

As Operações repressivas, por sua vez, compreenderiam o terceiro caso. Pensado como o mais grave de todos, teria na intensidade e na constância de seus conflitos o maior dos problemas. Nesse caso, as operações seriam conduzidas pelas Forças Armadas, que deveriam, assim, completar o reconhecimento do “inimigo”, neutralizar e impedir a sua ação, mediante a captura de seus líderes e dissolução dos grupos sublevados.⁶⁷⁶

De uma forma geral, as operações contraguerrilhas obedeciam uma sequência, sob a supervisão do Comandante da Unidade: a busca por informações minuciosas para verificar o grau de controle de uma determinada área, a identificação do grau de apoio dado pela população aos grupos “subversivos” e, por fim, ter o conhecimento prático da área sob sua responsabilidade.⁶⁷⁷

O primeiro passo, portanto, era o reconhecimento da área. As grandes áreas operacionais eram classificadas como verdes, vermelhas e amarelas. A área verde era aquela onde a normalidade da ordem e a vida da população eram calmas e tranquilas e em uma rotina normal, estava sob o controle das Forças Legais. Já a área vermelha era caracterizada como a mais vulnerável aos distúrbios urbanos e a preferida dos “inimigos”, uma vez que

Não está sob controle efetivo das Forças Legais e o inimigo possui liberdade de ação ou mesmo exerce o controle da mesma. Poderá qualificar, também outras regiões e(ou) pontos críticos, particularmente instalações de serviços essenciais e fábricas, tendo em vista sua vulnerabilidade às ações inimigas visando a afetar a vida da população ou a economia da comunidade. Sua delimitação decorrerá de um judicioso estudo de situação, onde a 2ª Seção tem papel preponderante.⁶⁷⁸

Já a Área Amarela seria a faixa de transição entre as áreas vermelha e verde, podendo ser, também, uma área com fortes propensões a conturbações, sem um controle efetivo das Forças Legais nem as dos insurgentes. Nos estudos de situação, apareceria como uma coroa envolvente da área vermelha.

Esse reconhecimento seria seguido pela organização operacional do espaço, a partir da divisão de áreas de responsabilidade. Em situações normais, as áreas eram divididas em zonas ou distritos policiais, que, normalmente, acompanhavam as Delegacias de Polícia ou Distritos Policiais, com a atuação padrão da Polícia Militar e de outras forças de segurança legais.

⁶⁷⁵ INSPETORIA GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES, op. cit., nota 588, p. 39.

⁶⁷⁶ INSPETORIA GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES, op. cit., nota 588, p. 39.

⁶⁷⁷ Ibidem, p. 39-40.

⁶⁷⁸ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 633, p. 5.

Essas ações de policiamento eram coordenadas pela Chefia Geral de Segurança da Cidade, órgão subordinado à Secretaria de Segurança do Estado.⁶⁷⁹

Em situações de operações urbanas, os espaços deveriam ser divididos em áreas, subáreas, setor e subsetor, nos quais também seriam instaladas bases de operação e bases de patrulha. As unidades militares empenhadas nessas operações de ordem ou antiguerrilha recebia uma área específica, com comando unificado, visando a:

Fazer o máximo emprego dos órgãos administrativos civis existentes.
Fazer o máximo emprego das Forças Legais disponíveis;
Fazer o emprego das redes de informações existentes;
Coordenar o emprego das Forças Federais e Estaduais, caso a situação exija o emprego das primeiras.⁶⁸⁰

Nas áreas vermelhas, as subdivisões administrativas dificilmente proporcionavam áreas de operações ideais. Seus limites, nesses casos, deveriam ser definidos por considerações que levassem em conta a facilidade no desenvolvimento de ações.

A base de operação era o ponto focal de todas as ações contra o “inimigo” urbano dentro de uma determinada área de responsabilidade. Ela incluía os elementos essenciais de comando, controle e administração da unidade, além de elementos de apoio de escalões mais elevados. Carros de presos da polícia, ambulâncias, carros de bombeiros, carros de combate e helicópteros eram os meios especializados encontrados nessa área.

As bases de operações deveriam localizar-se em locais favoráveis à defesa, tendo em vista a possibilidade de ausência de parte da unidade, comprometida em operações de polícia. Nesses casos, recomendava-se apenas a força de choque local, ou parte dela, para garantir a segurança da base. Sob essa perspectiva, as praças públicas eram os locais favoráveis à instalação das bases de operação, tanto pelo espaço que possuíam para os desdobramentos de meios, quanto pelas vias de acesso que normalmente a circundam, para serem utilizadas pelas forças de choque.

Em relação às brigadas, as áreas urbanas com maior infraestrutura deveriam ser aproveitadas, devendo-se buscar as repartições da Secretaria de Segurança do Estado ou os Batalhões da Polícia Militar. Nesse caso, era comum a designação de áreas específicas de responsabilidade, os subsetores, pelos Batalhões. Dependendo do tamanho dos subsetores, as Companhias poderiam estabelecer uma ou mais bases de operações:

⁶⁷⁹ Ibidem, p. 5.

⁶⁸⁰ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 633, p. 5-6.

Sempre que possível, a companhia como um todo deverá operar em uma única base, a fim de facilitar a segurança e o controle. Normalmente, a maioria de seus elementos (pelotões), deslocam-se da base ou das bases de operações e operam de bases de patrulhas dos pelotões (eventualmente bases de patrulha de grupo).⁶⁸¹

Evitar a ocupação de grandes áreas, com vistas à segurança, criar posições de bloqueio para defesa, vasculhar os edifícios bases e as ruas próximas, preparar os locais destinados à alimentação, organizar bases móveis e de fácil deslocamento eram outros cuidados apresentados como essenciais. Além desses, ressaltava-se que, as Forças de Guerrilha quando alcançassem um desenvolvimento semelhante aos das Forças Regulares, o emprego das bases não era o mais correto, tendo-se que adotar uma técnica de combate direto nas localidades acometidas.

Os Postos de Segurança Estáticos (PSE), sistemas organizados para a proteção de um ponto sensível, também deveriam ser empregados, quando necessário, para proteger adequadamente as áreas de operação designadas contra o “inimigo” urbano, especialmente o guerrilheiro, o sabotador ou o terrorista. Eles poderiam variar, contando com desde uma guarda de dois homens, em uma esquina, até uma companhia reforçada, para garantir uma estação ferroviária ou rodoviária, uma usina de eletricidade ou uma estação de tratamento de água. Da mesma forma, também deveria ser levada em consideração a adoção de obstáculos, como cavalos de criza, concertina e outros, pois estes propiciavam uma grande economia de efetivo.

Normalmente, quando um Posto de Segurança Estável tinha a missão da guarda de um bem nacional ou estadual, um simples cordão de isolamento era reconhecido como um instrumento de grande efeito sobre a população, uma vez que os populares que o ultrapassassem deveriam ser presos ou sofrer uma ação repressiva mais violenta, conforme a sua atitude.

⁶⁸¹ Ibidem, p. 7.

5.5 Meios de Combate

Todos os meios disponíveis foram devidamente identificados, recrutados e organizados para o combate às guerrilhas urbanas. As forças militares e policiais foram as de emprego mais usuais. Nesse processo, a arma psicológica era apontada como um eficiente recurso, devendo manter-se constantemente associada às referidas forças.

As Forças Legais compreendiam o conjunto de instituições empregado pelo governo nas operações urbanas, tendo como componentes as Forças Municipais, as Forças Estaduais e as chamadas Forças Especiais.

Os meios e o combate eram organizados a partir das chamadas Forças Tarefas Mistas, que eram integradas, sempre que possível, a elementos da Polícia Militar. Essas Forças respeitavam a hierarquia militar, por cujo Comandante era designado pela autoridade mais graduada. As Forças Mistas executavam todas as operações na sua área de responsabilidade, levando em consideração fatores como:

- (1) Missão;
- (2) Extensão da área de responsabilidade;
- (3) Quantidade e natureza dos pontos sensíveis existentes;
- (4) Atividades do inimigo;
- (5) Localização das unidades;
- (6) Organização, natureza e equipamento das forças;
- (7) Atitude da população civil;
- (8) Comandos disponíveis.⁶⁸²

Observados esses fatores, considerados essenciais nas Operações de Combate, o próximo passo compreendia a escolha dos meios a serem empenhados nas ações. Tropas a pé, tropas a cavalo, carros de combate, grupos de apoio, Forças Aéreas e Meios Especiais eram alguns de seus componentes.

A tropa a pé era considerada a mais apta a realizar ações de tipo urbano, devido à sua mobilidade, instrução, treinamento e equipamentos. Era empregada tanto na guarda de pontos sensíveis quanto nas forças de choque. Quando empregada no controle de tumultos ou distúrbios, deveria usar armamentos adequados, tais como espingardas de cano curto, pistolas, lança granadas e granadas químicas.

As tropas a cavalo eram empregadas no patrulhamento ostensivo em grandes áreas, como elemento de demonstração de força, força de choque e de perseguição. Sua mobilidade

⁶⁸² MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, op. cit., nota 633, p. 13.

estava condicionada aos obstáculos e estrutura dos pisos nas ruas, devendo ser empregada, preferencialmente, nas áreas verdes e, em circunstâncias especiais, nas amarelas. Conforme o trabalho de alunos oficiais da PMRJ:

Por sua mobilidade, efeito psicológico e capacidade de observação, deve ser considerado o emprego da cavalaria Hipomóvel, tanto no controle de tumultos, quanto no lançamento de patrulhas ou na realização de outras atividades. Todavia, considerando suas vulnerabilidades, devem ser tomadas medidas de proteção contra o lançamento pelos agitadores de obstáculos à sua passagem, tais como: rolhas, bolas de gude, taxas, etc., bem como, evitado o emprego da cavalaria em pequenas facções, em situações de pouca segurança.⁶⁸³

Apesar de se ressaltarem os cuidados que deveriam se apresentar no uso das tropas a cavalo, os oficiais PM salientavam a grande influência psicológica que exerciam sobre as multidões, principalmente quando empregada em larga escala.

Os carros de combate eram considerados o meio ideal para demonstração de força, por causar um grande temor na população. Eram utilizados, a princípio, como armas de reserva, mas, diante de uma situação extrema, empregados como meios de ação de choque, com o uso de armas de fogo. Normalmente, tinham a função de proteger os postos de controle de trânsito, mas também eram utilizados na remoção de barricadas e de outros obstáculos criados por agitadores. Sempre que utilizados, eram protegidos por tropas a pé, uma vez que “o possível efeito psicológico que causará a destruição ou neutralização de um carro de combate, será de grande estímulo para as forças irregulares a seus adeptos”.⁶⁸⁴ Esses fatores indicavam a necessidade de grupos armados sobre os mesmos, como uma boa proteção para os referidos carros, que ainda poderiam servir como meios de transporte de autoridades ou altos comandos.

A artilharia era considerada um importante apoio para as operações urbanas, sobretudo nas ações ofensivas e na guarda dos pontos sensíveis. As que executavam tiros diretos deveriam estar qualificadas a possuir uma potência completa de fogo, inclusive para destruir construções, observando-se, todavia, alguns cuidados

Em se tratando de operações em zona urbana, é necessário manter rigorosa disciplina de fogo. Na contenção de tumultos, em particular, deve-se agir com prudência, evitando-se, tanto quanto possível, o emprego do fogo; o efeito deste não deve ser

⁶⁸³ TEIXEIRA, Raul et al. *Defesa Interna - Operações Contra-Guerrilha - Plano para controle da População*. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais, 1980, p. 9.

⁶⁸⁴ TEIXEIRA, op. cit., nota 683, p. 14.

julgado pelo número de baixas, mas pelos resultados alcançados para o controle da multidão.⁶⁸⁵

As Forças Aéreas também faziam parte dos meios empregados nas operações antiguerrilha. Entretanto, com muitas restrições, devido às zonas altamente habitadas e por seu alvo maior, os guerrilheiros, agitadores e sabotadores se misturarem com a população. Para diminuir essas limitações, a Força Aérea deveria dividir-se em unidades especializadas e equipadas.

Essas unidades eram as Esquadrilhas de Reconhecimento e Ataque (ERA), as Esquadrilhas de Ligação e Observação (ELO) e o SAR-PARSAR – elementos de busca e salvamento com capacidade de agir em operações especiais. Os equipamentos básicos desses destacamentos constituir-se-iam de aviões leves e helicópteros, com condições de operar em áreas restritas e espaços aéreos limitados, usando áreas também diminutas para as operações de pouso e decolagem, particularmente os helicópteros.⁶⁸⁶ Apesar dessas especificidades, essas unidades teriam emprego limitado na guerrilha urbana, atuando, portanto, como elemento de uma Força Combinada, com a missão de apoiar as Forças principais na condução das ações em terra.

O helicóptero era classificado como um meio especial de grande eficiência na busca do “inimigo” e na observação aérea, devendo informar às forças terrestres o movimento das massas e os indicativos de reuniões dessas. Também teriam grande utilidade na evacuação de feridos e em operações psicológicas, quando, equipados com alto-falantes, fariam a divulgação de avisos e propagandas para orientar e conquistar a população.

Os agentes químicos eram considerados os meios mais eficientes para por fim aos distúrbios e dissolver as multidões, devendo ser utilizado antes do emprego de ações mais violentas. Os mais empregados nas ações eram os lacrimogêneos, existindo também, na época, uma tendência para o emprego de agentes paralisantes. Em relação ao seu uso,

Vários processos de lançamento poderão ser utilizados, sendo os mais normais as granadas de mão. Bocais de fuzis poderão ser empregados no lançamento dessas granadas que terão assim seu alcance aumentado. O emprego de bocais, poderá, também, ser de grande utilidade para o lançamento de granadas em janelas ou sacadas e edifícios, de onde partam manifestações hostis à tropa ou de incentivo ao tumulto.⁶⁸⁷

⁶⁸⁵ ALBUQUERQUE, op. cit., nota 595, p. 10.

⁶⁸⁶ ALBUQUERQUE, op. cit., nota 595, p. 18.

⁶⁸⁷ Ibidem, p. 20.

Junto ao Exército, a Polícia Militar era a força legal considerada mais apta a utilizá-lo, em função de seus treinamentos voltados à contenção das multidões. Nesses casos, os carros de jato d'água também eram usados, para diminuir o ânimo das multidões, especialmente quando essas não estivessem convenientemente motivadas. Os jatos coloridos eram indicados, pois levariam à posterior identificação dos manifestantes. Já contra os mais entusiastas e líderes das multidões, eram recomendados os jatos diretos d'água, com potência suficiente para derrubá-los. Esses carros teriam, ainda, a utilidade de limpar o asfalto para a posterior passagem de tropas a cavalo ou de viaturas. Em todas essas situações, era prevista a proteção dos carros por tropas a pé, normalmente, composta de policiais militares.

Os atiradores de escol eram usados na caça de atiradores colocados em janelas de edifícios e de líderes guerrilheiros, devendo ser acionados após criteriosa avaliação dos acontecimentos. Assim, eles só poderiam iniciar uma ação após a ordem direta de um oficial ou do comando direto da tropa.

Os Bombeiros eram considerados importantes diante de possíveis incêndios acometidos nas manifestações ou ações de guerrilha. Também deveriam comandar as ações de ambulâncias para a evacuação de feridos nos casos anteriores, e ainda

Poderá a tropa valer-se do equipamento especial dos bombeiros, como escada Magnus, para penetrar em edifícios por suas janelas mais altas, para a caça a franco-atiradores e para operações de busca e apreensão. Nesse caso, far-se-ão necessárias ligações de comando para a obtenção dos meios.⁶⁸⁸

Ressalta-se que em todos os casos do emprego de bombeiros era prevista uma proteção dos mesmos por tropas indicadas.

Os alto-falantes também faziam parte das ações de combate. Nesse sentido, viaturas com esse equipamento eram empregadas tanto para o esclarecimento dos civis, quanto para transmitir informações claras à população, de forma a instigá-la a manter a ordem e não a apoiar as ações dos agitadores. Serviam, ainda, como instrumentos de alerta para a transmissão de ordens para as tropas, durante as operações ofensivas. Além do uso de alto-falantes postos sobre as viaturas, eles também eram utilizados individualmente, ou em helicópteros.

As máquinas fotográficas e cinematográficas destinavam-se às ações de controle da população, no trabalho de identificação de agitadores e guerrilheiros. Os registros que

⁶⁸⁸ ALBUQUERQUE, op. cit., nota 595, p. 22.

emitiam, além de amedrontar a muitos, servia de prova para a formação de culpa dos membros das forças irregulares.

Em relação aos equipamentos de proteção individual, principalmente os policiais militares eram dotados de capacete, elmo e escudo de metal para protegê-los de pedras e outros objetos lançados pela população. Os cães, da companhia da Polícia Militar, além de empregados na proteção de seu efetivo, também eram dirigidos nas ações de busca, apreensão e reconhecimento.

As Operações Psicológicas, por fim, eram destacadas entre os meios a serem empregados nas ações antiguerrilha. Elas eram compreendidas como ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, visando a separar a população do “inimigo” e a manter o seu apoio. De uma forma geral, elas eram divididas em duas categorias principais: a Ação Psicológica e a Guerra Psicológica:

- a) Ação Psicológica – São as operações Psicológicas destinadas a fortalecer o moral de grupos amigos e a influenciar os neutros, gerando emoções, atitudes ou comportamentos favoráveis às consecuições de objetivos específicos.
- b) Guerra Psicológica – São as Operações Psicológicas destinadas a gerar emoções, atitudes ou comportamentos, em grupos inimigos e hostis, com o objetivo de combalir seu ânimo, destruir seu moral ou levá-los à rendição; e em grupos neutros, com a finalidade de colocá-los contra os objetivos nacionais do inimigo.⁶⁸⁹

As técnicas mais importantes para o emprego dessas categorias seriam a propaganda, com a difusão de determinadas informações, consideradas necessárias, a contrapropaganda, buscando neutralizar as propagandas “inimigas”, e as chamadas “outras técnicas”, como as utilizadas nas atividades de comunicação social, relações públicas e ações comunitárias. Elas deveriam ligar-se diretamente aos chamados meios de difusão, recursos como a imprensa, o rádio, a televisão, os cartazes e os panfletos, entre outros. Em 1963, o Ministério do Exército já fazia recomendações em torno de temas que deveriam ser explorados nas contrapropagandas:

A contrapropaganda, mais do que a propaganda de integração não pode estar presa a temas fixos. Ao contrário, a flexibilidade do contrapropagandista, em aproveitar os temas, de acordo com a oportunidade, deverá ser norma geral.

Entretanto, dada a constância de certos temas adversos, poder-se-á explorar os seguintes:

- Ódio aos comunistas;
- “Indústria do Anticomunismo”;

⁶⁸⁹ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Manual de Campanha Operações Psicológicas*. (C33-1). Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 1977. p. 1-2.

- No país não há comunismo, há fome; [...] ⁶⁹⁰

Como fora indicado na recomendação acima e também em outros manuais, enfatizava-se a importância das tropas legais se adaptarem mentalmente às exigências impostas, tendo em vista todas as suas peculiaridades.

Na guerra irregular, um mimeógrafo pode tornar-se mais útil que uma metralhadora e um soldado treinado em pediatria mais útil que arame farpado ou um perito em morteiros. [...] Reflexos e decisões, considerados adequados ao soldado numa guerra convencional, não são os necessariamente corretos em situações de contra-rebelião. Numa guerra convencional, por exemplo, um soldado que não revide um ataque com todas as armas a seu alcance seria considerado culpado pelo não cumprimento do dever. O contrário pode ser o caso numa guerra irregular. ⁶⁹¹

Segundo o Capitão da Polícia Militar de Lagoas Octávio Pereira Costa, na monografia final entregue ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da PMRJ, a resposta à guerrilha urbana exigia, além de processos adequados, o preparo físico e psicológico da tropa, para que a mesma estivesse apta a realizar, nas melhores condições possíveis, ações que normalmente não se enquadravam em seus padrões convencionais, concluindo dessa forma, que,

A instrução ora ministrada na polícia atende, de modo, digo, de certo modo, às necessidades do combate à Guerrilha Urbana, em sua fase plena; torna-se conveniente, entretanto, dar atenção especial a determinados assuntos, com o objetivo de permitir, em particular, a melhor participação da tropa na contenção de tumultos, na fase preliminar.

Relação dos assuntos:

1. Educação Moral e Cívica – Tem por objetivo fortalecer as convicções democráticas da tropa, para o repúdio a atos atentatórios às instituições, à ordem pública e às leis.
2. Educação Física – Capacitar, principalmente, os elementos selecionados para as ações especiais à defesa individual (karatê, judô, Box) e a tropa para as ações de choque (ginástica acrobática, pista de aplicações militares). (...)
8. Exercício de Quadros e com a Tropa – Montar e realizar exercícios de contra-guerrilha para: o preparo dos Quadros e da Tropa para o combate à Guerrilha Urbana; o ensaio e experimentação de novas táticas, técnicas e processos e empregar nesse combate. ⁶⁹²

Os esforços empreendidos nas ações antiguerrilha pelas Polícias Militares, que eram ligadas diretamente à Inspetoria Geral das Polícias Militares, pelas demais forças legais e pela legislação autoritária do período surtiram um grande efeito nas ações de combate às guerrilhas.

⁶⁹⁰ MINISTÉRIO DA GUERRA. Ação Educativa contra a Guerra Revolucionária. Unidade IV Ação Psicológica. Propaganda e Contra-Propaganda. Escrita pelo Tenente Coronel Mário de Assis Nogueira, 1963, p. 26. Disponível em: http://arquivonacional.gov.br/mr/arquivos/64_59.pdf . Acesso em: 30 de novembro de 2010.

⁶⁹¹ STUDART, op. cit., nota 551, p. 310.

⁶⁹² ALBUQUERQUE, op. cit., nota 595, p. 12-13.

A partir do Golpe de 1964, portanto, as polícias militares foram mobilizadas para verdadeiras operações de “Guerra Interna” e de repressão política, com o incremento de seu caráter militarista, em função de seu enquadramento nos postulados da Doutrina de Segurança Nacional. Em função disso, as PMs não se limitaram somente às ações tradicionalmente desenvolvidas de Segurança Pública, mas, de uma forma oposta, adotaram os princípios e as práticas ditados diretamente pelo Exército, por meio da Inspeção Geral das Polícias Militares.⁶⁹³

Conforme foi reconhecido pelo Ministério do Exército⁶⁹⁴ no terceiro aniversário de implantação do IGPM, em 1970, as Polícias Militares do Brasil deveriam ter o reconhecimento de seu elevado espírito de compreensão e disciplina no acato às orientações efetuadas e no cumprimento de seu papel diante das ameaças do “inimigo” interno que ameaçava a nação.

A fundamentação legal autoritária do “inimigo” e a organização de uma estrutura de guerra interna para o seu combate incluíram todas as Forças Legais do país. No caso da Polícia Militar do Rio de Janeiro, houve muito mais do que o cumprimento de ordens vinculadas ao combate dos grupos armados de esquerda. Esse preparo era gestado nos cursos de Formação de Oficiais e Superiores, que chegavam a ter cadernos de estudo que sugeriam situações de conflito para análise e questionários, nos quais os alunos oficiais eram indagados:

Operações Contraguerrilhas

- 5) Quais as finalidades das Operações contraguerrilhas?
- 6) Quais os princípios de guerra aplicáveis contra as Guerrilhas?
- 7) Quais as condições de êxito nas operações contra guerrilhas?
8. Quais as operações contraguerrilhas?⁶⁹⁵

Entende-se, dessa forma, que a legislação posterior ao movimento de 1964 subordinou as Polícias Militares ao Ministério do Exército, sujeitando-a à sua hierarquia e operacionalidade. No momento em que os esforços voltaram-se para o combate à guerra interna, as PMS prepararam-se para eliminar as guerrilhas e, de forma concomitante, o crime convencional, assimilando experiências e valores que eram utilizados tanto nas operações de militares quanto nas tipicamente policiais. Essa problemática foi destacada por Paulo Sérgio Pinheiro, em artigo para a *Novos Estudos CEBRAP*, de 1983.

⁶⁹³ BORGES FILHO, Nilson. *Estado e Militarização: as Polícias militares como aparelhos repressivos do Estado*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1989. p. 252.

⁶⁹⁴ PMRJ, BOL n°59, 01/04/1970.

⁶⁹⁵ POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA GUANABARA, op. cit., nota 607, p.18.

[...] Ora, essa postura não pode ser colocada em prática por uma força militarizada, onde o confronto é incessantemente buscado porque se trata de uma guerra permanente contra o crime, na qual toda a conciliação com “forças do mal” são consideradas como uma derrota. Ao invés de unidades especiais para fazer decrescer a violência, os últimos dez anos viram tomar corpo e se consolidar na PM a orientação de construir grupos especializados em matar mais eficientemente, sob a proteção da Lei e com armamento pesado. [...] Também não parece ser paranóico afirmar que o desprezo pela economia da violência fatal foi agravado pelo regime autoritário instalado após 1964, através da militarização do poder de polícia.⁶⁹⁶

Nesse mesmo ano e de forma ratificadora, o Decreto 88.777 aprovou o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, o R-200, estabelecendo as normas para a aplicação de Decretos anteriores. Na prática, o regulamento indicava uma dupla estrutura de comando e obediência a que estão submetidas as Polícias Militares. Uma vez que, enquanto a orientação e o planejamento de suas atividades são de responsabilidade do Secretário de Segurança Pública do Estado, o controle e a coordenação cabem ao Exército. Destaca-se, ainda, que praticamente todas as normas legais que deram início ao controle da coordenação das Polícias Militares continuam vigorando até os dias atuais, atestando, dessa forma, a subordinação das referidas Corporações Estaduais ao Exército.⁶⁹⁷

Dessa forma, a Inspetoria Geral das Polícias Militares, mesmo com a redefinição de suas atribuições pelo referido Decreto nº 88.777, ainda hoje mantém a responsabilidade de estabelecer princípios, diretrizes e normas para a coordenação das Polícias Militares pelo Exército, Comandos Militares de Áreas, Regiões Militares e demais Grandes Comandos, por meio, entre outros, do controle do efetivo e de todo o material bélico utilizado.⁶⁹⁸ Ressalta-se que, igualmente, boa parte da cultura do “inimigo” e de práticas policiais da época do regime militar ainda se mantém, conforme analisa Carlos Henrique Aguiar Serra:

Reiteramos, que na sociedade brasileira, sem adotarmos, contudo, uma “camisa de força” conceitual, mas tão somente enquanto exercício de reflexão teórica há uma cultura do extermínio e que esta, largamente praticada, coaduna-se na perpetuação da lógica do inimigo, na manutenção e legitimação de um estado de exceção, com fantasias e práticas de poderes absolutos, ilimitados por autoridades legais, que personificam, entretanto, soberanos, e que assim sendo, produzem efeitos dramáticos na vida social e cotidiana: medo e pathos.⁶⁹⁹

⁶⁹⁶ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência sem controle e militarização da Polícia. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 1, vol. 2, abril de 1983, p. 8-12. In: _____. *Estudos indignados: polícia, prisões e política no Estado autoritário*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.61.

⁶⁹⁷ SILVA, op. cit., nota 97, p. 44.

⁶⁹⁸ SILVA, op. cit., nota 97, p. 24.

⁶⁹⁹ SERRA, Carlos Henrique Aguiar. *Violência, pathos e Leviatã na contemporaneidade*. In: Mesa-Redonda: “Violência, Poder e Subjetividade”. WWW.fundamentalpsychopathology.org. Acesso em: 10/02/2014.

Na perspectiva de extrema militarização e preparo para a “guerra”, convém destacar que a Polícia Militar do Rio de Janeiro vivenciou, por meio de cursos teóricos e práticos e pela legislação autoritária do período, experiências amparadas na ideologia da segurança nacional, segundo a qual o “inimigo interno”, devido ao seu caráter letal, deveria ser eliminado. Mesmo hoje, em um ambiente democrático e, diante de muitos debates sobre o papel da polícia, a herança desse período ainda se faz presente, especialmente quando alguns comandantes da tropa ainda buscam no passado e nos referenciais do “inimigo” a razão de ser do trabalho policial.

CONCLUSÃO

A identificação e estudo mais recortado dos grupos que atuaram de forma direta na política e repressão durante o regime militar ainda carecem de análises. Com a tese ora apresentada, discutimos a estruturação, o preparo e as ações da Polícia Militar do Rio de Janeiro, nesse período. A partir de 1964 e de uma subordinação mais estreita ao Exército, as Polícias Militares passaram por profundas alterações em sua estrutura e nas atividades desenvolvidas, atuando, dessa forma, majoritariamente como uma força militarizada – em uma ação conjunta com as Forças Armadas – e, em segundo plano, como uma força policial tradicional.

Para compreendermos o nascimento da PMRJ, objeto da presente tese, realizamos uma discussão conceitual e genealógica da Instituição policial moderna e no Brasil. A partir dela, passamos a reconhecer a Polícia como sendo uma organização estatal, surgida a partir de mudanças políticas e sociais no país e investida do monopólio da força para combater os atos considerados ilegais. Essa instituição não foi pensada como o desenvolvimento natural de forças repressivas tradicionais, mas de decisões dos governos em momentos definidos de sua organização no país.

Destacamos, entretanto, que, desde sua criação, o modelo militar de organização profissional serviu de inspiração para a maior parte das polícias militares do Brasil, que assimilaram a sua estrutura organizacional. A referida “militarização” das PMs foi pensada, todavia, muito além da assimilação do modelo do Exército, refletindo, também, as necessidades políticas de um Estado em construção, como ocorrera em certos momentos dos períodos Imperial e Republicano, quando suas atividades foram se distanciando dos padrões rotineiros e convencionais de uma polícia urbana, tal qual fora indicado no momento de sua criação, e suas ações voltaram-se às funções de Força Armada, fato verificado na PMRJ, entre outros, em sua participação no combate à Revolução Constitucionalista de São Paulo.

Assim, apesar da Polícia e do Exército terem tido suas próprias trajetórias no processo de construção dos Estados modernos, a partir de objetivos, lógicas e práticas distintas, a Polícia Militar brasileira conjugou elementos da referida força armada e da agência policial, unindo em sua estrutura os afazeres do policiamento ostensivo e os das chamadas rotinas militares, que possibilitaram, no caso da PMRJ, a sua participação em diferentes episódios da história política do Brasil. Foi justamente nessa perspectiva que o grau de envolvimento político da Instituição, dos policiais militares e de sua participação no poder foram pensados.

Em outra dimensão, assim como a Polícia Militar e as demais instituições do Estado, voltadas à Segurança Pública, a Polícia Política constituiu uma força de coação legal, que ganhou amplos espaços no século XX. Procuramos analisar a trajetória dessa instituição, associada aos movimentos políticos desenvolvidos no Brasil, traçando um paralelo com as mudanças de ordem institucional sofridas pelas PMs, que, sobretudo a partir dos governos militares, foram incluídas em uma complexa estrutura de repressão política, tendo por base o Sistema Nacional de Informações e os setores de inteligência do Exército, Marinha e Aeronáutica. Essa composição era coordenada pelos DOI-CODIS, que também administravam as ações da Polícia Militar e dos Departamentos de Polícia Política de cada unidade da Federação, atuando, especialmente, na contenção direta dos “inimigos” do regime.

Nessa época, sob a coordenação do Exército, especialmente a partir da criação da Inspeção Geral das Polícias Militares, as forças policiais militares estaduais, como fora o caso da PMRJ, passaram a ter uma atuação majoritariamente política e militarizada, atuando no combate a movimentos, tais como agitações estudantis e ações das guerrilhas urbanas, em um trabalho conjunto com o DOPS e outros órgãos de inteligência.

A Inspeção Geral das Polícias Militares moldou as PMs ainda mais à estrutura do Exército, tanto em relação a um determinado adestramento, instruído sob os princípios da hierarquia e da disciplina, quanto no corpo doutrinário, uma vez que a formação policial passou a ser orientada pelos componentes ideológicos de missão e dever da referida Força Armada, e também na perspectiva operacional, quando conhecimentos de tática e de estratégia passaram a ser compartilhados e pensados em uma ação conjunta.

A elaboração de um discurso que motivasse a aceitabilidade e, mais ainda, a necessidade do regime militar entre os membros das PMs, tornou-se, nesse período, uma peça fundamental no processo de criação de uma consciência coletiva sobre os “inimigos” do período e de defesa da “democracia” expressas nas ações de dominação das Forças Armadas. Há que se ressaltar, portanto, a importância das Polícias Militares compreenderem a legitimidade das ações organizadas nessa época, com as quais estavam profundamente articuladas. A partir dos pressupostos de Max Weber, partimos da noção de que as Polícias Militares foram objeto de três formas “puras” de dominação legítima.

Uma primeira, de caráter racional, baseada na crença na legitimidade das ordens e do direito de mando dos responsáveis pelo exercício da dominação. Essa forma de poder legítimo encontrou um grande suporte nas tradições que ligavam a PMRJ ao Exército e, sobretudo, ao cumprimento das Leis.

Uma segunda forma de dominação, de caráter tradicional, também encontrou espaço na PMRJ, contribuindo de maneira direta para as ações da Instituição após 1964. Tomando por princípio a crença na santidade das tradições vigentes e daqueles que, em virtude dessas tradições representam a autoridade, procuramos mostrar o quanto os Boletins redigidos pela PMRJ, os BOL PMRJ, reproduziram, em certa medida, discursos que fugiam aos aspectos burocráticos e vinculavam-se aos anticomunistas propagados pelo Exército, em datas consideradas caras a essas Instituições, tais como o dia de Tiradentes, o dia da “Revolução Gloriosa de 1964”, o dia da Proclamação da República e a data que correspondia à “Intentona Comunista”.

E uma terceira forma de dominação, de base carismática, a partir do poder heróico e do caráter exemplar de uma pessoa a das ordens por essas criadas. Esse carisma encontrou espaço nos exemplos acertados do Exército e da própria PMRJ, em episódios constantemente rememorados, tais como a contribuição da instituição na Guerra do Paraguai, de Canudos e, especialmente, na “Revolução de 1964”.

No processo de construção de legitimidade para as suas ações, a PMRJ foi incluída e esmerou-se na construção da lógica da Guerra Revolucionária para a Corporação, com a oferta de disciplinas ligadas à essa temática nos Cursos de Formação de Oficiais e com a leitura de materiais relativos à problemática, principalmente de autores da Escola Superior de Guerra. Investigamos esses princípios, a partir da análise do conhecimento, conforme uma estratégia de poder, isto é, o conhecimento com uma função disciplinar que coloca em funcionamento uma rede de procedimentos que atinge os aspectos mais sutis da realidade e da vida dos indivíduos. A culminância dos cursos de formação ocorreu com a realização de monografias de conclusão, por parte dos policiais militares, também vinculados às questões políticas. Logo, durante a Ditadura Militar no Brasil, as questões políticas viraram caso de Polícia e, para tal, foram extremamente identificadas, analisadas e combatidas, devido a um treinamento especializado.

A partir do conceito de legalidade autoritária, verificamos como a Constituição de 1967, as emendas constitucionais de 1969, os Decretos voltados à Polícia Militar e os Regulamentos da Diretoria de Ensino e Instrução dos Cursos Superiores da Polícia Militar atestaram o tratamento dispensado a essa corporação em termos de sua organização, instrução e garantias, tendo em vista que, a partir dessas Leis, foram definidos novos padrões de “manutenção da ordem pública”, fincados em questões políticas como o combate ao comunismo e às ideias subversivas.

Por mais de vinte anos, a Polícia Militar do Rio de Janeiro foi condicionada ao militarismo típico das Forças Armadas, à noção de guerra interna e à construção de um “inimigo” que deveria ser enfrentado a partir de diferentes ações individuais e conjuntas. Mesmo com o fim do Regime Militar, segundo a Constituição de 1988, as Polícias Militares são definidas em sendo forças auxiliares do Exército. Na prática, isso significa que o Exército é responsável pelo controle e coordenação das Polícias Militares, enquanto as Secretarias de Segurança dos estados tem autoridade sobre sua orientação e planejamento, isto é, existem dois comandos e duas estruturas organizacionais convivendo na mesma Instituição, uma questão que é objeto de inúmeros debates por parte de especialistas de diferentes áreas da Segurança Pública.

Apesar de toda uma discussão atual sobre a importância da cidadania, dos direitos humanos e da necessidade de proximidade da PMRJ com a população, e também sobre a desmilitarização das PMs, práticas de guerra ainda são aplicadas – como no caso dos treinamentos pesados e de uma educação moldada nesses parâmetros – e podem ser verificadas no dia a dia⁷⁰⁰. Há que se destacar, ainda, que muitos policiais formados durante o regime militar, indo desde o alto oficialato até os praças, continuam na ativa, aplicando as noções de um passado que não está muito distante.

Para finalizar, ressaltamos que, por meio desta tese, procuramos compreender a trajetória da Polícia Militar do Rio de Janeiro, como uma força de coação do Estado que, vinculada a um aparato legal autoritário e com bases teóricas e práticas consideradas legítimas, protagonizou um dos períodos mais sombrios da história do Brasil.

⁷⁰⁰ Refiro-me, por exemplo, ao caso do recruta da PMERJ Paulo Aparecido Santos de Lima, de 27 anos, acometido por morte cerebral em novembro de 2013, durante os cursos táticos/especiais policiais militares. Esses – diante de evidências comprovadas e relatos dos próprios recutas – ainda utilizam técnicas de maus tratos, exageros e violências moldadas em parâmetros de guerra, de uma forma muito próxima à linha dos cursos de Defesa Interna e Combate às guerrilhas, criados durante o regime militar.

REFERÊNCIAS

- ADERALDO, Vanda Maria Costa Aderaldo. *A Escola Superior de Guerra: um estudo de currículos e programa*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, 1978. (Dissertação de Mestrado).
- ADDOR, Carlos. “Ilusões Revolucionárias”. In: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos>. Acesso em: 28/06/2012.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder Soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ALMEIDA, Cosme Rubem de. *Informações: considerações sobre o uso da PMERJ*. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, 1968.
- AMARAL, Luiz Otávio de. Poder de Polícia. *Revista Jurídica Consulex*. Brasília, vol. 5, nº 110.
- AMEIDA, Agassiz. *A Ditadura dos Generais*. Estado Militar na América Latina: o calvário na prisão. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- APERJ. *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993.
- APERJ. Entrevista do antigo delegado do DOPS, Sr. Cecil Borer, ao APERJ, em 1998. Mimeo, p. 37.
- AQUINO, Maria Aparecida de. A especificidade do regime militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico. IN: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- ARAÚJO, Paulo Roberto de; DUARTE, Leila Menezes. *Ação e investigação: polícia política e comunismo no Brasil: 1945-1964*. Rio de Janeiro: APERJ, 2000.
- ARENDT, Hannah. *Crises da República*. São Paulo, Perspectiva, 2004.
- ARRUDA, Antônio de. *ESG. História de sua doutrina*. São Paulo: GRD, 1980.
- AZEVEDO, José Eduardo. Polícia Militar de São Paulo: Elementos para a construção de uma cartografia social da questão policial no Brasil. *Revista LEVS (Marília)*, v.1, 2008.
- BASTOS, Elide Rugai; REGO, Valquíria D. Leão (Org.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'água, 1999.
- BAKTHIN, Mikail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAYLE, David H. *Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- BAYLE, David apud REINER, Robert. *A Política da Polícia*. São Paulo, EDUSP, 2004.

BELCHIOR, Bruna Coutinho Gonçalves. Período Republicano – Parte I. In: LEAL, Ana Beatriz, SILVA, Ibis Pereira e MUNTEAL, Oswaldo. *200 Anos – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora PUC/RJ, 2010.

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *História do século XX*. Volumes II e III. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

BETTAMIO, Rafaella Lúcia de Azevedo Ferreira. *O DOI-CODI carioca: memória e cotidiano no "Castelo do Terror"*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2012.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11 ed. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. Coordenação da tradução de João Ferreira. Revisão geral de João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BORGES FILHO, Nilson. *Estado e Militarização: as Polícias militares como aparelhos repressivos do Estado*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.

_____. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (O Brasil Republicano; v. 4)

BOVA, Sergio. Polícia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11 ed. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. Coordenação da tradução de João Ferreira. Revisão geral de João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BRETAS, Marcos Luiz. A polícia carioca no Império. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 22, 1998.

_____. *Ordem na cidade*. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro (1907-1930). Rio de Janeiro: Rocco. 1997.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989) – a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1990.

CAIXETA, Nívio do Nascimento. Entre as leis e o mundo: Polícia e administração de conflitos numa perspectiva comparativa. *Ineac*. Disponível em: <http://www.proppi.uff.br/ineac/curso/nufep/artigos/docente/3/01.pdf>. Acesso em: 3 Jun. 2012.

CARDOSO, C. F. S. História do poder, história política. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, v. XXIII, n.1, p.123-141, junho 1997.

CARPI, Lúcia; CAMPOS, Jéssica Moura. Polícia, ciência e higiene social. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *DOPS: A lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1993.

CARVALHO FILHO, Luís Francisco. Reforma da Justiça: impunidade no Brasil colônia e Império. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 18, nº 51, 2004.

CARVALHO, Andrea de Souza de. Elementos Para o Estudo da Ideia de Revolução Socialista na América Latina. In: http://www.proealc.uerj.br/documentos/revista_synthesis/elementos_estudos_rev_socialista_a_merica_latina.pdf. Acessado em 20/06/2012.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. Período colonial. In: LEAL, Ana Beatriz, SILVA, Ibis Pereira; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *200 anos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora PUC/RJ, 2010.

CASSOL, Gissele. Uruguai ‘verde-amarelo’: brasileiros presos em terra estrangeira. *Estudios Historicos* – CDHRP – Mayo 2009.

CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. Dicotomia: Polícia Civil versus Polícia Militar. In: LEAL, Ana Beatriz; PEREIRA, Íbis Silva; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Sonho de uma Polícia Cidadã: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira*. Rio de Janeiro: NIBRAHC, 2010.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.

COELHO, Edmundo. *Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia de Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

CONCEIÇÃO, Thaís Francisca Barbosa da. A Delegacia Especial de Segurança Pública e Social do Distrito Federal: permanências e rupturas na construção da polícia política brasileira. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. *Entre a Lei e a ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

D´ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Dillon e CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Relume-Dumará, 1995.

_____. *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

- DEUTSCHER, Isaac. *Marxismo, guerras e revoluções*. São Paulo: Ática, 1991.
- DREIFUSS, René Armand, 1964: *A conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classes*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DULLES, John W. Foster. *Anarquista e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- FAORO, Raymundo. *Assembléia Constituinte: a legitimidade recuperada*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FERREIRA, Jorge. *A democracia no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Atual, 2006.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: e espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- FONSECA, Raquel Silva da. *Guerré Revolutionnaire: fundamentos da doutrina e sua presença no Brasil (1958-1963)*. In: www.snh2011.anpuh.org Acesso em: 25 de março de 2012.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- _____. *Ditos e escritos*. Vol. II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *Vigiar e Punir: História da Violência nas prisões*. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GARCIA, Eugênio Vargas. *O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989)*. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Ano 40, n° 1, 1997.
- GINZBURG, Carlo. *Medo, reverência, terror: quatro ensaios de iconografia política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GONÇALVES, Gonçalo Rocha. *Modernização policial: as múltiplas dimensões de um objecto historiográfico*. *Centro de Investigação e Estudos de Sociologia*. Instituto Universitário de Lisboa. CIES e-Working Paper N.º 116/2011.
- GOMES, Ângela de Castro. *Política: História, ciência, cultura, etc*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 17, 1996.
- GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e democracia: Uma reflexão política sobre a Doutrina da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército e Livraria José Olympio Editora, 1975.

HERRERA, Genaro Arriagada. *El pensamiento político de los militares*. Chile: Editorial Aconcagua, 1981.

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX – 1914-1991*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

ISHAQ, Vivien. *A Escrita da Repressão e da subversão, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57, 2005.

JOFFILY, Mariana. *No centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. (Tese de Doutorado)

LEVI, Lucio. Legitimidade. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11 ed. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Coordenação da tradução de João Ferreira. Revisão geral de João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

LOUREIRO, Ythalo Frota. As Polícias Militares na Constituição Federal de 1988: polícia de segurança pública ou forças auxiliares e reserva do Exército? In: <http://www.pgj.ce.gov.br/servicos/artigos/>. Acesso em: 21/08/2012.

MALERBA, Jurandyr. *A Corte no Exílio: Civilização e poder às vésperas da independência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

MARTINS FILHO, João Roberto. A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964. In: www.2.ufscar.br/forumgolpistas.doc. Acesso em 20/01/11.

MARTINS, João Mário. *Instituição policial Militar e Segurança Pública: análise à luz da Política Jurídica*. 2008. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC, 2008.

- MELO, Demian Bezerra de. *O Plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica da década de 1960*. 2009; 227 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009..
- MENDES, Ricardo Antonio Souza. As direitas latino-americanas: anticomunismo e defesa da legalidade. *Anais Eletrônico do VI Encontro da ANPHLAC*, Maringá, 2004.
- MENDONÇA, Eliana Rezende Furtado de. Documentação da polícia política do Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, 1998.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Tramas do mal: a revolução de outubro no plano das representações (1917-1921)*. Rio de Janeiro, UERJ, mimeo, 2000.
- MONET, Jean-Claude. *Polícias e Sociedades na Europa*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.
- MUNIZ, Jacqueline. A crise de Identidade das Polícias Militares brasileiras. *Security and Defense Studies Review*. Vol.1, 2001.
- MUNIZ, Jaqueline. *Ser policial é sobretudo uma razão de ser – Cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.
- MUSUMECI, Leonarda e MUNIZ, Jaqueline. As instituições de Segurança Pública do Rio de Janeiro. *Projeto MARE-CAPES – Reformas do Estado e Proteção Social – Subprojeto Segurança Pública*.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- ODÁLIA, Nilo. *O que é violência?* São Paulo: Brasiliense, 2012.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- OLIVEIRA, Nilo Dias de. O aparato repressivo na particularidade do estado republicano: as delegacias de polícia política. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 39, 2009.
- PACHECO, Thiago da Silva. *As duas faces da repressão: Semelhanças e diferenças da Polícia Política durante o Estado Novo (1937-1945) e durante a Ditadura Militar (1964-1983)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. (Dissertação de Mestrado)
- PASSARINHO, Jarbas. A desculpa dos vencedores. In: MOTTA, Ariclides de Moraes (Org.). *1964 – 31 de março. O movimento Revolucionário e sua História*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

PEIXOTO, Antônio Carlos. Exército e Política no Brasil – Uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão*. O autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PEREIRA, Astrogildo. *Ensaio Histórico e Político*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1979.

PRADO, Maria Emília. Os intelectuais e a eterna busca pela modernização do Brasil. In: *História Actual On-Line*, v. 15, 2008. <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2546980.pdf>. Acesso em: 20/12/2012.

REINER, Robert. *A Política da Polícia*. São Paulo, EDUSP, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao Encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

Relatório do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904, p. 30, anexo C.

REZENDE, Maria José. *A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade*. 1964-1984. Londrina: Ed. UEL, 2001.

REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional*. A Polícia Política nos pós-guerra. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Os Combatentes da paz: Os comunistas brasileiros e as campanhas pacifistas dos anos 1950*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2011.

ROLEMBERG, Denise. Esquerdas Revolucionárias e Luta Armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (O Brasil Republicano; v. 4)

_____. O apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil – o treinamento guerrilheiro apud MENDES, Ricardo Antonio Souza. As direitas latino-americanas: anticomunismo e defesa da legalidade. Anais Eletrônico do VI Encontro da ANPHLAC, Maringá, 2004.

RORATTO, João Manoel; CARNIELLI, Beatrice Laura. O pensar e a criação de um organismo de Inteligência Federal no Brasil: antecedentes históricos. *Revista Brasileira de Inteligência*. Brasília: Abin, v. 2, n. 2, abr. 2006.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.

SENA, Davis Ribeiro de. As Polícias Militares e sua distinção legal. *Revista Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Centro de Documentação do Exército, vol. 117, 1980.

SERRA, Carlos Henrique Aguiar. *Violência, pathos e Leviatã na contemporaneidade*. In: Mesa-Redonda: “Violência, Poder e Subjetividade”. www.fundamentalpsychopathology.org. Acesso em: 10/02/2014.

SCHMITT, Carl. *La Dictadura*. Madrid: Revista de Occidente, 1968.

_____. *Legalidad y legitimidad*. Madrid: Aguilar, 1971.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yeda. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SILVA, Robson Rodrigues da. *Entre a Caserna e a rua: o dilema do pato*. Niterói: Editora da UFF, 2012.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964 – 1985*. 8 ed.. Rio Janeiro: Paz e Terra, 2004.

SOARES, Luiz Eduardo Soares; SÉ, João Trajano. Estado e segurança pública no Rio de Janeiro: dilemas de um aprendizado difícil. In: http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/01_Est_seg_publ_RJ.pdf Acesso em 13/10/2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Benedito Celso de. *A polícia Militar na Constituição*. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito LTDA, 1986.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o Golpe Militar de 1964*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política – As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

STUDART, Hugo. *A Lei da Selva. Estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

TORRES, Epitácio. *A polícia: uma perspectiva histórica*. Porto Alegre: IFCH, 1977.

TRINDADE, Diamantino Sanches; JESUS, Manuel dos Reis de. *Subsídios para a história da polícia portuguesa*. Lisboa: Escola Superior de Polícia, 1998.

TZU, Sun. *A Arte da Guerra*. In: http://www.defesabr.com/media/livros_sun_tzu_01.html. Acesso em: 24/06/2012.

Última Hora. 25 de março de 1964.

VICENT, Gérard. Ser Comunista? Uma maneira de ser. In: PROST, Antonie Prost; VICENT, Gérard (Org). *História da Vida Privada*, vol.5. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade Federal de Brasília, 2009.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Exército, Milícias e Ordenanças na Corte Joanina: permanências e modificações. *Da Cultura*, ano VIII/nº14, p. 28. Disponível em: . http://www.funceb.org.br/images/revista/5_2q0t.pdf. Acesso em 21/10/2013.

XAVIER, Marília. Da polícia política. In: APERJ. *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

ZAMPA, Vivian. O período Republicano. In: LEAL, Ana Beatriz; SILVA, Ibis Pereira; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *200 Anos – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora PUC/RJ, 2010.

_____. *Questionando o Inquestionável: a Desestalinização do PCB (1956-1958)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

_____; MUNTEAL FILHO, Oswaldo; LEAL, Ana Beatriz (Org.). *Perspectiva da administração em segurança pública no Brasil*. Curitiba: Ed. CRV, 2011.

ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, Forças Armadas e Polícia: entre o autoritarismo e a democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FONTES

1. Arquivo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

Boletins da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (1964 a 1985).

2. Academia de Polícia Militar D. João VI

FRAGOSO, Augusto. *A Escola Superior de Guerra: evolução, atualidade, perspectiva*. Presidência da República, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, 1971. (C1-123-71)

INSPETORIA GERAL DAS POLÍCIAS MILITARES. *Guerrilha e Contra-Guerrilha Urbanas*. Brasília, IGPM, 1968.

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Manual de Campanha – Operações Especiais – Operações Especiais Contra Guerrilheiros*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1961. (C 31-20)

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Inquérito Policial Militar nº 709. O comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Instruções provisórias. Operações Contra-guerrilhas*. Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 1975. (IP-31-16)

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Instruções Provisórias. Operações Urbanas de Defesa Interna*. Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 1969. (IP 31-17)

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Manual de Campanha Guerra Revolucionária*. Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 1971. (C100-20)

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Manual de Campanha Operações Psicológicas*. Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 1977. (C33-1)

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Manual de Campanha. Operações Especiais. Operações Contra Guerrilheiros*. Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 1967. (C 31-20).

PMEG. Diretriz para o Funcionamento do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO/QOPM).

_____. Diretriz para o Funcionamento do Curso Superior de Polícia Integrado (CSPI), Dec. “N” nº 1.023, de 28 de fevereiro de 1968.

_____. Diretriz para o Funcionamento do Curso Superior de Polícia Militar (CSPM). Dec. “N” nº 1.023, de 28 de fevereiro de 1968.

_____. Diretriz para o Funcionamento da Escola Superior da Polícia Militar (ESPM). Dec. nº. 1.095, de 02 de fevereiro de 1977.

_____. Plano de Matérias. Ensino profissional. Educação Moral e Cívica. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1971.

_____. Plano de Matérias. Ensino Profissional da ESFO. Ementa da Disciplina Guerra Revolucionária. 1975-1978.

_____. Plano de Matérias. Ensino Profissional da ESFO. Ementa da Disciplina Guerrilhas Urbanas. 1975-1978.

_____. Plano de Matérias. Ensino Profissional da ESFO. Ementa da Disciplina Operações de Defesa Interna. 1975-1978.

3. Biblioteca da Escola Superior de Polícia

Monografias de conclusão de Curso do Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO)

ALBUQUERQUE, Otávio Pessoa de. *Combate a guerrilha urbana*. Monografia de conclusão de curso apresentada ao Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 1971.

BANDEIRA, Mário José. *A ação psicológica como arma da PM na luta contra a subversão*. Monografia de conclusão de curso apresentada ao Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 1971.

BRITO, Ângelo Izidoro Guerreiro. *Os governos estaduais e sua participação na Segurança Interna*. Monografia de conclusão de curso apresentada ao Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 1971.

CASTRO, Jorge D'albuquerque e. *Emprego das polícias militares na luta contra a guerra revolucionária*. Monografia de conclusão de curso apresentada ao Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 1968.

ESPÍRITO SANTO, Hélio Peixoto do. *Criação de uma companhia de anti-guerrilha na PM/MT para combater a guerrilha rural*. Monografia de conclusão de curso apresentada ao Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 1972.

GOMES, Geraldo Ribeiro. *A PM e a luta contra a guerra revolucionária*. Monografia de conclusão de curso apresentada ao Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 1968.

MARTINS, Jacy Lopes. *Guerrilha Urbana*. Monografia de conclusão de curso apresentada ao Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 1972.

MARTINS, Wilson Pereira. *Participação da PMERJ na segurança interna e na defesa territorial*. Monografia de conclusão de curso apresentada ao Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 1976.

NASCIMENTO, Ricardo Frazão do. *Guerra revolucionária - origens, características, objetivo, desenvolvimento, técnicas e táticas revolucionárias*. Monografia de conclusão de curso apresentada ao Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 1968.

NUNES, Ile Marlen Lobo Pereira. *Guerra revolucionária - prevenção e defesa*. Monografia de conclusão de curso apresentada ao Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 1968.

SANT'ANA, Carlos de. *Desenvolvimento de uma modalidade de informação face as ações da guerra revolucionária*. Monografia de conclusão de curso apresentada ao Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 1976.

TODOS OS OFICIAIS ALUNOS. *Guerra Revolucionária. Revolução Russa*. Monografia de conclusão de curso apresentada ao Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro: 1984.

VIEIRA, José Bach. *Informações, conceituação, histórico, principais sistemas de informação estrangeira, o sistema nacional de informação, a informação na PMEG*. Monografia de conclusão de curso apresentada ao Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 1968.

VITA, Antônio Carlos Bastos. *Guerra Revolucionária*. Monografia de conclusão de curso apresentada ao Centro de Aperfeiçoamento de Oficiais. Rio de Janeiro, 1968.

4. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Fundo: Polícias Políticas

Séries:

DPS, Setor Sul-Americano, 7.

DESPS. Setor Administração. Pasta 1-f, Relatório do ano de 1941. Serviço Reservado, Confidencial e Setor Administração, dossiê 1. pasta 1-g. Relatório anual de 1940.

DPS, Dossiês Intelectuais, 1791.

Prontuário RJ. Pastas 40.403 e 40.537 – 1964.

Secreto. Pasta 2.

Administração. Pastas 103 e 105.

Confidencial. Pastas 1 e 8.

Distritos. Pasta 20.

Informações Solicitadas. Pastas 32 e 58.

DOPS. Pasta 163.

5. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

MINISTÉRIO DA GUERRA. *Ação Educativa contra a Guerra Revolucionária*. Unidade IV Ação Psicológica. Propaganda e Contra-Propaganda. Escrita pelo Tenente Coronel Mário de Assis Nogueira, 1963, p. 26. Disponível em: http://arquivonacional.gov.br/mr/arquivos/64_59.pdf . Acesso em: 30 de novembro de 2010.

6. Decretos e Constituições

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946.

____. Constituição do Brasil, de 24 de janeiro de 1967.

____. Constituição da República Federativa do Brasil, de 17 de outubro de 1969.

____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

____. Ato Institucional Nº 1, de 10 de abril de 1964.

____. Ato Institucional Nº 2, de 27 de outubro de 1965.

____. Ato Institucional Nº 3, de 5 de fevereiro de 1966.

____. Ato Institucional Nº 4, de 7 de dezembro de 1966.

____. Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

____. Ato Complementar nº 40, de 30 de dezembro de 1968.

____. Decreto n. 2081, de 16 de janeiro de 1858.

____. Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889.

____. Decreto nº 17.999, de 29 de novembro de 1927.

- ____. Decreto nº 22.232, de 10/01/1933.
- ____. Decreto nº 24.531, de 02/06/1934.
- ____. Decreto nº 67/325, de 2 de outubro de 1970.
- ____. Decreto-Lei nº317, de 13 de março de 1967.
- ____. Decreto-Lei 667, de 2 de julho de 1969.
- ____. Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969.
- ____. Decreto-Lei nº 2010, de 12 de janeiro de 1983.
- ____. Decreto-Lei nº 88777, de 30 de dezembro de 1983.
- ____. Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.
- ____. Emenda Constitucional nº 7, de 13 de abril de 1977.
- ____. Lei nº 38, de 04/04/1935.
- ____. Lei, nº 4897, de 09 de dezembro de 1965.